Erich Hahn / Alfred Kosing

A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA

Curso Básico

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO 19

edições Avante!

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA

A FILOSOFIA MARXISTA-LENINISTA
Curso Básico
Título original: Marxistisch-leninistische Philosophie
geschrieben für die Jugend
Autores: Erich Hahn / Alfred Kosing
Tradução, revisão e arranjo gráfico: Colectivo das Edições «Avante!»

Composição: Fototexto, Lda.
Impressão: Guide - Artes Gráficas, Lda.
Data de impressão: Maio de 1983

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO / **19**

Erich Hahn / Alfred Kosing

A FILOSOFIA MARXISTA LENINISTA

Curso Básico

edições Avante!

Índice

1. Bases gerais do materialismo dialéctico e histórico

1. 1. O que é a filosofia?

Neste livro vamos ocupar-nos de **problemas da filosofia**. Examinaremos **argumentos** apresentados a favor de certas concepções filosóficas, ou contra elas, e veremos que **perspectivas** podemos obter deles. Já ouvimos falar, já lemos sobre filosofia, mas que se entende por filosofia?

1. 1.1. Filosofia e ciência

Nas aulas tomámos conhecimento de uma série de ciências fundamentais: a matemática, a física, a química, a biologia, a geografia, a história e outras. Actualmente, como é natural, existe ainda um número significativamente maior de ciências. Será a filosofia uma ciência como a física, a biologia ou a psicologia? Para nos aproximarmos da resposta, começaremos por perguntar: que tarefas têm realmente as ciências e para que nos servem os seus resultados?

Toda a ciência tem por tarefa investigar as propriedades, estruturas e leis fundamentais de determinada área da natureza ou da sociedade. Os conhecimentos obtidos servem para a nossa actuação prática. Os conhecimentos da física sobre as leis do movimento mecânico, da termodinâmica, da electrodinâmica, etc., permitem construir, montar e utilizar na prática máquinas-ferramentas, motores, aparelhos eléctricos, instrumentos de óptica, etc. O conhecimento das leis da economia possibilita a direcção planificada da economia socialista e satisfazer cada vez melhor as necessidades materiais das pessoas. De uma maneira geral, poderíamos formular assim a questão: pela investigação das leis da natureza e da sociedade, as ciências da natureza, as ciências sociais e as ciências técnicas colocam-nos em situação de pôr as forças e os processos da natureza ao serviço do homem, de dominar cada vez melhor a natureza e de dirigir e planificar conscientemente o desenvolvimento da sociedade.

Mas voltemos à filosofia. Terá, também ela, uma tal tarefa? Trar-nos-á uma utilidade prática imediata? Qual a relação entre a filosofia e cada uma das ciências? Sem esclarecer estas questões também não podemos definir o que é a filosofia. Como se sabe, a palavra «filosofia» vem do grego e significa «amor à sabedoria». Na Antiguidade Grega começou por entender-se por filosofia a totalidade do saber humano. Os conhecimentos sobre a natureza e a sociedade, sobre o pensamento e o comportamento do homem constituíam domínios integrantes da filosofia. Só mais tarde é que distintas áreas do saber se separaram da filosofia e iniciaram um desenvolvimento autónomo. Esta autonomização das várias ciências reforçou-se em especial com o Renascimento, tendo-se concluído apenas no nosso século. Mas que restou então para a filosofia, se cada vez mais domínios do conhecimento se separaram dela? Não terá perdido com isso o seu objecto e também o seu direito à existência?

Pelo contrário: só assim se tornou claro o que constitui o objecto da filosofia, de que problemas ela se deve ocupar e qual o significado de que se reveste. Já dentro da filosofia antiga, que ainda abrangia todo o saber, desenvolveu-se uma área especial, que tratava das questões universais e fundamentais do mundo, do homem e do saber em geral. O filósofo grego Aristóteles (384-322 a.n.e.) chamou-lhe «filosofia primeira». «Há uma ciência que considera o ente, na medida em que é, e aquilo que lhe é próprio.»

Foi dela que, no decurso do desenvolvimento, resultou a **filosofia como área específica do saber**.



Aristóteles

? Em que é que a filosofia se distingue das outras ciências?

! *A filosofia orienta a sua análise para as conexões e as propriedades gerais do mundo e de todos os fenómenos, para a natureza geral do homem e das suas capacidades, para a relação do homem com o mundo. Diferentemente das outras ciências, que se ocupam de determinados domínios parciais do mundo, ela tenta, pensando, abarcar o* **mundo como um todo** *e, assim, desenvolver uma* **visão do mundo** *englobante.*

Por que surgiu a filosofia, quais as suas causas?

Na sociedade primitiva não existia ainda filosofia nem ciência. Os processos naturais inexplicáveis eram atribuídos à acção de poderes superiores (deuses, demónios, espíritos, etc.). Também a ordem fixa da vida social e o destino do indivíduo eram imputados a essas forças sobrenaturais. O pensamento dos homens estava ainda muito fortemente dominado por representações mitológicas. Após a dissolução da sociedade primitiva e a formação da socie-

dade de classes, a vida dos homens transformou-se muito rapidamente. Especialmente nas cidades-estado da sociedade escravista grega realizaram-se transformações radicais, que abalaram o anterior modo de vida e de pensamento dos homens. O rápido desenvolvimento das forças produtivas com base na propriedade privada dos meios de produção, a expansão do trabalho artesanal e do comércio, o aparecimento do dinheiro, da usura e do juro conduziram a agudos antagonismos de classes. Houve acesas lutas de classes entre a aristocracia escravista fundiária e as camadas da classe escravista que se dedicavam ao artesanato, à indústria e ao comércio, durante as quais a vida social e política se transformou fundamentalmente. As concepções religiosas tradicionais, que justificavam a dominação da aristocracia, começaram a vacilar, tal como as normas, regras e hábitos até então vigentes na vida em comum e no procedimento dos homens. Na confrontação com a mitologia religiosa o conhecimento científico e a filosofia desenvolveram-se, para dar resposta às novas questões que então afectavam os homens.

Para, nestas novas circunstâncias, se poder compreender cada vez mais coisas e processos complicados da natureza e da sociedade, tornou-se necessário explicá-los em si próprios e fundamentar — contra concepções ultrapassadas — a ideia de que os homens são perfeitamente capazes de conhecer, compreender e dominar o mundo. Teve de se avançar do conhecimento de coisas isoladas para o conhecimento da sua conexão e também de se investigar o próprio pensamento e o conhecimento.



Moeda ática de quatro dracmas (Tetradracmo)
da segunda metade do século V a.n.e.

Não foi por acaso que, na Antiga Grécia, a cunhagem de moeda e a filosofia, por exemplo, surgiram na mesma altura (cerca de 630 a.n.e. em Corinto, por volta de 600 a.n.e. em Atenas). A busca, pelos primeiros filósofos gregos, do princípio, do que é comum a todas as coisas, está relacionada com a vida prática na sociedade produtora de mercadorias. Marx chamou a atenção para o facto de Aristóteles já ter perguntado a si próprio por que razão coisas tão diversas como uma casa, cinco almofadas ou uma determinada soma em dinheiro seriam comparáveis e permutáveis, de ele ter, portanto, colocado a questão do valor das mercadorias [1].

1.2. Filosofia e visão do mundo

A filosofia tem por tarefa elaborar e fundamentar uma visão do mundo. Mas é sequer possível existir um conhecimento ou uma visão do «mundo como totalidade»?

Ao falar do mundo nem sempre queremos dizer universo, embora muitas questões de visão do mundo se refiram, de facto, ao universo. Para nós, o conceito «mundo» tem conteúdos muito diferentes. Falamos, assim, consoante o ponto de referência, de mundo em sentido geográfico, do mapa político mundial e do mundo do socialismo e do mundo do capitalismo ou dos dois sistemas mundiais opostos. Falamos do «mundo da física» ou do «mundo interior» de uma pessoa. Seguir-se-á daqui que há muitos mundos e que uma visão una do mundo não é de todo possível? Estes «mundos» aparentemente diferentes são apenas **planos** do mundo uno, observado sob determinados pontos de vista, e a forma como ele é observado depende muito da visão do mundo do observador. Terá cada homem uma visão do mundo?

Hoje, todo o jovem tem já múltiplos conhecimentos do mundo: sob o aspecto geográfico, o mundo torna-se para ele gradualmente mais vasto, à medida que crescem os conhecimentos sobre a Terra, os continentes e os países. Ele desbrava o «mundo da física», o «mundo da química», o «mundo da biologia», a «história mundial», à medida que faz progressos nestas disciplinas do saber.

---

[1] Ver Karl Marx, *Das Kapital. Erster Band* [*O Capital. Primeiro Volume*] Marx/Engels: *Werke* (MEW) [Marx/Engels: *Obras*], vol. 23, pp. 73-74.

Também no aspecto político os contornos do mundo se tornam mais claros com o avanço do saber e da experiência.

São muitos os factos e acontecimentos, anseios e necessidades, pensamentos e sentimentos que desempenham um papel no pensar e no sentir de cada homem: pensemos na escolha da profissão e na perspectiva de desenvolvimento pessoal, na confrontação com acontecimentos políticos, na amizade, no amor, na moda, na mais recente música *pop* e em muitas outras coisas. Isto terá alguma coisa a ver com filosofia e com visão do mundo? Parece tratar-se apenas de pensamentos, atitudes e desejos totalmente pessoais e individuais. Porém, a aparência engana. Todos eles são mais ou menos condicionados pela sociedade e, ao pensarmos neles, deparam-se-nos novas questões. Tomemos só um exemplo: a escolha da profissão. A decisão sobre a profissão que se quer exercer é de grande alcance para qualquer pessoa. Não se toma essa decisão como indivíduo isolado, mas numa sociedade que se encontra num estádio de desenvolvimento histórico muito determinado, com uma determinada divisão social do trabalho. «Em certa medida, as nossas relações na sociedade já se iniciaram antes de estarmos em condições de as determinar», escreveu Karl Marx na sua composição de Alemão de exame final do ensino secundário [2]. Consequentemente, se eu quiser encontrar e preencher conscientemente o meu lugar na divisão social do trabalho e na própria sociedade, se quiser pôr de acordo — de forma correcta — os meus interesses individuais com os interesses sociais, devo saber como é que **indivíduo** e **sociedade** estão relacionados entre si. Mas a isto ligam-se novas questões: o que é o indivíduo, o que é a sociedade e como é que o «mundo individual» se liga com o «mundo social»? Existirão aqui conexões regidas por leis ou reinará o acaso nestas relações?

Sejam quais forem os problemas da vida pessoal e social com que nos debatamos, quando os examinamos a fundo deparam-se-nos sempre questões gerais mais profundas. O mesmo se passa quando nos ocupamos dos problemas da natureza ou do pensamento. No fim, chegaremos sempre a questões de carácter geral, que se ligam ao **mundo como totalidade**, à **posição do homem no mundo**, à sua **relação com a natureza e com a sociedade**. Esta-

---

[2] Karl Marx, *Betrachtung eines Jünglings bei der Wahl eines Berufes* [*Reflexão de Um Jovem perante a Escolha de Uma Profissão*], Karl Marx/Friedrich Engels: *Gesamtausgabe* (MEGA) [Marx/Engels: *Obras Completas*], secção I, vol. 1, Berlim, 1975, p. 455.

[illegible]

Página da dissertação de fim de estudo liceal de Karl Marx
"Reflexão de Um Jovem Perante a Escolha de Uma Profissão"

rão os homens em situação de conhecer o mundo e de o transformar na prática? Haverá leis na natureza e na sociedade? De que capacidades dispõe o homem e qual é o sentido da vida humana, que determina a acção humana e os seus fins? Que forças sociais determinam, na época presente, o curso da história humana? Que ordem social o futuro da humanidade revestirá? Tudo isto são questões filosóficas.

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) esboçou uma vez em quatro perguntas a tarefa da filosofia: «1. Que posso saber? — 2. Que devo fazer? — 3. Que posso esperar? — 4. Que é o homem?» Embora com isto não estejam determinadas todas as tarefas da filosofia, Kant tocou um aspecto muito importante da filosofia: a **relação do homem com o mundo**, nas suas diversas formas. Já todos meditámos em tais questões — por consequência, filosofámos.

A filosofia ocupa-se destes problemas e tenta dar respostas conexas às perguntas citadas, desenvolvendo concepções sobre o mundo como totalidade, sobre a posição do homem no mundo, sobre a sua relação com a natureza e com a sociedade, sobre o conhecimento e a transformação do mundo pelo homem.



Immanuel Kant

1 • 1.3. Da utilidade da filosofia

Tal concepção do mundo e das suas conexões gerais pode ser muito interessante — poder-se-ia objectar — mas que utilidade tem ela para a nossa vida prática? Não faria mais sentido ocuparmo-nos dos conhecimentos concretos das conexões da natureza e da sociedade, os quais podemos empregar imediatamente no trabalho e na vida social? Este ponto de vista parece ter muito a seu favor, e muitos crêem, por isso, não precisarem de se debater com problemas de visão do mundo. Enganam-se, porém. Seja o que for que pensemos e façamos, temos inevitavelmente de tomar uma determinada posição face às questões gerais de visão do mundo, sendo indiferente que o saibamos ou não, que o queiramos ou não. Mesmo quando alguém acha que não se interessa por nada do que se passa no mundo de hoje e que se preocupa apenas com os seus assuntos pessoais, está já, desse modo, a defender uma posição muito determinada de visão do mundo. Com o individualismo e o egoísmo não se evitam decisões quanto à visão do mundo, antes se toma uma decisão a favor de uma visão do mundo e de uma concepção de vida muito estreita, a favor de uma conduta política e moral que, designadamente, vai contra o progresso social.

A filosofia não é apenas uma determinada concepção do mundo; à filosofia pertencem também sempre **escalas de valores e normas para o procedimento prático, político e moral do homem** na configuração da sua própria vida e da vida social. Dá, assim, aos homens uma **orientação geral para todo o seu pensamento e acção**. Ao fazê-lo, não substitui de forma alguma os conhecimentos concretos das ciências da natureza, das ciências sociais e das ciências técnicas. Também não substitui a experiência prática. Mas permite ordenar todos estes conhecimentos em conexões mais vastas, avaliá-los correctamente quanto ao seu significado e torná-los fecundos para a acção prática. Dá-nos a possibilidade de entender como domínios parciais do universo uno, na sua conexão interna, os sectores limitados do mundo com os quais primordialmente temos a ver, e de determinar correctamente a nossa relação com o mundo.

Esta orientação ampla do nosso pensamento e procedimento é um pressuposto importante, não apenas para a configuração consciente da nossa vida individual e social mas também para a abordagem correcta dos problemas e tarefas perante os quais somos

colocados no trabalho e na vida política. Por isso é hoje necessário não apenas dispor de conhecimentos nas áreas de saber mais diversas e obter formação especializada mas também apropriarmo-nos conscientemente da filosofia do marxismo-leninismo, do materialismo dialéctico e histórico. De outro modo, é simplesmente impossível, no mundo de hoje, na época revolucionária da transição do capitalismo para o socialismo à escala mundial, orientarmo-nos correctamente e participar activamente na vida social. O nosso tempo caracteriza-se pelo crescimento e reforço do socialismo e por grandes vitórias dos movimentos de libertação nacional sobre o imperialismo. Ao mesmo tempo, o imperialismo consegue levar a cabo acções contra-revolucionárias aqui e ali e deter temporariamente o progresso social.

A revolução científica e técnica produz continuamente, a um ritmo muito rápido, novos conhecimentos e prodígios que podem facilitar a vida às pessoas, mas que podem também ser mal utilizados, como meios de destruição. Qual a nossa posição face a todas estas transformações, que significam elas para a humanidade? Como podemos nós encontrar a conexão na multiplicidade de acontecimentos, de novos saberes, de experiências?

Com os seus conhecimentos sobre as leis gerais da natureza, da sociedade e do pensamento, sobre o ser humano e a relação do homem com o mundo, a filosofia marxista-leninista dá-nos uma orientação espiritual e ajuda-nos a ordenar e avaliar o nosso saber e a nossa experiência, e a dar forma à nossa vida prática.

1. 1.4. Uma revolução na filosofia

A filosofia não é uma visão atemporal do mundo, apesar de alguns filósofos afirmarem que observam o mundo sob o «ponto de vista da eternidade». Na realidade, toda a filosofia apreende em pensamentos a sua época, como o filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel com a-propósito formulou.

Os problemas de que ela se ocupa são, em última instância, sempre determinados pelos **interesses** práticos e teóricos **de classes sociais**. Por conseguinte, toda a filosofia é expressão das tarefas que as classes têm a resolver, devido ao seu lugar na história. Ela explica e justifica tais tarefas e objectivos.

Muitos filósofos procuraram, com os seus sistemas, explicar

o mundo e encontrar as leis gerais segundo as quais ele se move. Ao mesmo tempo, queriam esclarecer a essência do homem e deduzir daí princípios para o seu comportamento prático bem como para a configuração da vida social. Ao fazê-lo, desenvolveram por vezes visões ousadas de um mundo melhor e mais justo, não conseguindo, porém, mostrar a forma prática de o alcançar.

Esta filosofia estava muito isolada das várias ciências, do conhecimento concreto da natureza e da sociedade e também da experiência prática dos homens. De certo modo, pairava acima das ciências e tentava explicar o mundo pelo mero pensamento. As faltas de conhecimento eram muitas vezes superadas por ousadas construções, o que, não raro, levava à violentação do saber já assegurado.

A filosofia burguesa adquiriu grande desenvolvimento quando no seio da sociedade feudal se desenvolveu o modo de produção capitalista e, com ele, as ciências modernas. Na luta contra a ordem social feudal ultrapassada e sentida como injusta, e contra os ensinamentos da visão religiosa do mundo do feudalismo, os filósofos da burguesia ascendente afirmaram que o homem se deve libertar destes grilhões sociais e mentais e construir, com a ajuda da sua razão, uma nova ordem social, que esteja de acordo quer com a natureza humana quer com os princípios da razão e da justiça. A filosofia burguesa daquele tempo deu, assim, expressão teórica aos esforços progressistas da burguesia ascendente e contribuiu, dessa forma, para o progresso social, apesar de muitas das suas ideias serem apenas representações de desejos.

Com a sociedade capitalista, a **classe operária** desenvolveu-se e começou a actuar como força revolucionária independente. Tornou-se visível que o capitalismo tinha de ser substituído por uma nova ordem social. Pela sua essência e pelos seus princípios, a filosofia tradicional não estava em condições de explicar teoricamente este processo histórico ou sequer de dar uma orientação para a acção revolucionária. Para tal, não bastava já deduzir com base na «natureza dos homens» ou em princípios gerais de humanidade **representações ideais de uma sociedade melhor.** Para compreender este processo histórico, para explicar que transformações sociais eram necessárias para que a pobreza, a exploração e a opressão das massas trabalhadoras pudessem ser eliminadas, era necessária uma **revolução na filosofia**.

Era preciso criar uma **nova** filosofia, que já não pairasse acima do saber concreto e da experiência prática dos homens mas que trabalhasse filosoficamente esse saber e essa experiência, que os



Karl Marx

resumisse e generalizasse, para conhecer as leis e as tendências gerais do desenvolvimento do mundo objectivo, em especial, da sociedade humana. Era preciso criar uma filosofia nova, que não se limitasse a anunciar ideais abstractos e a fazer apelos aos governantes para que os introduzissem, mas uma filosofia que reconhecesse na classe operária a força social que, em consequência das suas condições objectivas de existência e dos interesses de classe delas decorrentes, tem a missão histórica de levar a cabo a substituição do capitalismo pelo socialismo. Isto significa que deveria criar-se uma filosofia que fundamentasse teoricamente a **missão histórica da classe operária**, que formulasse os seus interesses fundamentais e que — em conjunto com outras ciências — esboçasse também, em linhas gerais, o caminho real para a modificação prática do mundo. Tinha de se criar uma filosofia que não apenas interpretasse o mundo existente, mas que, pela sua ligação à prática revolucionária da classe operária, se tornasse um instrumento teórico da transformação do mundo.

Esta filosofia é o **materialismo dialéctico e histórico**. Foi fundada nos anos 40 do século passado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Embora retomando conhecimentos até então produzidos pela história do pensamento materialista e dialéctico, cortaram ao mesmo tempo com toda a filosofia anterior e com as suas tradições.

Enquanto a filosofia tradicional esteve sempre ligada aos interesses e aos objectivos históricos das classes proprietárias exploradoras — mesmo a burguesia revolucionária, na sua melhor época, foi uma classe exploradora —, com o materialismo dialéctico e histórico surgia uma filosofia que dava expressão aos interesses da última classe explorada e que justificava a missão histórica da classe operária: a de acabar com qualquer exploração do homem pelo homem e de construir a sociedade socialista e, mais tarde, a sociedade comunista. Ao passo que a filosofia anterior era predominantemente uma teoria, que pairava acima das ciências e da prática social, agora a própria filosofia se tornava uma ciência.

O aparecimento do materialismo dialéctico e histórico significou uma revolução na história do pensamento filosófico.

A antiga filosofia foi superada e suprimida no sentido de que, em vez de construções de pensamento pairando acima das ciências, surgiu um saber fundamentado. A filosofia marxista-leninista obtém o seu saber fundamentado a partir da análise e do tratamento sistemático dos resultados mais importantes alcançados pelas várias ciências, pela história do pensamento científico e pela práti-



Friedrich Engels

ca social, utilizando métodos científicos. As suas concepções, valores e orientações são, por isso, cientificamente baseados e podem ser verificados, de forma teórica e prática, utilizando métodos científicos. À filosofia marxista-leninista aplicam-se os mesmos critérios do pensamento científico que às outras ciências. Mas a antiga filosofia é também preservada, no sentido de que a filosofia marxista-leninista — a partir da sua nova posição social e teórica — trabalha de forma crítica os resultados de todo o pensamento filosófico anterior e o torna frutuoso para a solução das suas tarefas. Ela continua todos os pontos de partida, resultados e tradições do pensamento filosófico que podem ser utilizados, mas fá-lo a um nível qualitativamente novo. Desenvolve-se com os progressos das ciências e com novos conhecimentos da prática social. Por isso pode dar à classe operária e a todas as forças progressistas do presente uma orientação de visão do mundo que corresponde ao estado actual do conhecimento científico, às exigências da construção do socialismo e à luta de classes revolucionária.

Com a fundação do materialismo dialéctico e histórico transformou-se fundamentalmente a **função social da filosofia**: esta tornou-se um instrumento teórico necessário à realização das tarefas e objectivos históricos da classe operária e à transformação activa e revolucionária do mundo.

«Os filósofos têm apenas **interpretado** o mundo de maneiras diferentes, a questão é **transformá-lo**.» [3] Nesta tese de Karl Marx está expresso com precisão o carácter revolucionário e o papel activo da nova filosofia.

A reivindicação de constituir um instrumento de transformação do mundo não será exagerada? As ideias, só por si, não podem, naturalmente, transformar o mundo material. Só ao tornarem-se «força material», isto é, ao levarem os homens a uma actuação unida e organizada, é que as ideias transformam o mundo. A filosofia marxista-leninista torna-se força material ao ligar-se indissoluvelmente à organização de classe e à luta da classe operária. «Fora da luta de classes o socialismo é uma frase oca ou um sonho ingénuo.» [4] Os conhecimentos fundamentais da filosofia marxista-leninista servem de base aos programas e à actividade política dos partidos operários revolucionários.

---

[3] Karl Marx, *Thesen über Feuerbach* [*Teses sobre Feuerbach*], MEW, vol. 3, p. 7. [Ver: Karl Marx e Friedrich Engels, *A Ideologia Alemã* (*1.º Capítulo, seguido das Teses sobre Feuerbach*), Edições «Avante!», Lisboa, 1981, p.3.]

[4] V. I. Lénine, *Obras Completas*, 5.ª ed., t. 12, p. 45 (em russo).

Todavia, não bastam os conhecimentos da filosofia. Para saber por que razão a classe operária tem a missão histórica de eliminar a sociedade capitalista de exploradores e de construir a ordem social comunista é necessário conhecer já as relações sociais de produção, no passado e no presente. Quer isto dizer: são necessários determinados conhecimentos de **economia política**.

Para fazer realmente a revolução socialista e para construir a sociedade socialista, para dar os passos que para tal são precisos e para dominar com êxito todas as tarefas, devem também transformar-se os conhecimentos filosóficos e económicos em actos políticos, organizar a classe operária e todos os trabalhadores, torná-los conscientes da sua situação económica e das suas tarefas e objectivos políticos. Cabe ao **comunismo científico** analisar ainda as experiências revolucionárias da classe operária ao longo da história e no presente, generalizá-las teoricamente e investigar que leis determinam a construção do socialismo e do comunismo. Por isso, a filosofia marxista-leninista, a economia política e o comunismo científico formam uma unidade. Designamos os três, em conjunto, por **visão do mundo da classe operária** ou, segundo os nomes dos seus fundadores, por **marxismo-leninismo**.

O materialismo dialéctico e histórico perpassa as outras componentes do marxismo-leninismo e une-as num único edifício de pensamento, em cujo centro se encontra a fundamentação do papel da classe operária na história universal, dos seus objectivos e do caminho para a concretização desses objectivos.

1. 2. A questão fundamental da filosofia

Têm agora uma ideia do modo como os filósofos se ocupam do mundo e do fim com que o fazem. Mas, se fizermos a pergunta «de onde é que o mundo provém?» a resposta não é lá muito simples.

Durante muito tempo, os homens acreditaram que o mundo teria sido, em determinada altura, criado por deus. Ainda em meados do século XVIII, John Lightfoot, vice-chanceler da célebre Universidade de Cambridge, em Inglaterra, escrevia: «O Céu, a Terra e o Homem foram criados pela Santíssima Trindade no mesmo instante. Isso aconteceu a 23 de Outubro de 4004 antes de Cristo, às nove horas da manhã.» O deus cristão era apresentado

como um ser espiritual, que na sua omnipotência teria, a partir do nada, criado o mundo, toda a natureza, a Terra e todos os seres terrestres. Não nos deteremos levando a sério o prodígio de um mundo material ser desencantado do nada por um espírito, nem gastando argumentos contra tal pretensão. Perguntaremos apenas qual a concepção filosófica geral que nela se expressa. Esta crença na criação contrapõe o espírito (deus), como origem, ao mundo e à natureza. Nesta concepção o espírito é o primeiro e é ele que produz a natureza. Francamente, deveríamos aqui continuar a perguntar: de onde vem então o espírito — neste caso, «deus»? A isso respondem, contudo, os partidários desta concepção: deus não vem de parte alguma, deus existe sempre. Não são, contudo, capazes de apresentar argumentos claros a favor disso. Como responderíamos nós hoje — com base nos conhecimentos científicos actuais — à pergunta sobre a origem do mundo? Todos os conhecimentos das ciências da natureza e todas as reflexões filosóficas neles baseadas conduzem sem dúvida à justificada conclusão de que o mundo não tem princípio, antes é matéria em permanente movimento. Por outro lado, todos os conhecimentos científicos provam que aquilo a que chamamos espírito, ou seja, a consciência humana, o pensamento e, com ele, também a representação de um deus, é um produto do desenvolvimento da matéria, da natureza e da sociedade.

Em torno desta questão travou-se em toda a história da filosofia uma dura luta, visto que ela se reveste de importância muito especial. Consequentemente, é também designada por «questão fundamental da filosofia».

1. 2.1. Qual o conteúdo da questão fundamental?



Que estado de coisas objectivo reflecte esta questão?

Engels formulou-o nas seguintes palavras: *«A grande questão fundamental de toda a filosofia e, em especial, da filosofia moderna, é a da relação entre pensamento e ser* [...] *Consoante esta ques-*

tão foi respondida de uma forma ou de outra, assim se dividiram os filósofos em dois grandes campos. Os que afirmavam a originariedade do espírito face à natureza — supondo assim, em última instância, uma criação do mundo de qualquer tipo [...] — *constituíram o campo do idealismo. Os outros, que consideravam a natureza como o originário, pertencem às várias escolas do materialismo.*» [5]

Como deve, porém, entender-se isto?

! *A relação entre ser e pensamento ou, de uma forma mais geral, entre* **matéria e consciência**, *forma o conteúdo da questão fundamental da filosofia.*

É necessário pensarmos primeiro sobre isto, pois na simples percepção não encontramos dois mundos separados, independentes um do outro — um «mundo da matéria» e um «mundo da consciência». A consciência, encontramo-la apenas como consciência humana, como produto da acção dos sentidos ou do cérebro e da acção social prática do homem. Existe apenas como componente do processo material de vida do homem.

Por que é importante para o homem determinar correctamente a relação entre matéria e consciência, entre ser real e pensamento? Será somente uma «esquisitice filosófica», uma questão artificialmente forjada? De modo algum! Quando nos confrontamos na prática com o nosso meio ambiente, quando no processo de trabalho agimos sobre ele e o transformamos segundo as nossas necessidades, a nossa actividade prática material e a actividade espiritual da nossa consciência formam uma unidade inseparável. Estão estreitamente entrelaçadas. Mas, se quisermos ter êxito e alcançar realmente os resultados pretendidos, devemos aprender a separar nitidamente os objectos do mundo material, por um lado, e as nossas percepções, representações e pensamentos acerca deste mundo, por outro. Exactamente da mesma maneira devemos distinguir a actividade prática material, que de facto transforma os objectos, das operações de pensamento da consciência, que, por si, não podem transformar absolutamente nada. Isto parece-nos muito evidente. Porém a humanidade levou muito tempo até compreender esta diferença fundamental entre fenómenos materiais e espirituais. E mais tempo foi ainda necessário para tornar compreensível esta diferenciação e para a fixar em conceitos. Isso pressupunha

---

[5] Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*], MEW, vol. 21, pp. 274 e 275.

um certo estádio de desenvolvimento das relações sociais e do pensamento teórico, pelo que esta diferenciação só veio a verificar-se na filosofia grega da Antiguidade. Desde então, a questão da relação entre alma e corpo, entre espírito e natureza, entre pensamento e ser, entre consciência e matéria, desempenha um importante papel no pensamento filosófico.

A vida e as suas tarefas práticas forçam o homem a compreender a relação entre elas e o mundo, a interrogar-se sobre a relação que o homem e a sua consciência têm com o mundo ou — em termos filosóficos — a responder à questão fundamental da filosofia sobre a relação do pensamento, da consciência, com o mundo material. Na questão fundamental da filosofia, este aspecto da relação do homem com o mundo é posto em evidência e generalizado à oposição entre matéria e consciência. Trata-se, naturalmente, de uma abstracção porque a consciência não existe por si só. É, todavia, uma abstracção justificada e extremamente importante. Só esta oposição possibilita o reconhecimento daquilo que, na relação recíproca entre matéria e consciência, em todas as suas formas de manifestação, é basicamente **primário**, determinante, e daquilo que é **secundário**, determinado: ou a matéria ou a consciência. A decisão desta questão é do máximo significado e alcance: determina o carácter **materialista** ou **idealista** de toda a visão do mundo.

1 . 2.2. A questão suprema da filosofia

Friedrich Engels chamou ao mesmo tempo à questão fundamental da filosofia a «questão suprema da filosofia».

? Por que é que a questão fundamental é a questão suprema da filosofia?

! *A oposição entre matéria e consciência é uma abstracção. Abstraímos do entrelaçamento dos processos de consciência com os processos materiais da actividade dos nervos e da actividade prática bem como das várias formas, conteúdos e resul-*

tados práticos da actividade da consciência e opomos a consciência, em geral, à matéria. As categorias filosóficas «matéria» e «consciência» são, porém, as formações conceptuais da filosofia que mais ampla e profundamente se complementam. A sua oposição conduz directamente à resposta materialista ou à resposta idealista perante a questão fundamental da filosofia. Com a formulação da questão fundamental da filosofia atinge-se, pois, o grau supremo de abstracção, com sentido, dentro da filosofia.

Porque a questão fundamental da filosofia é a questão suprema, a resposta que a ela se dá conduz directamente a uma das duas possíveis orientações fundamentais da filosofia: ou ao materialismo ou ao idealismo.

Que entendemos nós por materialismo e por idealismo?

O **materialismo** é a orientação fundamental da filosofia que parte sempre do primado da matéria. Em todas as suas formas — seja o materialismo da Antiguidade, o burguês, ou o marxista — considera a matéria, a natureza, o mundo material, como primário, fundamental e determinante, enquanto declara secundários, derivados, produzidos pela matéria e por ela determinados, o pensamento e o sentir. O materialismo é por essência ateísta.

O **idealismo** é a orientação fundamental da filosofia que em todas as suas variantes parte do primado da consciência, do espírito, do pensamento, da ideia, e que considera secundários, derivados, produzidos pelo espírito (deus), determinados pelo pensamento ou por ideias, a matéria, a natureza, o mundo material.

A questão fundamental da filosofia é o ponto de orientação para distinguir claramente entre materialismo e idealismo em todas as suas formas e variantes históricas. Filosofia alguma pode evitar a questão fundamental da filosofia. Directa ou indirectamente, tem de tomar posição quanto a ela, e, assim, fixar a sua posição na luta entre materialismo e idealismo.

A resposta à questão fundamental da filosofia não conduz apenas a uma das duas orientações fundamentais da filosofia; simultaneamente, leva à explicação de todos os outros conceitos filosóficos e à solução de todos os problemas filosóficos, numa linha de base materialista ou idealista. Consequentemente, a questão fundamental da filosofia é também questão suprema, no sentido em que a resposta que a ela se dá constitui o princípio último de orientação do comportamento prático, da actividade prática e do pensamento teórico em todos os domínios da vida social.

Só um pensamento e uma acção que se deixam guiar pela materialidade da natureza, do ser social e das suas leis estão em

concordância com aquilo que é próprio do mundo objectivo. Isto constitui um pressuposto para o sucesso. O físico que examina a estrutura de uma matéria ou o movimento de certas partículas elementares parte do princípio de que os objectos da sua investigação não são meros produtos do pensamento mas de que existem independentemente das suas operações de pensamento, quer dizer, de forma objectiva-real. O operário que trabalha ao torno uma peça sabe naturalmente que quer o torno quer a peça têm uma existência material, independentemente da sua consciência e fora dela. A classe operária, que luta no capitalismo contra a exploração, sabe muito bem que as relações sociais da exploração capitalista são condições materiais que existem não no pensamento mas na realidade objectiva. Não podem, por isso, ser eliminadas por uma simples transformação de consciência mas sim pela acção prática, pela revolução socialista. Todavia, pensamento e acção que se orientem para a resposta idealista à questão fundamental da filosofia entram sempre, forçosamente, em conflito com a realidade objectiva e levam ao fracasso. Por conseguinte, a questão fundamental da filosofia é, apesar de todo o seu carácter abstracto, uma **questão prática**. A resposta que a ela se dá é da maior importância para a resolução das questões da vida social, em especial para a política do partido da classe operária.

A questão fundamental da filosofia atravessa toda a história do pensamento filosófico. Desde que a diferença entre matéria e consciência, entre natureza e espírito, entre corpo e alma, se tornou consciente, todos os filósofos tomaram posição sobre esta questão, ou no sentido do materialismo ou no do idealismo. Assim, o carácter oposto de ambas as orientações filosóficas fundamentais foi-se destacando cada vez mais claramente, criando-se importantes pressupostos para a formulação da questão fundamental da filosofia e para a sua resposta materialista, amplamente fundamentada. Porém, só o materialismo dialéctico e histórico foi capaz de responder de forma consequente à questão fundamental da filosofia e de justificar cientificamente esta resposta. Seria muito interessante analisar as numerosas tentativas de solução do materialismo anterior, o que, por razões de espaço, não é possível fazer nesta obra.

1.2.3. Argumentos a favor de uma resposta materialista

À questão fundamental da filosofia pode responder-se quer no sentido do materialismo quer no sentido do idealismo. Seguir-se-á que a posição materialista e a idealista se encontram uma perante a outra, em igualdade de circunstâncias? Que tanto é possível decidirmo-nos por uma como por outra posição filosófica? É, naturalmente, possível, assumir uma posição de base materialista ou idealista. Isso depende de vários factores, principalmente da posição social da pessoa e das influências ideológicas que sobre ela se exercem. Mas **não** são decisões equivalentes, pois entre elas há uma distinção fundamental. A resposta materialista à questão fundamental da filosofia é a conclusão filosófica tanto dos resultados mais importantes das ciências da natureza e das ciências sociais como dos conhecimentos práticos da humanidade. Está, por consequência, cientificamente fundamentada. Com a resposta idealista à questão fundamental da filosofia as coisas passam-se de outra maneira: ela encontra-se em oposição aos conhecimentos fundamentais das ciências e à experiência das pessoas, tendo, por isso, o carácter de uma decisão de fé.

?. Que diz então a tese do primado da matéria sobre a consciência?

!. *A resposta materialista à questão fundamental da filosofia diz, em primeiro lugar,* **que a matéria é anterior no tempo à consciência.**

A matéria existe antes da consciência, pois é eterna e sem fim. A consciência, contudo, só surge com determinado grau de desenvolvimento da matéria. A sua existência depende de condições muito determinadas, pelo que é transitória, condicionada e finita. O ponto de vista de que a matéria é eterna, que não pode ser destruída nem criada, é um conhecimento filosófico seguro, de fundamental importância. Baseia-se em vasto e irrefutável material científico comprovativo, em especial nas leis físicas da conservação da matéria, que dizem que nem a massa nem a energia podem ser destruídas ou criadas a partir de nada.

Sabemos ainda, pela investigação da história do nosso planeta Terra, que, há alguns milhares de milhões de anos, ainda não havia vida sobre ela. Logo, não podia também haver seres vivos dotados de consciência. Só depois de longos processos de desenvolvimento surgiram formas de matéria viva. Da evolução desta, resultou por fim também o homem e só com este surgiu uma consciência totalmente formada.

A constatação de que a matéria existe antes da consciência é de grande significado, na visão do mundo, para a refutação de doutrinas filosóficas que afirmam que o mundo material não é senão o conteúdo da consciência e que, como única realidade, nos são dadas as percepções na consciência do ser humano (do sujeito). Mas esta concepção, denominada idealismo subjectivo, encontra-se, de forma muito evidente, em contradição com os conhecimentos fundamentais das ciências da natureza. Aliás, nem os idealistas subjectivos são capazes de pôr em dúvida que a natureza existiu antes do ser humano e, assim, também antes da consciência.

! *A resposta materialista à questão fundamental da filosofia diz, em segundo lugar,* **que a consciência é um produto do desenvolvimento da matéria**, *que se constrói com base em matéria altamente organizada — o cérebro humano —, como propriedade qualitativamente específica da matéria.*

Esta propriedade específica consiste na capacidade de **reflectir** o mundo material em formas ideais, de construir modelos interiores ideais do mundo exterior, de colocar conscientemente a si próprio objectivos e de adequar o comportamento a fins, segundo determinados programas. A consciência é um produto do desenvolvimento histórico-natural e do desenvolvimento social. Esta tese do materialismo dialéctico e histórico baseia-se no tratamento filosófico de um enorme material factual e de importantes conhecimentos de muitas ciências.

A biologia, a fisiologia — especialmente os ramos da fisiologia que investigam a função dos órgãos dos sentidos e dos nervos — examinaram pormenorizadamente o desenvolvimento dos pressupostos naturais da consciência humana. Graças a estas investigações, possuímos um conhecimento relativamente completo de como a evolução biológica dos animais antepassados do homem levou à formação dos pressupostos naturais da consciência. Sabemos como neste processo de desenvolvimento se formaram a organização e o modo de funcionamento do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos bem como a actividade psíquica que neles assenta. Todavia, a consciência humana — partindo destes pré-está-

dios e pressupostos da consciência, que já existem nos animais mais desenvolvidos — só a pouco e pouco se conseguiu formar, sob o estímulo da actividade laboral do homem, que então se iniciava. A transição da actividade instintiva e biológica dos animais antepassados do homem para a actividade laboral colectiva, para o fabrico e a utilização comunitária de instrumentos foi o passo decisivo que levou à formação da linguagem e do pensamento abstracto e conceptual. O trabalho colectivo reforçava a necessidade de os homens se entenderem uns com os outros. A linguagem dele resultante mostra ser, em acção recíproca com o trabalho, um factor de estímulo para o desenvolvimento da consciência, do pensamento. Friedrich Engels descreveu assim este processo: «O trabalho, primeiro, depois e com ele a linguagem — estes são os dois estímulos essenciais, por cuja influência o cérebro de um macaco passou a pouco e pouco, apesar de toda a semelhança, para o cérebro muito maior e mais perfeito de um ser humano [...]

«A repercussão do desenvolvimento do cérebro e dos sentidos ao seu serviço, da consciência que se tornava cada vez mais clara, da capacidade de abstracção e de concluir sobre o trabalho e sobre a linguagem foi dando a ambos sempre um novo impulso para o seu aperfeiçoamento [...].» [6] Esta concepção foi totalmente confirmada, posteriormente, pela antropologia, a neurofisiologia e a psicologia, e precisada com base em novos resultados de investigação.

Assim, a consciência humana é, por conseguinte, um produto do desenvolvimento da natureza e da sociedade. As suas bases materiais são tanto a matéria altamente organizada do cérebro e a respectiva actividade como as relações sociais materiais do homem e a sua actividade prática material. Entre estes dois aspectos da base material da consciência existe uma estreita acção recíproca. O cérebro, como órgão da consciência, permite e veicula a confrontação activa do homem com o seu ambiente natural e social. E este ambiente determina decisivamente o conteúdo da actividade cerebral.

! *A resposta materialista à questão fundamental da filosofia diz, em terceiro lugar,* **que a consciência é um reflexo ideal do mundo material**. A consciência não produz os seus conteúdos a partir de si própria, nem estes fluem para ela de fontes supranaturais: ela obtém-nos pela apropriação e pelo reflexo espi-

---

[6] Friedrich Engels, *Anteil der Arbeit an der Menschwerdung des Affen* [*Participação do Trabalho na Humanização do Macaco*], MEW, vol. 20, pp. 447 e 448.

rituais do mundo material em sentimentos, sensações, representações, conceitos, proposições, teorias, etc. O conteúdo da consciência humana é, pois, um reflexo, uma cópia do mundo material. Este reflexo desenvolve-se com base no correspondente grau de desenvolvimento da prática social do homem, e é, por conseguinte, historicamente determinado.

Pelo seu carácter ideal, a consciência está em condições de reflectir o mundo material. Pode criar cópias generalizantes ou abstractivas de propriedades e conexões essenciais do mundo exterior, armazená-las e operar com elas. O reflexo é um processo extraordinariamente complicado, em que, por meio da actividade dos sentidos e dos nervos humanos, o material é «traduzido» em ideal. «Para mim [...] o ideal não é senão o material transposto para e traduzido na cabeça do homem» [7], como dizia Marx. Não é um processo simples da natureza, antes é, simultaneamente, trabalho social activo do homem. A consciência não reflecte apenas os objectos, processos, estruturas e leis do mundo objectivo; reflecte sempre as relações, interesses e necessidades sociais, sobre cuja base material surge e se desenvolve.

! *Por último, a resposta materialista à questão fundamental da filosofia diz, em quarto lugar, que* **a consciência serve ao homem como meio de transformação activa do mundo.** Não estaremos, com isto, a contradizer a afirmação de que a consciência é secundária, derivada e determinada pela matéria? A consciência é, de facto, secundária em relação à matéria. Esta existia antes da consciência, produziu a consciência a partir de si própria e é, também, o conteúdo da consciência. Porém, não se segue, de forma alguma, que não possa desempenhar um papel importante. A consciência é uma componente necessária do processo da vida social. Este, como apropriação, transformação e reorganização activa do mundo, apenas é possível porque a consciência confere ao homem a capacidade de conhecer este mundo, de colocar conscientemente a si próprio objectivos, de acumular experiência, de aprender e de realizar materialmente programas e projectos concebidos idealmente.

Com a questão fundamental da filosofia e a sua resposta consequentemente materialista alcançámos o ponto de partida teórico para melhor compreender toda a construção de pensamento da filosofia marxista-leninista.

---

[7] Karl Marx, *Das Kapital. Erster Band* [*O Capital. Primeiro Volume*], MEW, vol. 23, p. 27.

1. 3. Os princípios do materialismo marxista

1. 3.1. Que entendemos por materialismo?

Já verificámos que o materialismo é uma orientação básica da filosofia e que se encontra em oposição ao idealismo.

?

• Que concepções defendem os filósofos materialistas?

Muitas pessoas ainda continuam a acreditar que o materialismo é uma concepção que enaltece as vantagens e os prazeres materiais e menospreza anseios e ideais espirituais mais elevados. Desde Platão e já há cerca de dois mil anos que ele é assim apresentado pelos adversários da filosofia materialista.

«O filisteu entende por materialismo o comer, o beber, o prazer dos olhos, o prazer da carne e a soberba, a cobiça, a avareza, a avidez, a sede de lucro e as fraudes da bolsa, isto é, todos os vícios sórdidos a que ele próprio secretamente se entrega; e, por idealismo, a crença na virtude, no universal amor ao homem e num "mundo melhor", em geral, que gosta de alardear perante outros mas em que ele próprio só acredita — quando muito — enquanto passa pela ressaca ou pela bancarrota que necessariamente se seguem aos seus habituais excessos "materialistas" e canta o seu estribilho favorito: "O que é o homem — meio animal, meio anjo."» [8]

Na realidade, o materialismo e, por maioria de razão, o materialismo dialéctico e histórico nada tem a ver com uma tal visão. O nome «materialismo» designa uma concepção filosófica e não uma ideologia moral.

---

[8] Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*], MEW, vol. 21, p. 282.

! **O princípio fundamental do materialismo**, *em todas as suas várias formas históricas, consiste em observar o mundo objectivo tal como ele realmente é, sem recorrer a hipóteses fantásticas. Dito de outro modo:* **o materialismo explica o mundo a partir dele próprio**, *das suas próprias conexões regidas por leis. «Mas a visão materialista da natureza não é mais do que a simples apreensão da natureza, tal como ela se dá, sem acrescentos estranhos [...]»* [9], *escreveu Engels.* A concepção materialista coincide, assim, totalmente com a experiência prática dos homens, com o são raciocínio humano, mas também com a ciência. No fundo, qualquer pessoa sensata enfrenta desta maneira as coisas e os acontecimentos da vida prática, qualquer pessoa se comporta espontaneamente de forma materialista. Mesmo o mais empedernido dos idealistas vai ao dentista quando tem dores de dentes, come e bebe e não se esquece de respirar.

Porém, a filosofia materialista não pode contentar-se com as opiniões do são raciocínio humano. Porque ela coloca a questão englobante do mundo como totalidade: será o mundo — pela sua natureza — material, ou será apenas a criação de um espírito supranatural? E, quanto a isto, o são raciocínio humano e a experiência prática, só por si, não podem ajudar-nos. Para resolver esta questão, a questão fundamental da filosofia, é preciso o pensamento filosófico, o tratamento filosófico dos resultados de muitas ciências. Como já verificámos, o materialismo parte sempre da posição segundo a qual o mundo é, por natureza, material, existe independentemente da consciência humana e fora dela e não é criação de um espírito supranatural. Existia antes de haver pessoas e independentemente de a consciência humana o conhecer ou não.

O materialismo tem já uma longa história. Surgiu juntamente com o próprio pensamento filosófico. Desenvolveu-se de forma sistemática no século VI a.n.e., na Grécia Antiga. Os filósofos gregos Tales (cerca de 624-545 a.n.e.), Anaximandro (610-545 a.n.e.), Anaxímenes (cerca de 585-525 a.n.e.), Heraclito (cerca de 540-480 a.n.e.), Empédocles (cerca de 483-430 a.n.e.) e outros, tentaram reduzir a totalidade dos fenómenos a uma substância primitiva, a uma matéria original que estaria na base de tudo, e tentaram, assim, explicar o mundo a partir de si próprio, de forma materialista. A filosofia de Demócrito (cerca de 460-360 a.n.e.) constituiu o ponto mais alto do materialismo antigo. Demócrito foi um

---

[9] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 469.


Demócrito

dos maiores sábios e pensadores do seu tempo. A sua teoria da construção de todo o mundo material a partir de átomos foi uma hipótese genial, que antecipou conhecimentos essenciais das ciências da natureza posteriores.

«Leucipo e Demócrito afirmam que todas as coisas são compostas por corpos indivisíveis; que estes (corpos) são, porém, infindáveis em número e forma. Mas que elas próprias (as restantes coisas) se distinguem umas das outras (pelos átomos), de que se compõem, e pela sua situação e disposição.» Assim caracterizava Aristóteles a teoria do átomo de Demócrito.

Na Idade Média, religião e teologia dominavam na vida espiritual da sociedade feudal. Porém, as ideias do materialismo não soçobraram. Penetraram até na teologia e começaram a desagregá-la.

Com base no surgimento da formação social capitalista, deu-se um novo florescimento do materialismo, como expressão espiritual dos esforços da burguesia progressista na sua luta contra a sociedade feudal.

A filosofia materialista burguesa estava estreitamente ligada às ciências da natureza e orientava-se contra a teologia e a religião. Os materialistas ingleses Francis Bacon (1561-1626), Thomas Hobbes

(1588-1679), John Locke (1632-1704) e outros — em oposição ao pensamento escolástico — fundamentaram o papel da experiência, da observação e da experimentação, como meios de conhecimento para a investigação da natureza. Os materialistas franceses Julien Offray de La Mettrie (1709-1751), Paul Henri Dietrich Holbach (1723-1789), Claude Adrien Helvétius (1715-1771) e Denis Diderot (1713-1784) desenvolveram a visão materialista do mundo, fazendo dela um vasto sistema filosófico. Nele, o mundo era visto como um sistema conexo de corpos materiais. Este sistema move-se no espaço e no tempo, de acordo com as leis da mecânica, e não necessita nem para a sua existência nem para o seu movimento, de quaisquer potências supranaturais.

A filosofia de Ludwig Feuerbach (1804-1872) constituiu o grau supremo de desenvolvimento do materialismo burguês.

Renovou o materialismo na confrontação com o idealismo da filosofia alemã clássica. Alargou e aprofundou o fundamento científico-natural e gnosiológico do materialismo criando, assim, importantes pressupostos para a passagem a um estádio qualitativamente novo de desenvolvimento do materialismo: o materialismo dialéctico e histórico.

O materialismo burguês, que os filósofos da burguesia desen-



Ludwig Feuerbach

volveram e defenderam no combate contra a ordem feudal ultrapassada, constituiu uma grande conquista do pensamento filosófico, apesar de, inevitavelmente, apresentar ainda falhas consideráveis e certas inconsequências.

Só com o materialismo dialéctico e histórico as barreiras, parcialidades e inconsequências do materialismo primitivo foram superadas. Com o materialismo dialéctico e histórico, Marx e Engels completaram a construção da filosofia materialista. Criaram, assim, o **materialismo moderno, consequente**, que explica de forma materialista não só a natureza mas também a sociedade e o pensamento. «O génio de Marx e de Engels consiste precisamente», escreveu Lénine, «em que, durante um período muito longo, *quase meio século*, desenvolveram o materialismo, fizeram avançar uma corrente fundamental da filosofia, não se contentaram em repetir questões gnosiológicas já resolvidas, mas aplicaram consequentemente, e mostraram *como* se deve aplicar *este mesmo* materialismo no domínio das ciências sociais [...].» [10]

O materialismo dialéctico e histórico não se limita a investigar se e como os homens podem conhecer a realidade. Pela primeira vez na história do pensamento filosófico, integra também na filosofia a acção do homem, a prática social. Só através disso se tornou possível compreender e explicar de forma materialista a sociedade humana. A sociedade é um estádio qualitativamente novo do desenvolvimento da matéria, caracterizado, antes de mais, pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção sociais materiais. Contudo, estas não são resultado do desenvolvimento natural, mas da actividade prática material das pessoas. A filosofia marxista teve a capacidade de abarcar esta conexão e de a explicar de forma materialista. Reconheceu o **significado da actividade revolucionária, da actividade prática e crítica**. E, com isso, superou a insuficiência fundamental de todo o materialismo anterior.

Aplicadas com consequência, as teses filosóficas sobre o carácter material do mundo e a sua submissão a leis, sobre a possibilidade de se conhecer o mundo e a possibilidade de o transformar pela actividade prática, conduzem ao reconhecimento do papel histórico da classe operária como criadora da sociedade comunista. Assim se ultrapassa o carácter passivo da filosofia anterior. A filosofia torna-se um instrumento de transformação revolucionária do mundo. A filosofia pré-marxista era passiva, porque se limitava à «observa-

---

[10] V. I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 254.



Georg Wilhelm Friedrich Hegel

ção pensada do mundo» e não colocava a si mesma a tarefa de actuar conscientemente na transformação do mundo.

O grande filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) era de opinião que a filosofia chegava sempre tarde de mais. «Como **pensamento** do mundo, ela só aparece no tempo em que a realidade completou o seu processo de formação e se tornou pronta [...] Quando a filosofia pinta o seu quadro monótono, houve uma figura da vida que envelheceu, e, com o quadro monótono, não se deixa rejuvenescer, mas apenas conhecer; a ave de Minerva só ao raiar do crepúsculo começa o seu voo.» [11] A actual filosofia burguesa, para mais, faz o seu monótono trabalho muitas vezes numa tal linguagem que uma pessoa normal só de chapéu na mão a pode ouvir, como alguém sarcasticamente observou. Que se poderá fazer de formulações do filósofo burguês Martin Heidegger como a de que «a entidade do ente» permanece «existente no que perdura» ou a de que «o nada nadifica»? Uma tal filosofia está tão distante da vida prática que uma pessoa normal mal a consegue perceber.

---

[11] G. W. F. Hegel, *Grundlinien der Philosophie des Rechts* [*Linhas Gerais da Filosofia do Direito*], Berlin 1965, p. 17.

1. 3.2. A oposição entre materialismo e idealismo

Em todas as suas formas históricas o materialismo esteve sempre em oposição ao idealismo e desenvolveu-se em permanente confrontação com este. A **luta entre materialismo e idealismo** é uma importante **lei da história da filosofia** e, simultaneamente, uma força motriz específica do pensamento filosófico.

? • Qual a causa de haver na filosofia uma luta permanente
entre as orientações fundamentais,
entre os diferentes sistemas e visões?

Serão os filósofos pessoas especialmente intolerantes e propensas a disputas? Ou será que na disputa entre os sistemas filosóficos não existe nenhum conhecimento verdadeiro nem nenhum progresso no conhecimento, de tal forma que qualquer pensamento pode ser posto em questão? Se realmente assim fosse, não valeria a pena estudar filosofia. De facto, esta luta ininterrupta dentro da filosofia tem causas profundas. *A filosofia expressa da forma mais geral os interesses, anseios e ideias de classes sociais. A luta entre posições filosóficas é, por conseguinte, totalmente explicável. Ela é o reflexo da luta económica e política entre as classes, é uma das formas por que as classes se conscientializam dos seus objectivos e anseios: é uma* **componente importante da luta ideológica de classes**.

Nesta luta, a filosofia do materialismo foi, a maior parte das vezes, expressão ideológica dos anseios de classes progressistas, que tinham por objectivo uma transformação da sociedade. O idealismo, pelo contrário, foi frequentemente a visão de forças de classe reaccionárias, que estavam interessadas na defesa das situações sociais existentes. Esta regra geral não pode, porém, ser tomada como absoluta. Sob determinadas condições históricas, também em sistemas idealistas se expressaram anseios progressistas, antifeudais, revolucionários e democráticos. Foi este o caso amplamente verificado na filosofia alemã clássica.

? O que é o idealismo?

! *O* **idealismo** *é a orientação fundamental da filosofia que parte do princípio de que consciência, pensamento, espírito, vontade, logo, qualquer coisa de ideal, de imaterial, é primário, fundamental, determinante; e de que matéria, natureza, mundo material, são produzidos por aqueles ou deles dependentes.* A posição idealista fundamental encontra-se claramente em gritante contradição com toda a experiência prática, com o são raciocínio humano e com resultados fundamentais da ciência. Face a estes factos, não será de admirar que a filosofia idealista sempre tenha tido os seus partidários e que os tenha também no presente, que mesmo importantes cientistas da natureza tenham sido, e em parte ainda sejam hoje, representantes do idealismo?

Seria um erro fatal ver no idealismo apenas um disparate e nos seus partidários pessoas ignorantes. Se assim fosse, a luta entre materialismo e idealismo estaria há muito terminada. O materialismo primitivo tinha uma opinião muito simplificada sobre o idealismo e a religião a ele estreitamente ligada. Por um lado, considerava esta só como expressão da ignorância, da falta de esclarecimento; por outro lado, como intrujice intencional das classes dominantes reaccionárias, para subjugarem espiritualmente o povo. Nisto há igualmente, como é natural, alguma verdade; no conjunto, tal concepção é, porém, errada, parcial e a-histórica.

? Por que é que o idealismo ressurge sempre?

! *O idealismo é uma orientação filosófica que tem bases ou raízes objectivas, tanto no processo do conhecimento humano como na vida social.* Por isso, em determinadas condições, as concepções idealistas surgem necessariamente. *Sobre esta questão escreveu Lénine: «O idealismo filosófico* **só** *é um disparate do ponto de vista do materialismo grosseiro, simples, metafísico. Pelo contrário, do ponto de vista do materialismo* **dialéctico**, *o idealismo filosófico é um desenvolvimento (exagero, empolamento)* **unilateral**, *exagerado,* überschwengliche [...] *de um dos traços, de um dos lados, de uma das facetas do conhecimento, para um em absoluto* **desligado** *da matéria, da natureza, divinizado.»*

*Lénine chamou correctamente ao idealismo uma «***flor estéril***, indiscutivelmente, mas uma flor estéril que cresce na árvore viva do vivo, frutífero, verdadeiro, poderoso, omnipotente, objectivo, absoluto conhecimento humano»* [12].

1. 3.3. Raízes do idealismo no processo do conhecimento

Mas como é que o processo do conhecimento, que se orienta para o mundo material, pode ser uma fonte de visões idealistas? Não será isto paradoxal? No quarto capítulo ocupar-nos-emos ainda mais pormenorizadamente de alguns problemas do conhecimento do mundo pelos homens. Por isso, apenas mencionaremos aqui os pontos de vista que nos ajudam a compreender como a possibilidade do idealismo surge do processo do conhecimento.

O conhecimento teórico opera com conceitos. Que são, porém, conceitos e como surgem eles? O homem desenvolveu a capacidade de abstrair (abstrair significa destacar, isolar mentalmente) da multiplicidade e variedade das coisas que o rodeiam traços, propriedades e relações gerais. Pode resumir as muitas e variadas coisas em conceitos, segundo traços comuns. O conceito é uma imagem abstracta de toda uma classe de objectos nos seus traços gerais. No conceito de «casa» resumimos o que é geral, as propriedades gerais que são próprias de todas as casas, nomeadamente, paredes, telhado, entrada, protecção contra intempéries, etc. Um só conceito, que contém o que é geral e essencial em todas as casas, opõe-se ao número infindável de casas isoladas, com as suas características ocasionais. Como se dá a relação entre aquele e estas? Cada casa, com as suas características ocasionais, é construída em determinada altura e é, depois, destruída em determinada altura. Mas o conceito de «casa», a ideia geral de casa, parece, em compensação, firme e inalterável. Mais ainda: quem quer construir uma casa parte já do conceito, da ideia de casa, pois esboça, antes, o respectivo projecto.

Não sugere isto o pensamento de que o conceito, a ideia, possuem mais realidade do que os objectos materiais efémeros?

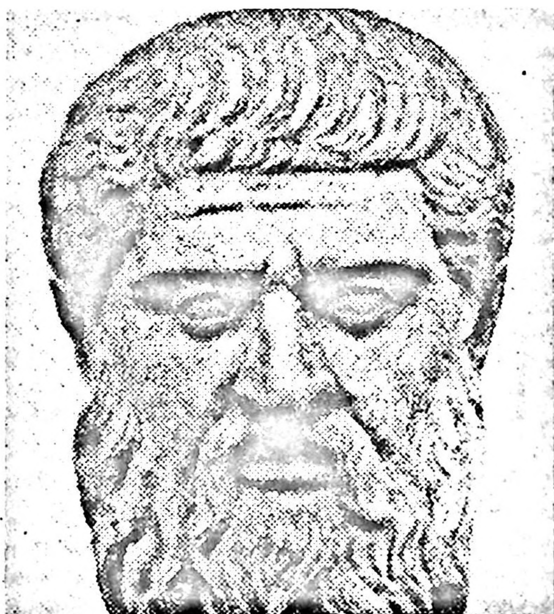
---

[12] V. I. Lénine, *Para a Questão da Dialéctica*. In *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 322 (em russo).

Não se poderá chegar à conclusão de que os conceitos gerais, as ideias, são a própria realidade, enquanto as várias coisas são apenas imitações destas ideias? É, de facto, possível, chegar-se a esta conclusão errada, que põe o mundo de pernas para o ar, se não se levar em conta que os conceitos são produto do nosso próprio pensamento, instrumentos indispensáveis para o domínio do mundo que nos rodeia, se os separarmos simplesmente do contexto do contraditório processo global do conhecimento, se os tornarmos independentes e, por fim, absolutos.

Foi exactamente desta maneira que surgiu o idealismo na filosofia grega da Antiguidade. Sócrates (469-399 a.n.e.) e Platão (428-348 a.n.e.) eram de opinião que o conceito e o pensamento conceptual são instrumentos extraordinariamente importantes do conhecimento humano. Isso foi um poderoso avanço no desenvolvimento da actividade cognitiva. Mas não compreenderam ainda como se formavam esses conceitos gerais. Consequentemente, não interpretaram correctamente a sua conexão com cada objecto do mundo material. Sob a influência de pontos de vista religiosos, Platão declarou que os conceitos pertenciam a um mundo mais elevado, o das ideias, a que atribuiu existência independente.

Platão serviu-se de metáforas para explicar o seu idealismo.



Platão

Assim, comparou a vida das pessoas a uma estada numa caverna escura. Nesta caverna encontram-se prisioneiros algemados, de costas voltadas para a saída e sem a possibilidade de voltarem o rosto para a luz. Junto à caverna passa gente transportando recipientes de formas diversas; os raios de Sol iluminam estes recipientes, cujas sombras se reflectem na parede do fundo da gruta. Os prisioneiros só vêem estas sombras. Para Platão, as coisas são apenas sombras das ideias.

Porque o processo de conhecimento humano é muito complicado e nele intervêm muitos elementos, há a possibilidade de separar cada elemento (as sensações, os conceitos, etc.) da sua conexão e de, exagerando, lhe atribuir uma existência independente. O idealismo subjectivo torna absolutas a sensação e a percepção, por exemplo. Separa-as do mundo material e declara-as a única realidade. De forma semelhante é também possível considerar absolutos, realidade fundamental, a vontade ou o inconsciente. Como resultado, surgem variantes do idealismo, de facto diferentes, mas tendo todas elas as suas raízes no processo do conhecimento humano. Baseiam-se todas numa consideração unilateral do conhecimento.

*Lénine descreveu isto de forma muito plástica: «O conhecimento humano não é (*respective *não segue) uma linha recta, mas uma linha curva que se aproxima infinitamente de uma série de círculos, de uma espiral. Cada fracção, parte, pedaço, desta linha curva pode ser transformada (unilateralmente transformada) numa linha recta independente, inteira, que (se, por causa das árvores, não se vir o bosque) conduz então ao pântano, à clericalice (onde a* fixa *o interesse de classe das classes dominantes). Linearidade e unilateralidade, rigidez e ancilosamento, subjectivismo e cegueira subjectiva,* voilà *as raízes gnosiológicas do idealismo.»* [13]

1. 3.4. Raízes sociais do idealismo

O processo do conhecimento contém, pois, em si a **possibilidade** do idealismo. Contudo, esta possibilidade não tem de tornar-se

---

[13] V. I. Lénine, *Para a Questão da Dialéctica*. In *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 322 (em russo).

realidade. É possível conhecer o próprio processo do conhecimento e, assim, eximir-se de unilateralidades idealistas.

! *A possibilidade do idealismo torna-se realidade porque o idealismo tem também* raízes *sociais. Erros sobre a natureza do conceito e concepções unilaterais sobre determinados elementos do processo de conhecimento humano só são montados de forma a constituir um sistema idealista total quando existe necessidade social disso, quando há forças sociais que têm interesse numa inversão idealista do mundo.*

É o que se verifica desde a divisão da sociedade em classes exploradoras e exploradas, e desde essa época existem também as bases sociais do idealismo. Uma importante causa social disso é a divisão entre trabalho corporal e espiritual, e o facto de as classes proprietárias e dominantes terem o monopólio da actividade intelectual e dos seus resultados. A divisão entre trabalho corporal e espiritual esteve directamente ligada à separação da sociedade em classes.

Nestas circunstâncias, é muito natural que a actividade intelectual e os seus resultados sejam considerados algo de mais elevado, de determinante, em comparação com o trabalho corporal das massas exploradas e dominadas.

O idealismo não é apenas adequado para fundamentar e garantir o domínio intelectual das classes proprietárias, é também um importante meio para justificar as relações sociais existentes e para difamar toda a transformação revolucionária. Este fundamento social explica por que é que o idealismo vai sendo sempre reactivado e porque, mesmo no presente, desempenha um tão grande papel na confrontação ideológica entre classe operária e burguesia, entre socialismo e capitalismo. Não se trata aqui apenas de argumentos teóricos, mas, antes de tudo, da função social e político-ideológica do idealismo como visão do mundo da burguesia, da última classe exploradora da história.

1. 3.5. O conceito de matéria

Ao contrário de todas as formas de idealismo, o materialismo dialéctico e histórico defende a concepção cientificamente segura e fundamentada de que **o mundo é, pela sua natureza, material.** Ele existe fora da consciência e independentemente dela, não sen-

do produto nem do pensamento humano nem de qualquer ser imaterial. Para existir, não precisa de criador nem de conservador, existe por si mesmo. O mundo material também não é governado por um deus ou por outro senhor do mundo. A matéria move-se e desenvolve-se segundo as suas próprias leis objectivas. No seu eterno processo de desenvolvimento, ela produz sempre novas formas e configurações. Na Terra e, possivelmente, também noutros corpos celestes, a vida desenvolveu-se, produziu-se matéria viva a partir de matéria sem vida. O homem, com a sua consciência, com a capacidade de conhecer e transformar o mundo material, é o produto máximo do desenvolvimento da matéria. Esta concepção do materialismo dialéctico e histórico sobre a **materialidade do mundo** está em total consonância com as ciências da natureza e as ciências sociais. Todos os resultados essenciais destas levam à conclusão de que o mundo não é senão o eterno processo do movimento e desenvolvimento da matéria.

 Mas o que é a **matéria**?

Entender-se-ão por matéria os corpos, as construções materiais com que diariamente lidamos, as moléculas de que os corpos são constituídos ou os átomos de que as moléculas se compõem? Ou serão matéria as «partículas elementares», os protões, electrões, neutrões, etc., de que os átomos se compõem, ou porventura os ainda mais elementares *quarks*, que os físicos só há pouco tempo descobriram? E que se passa quanto aos seres vivos, quanto às pessoas e à sociedade humana? Serão também matéria?

O **conceito de matéria** é, sem dúvida, um **conceito teórico fundamental** do materialismo dialéctico e histórico. Mas também tem já uma longa e interessante história no pensamento filosófico. Todos os materialistas do passado tentaram naturalmente descobrir o que é a matéria. O filósofo grego Demócrito, por exemplo, considerou a matéria como sendo a totalidade dos átomos. Ele via nos átomos os constituintes últimos indivisíveis do mundo material, de cuja combinação diferente surgiriam os diversos objectos materiais com as suas várias propriedades. Este pensamento audaz foi a pedra fundamental do atomismo e desempenhou, mais tarde, importante papel nas ciências da natureza dos séculos XVII, XVIII e XIX. Muitas descobertas das ciências da natureza pareceram confirmá-lo totalmente. Assim surgiu e se consolidou, com o desenvol-

vimento da mecânica, também o materialismo mecânico, para o qual todo o mundo parecia composto de átomos que se movem segundo as leis da mecânica.

Por «matéria» entendia este materialismo a totalidade dos corpos, que, por seu lado, se compõem de átomos, de constituintes últimos indivisíveis e que se movem rigorosamente de acordo com as leis da mecânica. Todos os sistemas materiais surgem pela ligação das substâncias, resultante do eterno movimento da matéria. Mas este movimento foi apenas entendido como movimento mecânico, como mera mudança de lugar dos corpos no espaço. Este materialismo tinha, pois, necessariamente, de reduzir as diferentes formas de movimento da matéria ao movimento mais simples, à ligação e separação de corpúsculos de substâncias. Todas as diferentes qualidades e toda a multiplicidade do mundo foram assim atribuídas a meras mudanças quantitativas, a aumentos, reduções e mudanças de lugar. Será de estranhar que este materialismo tenha parecido a um escritor como Goethe tão cinzento e morto «que era para nós um esforço suportar a sua presença, que tremíamos perante ele como perante um fantasma»? [14]

Com este conceito de matéria do materialismo mecânico não se abarcavam nem formas físicas da matéria (como as radiações e os campos) nem as suas formas sociais (como as forças produtivas materiais, as relações sociais materiais e a actividade prática-objectiva material dos homens). **A insuficiência principal deste conceito de matéria** consiste em **tornar absoluta determinada forma fenoménica da matéria**, em declará-la matéria pura e simplesmente e em querer reduzir a essa única forma todos os outros fenómenos da matéria. Liga, assim, o conceito filosófico de matéria a definições físicas, que apenas são próprias de algumas formas de matéria.

O conceito de matéria do materialismo dialéctico distingue-se, ao nível dos princípios, do conceito do materialismo primitivo. É um conceito filosófico de matéria, que abarca todas as formas fenoménicas da matéria e já não faz de afirmações científicas afirmações filosóficas.

Fora dos objectos materiais, a matéria não existe como tal. Não é a «matéria primitiva», a partir da qual tudo se forma. Também não se encontra em quaisquer «últimos» constituintes. Tudo

---

[14] J. W. Goethe, *Aus meinem Leben. Dichtung und Wahrheit* [*Da Minha Vida. Poesia e Verdade*], *Poetische Werke* [*Obras Poéticas*], vol. 13, p. 528.

isto são concepções não dialécticas. *Escreveu Friedrich Engels que «nunca ninguém viu ou experimentou a matéria enquanto tal», mas sempre apenas as «matérias e formas de movimento realmente existentes* [...] *Palavras como matéria e movimento não são senão* **abreviaturas**, *nas quais resumimos, de acordo com as suas propriedades comuns, muitas e diferentes coisas, sensivelmente perceptíveis»* [15].

No sentido do materialismo dialéctico e histórico, não são matéria apenas os corpos materiais com propriedades mecânicas mas também todo o mundo material, em todas as suas formas qualitativamente diferentes, com as possíveis propriedades físicas, químicas, biológicas ou também sociais. A propriedade essencial, que é comum a todas as formas fenoménicas do mundo material, apesar das múltiplas diferenças, é a **propriedade de existir** independentemente e **fora da consciência humana**!

Este conceito filosófico de matéria está liberto de todas as determinações das várias ciências. Já não está ligado a propriedades que apenas são próprias de certa ou de certas formas de movimento e desenvolvimento da matéria, mas só à propriedade que é própria de toda a matéria: a de existir fora da consciência humana e independentemente dela. Este conceito filosófico de matéria nada diz, por conseguinte, sobre as propriedades e a estrutura das várias formas de movimento e desenvolvimento da matéria. Investigá-las é tarefa das várias ciências a elas respeitantes. O conceito apenas contém a **determinação geral gnosiológica e de visão do mundo da matéria**. E tal determinação só pode ocorrer pela determinação da relação entre matéria e consciência pela sua contraposição e pela verificação de que a matéria existe independentemente da consciência e fora dela, sendo, por consequência, primária.

! *Lénine definiu o conceito de matéria como «categoria filosófica para designar a realidade objectiva, que é dada ao homem nas suas sensações, que é copiada, fotografada, reflectida pelas nossas sensações, existindo independentemente delas»* [16].

Não se poderá argumentar que este conceito de matéria é mui-

---

[15] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 503.
[16] V. I. Lénine, *Materialismo e Empiriocritismo*, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 97.

to geral? Muitos filósofos burgueses vão ao ponto de afirmar que Lénine formulou o conceito de matéria de forma tão «requintada» que ele não poderia entrar em conflito nem mesmo com futuras descobertas das ciências da natureza sobre propriedades e estruturas da matéria. Mas não é um «requinte»; é antes a concepção **consequentemente materialista e simultaneamente dialéctica da matéria**. Ela não tenta reduzir todas as formas da matéria a *uma* forma determinada e, assim, eliminar todas as várias qualidades. Reconhece que a matéria existe sempre em formas qualitativamente diferentes e que a ciência também pode conhecer formas, estruturas e propriedades da matéria que sejam novas e até à data desconhecidas.

O materialismo dialéctico e histórico limita-se de um modo totalmente consciente a esta determinação geral gnosiológica e de visão do mundo da matéria.

Ela contém duas verificações:

em primeiro lugar, que a matéria é a realidade objectiva que existe fora da consciência e independentemente dela;

em segundo lugar, que a matéria é, assim, a fonte última do conhecimento. Lénine explicou este pensamento fundamental com as seguintes palavras: «[...] a **única** ''propriedade'' da matéria a cujo reconhecimento o materialismo filosófico está ligado é a propriedade de **ser uma realidade objectiva**, de existir fora da nossa consciência» [17]. E além disso nota: «A questão de aceitar ou rejeitar o conceito de matéria é a questão da confiança do homem nos testemunhos dos seus órgãos dos sentidos, a questão das fontes do nosso conhecimento [...].» [18]

O conceito de matéria do materialismo dialéctico e histórico engloba, assim, **todas as formas de movimento e desenvolvimento da matéria**. Independentemente disto, sejam quais forem as formas concretas, as estruturas e as propriedades sob as quais os *quarks*, as «partículas elementares», os átomos, as moléculas, os corpos, as ondas electromagnéticas, os seres vivos vegetais ou animais, as pessoas, as forças produtivas sociais e as relações de produção existam — todas elas são matéria, pois existem fora da consciência humana e independentemente dela, formando a fonte última de todo o conhecimento.

---

[17] V. I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições «Avante!»--Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 198.

[18] V. I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições «Avante!»--Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 98.

1. 3.6. Também a sociedade é material

A concepção materialista da sociedade e da história está ligada à descoberta do papel do trabalho, da produção, no fabrico dos bens materiais necessários à vida. O significado do trabalho, forma fundamental da actividade prática do homem, só pôde ser percebido a partir da posição social da classe operária. Por que não foram os ideólogos da burguesia capazes de fazer também esta descoberta? Porque todas as classes exploradoras vêem no trabalho produtivo algo de baixo! Só uma classe que não vive da exploração de outras, antes é ela própria a criar, pelo seu trabalho produtivo, todos os bens e valores, pode reconhecer o verdadeiro papel do trabalho. Trabalhando e produzindo, os homens não se limitam a actuar sobre a natureza e a transformar substâncias e objectos materiais da natureza. Actuam também uns sobre os outros, estabelecem ligações e criam, desse modo, relações sociais, que existem quer eles o queiram e saibam quer não. Nessa medida, estas relações sociais — as relações de produção — são a forma mais importante da «matéria social», do ser social.

Partindo deste fundamento, podemos compreender de forma materialista toda a vida social, na sua estrutura e no seu desenvolvimento. Podemos também determinar na sociedade a relação entre o que é material e ideal, e compreender, segundo a acção recíproca entre **ser social** material e **consciência social** ideal, a solução materialista da questão fundamental da filosofia.

O conceito de matéria do materialismo dialéctico permite uma **explicação materialista da sociedade humana e da sua história**. Com ele, aplicaram-se também à sociedade os princípios do materialismo.

O conceito de ser social é uma formulação mais concreta do conceito de matéria aplicado à sociedade. Reflecte a totalidade das condições materiais de existência, das relações e processos materiais da sociedade, que se formaram como resultado do prévio processo do desenvolvimento social. Por isso, o ser social — como toda a matéria — existe independentemente e fora da consciência e da vontade do homem.

A cada geração depara-se-lhe já o ser social, produto da actividade de anteriores gerações.

? Que entendemos por ser social e por consciência social?

! *O ser social abrange a totalidade do processo de vida material da sociedade, ou seja, as condições naturais de existência já socialmente adquiridas (isto é, os domínios da natureza que estão incluídos no processo da vida social e assim se tornam parte integrante desta), o modo de produção como unidade entre forças produtivas e relações de produção bem como o modo de existência material da sociedade, quer dizer, a actividade social material, a prática dos homens.*

O conceito de consciência social abrange o processo de vida espiritual da sociedade, isto é, a actividade espiritual do homem e os seus resultados, os modos de ver, as ideias, teorias e normas. A consciência social é, na sua origem e na sua transformação, determinada pelo ser social.

A este respeito escreveu Karl Marx na sua famosa formulação da concepção materialista da história: «O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.» [19]

A actividade dos homens é primariamente actividade material, prático-objectiva, voltada para a transformação directa de objectos materiais. Mas, simultaneamente, é também sempre actividade consciente, pois engloba, em maior ou menor grau, a actividade espiritual da consciência. No seu trabalho, os homens colocam sempre a si próprios conscientemente objectivos, perseguem certos fins e orientam-se por ideias. Na sua actividade, partem sempre de determinados conhecimentos sobre o mundo material, sobre os objectos de trabalho e os meios de trabalho, sobre processos tecnológicos, etc. Portanto, toda a sua actividade — embora no conjunto seja predominantemente material, prático-objectiva — é mais ou menos perpassada e orientada pela consciência. Consequentemente, a consciência social não é só um

---

[19] Karl Marx, *Zur Kritik der Politischen Ökonomie. Vorwort* [*Para a Crítica da Economia Política. Prefácio*], MEW, vol. 13, pp. 8-9. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, pp. 530-531.]

resultado que surge regido por leis do desenvolvimento do ser social mas também um aspecto necessário de todo o processo de desenvolvimento social. A consciência social é um reflexo do ser social e, pelas suas diferentes funções, possibilita aos homens realizarem e regularem o seu processo de vida social de forma mais ou menos consciente. Processos materiais e ideais interpenetram-se permanentemente, entram em estreita acção recíproca e «metamorfoseiam-se» uns nos outros. Porém, o ser social material é sempre o primário, o determinante, nesta movimentada relação recíproca. Do seu desenvolvimento depende também, em última instância, a consciência social.

O reconhecimento filosófico do carácter material do mundo, da natureza, da sociedade e da actividade prática dos homens, bem como do primado da matéria sobre a consciência, não tem, de forma alguma, apenas importância teórica. Os princípios do materialismo dão a todo o pensamento e acção humanos uma orientação geral, que corresponde à condição da própria realidade. Só um pensamento e uma acção que se orientem pela materialidade do mundo, da natureza, do ser social e das suas leis tem perspectivas de êxito duradouro. Um pensamento e uma acção que partam do carácter ideal, espiritual, do mundo e do papel determinante da consciência, têm necessariamente de entrar repetidamente em conflito com a realidade objectiva e de conduzir ao fracasso. Mesmo o mais renitente partidário do idealismo é, na vida prática, obrigado a comportar-se como materialista; de outro modo, sucumbiria!

1. 3.7. Materialismo e política

Os princípios do materialismo são especialmente importantes para a configuração da vida social, para a **política do partido marxista-leninista**, para o desenvolvimento da sua estratégia e táctica na luta contra o capitalismo e pela construção do socialismo e do comunismo. A observação e a análise materialista consequente da sociedade e do seu desenvolvimento constituem o ponto de partida teórico geral para a luta revolucionária da classe operária. Só partindo desta posição pode o partido marxista-leninista determinar o objectivo da luta revolucionária e fixar os caminhos para esse objectivo. É que uma estratégia e uma táctica bem-sucedidas têm de se basear em cuidadosa análise das relações sociais materiais. Têm de analisar o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das

relações de produção, as ligações e os interesses das várias classes, para avaliarem correctamente a real correlação política de forças. Sobre esta base o partido formula objectivos estratégicos reais, determina a táctica, as formas e os meios próprios para o combate, organiza e mobiliza as massas trabalhadoras e condu-las para a luta a fim de se alcançarem os objectivos em questão.

A sua política não parte, pois, de desejos subjectivos e de metas ilusórias, mas de condições e possibilidades objectivas. É, por conseguinte, uma **política realista e cientificamente fundamentada**. Se esta abordagem materialista da política é já uma condição básica para a luta bem-sucedida da classe operária contra o capitalismo, na construção da sociedade socialista ela ganha um peso ainda maior. Porque, neste caso, a política do partido marxista-leninista está orientada para transformar fundamentalmente toda a vida social e para conferir à classe operária, em conjunto com todos os trabalhadores, a capacidade de construir a formação social comunista.

Para construir o socialismo, dar forma à sociedade socialista desenvolvida e criar os pressupostos básicos para a passagem ao comunismo, têm de se erguer, antes de mais, as bases materiais da nova formação social, o poder político da classe operária, as correspondentes relações de produção e forças produtivas. Estas condições materiais de existência do socialismo são primárias, determinantes face a todas as outras relações e instituições sociais, políticas, culturais e ideológicas, visto que formam a sua base. Desenvolve-se, naturalmente, uma activa relação recíproca entre elas, e a superstrutura política e ideológica ganha grande significado para a configuração consciente do modo de produção socialista; porém, este continua a ser a base última e determinante.

A classe operária e todos os trabalhadores, com o seu trabalho, dão forma ao socialismo, a fim de criarem condições cada vez melhores para o desenvolvimento tão completo quanto possível do homem, das suas capacidades criativas e talentos, das suas necessidades e tendências. O pressuposto de uma vida assim digna do homem e plena de sentido é um alto nível de vida material e cultural; não como objectivo de vida e fim em si mesmo mas como base e meio do objectivo humanista do desenvolvimento universal do homem.

Os trabalhadores da sociedade socialista devem notar nas suas condições de vida e de trabalho que o socialismo realiza passo a passo tais objectivos e que isso se verifica de facto na dependência dos resultados do trabalho.

1. 4. A dialéctica materialista

Já verificámos que o materialismo marxista se distingue de modo essencial das anteriores formas de materialismo. A sua nova qualidade consiste sobretudo em explicar também de forma materialista a sociedade e a sua história. Para tanto tornou-se, porém, necessária a união entre materialismo e dialéctica. Só através dela se pôde fundamentar o **materialismo dialéctico**. Um dos maiores méritos filosóficos de Marx e Engels foi **ligarem organicamente a dialéctica ao materialismo**, continuarem o desenvolvimento do materialismo e fazerem assentar a dialéctica numa base materialista.

1. 4.1. Que entendemos por dialéctica?

A dialéctica é um **modo de pensar** que no decurso da história do pensamento humano se desenvolveu e aperfeiçoou cada vez mais. A dialéctica marxista constitui apenas o seu grau máximo de desenvolvimento, no qual a dialéctica é simultaneamente desenvolvida como teoria científica e o modo de pensar e o método dialéctico são cientificamente fundamentados.

Os adversários do marxismo-leninismo colocam muitas vezes a questão como se a dialéctica fosse uma espécie de caixa de truques, com o auxílio da qual tudo se pudesse provar: hoje uma coisa, amanhã o contrário, etc.

Como modo de ver e de pensar espontâneo e ingénuo, encontramos a dialéctica já na filosofia chinesa antiga. Na filosofia grega antiga continuou a desenvolver-se de forma decisiva. Os filósofos gregos entendiam por dialéctica, primeiro, um processo de, pelo argumento e pelo contra-argumento, se chegar à verdade, e, simultaneamente, também uma visão do mundo e um modo de pensar gerais. O que era característico deste modo de pensar? Considerava o mundo como um todo único, como um cosmo que se encontra em permanente movimento e desenvolvimento. «Entre os gregos — precisamente porque ainda não tinham avançado para a dissecação, para a análise da natureza — a natureza é vista ainda

como um todo, é vista ainda por grosso. A conexão total dos fenómenos da natureza não é demonstrada nos seus pormenores, ela é para os gregos resultado da intuição imediata. Nisso reside a insuficiência da filosofia grega, devido à qual foi mais tarde obrigada a ceder a outros modos de ver. Nisso reside também a sua superioridade sobre todos os seus posteriores adversários metafísicos.» [20] Com estas palavras caracterizava Friedrich Engels a dialéctica dos antigos filósofos gregos — que eram «todos dialécticos natos, espontâneos» e aponta para um outro modo de pensar, oposto.

Esta concepção dialéctica do universo e o modo de pensar dialéctico estavam, de facto, no fundo, certos, mas eram ainda em larga medida especulativos, pois os filósofos desse tempo não podiam ainda apoiar-se no conhecimento pormenorizado das várias conexões, dos processos de movimento e desenvolvimento da natureza e da sociedade. Estas conexões só foram investigadas pelas ciências da natureza e pelas ciências sociais, que surgiram mais tarde. Para investigarem a natureza, os cientistas tiveram de isolar os vários objectos, de os observar em si próprios e de os decompor em vários elementos. Mas este procedimento necessário das ciências da natureza, como observou Engels, também «deixou o hábito de compreender as coisas e os processos da natureza na sua individualidade, fora da grande conexão global; logo não no seu movimento mas na sua imobilidade, não como componentes essencialmente transformáveis mas fixos, não na sua vida mas na sua morte. E, este modo de ver, ao transferir-se — como aconteceu com Bacon e Locke — das ciências da natureza para a filosofia, criou a tacanhez específica dos últimos séculos, o modo de pensar metafísico» [21]. A **metafísica**, esse modo de pensar oposto à dialéctica, desenvolveu-se principalmente quando as ciências ainda se encontravam no período de coleccionar e classificar, nos séculos XVII e XVIII. Nesse tempo, a metafísica tinha a sua justificação histórica, porque se tratava antes de mais de coleccionar, analisar e classificar factos isolados. Mas, à medida que as ciências transitaram para a ordenação, a apreensão conjunta e a generalização do material, e passaram a conhecer cada vez mais claramente as conexões

---

[20] Friedrich Engels, *Alte Vorrede zum «Anti-Dühring». Über die Dialektik* [*Antigo Prefácio ao «Anti-Dühring». Sobre a Dialéctica*], MEW, vol. 20, p. 333.

[21] Friedrich Engels, *Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft («Anti-Dühring»)* [*O Senhor Eugen Dühring Revoluciona a Ciência («Anti-Dühring»)*], MEW vol. 20, p. 20.

e passagens entre os vários domínios da natureza e do saber, o pensamento metafísico tornou-se um empecilho para o progresso científico, tornou-se reaccionário.

Mesmo no tempo do domínio do pensamento metafísico houve elementos importantes do pensamento dialéctico que foram preservados e desenvolvidos por vários filósofos. Mas a dialéctica só voltou a ser largamente desenvolvida na filosofia alemã clássica, em particular, por Hegel. A dialéctica de Hegel é uma construção idealista e, todavia, não é uma especulação estranha ao mundo, pois Hegel integrou filosoficamente nela o saber do seu tempo. Assim, apesar da forma idealista, existe na sua dialéctica um conteúdo muito real: traços, conexões, processos de desenvolvimento e leis dialécticos essenciais estão nela contidos e formulados, ainda que de forma errónea.

Partindo da dialéctica de Hegel, Marx e Engels criaram a **dialéctica materialista**. Provaram que as conexões e as leis dialécticas não são de natureza espiritual mas que existem no próprio mundo material. São conexões e leis objectivas da natureza e da sociedade, natureza e sociedade que se reflectem, são conhecidas e conceptualmente formuladas no pensamento dialéctico. Marx e Engels colocaram assim a dialéctica sobre uma base materialista e desenvolveram-na, fazendo dela — em ligação inseparável com os princípios do materialismo — a vasta **teoria da conexão geral e do desenvolvimento do mundo**. A inversão idealista da dialéctica foi posta de lado: «Voltávamos a entender os conceitos da nossa cabeça de modo materialista, como imagens das coisas reais, em vez de as coisas reais como imagens deste ou daquele estádio do conceito absoluto. Assim se reduziu a dialéctica à ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano — duas séries de leis que segundo o conteúdo [*Sache*] são idênticas, mas são diferentes segundo a expressão na medida em que o pensamento humano as pode utilizar com consciência... Assim, a própria dialéctica do conceito tornou-se apenas o reflexo consciente do movimento dialéctico do mundo real, e assim a dialéctica de Hegel foi posta de cabeça para baixo, ou antes, foi posta de novo em pé.» [22] Com estas palavras descreve Engels o processo da nova fundação materialista da dialéctica.

---

[22] Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*], MEW, vol. 21, pp. 292-293.

1 • 4.2. A dialéctica como teoria geral do desenvolvimento

A dialéctica materialista é «a ciência das leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade humana e do pensamento» [23]. Que significa isto? Devemos lembrar-nos de que a filosofia, diferentemente das outras ciências, investiga as propriedades e leis gerais do mundo na sua globalidade, com o objectivo de elaborar uma ampla orientação de visão do mundo. De acordo com isto, a dialéctica materialista analisa **as conexões e leis gerais de todo o desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento**. A dialéctica materialista assenta nos conhecimentos das várias ciências, que analisam as leis do desenvolvimento dos vários domínios da natureza e da sociedade; ela é a generalização delas. Por isso, conhecê-la tem importância fundamental para todas as ciências, pois ela permite-lhes investigar todas as conexões e processos de desenvolvimento a partir de uma visão correcta do mundo, compreender a conexão interna dos domínios do mundo investigados, em grande parte, isoladamente, e ordenar os resultados de cada ciência no sistema do conhecimento.

Quem pensar que o conhecimento destas conexões e leis gerais substitui os conhecimentos específicos das várias ciências tem uma ideia errada do carácter e das tarefas da filosofia marxista.

Muitas ciências investigam processos de desenvolvimento: a astronomia, por exemplo, investiga o desenvolvimento de estrelas, de sistemas planetários, mesmo de sistemas completos de galáxias; a geologia investiga o desenvolvimento da Terra; a biologia investiga o desenvolvimento dos organismos vegetais e animais; a ciência histórica investiga o desenvolvimento da sociedade humana.

? • Mas o que é, afinal, o «desenvolvimento»?
Que traços gerais caracterizam o desenvolvimento?
Como se realiza ele, quais são as suas forças motrizes?

---

[23] Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, pp. 131-132.

Estas questões fundamentais não são esclarecidas por nenhuma ciência isolada, embora uma concepção cientificamente fundamentada do desenvolvimento seja um pressuposto necessário para a análise de processos particulares de desenvolvimento.

A investigação e o esclarecimento destes problemas gerais e, simultaneamente, fundamentais, é uma tarefa filosófica. A natureza geral do desenvolvimento e as leis gerais do desenvolvimento são analisadas pela dialéctica materialista. Por isso, esta pode também ser caracterizada como **teoria do desenvolvimento**. Em torno da questão do que é o desenvolvimento e de como ele se processa, houve sempre, ao longo do pensamento filosófico, uma dura luta, pois dela resultam consequências quanto à visão do mundo de largo alcance. Não foi por acaso que principalmente a visão teológico-religiosa do mundo combateu fanaticamente a ideia do desenvolvimento, pois a prova de que a matéria se encontra num permanente processo de desenvolvimento, de que os mundos vegetal e animal actuais e também o homem resultaram naturalmente deste processo de desenvolvimento refuta a crença na criação. Perante as devastadoras provas científicas da conexão histórica de desenvolvimento entre matéria inorgânica e orgânica, entre as várias espécies biológicas e entre o homem e o reino animal, é já quase impossível negar totalmente o desenvolvimento. Não obstante, os representantes e partidários do pensamento metafísico e antidialéctico tentam falsear a ideia de desenvolvimento. Assim, por exemplo, os partidários da visão teológico-religiosa do mundo têm já de reconhecer, hoje em dia, que o corpo humano se desenvolveu, de forma natural, a partir de antepassados animais. Dizem, porém, que, para que do simples corpo se pudesse fazer um verdadeiro ser humano, deus teria criado a alma humana, o espírito, e a teria ligado ao corpo. Outros opositores da concepção dialéctica do desenvolvimento tentam interpretá-lo metafisicamente e, com isso, eliminar as consequências que daí advêm para a visão do mundo. Declaram o desenvolvimento apenas uma transformação quantitativa, um simples crescimento, no qual qualidades já existentes em embrião se tornam maiores. Nesta concepção do desenvolvimento fica totalmente por esclarecer de que maneira surgem no processo de desenvolvimento novas qualidades e em que consiste a fonte, a força motriz do desenvolvimento. Esta concepção metafísica do desenvolvimento é uma adaptação do pensamento metafísico aos factos e à ciência. Mas é um reconhecimento inconsequente do desenvolvimento que abre o caminho à crença anticientífica na criação ou que até lho aplana conscientemente.



Vladímir Ilitch Lénine

A teoria materialista dialéctica do desenvolvimento encontra-se em estrita oposição a esta concepção metafísica do desenvolvimento. Segundo as palavras de Vladímir Ilitch Lénine (1870-1924), ela é «a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade» [24].

! *Por* **desenvolvimento** *entende-se, na dialéctica materialista, um* **movimento em linha ascendente**, *em cujo decurso* **surgem novas qualidades** *e se realiza uma transição irreversível de qualidades inferiores para superiores, de qualidades mais simples para qualidades mais complexas. Este desenvolvimento do mundo material não é causado por actuações exteriores, como porventura a de um primeiro motor divino. A dialéctica materialista concebe, pois, o desenvolvimento como um* **automovimento da matéria**, *cuja fonte e força motriz reside na própria matéria, nas suas contradições internas.*

A globalidade do mundo material constitui um sistema de níveis qualitativamente diferentes de desenvolvimento, que estão entre si em conexão histórica de desenvolvimento. Os grandes níveis do desenvolvimento — matéria inorgânica, matéria orgânica, sociedade humana — resultam uns dos outros. Cada um destes grandes níveis do desenvolvimento da matéria contém, por sua vez, em si próprio, numerosos níveis de desenvolvimento. (Ver a este respeito p. 63.)

O mundo material encontra-se num permanente processo de desenvolvimento.

? Mas, com isto, não chegaremos a um ponto de partida do desenvolvimento do universo, à famosa «explosão inicial», com que pretensamente todo o desenvolvimento do mundo material teria começado?

! *Como se disse nas pp. 47-48, a matéria é eterna e infinita. Consequentemente, o seu desenvolvimento não pode ter princípio, sendo tão eterno e infinito como a própria matéria. Daí resulta também que não possamos falar do desenvolvimento do uni-*

---

[24] V. I. Lénine, *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 36.

Estádios de desenvolvimento da matéria

movimento social

vários domínios e formas da actividade dos homens:

actividade material de produção

actividade político-social
actividade científica
e outras

movimento orgânico

processos de troca material

processos de transmissão hereditária

processos de reflexo e outros

movimento anorgânico

forma química de movimento

forma física de movimento

forma mecânica de movimento

Os movimentos anorgânico, orgânico e social são tipos fundamentais de movimento e acção recíproca da matéria e formas relativas de manifestação do movimento absoluto.

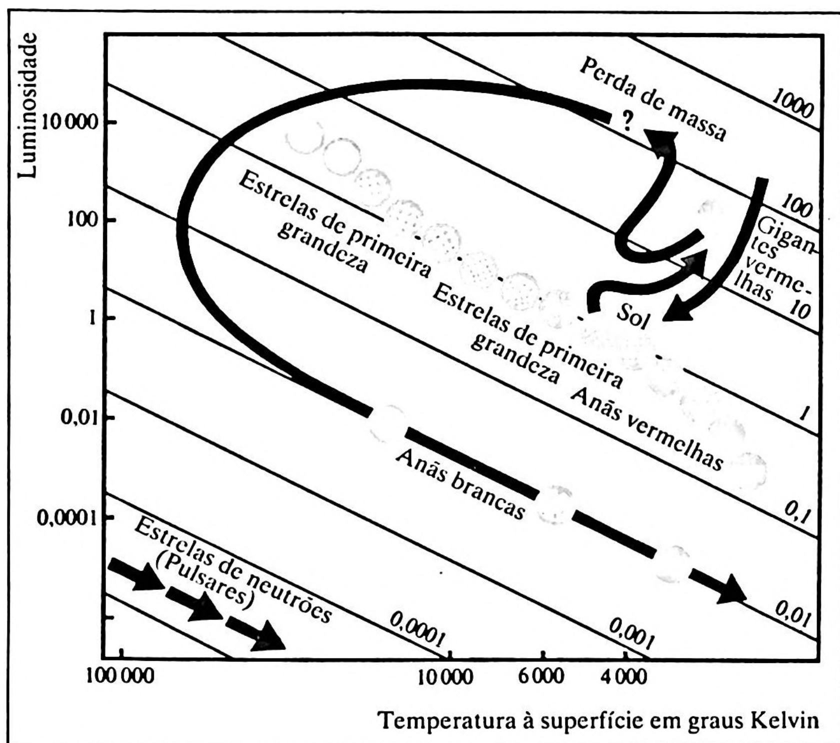
verso do mais baixo para o mais elevado, mas apenas do desenvolvimento eterno e infinito da matéria no *universo. O processo infinito de desenvolvimento da matéria no cosmo é uma unidade dialéctica de linhas «ascendentes» e «descendentes», segundo a formulação de Engels.* A tendência geral para um desenvolvimento mais elevado só é válida para sistemas e domínios finitos do mundo material, não pode ser transposta para o universo infinito. Este não tem princípio nem fim, porque é a matéria em permanente desenvolvimento. Tal como mostram conhecimentos da astronomia, no processo infinito de desenvolvimento da matéria surgem permanentemente novas estrelas e novos sistemas estelares. No seu desenvolvimento, que dura muitos milhares de milhões de anos, as estrelas percorrem uma «linha ascendente», em que a conversão termonuclear de oxigénio em hélio produz e irradia poderosas massas de energia. A física ensina-nos como se proces-

sa a reacção termonuclear. O Sol do nosso sistema planetário, por exemplo, encontra-se também neste estádio de desenvolvimento. Quando as reservas de oxigénio estão esgotadas, o hélio serve de fonte de energia. O hélio é, então, convertido em carbono, para produzir energia. A estrela entra, assim, na sua «linha descendente». Transforma-se em «gigante vermelha», com intensidade luminosa e irradiação de energia muito menores. Quando se gastam as reservas de hélio, a estrela transforma-se em «anã branca», contrai-se até uma densidade extrema e mal liberta já energia. Há estrelas de grande massa que explodem neste estado, arrastando a maior parte da sua massa para o espaço interestelar, onde possivelmente entra no processo de desenvolvimento de novas estrelas. O diagrama da p. 65 mostra a vida de uma estrela da dimensão do nosso Sol.

Também a Terra, que é um elemento do sistema planetário do Sol, percorre, no seu desenvolvimento, uma linha «ascendente» e uma linha «descendente», que estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento do Sol. A Terra recebe a sua energia das radiações solares. Estas são condição imprescindível para toda a vida vegetal e animal e, naturalmente, também para a existência da sociedade humana. Porque, segundo cálculos de confiança, o Sol continuará ainda durante milhares de milhões de anos a fornecer energia com a intensidade actual, a Terra encontra-se no ramo ascendente do seu desenvolvimento. O mesmo é válido para a espécie humana, que tem cerca de três milhões de anos de idade. Pode ainda percorrer um desenvolvimento de muitos milhares de milhões de anos, se não se destruir a si própria nem arruinar as bases naturais da sua existência. Porém, tudo o que tem começo tem fim. Novas formas de matéria surgem permanentemente, desenvolvem-se em linha ascendente e perecem a dado momento.

Em que consiste a diferença entre a dialéctica materialista e as anteriores teorias do desenvolvimento? Ela defende a concepção de que

- o desenvolvimento é desencadeado e impulsionado por contradições internas, isto é, pelo choque de várias forças e tendências que estão activas em determinado fenómeno;
- existe uma conexão indissolúvel e uma dependência mútua entre todos os aspectos das coisas e dos fenómenos;
- o desenvolvimento não se processa uniforme e gradualmente, mas apresenta reviravoltas, saltos, revoluções; a etapas da evolução em que as coisas e os processos se alteram a pouco e pouco, apenas em quantidade, segue-se a passagem a uma nova qualidade;



Vida de uma estrela

O gráfico representa de uma forma simplificada a vida de uma estrela com a massa do nosso Sol no diagrama de Hertzsprung-Russell, tal como hoje o concebemos.

Nas ordenadas estão representadas as luminosidades, tomando como unidade a luminosidade do Sol, e nas abcissas as temperaturas (classes espectrais). As rectas que atravessam o diagrama obliquamente são linhas de diâmetros iguais (tomando como unidade o diâmetro do Sol). Nelas se pode ver como as dimensões das estrelas se alteraram durante o seu desenvolvimento.

Suponhamos que um objecto com a massa do Sol surge a partir de uma nuvem em contracção. Na primeira fase de desenvolvimento, o diâmetro diminui enquanto a temperatura sobe e – devido à redução da superfície – a luminosidade desce. Depois de serem activados os processos nucleares como fonte principal da produção de energia, o objecto permanece durante cerca de 10 mil milhões de anos, e portanto durante o período mais longo da sua vida, na sequência principal do diagrama de Hertzsprung-Russell.

Depois a estrela afasta-se dessa sequência principal. Começa por atravessar de novo o estádio de gigante e passa então para a sequência das "anãs brancas". O resto da sua vida é determinado por um simples processo de arrefecimento. Para estrelas de outras massas existem outros estádios finais de desenvolvimento. (Em baixo, à esquerda, no diagrama estão indicados como exemplo as estrelas de neutrões.)

● o desenvolvimento não decorre em linha recta, antes pode ser comparado a uma espiral, porque os estádios já percorridos como que o são novamente, mas a um nível superior [25].

Onde se encontra a chave para a compreensão do «automovimento» e do «autodesenvolvimento» da matéria? A causa última, a fonte e força motriz de todo o movimento e de todo o desenvolvimento reside na própria matéria: nas **contradições** que são próprias de qualquer sistema material.

1.4.3. As leis fundamentais da dialéctica

A maneira como cada processo de desenvolvimento decorre é sempre condicionada pelas características e leis do sistema em questão. Mas, ao mesmo tempo, todos possuem também determinados traços comuns. Estes expressam-se nas **leis gerais do desenvolvimento**, que a dialéctica investiga e formula. As mais importantes destas leis gerais são as leis fundamentais da dialéctica:

em primeiro lugar, a lei da unidade e da «luta» dos contrários;

em segundo lugar, a lei da passagem de transformações quantitativas a novos estados qualitativos;

em terceiro lugar, a lei da negação da negação.

Estas três leis fundamentais caracterizam, na sua conexão interna, a essência geral de todo o desenvolvimento. Descobrem a fonte do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento, explicam o decurso geral e o mecanismo interno de acção do desenvolvimento e descrevem a orientação dos processos de desenvolvimento.

As leis fundamentais da dialéctica abrangem conexões do próprio mundo material, conexões que existem fora da consciência humana e independentemente dela. Quer dizer: são leis objectivas, que se reflectem no pensamento. Como todas as leis, são **conexões gerais, necessárias e essenciais** entre sistemas e processos do mundo material, que, nas mesmas condições, se repetem permanentemente.

---

[25] Ver V. I. Lénine, *Karl Marx*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 10.

A **importância das leis fundamentais da dialéctica** consiste em explicarem a natureza geral, a essência, de todo o desenvolvimento e, assim, darem ao pensamento científico uma base e uma orientação insubstituíveis para a investigação de quaisquer processos de desenvolvimento em todos os domínios do mundo.

! **A lei da unidade e da «luta» dos contrários** *explica a fonte, as causas e as forças motrizes do desenvolvimento.*

• Como é que sistemas de galáxias, sistemas planetários, estrelas, seres vivos e a sociedade humana se desenvolvem? Por que é que todos estes sistemas materiais não permanecem num determinado estado, mas se transformam e assumem novos estados, por que é que mudam a sua qualidade? Esta questão foi durante muito tempo objecto de acesas controvérsias filosóficas. A filosofia idealista responsabilizava forças imateriais supranaturais e misteriosas pelo desenvolvimento. A visão religiosa do mundo negou durante muitos séculos todo o desenvolvimento. Agora, procura explicar os processos de desenvolvimento como realização de planos divinos de criação. Contudo, já há muito tempo que as ciências refutaram inequivocamente tais explicações idealistas e religiosas do desenvolvimento. Em todos os domínios do mundo material, elas encontraram as causas do desenvolvimento nos próprios processos materiais, na acção recíproca de factores materiais.

?

• Como surge o desenvolvimento e o que é que o impulsiona?
São necessárias forças externas
ou trata-se de autodesenvolvimento?

Pelo tratamento teórico de um enorme número de dados materiais relativos à natureza e à sociedade, a dialéctica materialista chega à conclusão de que a fonte e a força motriz decisivas para o desenvolvimento de um sistema material residem nas suas **contradições internas**. Como se deve entender isto? Se examinarmos qualquer corpo, organismo ou outro sistema material da natureza ou da sociedade, verificaremos que se compõe de diversos constituintes (elementos). Estes estão ligados uns aos outros numa ordem (estrutura) muito determinada e actuam uns sobre os outros, reciprocamente. Tomemos como exemplo a sociedade humana num determinado nível de desenvolvimento histórico: a sociedade capitalista. Nesta, há uma determinada composição social da população,

nomeadamente, diversas classes e camadas sociais: proletariado e burguesia, latifundiários, campesinato, pequena burguesia (artífices, pequenos industriais, comerciantes, etc.), intelectuais. Todas estas classes e camadas têm algo em comum, pois todas são grandes grupos de pessoas dentro de uma sociedade. Todavia, todas se distinguem também umas das outras por determinados traços objectivos. O campesinato distingue-se, por exemplo, da pequena burguesia, mas esta diferença não é uma oposição de contrários. O proletariado distingue-se da burguesia; porém, esta diferença é uma verdadeira oposição de contrários. Porquê?

Proletariado e burguesia estão ligados por uma relação social, a relação entre trabalho assalariado e capital. Esta é a relação de exploração do proletariado pela burguesia detentora dos meios de produção. A burguesia não pode existir sem o proletariado, pois o capital precisa do trabalho assalariado. Mas também o proletariado não pode existir sem a burguesia, visto que o trabalho assalariado pressupõe capitalistas que comprem a força de trabalho. Assim se condicionam mutuamente na sociedade capitalista. Contudo, também se excluem reciprocamente, uma vez que cada uma destas classes é, nas suas condições de existência, a negação da outra: quem é capitalista não pode ser assalariado, e quem é assalariado não pode ser capitalista. Existe entre proletariado e burguesia uma acção recíproca: os proletários têm de vender a sua força de trabalho ao capitalista, que a utiliza e explora. Os seus interesses são contrários e contrários são os objectivos que os seus esforços e as suas acções históricas procuram atingir. Eles expressam-se na luta de classes entre proletariado e burguesia. A burguesia luta pela manutenção da sociedade capitalista e pela eternização da exploração. O proletariado luta por pôr termo a esta sociedade, pela eliminação da relação de capital e, com ela, da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do homem pelo homem. Proletariado e burguesia constituem, portanto, contrários que se condicionam e excluem um ao outro; encontram-se numa intensa acção recíproca, cujo conteúdo é a luta de classes entre eles. A luta de classes é, porém, a mais importante força motriz directa do movimento e do desenvolvimento histórico de qualquer sociedade de classes. A unidade dos contrários resultante das condições de existência de proletariado e burguesia bem como a «luta» dos contrários também delas resultante, formam uma contradição dialéctica — e esta é a fonte e a mais importante força motriz do desenvolvimento da sociedade. A luta de classes entre proletariado e burguesia desemboca mais cedo ou mais tarde na revolução socia-

lista e conduz, dessa forma, à eliminação da sociedade capitalista e à construção do socialismo, quer dizer, a um desenvolvimento qualitativamente mais elevado da sociedade.

! *Em todo o sistema natural e social encontram-se certos elementos, forças, tendências, processos, etc., em intensa acção recíproca. No quadro do sistema, constituem uma unidade, condicionam-se, mas, simultaneamente, excluem-se uns aos outros, actuam em sentido contrário, isto é, estão, por assim dizer, em «luta» uns com os outros. Esta «luta» dos contrários impulsiona o desenvolvimento. Os contrários que se encontram em relação de unidade e, simultaneamente, de «luta», formam uma* **contradição dialéctica**.

Todos os sistemas e processos materiais são caracterizados por contradições dialécticas. Estas contradições dialécticas determinam a estrutura e o desenvolvimento dos sistemas materiais, são elas a verdadeira fonte do movimento e do desenvolvimento. Foi por esta razão que Karl Marx designou também a contradição por «nascente de toda a dialéctica» [26]*, e Vladímir Ilitch Lénine chamou à teoria da contradição o «cerne da dialéctica»* [27]. Todo o sistema material possui contradições que lhe são próprias, que se movem e desdobram, que conduzem a certa unidade e, ao mesmo tempo, à «luta» dos contrários e que, desse modo, actuam como fonte e força motriz do movimento e do desenvolvimento. Conhecemos das aulas numerosos exemplos de contradições dialécticas, embora talvez não as tenhamos designado assim. No núcleo atómico a oposição de contrários entre as forças de Coulomb e as forças de aglutinação do núcleo existe como contradição dialéctica e determina a estrutura e o comportamento do núcleo atómico; o núcleo atómico, de carga positiva, e o revestimento de electrões, de carga negativa, constituem igualmente, como par de contrários, uma contradição dialéctica, que determina a estrutura e o comportamento do átomo. O movimento químico processa-se como oposição de contrários entre associação e dissociação de átomos. Por conseguinte, também tem a sua origem numa contradição dialéctica.

A vida, o movimento biológico, é essencialmente determinado pela contradição materialista entre assimilação e dissimilação. O desenvolvimento dos organismos é consideravelmente impulsio-

---

[26] Karl Marx, *Das Kapital. Erster Band* [*O Capital. Primeiro Volume*], MEW, vol. 23, p. 623, nota.

[27] V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica»*, *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 203 (em russo).

nado pela contradição dialéctica entre adaptação e hereditariedade. O desenvolvimento da sociedade humana baseia-se sobretudo na contradição entre forças produtivas e relações de produção, a qual, na sociedade de classes, se manifesta na contradição antagónica das classes fundamentais e na luta de classes. Encontramos na sociedade, sob a forma de luta de classes, uma verdadeira luta entre contrários. Partindo daí, falamos da «luta» de opostos em todas as relações dialécticas de contradição, designação que damos a todas as formas da acção recíproca dos contrários.

Existem, pois, contradições em todas as formas de movimento da matéria. É tarefa das várias ciências especializadas investigá-las individualmente e descobrir, assim, a qualidade específica, a estrutura e as causas do desenvolvimento dos sistemas e processos materiais. O conhecimento da lei dialéctica fundamental (da unidade e da «luta» dos contrários) permite aos cientistas proceder a essa investigação com uma correcta orientação de visão do mundo. Não se podem confundir contradições dialécticas com **contradições lógicas**. Os adversários da dialéctica materialista fazem-no muitas vezes, conscientemente, para desacreditar a dialéctica. Só no pensamento há contradições lógicas. Existe contradição lógica quando a mesma proposição é simultaneamente afirmada e negada. A contradição lógica do pensamento é inadmissível e deve ser eliminada, por conduzir inevitavelmente à perda de toda a consequência e força de prova do pensamento. As contradições dialécticas têm um carácter completamente diferente do das contradições lógicas. Existem não apenas no pensamento mas também no mundo material, movem-se e desenvolvem-se, resolvem-se e surgem sempre de novo, num nível de desenvolvimento mais elevado.

! **A lei da passagem de transformações quantitativas a novas situações qualitativas** *explica o mecanismo geral do desenvolvimento. Caracteriza, portanto, outra propriedade essencial de todos os processos de desenvolvimento.* Para compreender o seu conteúdo, devemos, em primeiro lugar, esclarecer o que são **qualidade** e **quantidade** e qual a relação que entre elas existe. Quando, em linguagem corrente, dizemos que a qualidade dos produtos deve ser elevada, queremos dizer que propriedades essenciais de um objecto de consumo, tais como a conservação, o oferecer confiança para a função, a adequação, a beleza da forma, etc., devem ser melhoradas. Este conceito de qualidade não é idêntico ao conceito filosófico de qualidade, mas há entre eles uma conexão. Nesta medida, a referência ao conceito de qualidade em linguagem corrente pode facilitar-nos a compreensão. Só o

conjunto dessas propriedades essenciais, que, em determinado estádio de desenvolvimento técnico e em correspondente nível de procura, são de exigir a um objecto técnico de consumo, fazem dele um «artigo de qualidade»; se as possuir em quantidade insuficiente, diremos que é de «qualidade inferior». É importante que não se incluam na qualidade propriedades de um tipo qualquer, mas apenas as essenciais, que são decisivas para o valor de uso do objecto. Após estas observações prévias, vamos explicar a categoria filosófica «qualidade». Como todas as categorias, reflecte de forma generalizada uma determinação objectiva da realidade objectiva. Em que consiste?

De forma muito simplificada, poderíamos dizer que a qualidade é o que faz de um objecto exactamente esse objecto e não um outro. Só na relação recíproca com outros objectos e com as suas propriedades essenciais surge a qualidade. Que condiciona, porém, estas próprias propriedades essenciais? Têm uma causa interna na ordem (estrutura) particular dos elementos de um sistema e, ao mesmo tempo, uma causa externa na relação recíproca com outros sistemas. Quando, por exemplo, queremos caracterizar a qualidade da sociedade capitalista, podemos defini-la como uma sociedade autónoma muito determinada, distinta do feudalismo e também do socialismo, cujas características ou propriedades essenciais são a dominação da propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, a exploração da classe operária pela classe dos capitalistas e a dominação política por parte da burguesia. Estas propriedades essenciais determinam claramente a qualidade do capitalismo. Todavia, vista a questão mais exactamente, não se trata apenas de propriedades mas de uma determinada ligação dos vários elementos de modo a formarem um sistema. Os vários elementos do sistema (tais como forças produtivas, relações de produção, base e superstrutura) podem, dentro de certos limites, transformar-se completamente, o mesmo acontecendo com várias propriedades do sistema. Mas enquanto a estrutura, a ligação específica dos elementos num sistema, se mantiver, a qualidade do capitalismo não muda. Ela só pode mudar quando a estrutura, a ligação dos elementos da vida social, se transformar. Surge, então, um novo sistema de sociedade, com outra estrutura, com outras propriedades essenciais, enfim, com uma nova qualidade.

A qualidade não existe nunca separada dos sistemas materiais. Penetra o sistema em questão e caracteriza-o como algo de relativamente estável, autónomo no seu todo, no seu modo de funcionamento e nas suas propriedades essenciais.

?

A que resultados chegamos se resumirmos as nossas considerações acerca do conceito de «qualidade»?

!

A **categoria filosófica «qualidade»** *reflecte, num plano mais elevado de abstracção e generalização, a determinação, a distinção, a autonomia e a globalidade das propriedades essenciais de um sistema material, as quais, por seu lado, se baseiam em determinada ligação estrutural dos seus elementos num sistema. A ligação dos elementos numa determinada estrutura confere ao sistema uma relativa estabilidade e permite transformações até determinado limite, sem transformar a qualidade. Mas, porque todos os sistemas materiais também possuem determinações quantitativas, a qualidade existe sempre em inseparável unidade com a quantidade.*

?

Que entendemos por quantidade?

!

A **categoria filosófica «quantidade»** *reflecte a determinação mensurável dos sistemas e processos materiais, o grau da sua diferença e da sua semelhança em grandeza, volume, número, peso, duração, extensão, intensidade e ordenação estrutural. A quantidade pode ser medida e expressa como grandeza através de relações numéricas. Toda a qualidade possui simultaneamente a sua determinação quantitativa e, reciprocamente, qualquer determinação quantitativa só pela sua relação com uma qualidade é inequivocamente definida.*

?

Qual a conexão entre qualidade e quantidade no processo de desenvolvimento?

!

No movimento de quaisquer sistemas materiais há permanentemente transformações de tipo quantitativo. Estas transformações quantitativas produzem-se, contudo, no quadro e nos limites de uma dada qualidade. Só num ponto muito determinado é que as contínuas transformações quantitativas conduzem a uma súbita passagem para uma nova qualidade. A transformação gra-

dual, a fase evolutiva do desenvolvimento, é então substituída pela transformação súbita, pela fase revolucionária do desenvolvimento. **Evolução** *e* **revolução** *constituem, pois, em conjunto, a essência do desenvolvimento. A evolução, as transformações quantitativas, preparam a revolução, o* **salto qualitativo**, *no decurso do qual o velho sistema é modificado no seu fundamento ou é eliminado, surgindo um novo sistema com uma qualidade completamente nova. Esta nova qualidade constitui, juntamente com as quantidades que lhe são próprias, uma nova unidade. O processo de desenvolvimento subsequente decorre na base da nova qualidade, primeiro sob a forma de transformações quantitativas, até ocorrer de novo uma passagem para uma nova qualidade.* A passagem de transformações quantitativas a qualitativas realiza-se, naturalmente, de modos muito diversos nas várias formas de movimento da matéria e nos vários sistemas materiais, sendo cada um desses modos investigado pelas correspondentes ciências especializadas. A lei dialéctica da passagem de transformações quantitativas para qualitativas acentua, pela abstracção e pela generalização filosófica, o que é comum a estes diversos processos de desenvolvimento e formula a sua essência comum. O aparecimento de uma nova qualidade no processo de desenvolvimento significa que a antiga qualidade é «negada».

? Que se entende por negação dialéctica?

À letra, negação significa «dizer não»; porém, aqui, não nos estamos a referir à negação lógica, à operação de pensamento em que uma proposição *p* é negada pela proposição não *p*.

! *A negação dialéctica significa que, no processo de desenvolvimento, a qualidade em cujo quadro o desenvolvimento até então se realizou é suprimida, eliminada, superada, e que surge uma nova qualidade. Mas a antiga qualidade não é simplesmente aniquilada, não desaparece sem deixar marcas. Pelo contrário, nesta negação preserva-se o anterior resultado positivo do desenvolvimento, que é assimilado na nova qualidade e serve de base ao desenvolvimento subsequente.*

Podemos explicitar isso no desenvolvimento da sociedade humana. A revolução socialista significa que a anterior qualidade da sociedade (o capitalismo) é eliminada, negada. A eliminação

desta qualidade consiste primordialmente na destruição da estrutura determinante dos elementos da sociedade na ordem social capitalista e, com ela, do modo de funcionamento e das propriedades essenciais desse sistema. Todavia, muitos elementos da vida social que surgiram como produtos positivos do desenvolvimento, no quadro da antiga qualidade, da sociedade capitalista, não são destruídos, mas conservados. São assimilados na nova qualidade, na sociedade socialista, e inseridos na estrutura do novo sistema social. Com isso, transformam-se, ganham novas funções e propriedades determinadas pela nova qualidade do socialismo e continuam a desenvolver-se sobre essa base. Isso é válido, por exemplo, para as forças produtivas, para a divisão social do trabalho, para a ciência e a técnica, para todas as conquistas da cultura e da civilização humanas, para formas de vida social e de desenvolvimento social como a família ou a nação e para muitos outros elementos da vida social. No socialismo eles não são eliminados mas qualitativamente transformados e desenvolvidos.

A negação dialéctica não é, pois, a simples negação do antigo, antes é simultaneamente a preservação de tudo quanto é positivo, é a unidade entre continuidade e descontinuidade no processo de desenvolvimento. Este conhecimento é de grande significado teórico e prático, por exemplo, para o trabalho com a juventude. Dá-nos uma orientação correcta para a nossa posição face ao tema da «herança» e para o tratamento a dar-lhe. «Revolucionarite», desprezo ou mesmo destruição da herança cultural nada têm a ver com uma atitude revolucionária. Pelo contrário: tal posição pequeno-burguesa e anarquista é no fundo reaccionária, por se dirigir contra o progresso social.

! *Surgida uma nova qualidade, o desenvolvimento subsequente realiza-se no seu quadro. Quando as transformações quantitativas tiverem alcançado certa medida, há de novo a passagem para uma nova qualidade, isto é, a anterior qualidade é igualmente negada. Ela fora a negação da qualidade precedente; agora, é por sua vez negada. Se considerarmos o ciclo de desenvolvimento completo, no seu decurso e na sua conexão, poderemos caracterizá-lo como* **negação da negação**. *A* **lei da negação da negação** *explica a orientação geral do desenvolvimento como um* **avançar do mais baixo para o mais elevado** *e mostra a conexão interna dos estádios de desenvolvimento.*

O desenvolvimento do mundo material realiza-se por ciclos de desenvolvimento, que aparecem como negação da negação. Os ciclos de desenvolvimento não constituem, porém, um desenvolvi-

mento superior, antes se assemelham mais a uma espiral (para usar uma imagem clara), que, em certa medida, liga simultaneamente o desenvolvimento superior a um regresso ao ponto de partida do ciclo de desenvolvimento, porque determinadas características, propriedades, etc., do anterior grau de desenvolvimento reaparecem em nível de desenvolvimento mais elevado. Lénine chamou-lhe um «desenvolvimento que parece repetir etapas já percorridas, mas sob outra forma, numa base mais elevada ("negação da negação"); um desenvolvimento por assim dizer em espiral e não em linha recta» [28].

Estas três leis fundamentais da dialéctica encontram-se em estreita conexão umas com as outras e caracterizam a essência e o curso geral de todo o desenvolvimento do mundo material. São leis objectivas, existindo como conexões gerais, necessárias, essenciais e repetíveis na própria realidade. O seu conhecimento e a sua formulação teórica são, de facto, obra do pensamento humano, da investigação científica e filosófica da realidade objectiva. Contudo, não são criação do raciocínio humano, que apenas as aplica ao mundo material, para melhor poder ordenar e entender o material — ao contrário do que afirmam vários teóricos burgueses e revisionistas.

No mundo material, as coisas passam-se dialecticamente, quer o saibamos quer não, quer as leis e relações dialécticas se reflictam correctamente no nosso espírito ou não. Porque o mundo material é inesgotável e se desenvolve permanentemente, também permanentemente o pensamento científico e filosófico se encontra perante a tarefa de penetrar mais profundamente na dialéctica da natureza e da sociedade e de, ao fazê-lo, continuar também a desenvolver a teoria da dialéctica.

---

[28] V. I. Lénine, *Karl Marx*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 10.

1. 4.4. Dialéctica da sociedade socialista

Actualmente, os filósofos e os cientistas sociais têm particularmente de investigar a dialéctica da sociedade socialista desenvolvida.

? Que queremos dizer com **dialéctica do socialismo**?

Sabemos que a sociedade humana, no seu processo geral, evolui segundo as leis fundamentais da dialéctica. Estas leis gerais, porém, actuam de forma particular em cada formação social. Com a sociedade socialista, que representa um corte profundo na história da humanidade, surgem também novos traços da dialéctica do desenvolvimento social.

! *Por dialéctica do socialismo não entendemos nenhuma dialéctica especial, independente da dialéctica que existe e actua na natureza e na sociedade, mas sim essa dialéctica geral, enriquecida porém com os traços particulares da sociedade socialista.* O seu conhecimento é sobretudo necessário para dirigir e planificar correctamente o complexo processo da continuação da formação da sociedade socialista avançada e da criação das premissas fundamentais para a transição gradual para o comunismo. No entanto, ela é também de grande importância teórica para a continuação do desenvolvimento da teoria da dialéctica.

A formação da sociedade socialista avançada é uma etapa importante no desenvolvimento da formação económica e social do comunismo, que é qualitativamente nova e se compõe de duas fases: a da sociedade socialista e a da sociedade comunista. O conjunto do processo do desenvolvimento histórico da formação social comunista desenrola-se de acordo com as leis gerais da dialéctica, que aí surge e actua segundo formas particulares. Uma particularidade consiste no facto de, em ambas as fases de desenvolvimento desta formação social, estarmos perante duas **etapas qualitativamente diferentes de uma única formação social** que é construída e estruturada como um todo, de forma planificada e consciente. Levanta-se deste modo a questão respeitante à relação dialéctica entre estas duas fases de desenvolvimento. A fase supe-

rior forma-se a partir da inferior. Mas como é que isto se processa? Quais são as premissas objectivas que têm de existir para que possa ocorrer a transição do socialismo para o comunismo? Ouve-se por vezes a opinião de que já nos ocupámos da construção do socialismo durante tempo suficiente e de que seria altura de avançar mais rapidamente em direcção ao comunismo. E isto tanto mais quanto é certo que o socialismo, em que o princípio da distribuição assenta no trabalho de cada um, ainda não pode produzir uma completa igualdade social entre as pessoas. Alguns dizem que o socialismo se teria já também transformado num hábito e que, por isso, a juventude só poderia hoje entusiasmar-se pelo comunismo, pelos seus objectivos e ideais.

Nestas concepções está escondida a ideia de que socialismo e comunismo estariam separados um do outro por um corte e de que seria possível acelerar artificialmente a transição para o comunismo. No entanto, a verdadeira conexão dialéctica entre socialismo e comunismo é diferente: na sociedade socialista surgem e desenvolvem-se já elementos de toda a formação social comunista, mas estes não estão ainda suficientemente amadurecidos para se poder verificar a transição para a sociedade comunista. Uma tarefa importante da sociedade socialista avançada é, precisamente, desenvolver integralmente esses elementos para criar as premissas fundamentais para a transição para o comunismo. «A dialéctica objectiva entre socialismo e comunismo implica que o desenvolvimento completo das vantagens do socialismo e o esgotamento do efeito das suas leis e princípios são o único caminho para preparar a criação da base técnico-material do comunismo, a transformação das relações sociais socialistas em comunistas, na base de uma elevada consciência comunista. Só o completo esgotamento das possibilidades históricas do socialismo produz condições materiais e espirituais que finalmente permitam a transição gradual para o comunismo.» [29]

A vontade e os esforços no sentido de se chegar tão rapidamente quanto possível ao comunismo só produzem um efeito real, um benefício para o progresso social, quando levam a que cada um, com a máxima disponibilidade, dê o melhor pela formação da sociedade socialista avançada. Quem se limita a sonhar com o ideal da sociedade comunista, mas não luta pela resolução das ta-

---

[29] Kurt Hager, *O IX Congresso do Partido* [PSUA] *e as Ciências Sociais.* Intervenção na Conferência dos Sociólogos da RDA em 25 e 26 de Novembro de 1976 em Berlim, Berlim, 1976, pp. 11-12 (em alemão).

refas da formação da sociedade socialista avançada, não compreendeu esta dialéctica histórica. O futuro comunista cria-se no presente socialista e, inversamente, o nosso objectivo comunista marca também o presente, a sociedade socialista avançada. Ao construirmos a sociedade socialista avançada fazemo-lo olhando para a meta, o comunismo. As nossas concepções e conhecimentos teóricos acerca do comunismo servem de certo modo como padrão à luz do qual verificamos constantemente a forma como nos estamos a aproximar do comunismo. Mas o comunismo não é um ideal fixo, pairando abstractamente fora do tempo e pelo qual a realidade tivesse de se orientar. As nossas concepções e conhecimentos teóricos acerca do comunismo desenvolvem-se também. Eles tornam-se mais concretos e pormenorizados à medida que na sociedade socialista avançada forem amadurecendo as condições materiais para a transição para o comunismo. Também a este respeito se verifica uma constante interacção dialéctica.

Toda a sociedade se desenvolve de forma semelhante a um organismo em que todos os elementos estão em interacção. Isto aplica-se também à sociedade socialista. Porém, a dialéctica do sistema social socialista possui importantes traços novos. Nas anteriores sociedades de classes, a conexão dialéctica entre os diferentes elementos forma-se de um modo diverso da do socialismo. Nelas, é o resultado das lutas e conflitos de classes, grupos e indivíduos inimigos. As crises nos diferentes sectores, o desemprego, a inflação, a sobreprodução, o subconsumo e muitos outros fenómenos, por exemplo, mostram que os diversos elementos do sistema social capitalista não actuam conjuntamente de forma «harmoniosa».

Na sociedade socialista, em contrapartida, é possível e necessário desenvolver todos os sectores da sociedade com uma coordenação planificada. Se, por exemplo, a indústria se desenvolver rapidamente mas a agricultura permanecer atrasada, então o organismo económico e, como consequência, todo o organismo social não poderão funcionar normalmente. Verificam-se então desequilíbrios, perturbações do abastecimento de bens alimentares à população e de matérias-primas à indústria e outras dificuldades. Ou então, se o sistema educativo se mantiver atrasado no seu desenvolvimento, verificam-se prejuízos na economia em virtude de os alunos que saem das escolas não possuírem conhecimentos suficientes e não estarem preparados para as exigências da técnica. Poderíamos ilustrar com muitos outros exemplos que é necessário dirigir e planificar com conhecimento todos os sectores da socie-

dade socialista no seu desenvolvimento e interacção dialéctica, de forma a que o conjunto do organismo social possa funcionar sem atritos. Mecanismos de regulação espontâneos, tais como crises, desemprego, inflação, etc., são incompatíveis com o carácter do socialismo, e por isso a sociedade socialista tem diante de si a difícil tarefa de estruturar de forma planificada todo o processo de vida social e de conhecer cada vez melhor e de dominar conscientemente a dialéctica deste complexo organismo social.

Para resolver esta tarefa é, antes de mais, necessário conhecer, no seu conteúdo objectivo e na direcção do seu movimento, as **contradições dialécticas da sociedade socialista**, encontrar para elas formas correctas de movimento na acção prática e resolvê-las no momento certo. Só então elas podem funcionar como forças motrizes que impulsionem o progresso da sociedade. Neste ponto é frequente surgir a pergunta sobre se então no socialismo continuam também a existir contradições. Não são as contradições algo de negativo, não têm de ser superadas o mais depressa possível? Esta concepção confunde, claramente, as contradições antagónicas da sociedade de classes com as contradições da sociedade socialista. Os antagonismos ou contradições antagónicas assentam nas relações entre classes inimigas e expressam-se em interesses de classe inconciliáveis, que levam inevitavelmente a lutas de classes e a grandes conflitos sociais. Tais contradições já não existem na sociedade socialista e também já não podem surgir, uma vez que nela foi eliminada a propriedade privada dos meios de produção, e, desse modo, a exploração do homem pelo homem. Nela não existem classes inimigas [30] e, consequentemente, não existem também as bases para o aparecimento de antagonismos. Isto não significa, porém, que a sociedade socialista já não conheça quaisquer contradições. No seu processo de vida surgem também, necessariamente, contradições dialécticas em todos os sectores da sociedade. Elas têm, no entanto, um carácter diferente dos antagonismos, pois o seu fundamento já não são as relações entre classes inimigas. Por isso, designamo-las por «contradições não antagónicas». Uma diferença importante destas contradições típicas do socialismo em relação aos antagonismos consiste no facto de elas não conduzirem necessariamente ao agravamento das contradições nem a conflitos sociais e crises. Mas trata-se de contradições reais, de relações contraditórias que existem objectivamente, não depen-

---

[30] O que são as classes e a luta de classes está explicado com mais precisão no 3.º capítulo.

dendo, portanto, das nossas ideias e desejos. Nas contradições do socialismo trata-se também da unidade e «luta» dos contrários, embora esta luta já não revista a forma de luta de classes. Mas a disputa entre interesses, tendências e esforços contraditórios é também uma luta de contrários e é precisamente ela que impulsiona o desenvolvimento.

Ilustremos isto com um exemplo. Como as condições materiais de existência das diversas classes e camadas, dos colectivos e das pessoas individualmente apresentam significativas diferenças, surgem também interesses diversos no processo de vida material da sociedade socialista, do ponto de vista social, colectivo e individual. Como se comportam estes interesses uns em relação aos outros? Seria ingénuo acreditar que eles concordassem entre si automaticamente em todos os aspectos. É certo que, na sociedade socialista, eles são coincidentes numa série de pontos de vista fundamentais. Mas, numa série de pontos de vista, divergem também, estão em litígio entre si, são de natureza contraditória. Estes interesses constituem, pois, uma unidade de contrários e nesta unidade há também «luta», isto é, existem contradições entre esses interesses. Isto é perfeitamente normal e nada tem a ver com erros subjectivos. O interesse social exige que na sociedade socialista se garanta um crescimento económico estável. A principal via para isso é a intensificação da produção social. Naturalmente que, no que respeita a este interesse fundamental da sociedade, todos os trabalhadores, todos os colectivos das diferentes empresas estão de acordo. Mas cada colectivo de empresa é também um produtor socialista de mercadorias e actua economicamente no quadro das suas competências, segundo critérios tais como o cumprimento do plano de produção de mercadorias, do plano de ganhos, do plano científico e técnico, etc. Nesta base, surgem interesses colectivos que podem estar em contradição com os interesses da sociedade. A empresa e o colectivo de empresa estão, antes de mais, interessados em cumprir o plano de produção de mercadorias e o plano de ganhos, pois é disso que depende directamente a situação material do colectivo da empresa. Isto é também do interesse da sociedade, mas este é significativamente mais amplo. O interesse social exige, por exemplo, uma mais rápida transposição de novos desenvolvimentos que incorporem o nível mais elevado da ciência e da técnica, introduzindo-os na produção para elevar a qualidade tanto dos meios de produção como dos meios de consumo. Para as empresas, porém, isto liga-se frequentemente a dificuldades, a esforços especiais e possivelmente, no imediato, até a retrocessos. Os

interesses do colectivo podem, em consequência, agir no sentido de manter enquanto for possível a produção que até então «dera bons resultados». Surge assim, portanto, uma verdadeira contradição dialéctica entre os interesses da sociedade e os do colectivo.

Como pode ser resolvida esta contradição? Uma vez que tem fundamentos objectivos e um conteúdo também objectivo, ela não pode pura e simplesmente desaparecer do mundo por decreto. Uma disposição no sentido de que os colectivos de empresa se deveriam guiar unicamente pelos interesses sociais pouco efeito teria. O problema também não consiste em fazer desaparecer do mundo essa contradição dialéctica objectiva, mas antes em utilizá-la como força motriz, em fazê-la actuar no sentido de impulsionar o desenvolvimento. Como é isto possível? Para tal, a sociedade socialista tem de dar a essa contradição uma forma de movimento tal que cada um dos aspectos da contradição impulsione o outro, o estimule e, desse modo, acelere o progresso. Isto verifica-se se se produzir constantemente uma concordância entre os interesses sociais, colectivos e individuais por meio de todo um conjunto de medidas económicas (estímulo a novas produções de elevado valor, fixação de preços de entrega inalteráveis durante um certo período de tempo, etc.). Esta é a forma de movimento adequada à contradição de interesses. A contradição obriga sempre de novo a procurar o equilíbrio, a concordância de interesses e, desse modo, impulsiona ainda mais o desenvolvimento.

De forma semelhante, importa encontrar formas de movimento e vias de solução adequadas para todas as contradições da sociedade socialista e concretizá-las na acção prática, para que elas possam ser utilizadas como forças motrizes do progresso social. A investigação sobre a dialéctica objectiva da sociedade socialista transmite-nos, assim, importantes conhecimentos sobre o funcionamento do organismo social, os quais são de grande importância para a direcção e planificação do processo de desenvolvimento do conjunto da sociedade. Simultaneamente, a teoria da dialéctica materialista fica desse modo enriquecida.

1. 4.5. O método dialéctico

Que entendemos por método? A palavra vem do grego e significa examinar ou ainda seguir um caminho. Um método descreve, portanto, de certo modo, o caminho para um determinado objectivo, indica como se deve proceder para alcançar o objectivo.

? Mas como se passa então da teoria da dialéctica, que explica como é constituída a realidade objectiva, para o **método dialéctico**, que descreve a forma como o pensamento deve abordar a realidade objectiva?

! *Para poder utilizar como directiva para o pensamento os conhecimentos que estão formulados na teoria da dialéctica, têm de se deduzir dela princípios, regras, prescrições e exigências. O método dialéctico é um conjunto de princípios, regras, prescrições e exigências deduzidos das leis da dialéctica que nos dão indicações gerais sobre como temos de proceder no que respeita ao conhecimento da realidade objectiva e à sua modificação prática. O método dialéctico é um* **método geral** *de pensamento e de acção.*

Que significa isto? Diferentemente dos numerosos métodos especiais que cada ciência elabora por si ou que existem em cada sector da actividade prática, o método dialéctico é válido em todos os sectores do conhecimento e em todos os sectores da actividade prática, uma vez que assenta nas leis e propriedades gerais da realidade objectiva. Mas do seu carácter geral resulta também que tem sempre de ser aplicado juntamente com os métodos específicos que correspondem ao objecto particular que vai ser investigado ou transformado. Para se poder aplicar com êxito o método dialéctico são, portanto, sempre necessários conhecimentos profundos — tanto filosóficos como de cada uma das ciências — e experiência prática. O método dialéctico não é nenhuma «chave universal» que nos permita o acesso aos segredos da natureza, da sociedade e do pensamento sem um estudo sério do material correspondente. Mas, ligado a um conhecimento profundo do assunto em questão, é um instrumento indispensável para se descobrirem de forma con-

sequente leis, relações e propriedades essenciais do mundo e para se poder transformá-lo. Ele pode dar uma orientação correcta ao nosso pensamento, que conhece, e à nossa acção, que transforma, pois assenta nos conhecimentos teóricos sobre a dialéctica objectiva da natureza e da sociedade. O pensamento dialéctico reflecte a dialéctica objectiva. Orienta-se pelo método dialéctico e aplica de forma consequente as leis e categorias da dialéctica. Por esta razão, o pensamento dialéctico é também designado por dialéctica subjectiva.

?

Quais são os mais importantes **princípios, regras e exigências do método dialéctico?**

Lénine explicou mais de perto os elementos da dialéctica nos quais se expressam estes princípios, regras e exigências [31], *começando pela «***objectividade** *da observação (não exemplos nem divagações mas a coisa em si própria)»* [32].

! *A exigência de objectividade é um* **princípio** *do método materialista em que simultaneamente se torna visível a abordagem materialista. Esta exigência visa excluir o subjectivismo e abranger os sistemas materiais, processos, etc., do pensamento tal como são objectivamente. Ela é da máxima importância não só em todo o trabalho teórico mas também, sobretudo, na política prática.*

Uma política realista não pode partir de desejos, concepções ilusórias, objectivos fantásticos e considerações semelhantes. Ela tem de assentar numa **análise objectiva** do estádio de desenvolvimento já alcançado, das possibilidades reais (recursos, potencial de mão-de-obra), das implicações e encargos internacionais, bem como de todos os factores essenciais de que depende o desenvolvimento futuro. O princípio da objectividade obriga o nosso pensamento e a nossa acção a um sóbrio realismo.

O método dialéctico exige ainda que se tome em consideração «a totalidade das diversíssimas **relações** *dessa coisa com as outras»* [33].

---

[31] Ver V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica»*, *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, pp. 202 e segs. (em russo).

[32] *Ibidem*, p. 202.

[33] *Ibidem*, p. 203.

! *Esta é a exigência de* **omnilateralidade da análise**. *Ela é uma importante regra do método dialéctico que visa abranger e ter em atenção as relações e condições de um sistema, de um objecto, de um processo, para assim evitar toda a unilateralidade.*

Também esta regra é extraordinariamente importante para a política prática do partido da classe operária. Só uma análise de todos os aspectos das condições da luta revolucionária, das relações e interesses das diferentes forças de classe e da correlação de forças ou do nível de desenvolvimento alcançado é que permite elaborar uma estratégia e uma táctica correctas. Toda e qualquer abordagem unilateral deixa fora de consideração relações e condições essenciais e conduz inevitavelmente a conclusões falsas e a insucessos.

Como elemento seguinte do método dialéctico, Lénine formulou a necessidade de investigar «o **desenvolvimento** *dessa coisa* (respective *fenómeno), o seu movimento próprio, a sua vida própria»* [34].

! *A exigência de o método dialéctico abordar historicamente todos os fenómenos, de os observar no seu desenvolvimento, transformação e desaparecimento é igualmente um importante princípio. Este princípio é também chamado* **princípio da historicidade** *e exige que se analise sempre a forma e a origem de cada fenómeno, de cada processo, o estádio de desenvolvimento em que se encontra e como se apresentam as suas outras perspectivas de desenvolvimento.* Só isto é que permite penetrar mais profundamente na essência, nas leis, do fenómeno em questão. A aplicação deste princípio do método dialéctico permite também determinar objectivamente o ponto em que nos encontramos no desenvolvimento social.

O princípio da historicidade, que deriva da concepção dialéctica de desenvolvimento, conduz directamente à exigência de investigar «as **tendências** (e *aspectos) internamente contraditórias nessa coisa», de investigar essa «coisa (fenómeno, etc.) como soma e* **unidade dos contrários**» *e de levar em consideração a* «**luta** respective o *desdobramento desses contrários, dos esforços contraditórios, etc.»* [35].

---

[34] V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica», Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 202 (em russo).
[35] *Ibidem*, p. 203.

! *O pensamento dialéctico está indissoluvelmente ligado ao* **princípio da contradição**. *O método dialéctico exige que se descubram as contradições determinantes em todos os sistemas materiais, objectos e processos, que se analise a «luta» dos contrários, a interacção de tendências, forças e esforços e outros aspectos contraditórios e que, deste modo, se encontre a origem e as forças motrizes do desenvolvimento.*

Isto permite não só uma mais profunda compreensão do desenvolvimento mas possibilita também aos partidos marxistas-leninistas a condução consequente da luta pelo socialismo ou do desenvolvimento da sociedade socialista.

O socialismo caracteriza-se também, naturalmente, pelas suas contradições específicas, que, regidas por leis, surgem, se desenvolvem e resolvem quando estão maduras. Por isso, a necessidade de o método dialéctico investigar as contradições em todos os fenómenos mantém a sua validade integral mesmo para o socialismo e o comunismo.

Ao princípio da historicidade liga-se também a exigência de o método dialéctico investigar a «passagem da quantidade à qualidade e **vice-versa**»[36].

! *A regra de o pensamento dialéctico considerar as determinações qualitativas e quantitativas na sua unidade deriva da lei da passagem das transformações quantitativas a qualitativas. Ela permite, sobretudo, conhecer e determinar o momento em que a passagem à qualidade superior se torna possível e necessária.*

Esta exigência é também de grande importância para a política prática dos partidos marxistas-leninistas.

Há ainda muitos outros elementos do método dialéctico. Não os podemos ilustrar aqui a todos e por esse motivo limitámo-nos aos pontos de vista mais importantes.

A aplicação criadora do método dialéctico permitiu a Marx e a Engels fundamentar a visão científica do mundo, explicar de um modo materialista a sociedade humana e a sua história, descobrir a lei do movimento económico do capitalismo e elaborar a estratégia e a táctica da luta revolucionária da classe operária. Engels designou o método dialéctico como «o nosso melhor instrumento de trabalho e a nossa arma mais afiada»[37]. Lénine prosseguiu o de-

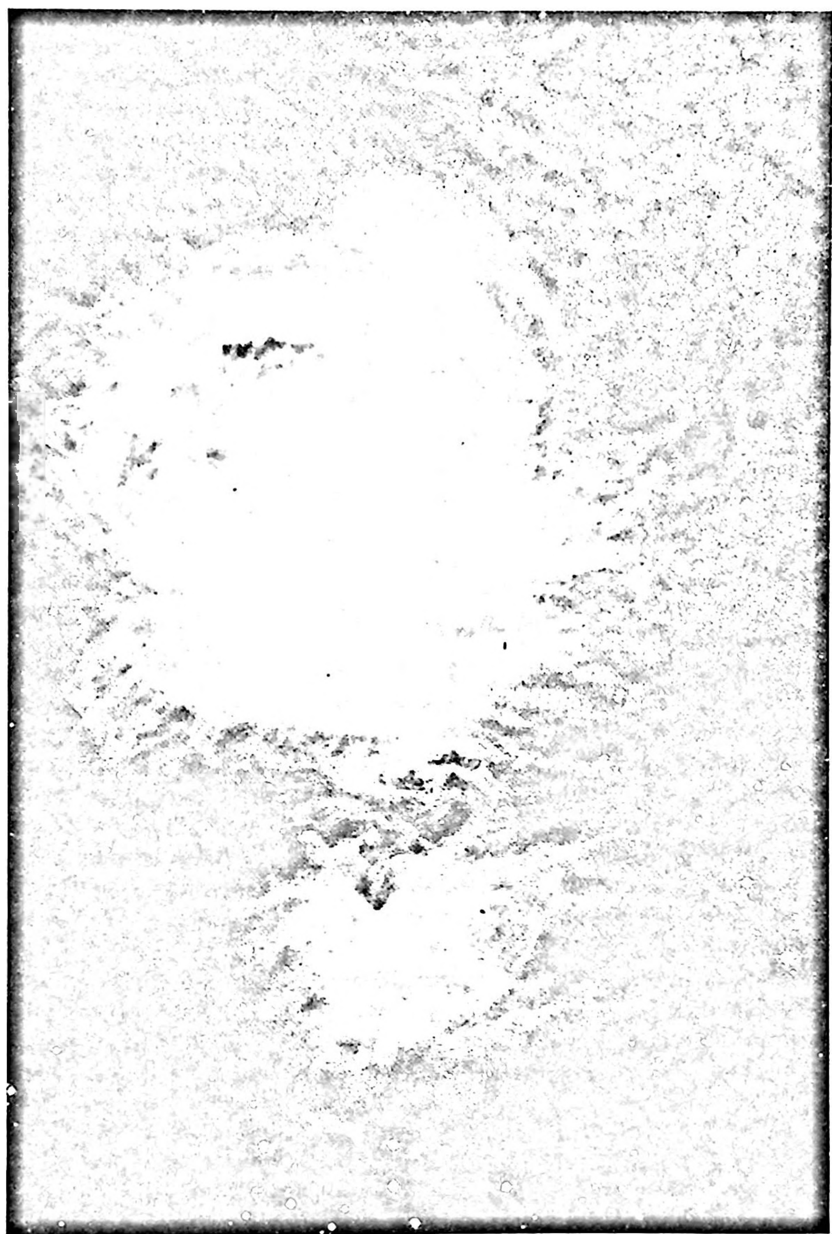
---

[36] V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica»*, *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 203 (em russo).

[37] Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*], MEW, vol. 21, p. 293.

senvolvimento da dialéctica materialista. Como Marx e Engels, Lénine dominava com mestria o método dialéctico. Esta foi uma premissa decisiva para ele poder desenvolver criadoramente o marxismo como um todo. Analisou o imperialismo e elaborou a estratégia e a táctica da luta de classes proletária para a época do imperialismo e da revolução proletária. Depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, elaborou o plano de transição para o socialismo e para a construção da sociedade socialista.

Da aplicação do método dialéctico à investigação da sociedade resultam consequências revolucionárias de longo alcance. A dialéctica materialista torna-se a arma teórica do movimento operário revolucionário e leva à transformação prática da sociedade. Por este motivo, os teóricos e ideólogos da burguesia têm conduzido até hoje uma luta furiosa contra a dialéctica materialista e tentam difamá-la por todos os meios. As suas afirmações acerca da eternidade da sociedade capitalista, da capacidade de o capitalismo se adaptar, por meio de reformas — por meio, portanto, de transformações quantitativas, apenas evolucionárias — às novas exigências do desenvolvimento das forças produtivas, acerca da harmonia de classes, etc., depressa mostram ser, à luz crítica da dialéctica materialista, um véu a esconder a situação real. Por isso, o que mais lhes agradaria seria riscar o método dialéctico do pensar crítico e revolucionário para mais facilmente poderem confundir a consciência dos trabalhadores da sociedade capitalista. O estudo da dialéctica materialista e a assimilação do método dialéctico são indispensáveis para todo aquele que participa conscientemente na luta pelo socialismo ou na formação da sociedade socialista. O pensamento dialéctico é necessário em toda a parte para se compreender correctamente e se dominar as conexões e processos de desenvolvimento da sociedade, a contradição entre socialismo e capitalismo, os problemas da luta de classes internacional, em resumo, toda e qualquer tarefa. É necessário ter uma compreensão cada vez melhor da dialéctica materialista, da sua aplicação criadora nas resoluções dos partidos marxistas-leninistas, e desenvolver o pensamento dialéctico.



Constelação de Oríon

2. A concepção materialista da natureza

Até aqui apresentámos as concepções filosóficas fundamentais do materialismo dialéctico e histórico que dizem respeito ao **mundo como um todo**, às propriedades que são comuns à **natureza**, à **sociedade** e ao **pensamento**. Porém, o desenvolvimento tem particularidades qualitativas em cada um dos três grandes sectores do mundo. Essas particularidades têm de ser analisadas e formuladas, para não voltarmos a cair no erro do materialismo mecanicista, já ultrapassado, e que se limitava a reduzir todas as qualidades a diferenças quantitativas.

Na **natureza**, o desenvolvimento processa-se espontaneamente, como resultado da interacção de forças e processos naturais inconscientes; na **sociedade**, em contrapartida, se é certo que tais processos desempenham também um papel, a verdade é que o desenvolvimento social, a história da sociedade humana, é o produto do agir activo dos homens, que são dotados de consciência. E o desenvolvimento do pensamento é um processo que avança e reflecte a natureza e a sociedade na consciência dos homens com base na sua actividade prática.

O materialismo dialéctico e histórico tem em consideração estas diferenças qualitativas entre os três grandes sectores do mun-

do, na medida em que, na base dos seus princípios e leis gerais, desenvolve uma concepção materialista e, simultaneamente, dialéctica da natureza, da sociedade e também do pensamento. A teoria filosófica da sociedade humana e da sua história está, é certo, no centro do materialismo dialéctico e histórico, mas nós vamos começar a nossa apresentação sistemática com a natureza. Porquê?

Em primeiro lugar, a natureza precede a sociedade no desenvolvimento histórico,

em segundo lugar, a sociedade resulta do desenvolvimento da natureza, como seu produto,

em terceiro lugar, a natureza constitui o fundamento para o desenvolvimento da sociedade e,

em quarto lugar, o confronto da sociedade com a natureza é o conteúdo principal da história humana.

2. 1. A natureza e as formas de movimento da matéria

2. 1.1. O que é a natureza?

Utilizamos frequentemente a palavra «natureza» em sentidos muito diversos. Falamos da natureza do homem, da natureza do capitalismo, distinguimos a natureza do «sobrenatural» e a paisagem natural da paisagem cultural. Estes significados da palavra «natureza» são mais específicos e limitados do que os do conceito geral de natureza que utilizamos na filosofia.

?. Que entendemos por natureza em sentido filosófico?

!. *No sentido mais lato, a natureza abrange o conjunto de todos os objectos materiais, estruturas e processos, a infinita variedade de todas as formas de movimento da matéria. Este*

conceito de natureza é, portanto, pelo seu conteúdo, idêntico a conceitos tão gerais como «universo», «matéria» e «realidade objectiva».

Foi precisamente neste sentido que Engels utilizou o conceito de natureza quando escreveu que o materialismo não significava outra coisa senão entender a natureza tal como ela própria se apresenta.

A **natureza existe eternamente** e encontra-se num **processo de desenvolvimento infinito** em que estão sempre a surgir novas formas e a desaparecer as antigas. A natureza inanimada tem formas como, por exemplo, as partículas elementares e os campos (ondas electromagnéticas), como os átomos e a sua união em moléculas, e é por moléculas que são constituídos corpos naturais como as estrelas e planetas. Em alguns planetas podem formar-se condições para o aparecimento e desenvolvimento de vida, isto é, da natureza viva ou orgânica. Assim, na nossa Terra, planeta de um sistema solar como inúmeros outros que existem no universo infinito, formou-se a natureza viva, os numerosos organismos unicelulares, espécies vegetais, animais e, finalmente, também o homem. **A sociedade humana é o produto supremo deste desenvolvimento da natureza orgânica.** Ela surge a partir da natureza e continua a ser uma parte da conexão da natureza. Mas, simultaneamente, o aparecimento da sociedade humana é o salto qualitativo mais marcante no desenvolvimento da natureza. Porquê? Porque a sociedade humana adquire a capacidade de se opor ao resto da natureza como uma grande força natural. Ela inicia uma «luta» com a natureza, da qual ela própria é uma parte, para lhe conquistar os meios materiais de conservação da vida. Ela modifica a natureza de forma crescente por meio do seu trabalho e, numa fase superior de desenvolvimento, aprende cada vez mais a dominar a natureza — mais exactamente: as forças naturais e os processos naturais.

! *Ao confrontarmos natureza e sociedade, o conceito de natureza adquire um conteúdo mais restrito: por natureza passamos a entender o conjunto do mundo material com excepção da sociedade humana. É certo que a sociedade também não pode ser separada da natureza, mas, em virtude da sua qualidade especial, que será pormenorizadamente tratada no capítulo seguinte, distinguimo-la da natureza. Do ponto de vista da sociedade, entendemos por natureza as condições naturais de existência da sociedade humana, o meio natural, e, para além disso, o conjunto do universo infinito que se confronta com a sociedade.*

2 • 1.2. A acção recíproca da natureza e da sociedade

Com o aparecimento e desenvolvimento da sociedade humana forma-se também a relação dialéctica recíproca da natureza com a sociedade.

?

• Que entendemos por **acção recíproca activa da natureza e da sociedade**?

! • *Natureza e sociedade formam uma unidade de contrários que estão simultaneamente em «luta» permanente entre si. Esta contradição dialéctica é uma poderosa força motriz do desenvolvimento social. Por meio da* **produção social** *dos homens, essa contradição é constantemente resolvida em parte e, ao mesmo tempo, colocada sempre de novo a um nível superior. Quando, por meio de uma melhoria das forças produtivas, consegue conquistar à natureza mais meios para a manutenção da vida, a sociedade desenvolve-se, surgindo novas necessidades, etc., de modo que a contradição entre o estádio já alcançado de utilização e de domínio da natureza, por um lado, e as necessidades sociais, por outro, aparece sempre de novo a um nível mais elevado. Se a sociedade interrompesse a produção, isto é, desistisse dessa luta constante com a natureza, afundar-se-ia inevitavelmente, a natureza liquidá-la-ia; a sua qualidade específica, que a eleva acima da natureza, perder-se-ia e ela seria obrigada a mergulhar de novo no estado bruto da natureza.*

A acção recíproca activa da sociedade e da natureza é um confronto colectivo dos homens com o seu ambiente natural. Quer dizer, ela realiza-se sempre mediante as relações sociais dos homens. A contradição entre natureza e sociedade assume, por isso, aspectos característicos em cada sociedade.

No decurso do desenvolvimento histórico, a acção recíproca da sociedade e da natureza torna-se cada vez mais ampla e intensa. Conhecemos da escola os elementos químicos, que constituem toda a matéria. A intensidade da troca material entre sociedade e natureza pode ser vista pelo número de elementos químicos que

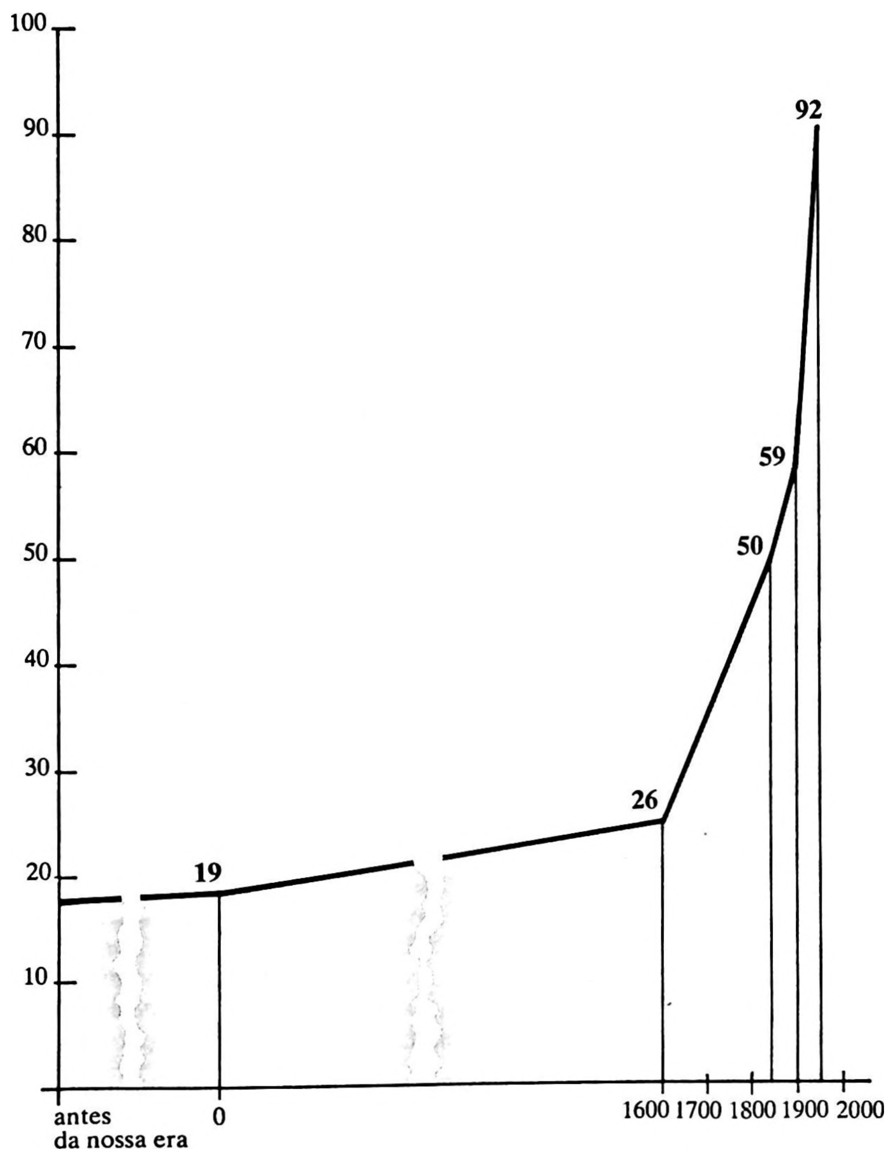
são utilizados na produção. Na Antiguidade, apenas 19 elementos eram usados na produção; até ao século XVII, o seu número subiu para 26. No século XIX eram já 50 elementos, no início do século XX eram 59 e, actualmente, são utilizados industrialmente todos os 92 elementos que se encontram na Terra, conforme é também ilustrado pelo nosso gráfico da p. 93. Para além disso, são ainda produzidos artificialmente outros elementos, os «transuranianos». Isto mostra que a acção recíproca da natureza e da sociedade assumiu um carácter global e universal.

A natureza continua a ser a base da existência da sociedade humana, e a acção recíproca activa da sociedade e da natureza na produção impulsiona o desenvolvimento da sociedade. Mas quais são os efeitos que esta acção recíproca tem sobre a natureza? Esta questão desempenha no presente um papel cada vez maior e é vivamente discutida. Os ideólogos e cientistas burgueses afirmam que a humanidade atingiu uma crise do meio ambiente, uma crise ecológica, pois estaria a destruir a natureza, o fundamento da sua existência. Fazem diversas propostas para remediar essa crise. Alguns deles propuseram que se acabasse com o crescimento da economia e se passasse a um «crescimento zero». Outros acham que seria necessário um «crescimento orgânico». Há também autores que vêem a saída numa nova atitude religiosa para com a natureza. Muitos defensores da protecção do meio ambiente exigem que se deixe a natureza tal como está, não a modificando. Do ponto de vista da nossa filosofia científica, qual é a nossa posição em relação a estas questões e propostas?

?
Estaremos realmente em vias de destruir a natureza
e de nos privarmos, assim, do fundamento
da nossa existência?

A acção recíproca da sociedade e da natureza tem também, naturalmente, efeitos sobre esta. Durante muito tempo, esses efeitos foram diminutos, uma vez que as forças produtivas, ainda pouco desenvolvidas, só admitiam intervenções limitadas e locais nos processos da natureza. Os homens, no entanto, já na sociedade primitiva e na antiga sociedade escravista agudizaram aqui e ali até ao antagonismo a contradição entre sociedade e natureza, pois causaram à natureza destruições irreparáveis. Na sociedade primitiva eliminaram diversas espécies de caça grossa. Mais tarde

Número dos elementos químicos utilizados na produção



devastaram grandes áreas de floresta na Mesopotâmia e na região do Mediterrâneo, o que levou à carsificação, erosão e infertilidade de enormes superfícies de terras outrora férteis na Grécia, Itália e outros países.

Os efeitos da produção sobre a natureza só alcançaram uma maior escala quando surgiu e se desenvolveu a sociedade capitalista. As poderosas forças produtivas industriais assentam cada vez mais na aplicação tecnológica das ciências da natureza e permitem utilizar na produção todas as substâncias naturais e forças naturais cada vez maiores. As forças produtivas da sociedade capitalista asseguram o domínio técnico dos homens sobre muitas forças e processos naturais. Mas isto não é o resultado da acção planificada da sociedade de acordo com um plano conjunto racional, mas sim da acção isolada de capitalistas isolados, consórcios e monopólios internacionais com vista a obterem lucros máximos. A busca do lucro máximo é a força motriz e o objectivo da apropriação e do domínio da natureza no capitalismo. Essa busca assume por isso, necessariamente, o carácter de uma ilimitada exaustão e de uma inconsiderada completa pilhagem da natureza. Desse modo, no capitalismo, a contradição entre natureza e sociedade agudiza-se em extremo e adquire um carácter global. São destruídas grandes regiões outrora férteis, esgotadas muitas fontes de matérias-primas naturais, eliminadas muitas espécies animais e perturbado de forma crescente o equilíbrio natural dos processos da natureza na biosfera. O enorme crescimento da produção, especialmente em ligação com a revolução científica e técnica leva a perturbações do equilíbrio ecológico. Isto piora o meio ambiente natural das pessoas e prejudica as suas condições de vida. Uma vez que se trata dos efeitos da produção e da civilização técnica sobre a natureza a uma escala mundial, toda a humanidade se vê confrontada com estes problemas. É então verdade que a humanidade entrou numa crise ecológica?

! *A «crise ecológica da humanidade» é, na verdade, a crise da sociedade capitalista, que não é capaz de terminar com a exaustão da natureza e de estruturar de forma racional a sua acção recíproca com a natureza numa base científica, de modo a continuar a manter as condições naturais para o desenvolvimento futuro da sociedade. Apesar de todas as medidas parciais com vista a evitar as consequências mais graves da exploração inconsiderada da natureza, o capitalismo é incapaz disso, pois para tal teria de liquidar tanto a propriedade privada dos meios de produção e das riquezas naturais como as leis da economia do lucro.*

Isto significaria, porém, eliminar o capitalismo e passar à sociedade socialista. Na formação social comunista, cuja primeira fase de desenvolvimento é o socialismo, esse antagonismo entre natureza e sociedade é eliminado e começa-se, logo na sociedade socialista, a estabelecer uma nova relação de princípio para com a natureza. Por meio de diversas medidas e leis com vista à protecção do meio ambiente de acordo com um plano criam-se, em relação à contradição entre a natureza e a sociedade, formas de movimento que permitem tanto a continuação do desenvolvimento da sociedade como a reprodução do meio ambiente natural. De resto, isto só pode ser alcançado gradualmente, num processo histórico bastante longo e no qual importa,

em primeiro lugar, *eliminar as consequências mais nocivas da exaustão capitalista da natureza,*

em segundo lugar, *por um cuidadoso aproveitamento da natureza e uma planificação da protecção ao meio ambiente, não continuar a destruir e a prejudicar a natureza e,*

em terceiro lugar, *desenvolver novos princípios técnicos de produção que, com base nos conhecimentos científicos, organizem os processos produtivos tanto quanto possível como ciclos fechados e os integrem nos ciclos naturais da biosfera de harmonia com as leis da natureza.*

2 • 1.3. Movimento e repouso na natureza

A natureza não existe como uma massa caótica e amorfa, antes apresenta uma determinada ordem e estruturação internas. Podemos distinguir **elementos, estruturas e sistemas**: encontramos sempre elementos que, por meio de estruturas, estão ligados em sistemas. Um átomo de uma substância é desde logo um sistema complexo formado por elementos diversos, nomeadamente o núcleo atómico e numerosas partículas elementares; e estes elementos estão, por sua vez, ordenados de uma determinada maneira, formando uma estrutura. Uma molécula de uma substância, que é formada por vários átomos, já é, desse modo, um sistema de sistemas com uma estrutura ainda mais complexa. Neste caso são os átomos, que constituem eles próprios sistemas, os elementos deste sistema. Podemos mais ou menos imaginar a complexidade dos

sistemas formados pelos corpos naturais inorgânicos, terrestres e celestes, tais como os minerais, as montanhas, as estrelas, os planetas, etc. Mas isto aplica-se em grau ainda muito maior à natureza viva, às plantas, animais e, sobretudo, ao homem.

? Mas como se explica o facto de a natureza existir em tantas formas diferentes?

A visão do mundo idealista-religiosa tem para esta questão uma resposta simples, nomeadamente a de que deus teria criado todas essas formas. Ela remete-nos desse modo para a crença na criação, quer dizer, para uma explicação «sobrenatural». No entanto, tudo aquilo que ocorre na natureza tem também causas naturais e pode explicar-se de uma forma natural.

! *A causa da existência de uma natureza tão multiforme deve ser vista no* **movimento da matéria**, *pois é das formas qualitativamente diferentes de movimento da matéria e da sua interacção que resulta toda a diversidade dos fenómenos da natureza, que surge o ciclo eterno da natureza.*

Como deve isto ser entendido? Os diversos sistemas materiais da natureza estão relacionados entre si e actuam uns sobre os outros. Engels ilustrou isto da forma seguinte: «*O conjunto da natureza que nos é acessível forma um sistema, uma conexão conjunta de corpos, e aqui entendemos por corpos tudo o que tem existência material, desde os astros ao átomo* [...] *O facto de estes corpos estarem em conexão implica já que actuam uns sobre os outros, e esta acção recíproca é precisamente o movimento. Isto mostra desde logo que a matéria é impensável sem movimento.*» [1]

É o movimento que torna possível a relação e a acção recíproca dos sistemas naturais. Todos os sistemas naturais (e, do mesmo modo, a sociedade) se encontram em constante movimento. Dizemos e ouvimos isto com frequência, mas será que é mesmo assim? Não falam os poetas das «eternas estrelas»? E não continuam no céu, mês após mês, ano após anos, milénio após milénio, sempre as mesmas estrelas e constelações? Na verdade, já os antigos gregos descreveram as mesmas constelações que ainda hoje vemos. No entanto, esta eternidade e imutabilidade das estre-

---

[1] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 355.

las é apenas aparente. Na realidade, também elas estão sujeitas a uma transformação constante. De resto, os processos de movimento astronómico necessitam de períodos de tempo totalmente diversos daqueles a que estamos habituados aqui na Terra: trata-se aí de milhares de milhões de anos! Porém, independentemente disso, sejam quais forem os períodos de tempo necessários para os processos de movimento, tudo o que existe na natureza, desde as partículas elementares até aos sistemas galácticos, desde os organismos unicelulares até ao homem, se encontra em movimento constante, aparecendo e desaparecendo sem cessar.

«É um ciclo eterno em que a matéria se move, um ciclo que só completa o seu percurso em períodos de tempo para os quais o nosso ano terrestre já é uma escala insuficiente, um ciclo em que o tempo do desenvolvimento superior, o tempo da vida orgânica e, mais ainda, o da vida de seres conscientes de si próprios e da natureza, é tão curto e difícil de medir como o espaço no qual a vida e a consciência se impuseram; um ciclo em que todo e qualquer modo de existência finita da matéria, seja ele sol ou nebulosidade, animal isolado ou espécie, combinação ou dissociação químicas, é igualmente transitório e no qual nada é eterno a não ser a matéria que se transforma eternamente e se move eternamente e as leis segundo as quais ela se move e se transforma.» [2]

! *O movimento não pode ser separado da matéria. Não existe matéria sem movimento nem movimento sem matéria. Ele é, pois, uma propriedade necessária da matéria, uma propriedade ligada à essência da própria matéria. Engels designou-o, por essa razão, como* **modo de existência da matéria.**

Movimento não é apenas a deslocação de corpos no espaço que podemos observar no dia-a-dia. Esta é apenas a forma mais elementar do movimento, o **movimento mecânico**. Para além desta há, porém, formas de movimento muito mais complexas que não são directamente perceptíveis pelos nossos sentidos. O movimento das partículas elementares no átomo, o movimento dos átomos e moléculas, as oscilações electromagnéticas e muitos outros processos de movimento só podem ser verificados com aparelhos especiais. Pela observação simples podemos verificar, é certo, o crescimento de organismos vegetais e animais, mas não os complexos processos de movimento no interior do organismo, nas suas células e sistemas funcionais.

---

[2] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 327.

?

• Mas o que é que, de facto, num sentido geral
e amplo, se deve entender por movimento,
qual é a propriedade fundamental comum
que têm os diversos processos de movimento?

!

• *Podemos constatar que todos eles conduzem a transformações quantitativas e qualitativas, que a sua essência consiste* **precisamente na transformação.** *O materialismo mecanicista identificava todo o movimento com o movimento mecânico ou tentava reduzir todo o movimento ao movimento mecânico. O materialismo dialéctico, pelo contrário, parte do princípio de que existem* **formas qualitativamente diferentes de movimento** *da matéria. Estas resultam, é certo, umas das outras, mas não se podem reduzir umas às outras, nem à forma elementar do movimento mecânico. «Movimento, no sentido mais lato, em que é entendido como modo de existência, como atributo inerente à matéria, compreende todas as transformações que ocorrem no universo e os processos em si, desde a mera deslocação no espaço até ao pensar»* [3], *diz Engels.*

Há cerca de cem anos, Engels distinguiu as seguintes formas fundamentais e qualitativamente diferentes de movimento da matéria: o movimento mecânico (deslocação no espaço de corpos terrestres e celestes, isto é, transformação das suas coordenadas espaciais), o movimento físico (movimento das moléculas), o movimento químico (movimento dos átomos), o movimento biológico (os processos vitais) e o movimento social (o desenvolvimento da sociedade). Os progressos entretanto alcançados no conhecimento da natureza permitem-nos hoje precisar esta divisão das formas de movimento da matéria. Esses progressos, porém, confirmaram integralmente a ideia fundamental de Engels de que existem formas de movimento qualitativamente diferentes, que não podem ser reduzidas ao movimento mecânico. Vejamos de novo, a este respeito, a nossa figura da p. 63. A física investigou mais a fundo a essência do movimento físico e constatou que esta forma fundamental de movimento se articula numa série de formas de movimento especiais: nos processos de interacção das partículas elementares, no movimento dos campos electromagnéticos, no mo-

[3] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 513.

vimento dos campos de gravitação, no movimento molecular dos processos térmicos. A biologia moderna continuou igualmente a desvendar a essência do movimento biológico, investigando e esclarecendo em grande medida os processos metabólicos, os processos do crescimento, da divisão e da multiplicação celular, os processos da captação e transformação de estímulos, da condução da excitação e do processamento e armazenamento de informações no sistema nervoso.

Uma das maiores conquistas da moderna biologia molecular é a explicação do código genético e de todo o complexo da transmissão da informação hereditária de pais para filhos. Neste ponto confirmou-se a genial hipótese de Engels de que as formas de movimento mais simples ou inferiores não são afastadas pura e simplesmente pelas mais complexas e inferiores mas sim que estas se sobrepõem àquelas, subordinando-as e integrando-as em si. Engels chamou particularmente a atenção para o facto de ser importante compreender o «carácter específico» de todas as formas de movimento, e de não se poder reduzi-las ao movimento mecânico. «Com o que não se pretende dizer», escreveu ele, «que algumas das formas superiores de movimento não possam estar sempre necessariamente ligadas a um verdadeiro movimento mecânico (exterior ou molecular); do mesmo modo que as formas superiores de movimento também produzem simultaneamente outras, não sendo a acção química possível sem alteração térmica e eléctrica, nem a vida orgânica sem alteração mecânica, molecular, química, térmica, eléctrica, etc. Mas a presença destas formas secundárias não esgota a essência da forma principal em cada caso.» [4]

Só o esclarecimento das bases físicas e químicas dos processos biológicos permitiu fundamentar cientificamente as leis dos complexos processos vitais. A este respeito mostrou-se que mesmo os mais complexos processos biológicos não têm absolutamente nada a ver com «forças vitais» imateriais, como foi afirmado por muitos filósofos idealistas e também por alguns biólogos influenciados por concepções idealistas, mas sim que podem ser explicados de uma maneira natural a partir de processos de movimento naturais e das suas leis. Mas, simultaneamente, mostrou-se também que a forma de movimento biológica possui a sua qualidade específica, que não pode ser reduzida ao movimento físico e químico. Os sistemas biológicos constituem um nível qualitativa-

[4] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 513.

mente superior de organização da matéria, com leis e interacções específicas.

?

• Se toda a natureza se encontra em movimento incessante, não existe então **repouso**?

As construções que existem sobre a superfície terrestre, por exemplo, encontram-se em estado de repouso, de outro modo o seu equilíbrio estático estaria ameaçado e elas desmoronar-se-iam. Mas o repouso de um edifício não é absoluto. Nós sabemos que ele, em relação à superfície terrestre, está, de facto, em estado de repouso, mas que, por outro lado, juntamente com a Terra, participa no movimento dos planetas em volta do Sol. Sabemos também que as moléculas, átomos e partículas elementares das substâncias de que se compõe o edifício se encontram em movimento constante. Que resulta daí para a nossa pergunta?

! *Existem também estados de repouso, mas é evidente que o repouso não é absoluto mas sim relativo. Existem apenas estados de repouso relativos, isto é, em relação a um determinado sistema, e este repouso relativo está incrustado no movimento absoluto da matéria. O movimento é a forma de existência da matéria, e por isso é absoluto e eterno. O repouso é sempre um estado de equilíbrio apenas temporário no movimento, e por isso é relativo e transitório.*

O repouso não é, porém, de forma nenhuma, insignificante no eterno processo de movimento da natureza.

Só devido ao facto de se formarem estados de equilíbrio relativo no eterno processo de movimento da matéria é que podem também surgir e desenvolver-se sistemas relativamente constantes. Só dentro de tais estados de equilíbrio relativo é que surgem condições para a diferenciação qualitativa da matéria, para a formação de novas estruturas, de novas interacções e de níveis de organização superiores.

Engels escreveu que «a possibilidade de repouso relativo dos corpos, a possibilidade de estados de equilíbrio temporários, é uma condição essencial da diferenciação da matéria, e, desse modo, da vida» [5].

---

[5] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, pp. 511-512.

! *O repouso no movimento constante, os estados de equilíbrio relativo na transformação eterna permitem processos de desenvolvimento. Precisamente nesses sectores de equilíbrio relativo é que o movimento pode assumir a forma específica que conduz ao aparecimento de novas qualidades, isto é, aí* **o movimento pode transformar-se em desenvolvimento**. *Por toda a parte onde, no eterno ciclo da matéria, se formem sectores de equilíbrio relativo, surgem ilhas de desenvolvimento nas quais a matéria pode desdobrar todas as possibilidades que contém em si e diferenciar-se nas diversas formas qualitativas de desenvolvimento.*

Aí pode, por exemplo, resultar a partir do movimento físico, um desenvolvimento químico dos elementos, que podem formar complexas ligações com as propriedades mais diversas. A partir das ligações e reacções entre o carbono, o hidrogénio, o oxigénio, o azoto e o fósforo surgem gradualmente moléculas orgânicas. A partir destas, num processo de desenvolvimento de longa duração, surgem células vivas, isto é, surge a vida. Existindo, no início, sob formas elementares, a vida diferencia-se cada vez mais e, no decurso do processo de evolução biológica, surgem organismos vegetais e animais. O produto supremo do desenvolvimento da natureza orgânica é o homem, ser vivo dotado de consciência, que não só se adapta à natureza mas também a transforma e aprende a dominar.

A ultrapassada concepção segundo a qual a nossa Terra constituiria o centro do universo deixou profundos vestígios no pensamento de muitas pessoas. E assim ainda hoje há muitas que acreditam que todo este espantoso desenvolvimento da natureza ocorreu apenas e exclusivamente na Terra. Consideram todo o restante universo mais ou menos como uma «massa morta». Há também cientistas que afirmam que o aparecimento de vida na Terra seria um acaso quase inacreditável que não se poderia repetir nunca mais e em lado nenhum. No entanto, esta tese filosófica é completamente arbitrária e mostra apenas que mesmo destacados cientistas podem ser maus filósofos. A nossa Terra não possui qualquer tipo de posição privilegiada em relação a outros planetas de outros sistemas planetários do universo infinito! Temos de nos libertar dessa concepção pré-científica. A matéria, no seu conjunto, tem a possibilidade de produzir sempre de novo todas as formas de movimento no seu infinito processo de desenvolvimento. Engels já há cem anos explicava de forma decidida o seguinte: «Dizer que a matéria, durante toda a sua existência, a qual não tem limites no

tempo, apenas uma única vez e durante um período que, em relação à sua eternidade, é extremamente curto, tem a possibilidade de diferenciar o seu movimento e, desse modo, desenvolver toda a riqueza desse movimento e que ela fica, antes e depois disso, eternamente limitada à mera deslocação no espaço é como afirmar que a matéria é mortal e o movimento transitório. A indestrutibilidade do movimento não pode ser entendida apenas quantitativamente, antes tem de ser também entendida qualitativamente; uma matéria cuja deslocação meramente mecânica no espaço contenha em si, de facto, a possibilidade de, em condições favoráveis, se transformar em calor, electricidade, acção química e vida, mas que seja incapaz de produzir essas condições a partir de si própria, uma tal matéria teria **perdido movimento** [...].» [6] Da tese formulada por Engels segundo a qual o movimento é indestrutível não só quantitativa mas também qualitativamente — e esta tese fundamenta-se na lei física da conservação e transformação da energia — resulta logicamente a hipótese de que não é só na nossa Terra que pode existir vida. Esta concepção é, entretanto, apoiada por numerosas descobertas e, especialmente, pela verificação de que no espaço existem igualmente muitas ligações orgânicas.

2 • 1.4. Existem civilizações extraterrestres?

No seu eterno ciclo, a natureza tem frequentemente de produzir condições para o aparecimento da vida, e, desse modo, também de seres conscientes e pensantes. Deduziu-se daqui a conclusão lógica da possibilidade de existência de civilizações extraterrestres. Astrónomos, astrofísicos e outros cientistas tentaram calcular o grau de probabilidade do desenvolvimento no universo de civilizações semelhantes à da humanidade. A nossa galáxia conta cerca de 20 milhares de milhões de estrelas. No entanto, não sabemos se todas as estrelas possuem sistemas planetários semelhantes ao do nosso Sol. Mesmo que suponhamos que todas elas têm sistemas planetários, continuamos sem saber qual a percentagem de planetas em que existem condições para o aparecimento e desenvolvimento de seres vivos. É de supor que as substâncias iniciais, ne-

[6] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 325.

Condições necessárias para o aparecimento e evolução de vida num planeta*

- O planeta tem de ser suficientemente grande para, com base na sua força de gravidade, manter gases na forma de uma atmosfera.
- A sua temperatura à superfície tem de se situar num âmbito que permita a acumulação de água líquida.
- Uma temperatura adequada à superfície depende também de o planeta se mover em volta do seu Sol a uma distância em que sejam possíveis essas temperaturas moderadas.

*Segundo Uwe Körner, Como Surgiu a Vida, Leipzig/Jena/Berlim, 1977 (em alemão)

cessárias ao aparecimento de matéria orgânica, e que são os elementos químicos carbono, hidrogénio, oxigénio, azoto e fósforo, apareçam por toda a parte em quantidade suficiente, uma vez que a sua distribuição no universo corresponde aproximadamente à da Terra. Mas como a vida, nas suas formas superiores, está ligada à água líquida, para o seu aparecimento é também necessária uma determinada temperatura. Isto apenas acontece a uma certa distância do Sol do sistema planetário em questão.

Segundo cálculos do astrónomo soviético Borís Vorontsóv-Velaminov [7] é de admitir que na nossa galáxia possam existir actualmente entre 100 e 1000 milhões de civilizações. Se, porém, levarmos também em consideração o universo a que, em princípio, temos acesso pela observação, então este quadro altera-se substancialmente. Neste caso haverá que acrescentar à nossa Via Láctea cerca de 10 000 milhões de galáxias, cada uma das quais possui por sua vez cerca de 10 a 100 milhares de milhões de sóis e sistemas planetários. É compreensível que, no estado actual dos conhecimentos, as afirmações e cálculos dos especialistas difiram bastante. Elas são precisadas e corrigidas a cada nova descoberta. Assim, calculou-se que o número de planetas em que poderia existir vida monta a perto de um trilião.

---

[7] B. A. Vorontsóv-Velaminov, *O Universo*, Leipzig-Jena-Berlim, 1976 (em alemão).

Se é assim, não teríamos então necessariamente já há muito tempo recebido sinais de uma dessas civilizações? Ou não seria mesmo pensável que membros de civilizações tecnicamente já muito desenvolvidas tenham no passado visitado a Terra? Na verdade, ainda recentemente se tentou provar que «homens cósmicos» desse tipo teriam estado na Terra com naves espaciais de propulsão atómica, tendo influenciado fortemente, se não mesmo causado, o desenvolvimento da humanidade. Naturalmente que, do ponto de vista científico, tudo isto são fantasias totalmente inconsistentes. A existência real de uma civilização tecnicamente desenvolvida não pode, neste momento, ser provada cientificamente; no entanto, ela é de esperar, a uma distância de algumas centenas de anos-luz.

E que dizer da possibilidade de captar sinais de civilizações extraterrestres? Em Setembro de 1971 realizou-se no Observatório Astrofísico de Biurakan (República Socialista Soviética da Arménia) uma conferência internacional sobre este tema. Participaram nela cientistas famosos, sobretudo americanos e soviéticos. Chegaram à conclusão de que as perspectivas de contacto com civilizações extraterrestres são suficientemente prometedoras para justificarem os programas de investigação correspondentes. Um outro ponto em que estiveram de acordo foi o de que a técnica actual nos dá já a possibilidade de estabelecer contactos com essas civilizações [8]. No período entretanto decorrido foram realizadas observações intensivas com a ajuda de grandes radiotelescópios, tanto na União Soviética como nos EUA. Mas até agora não se conseguiu captar sinais que apontem para a existência de uma civilização extraterrestre.

? Será que, portanto, não tem fundamento a hipótese da existência de seres dotados de razão em outros corpos celestes?

! *De forma nenhuma! A hipótese colocada por Engels está bem fundamentada. Ela é actualmente compartilhada pela maioria dos principais astrónomos mundiais. Só que temos de*

[8] Ver: «Resolução da Primeira Conferência Soviético-Americana sobre Civilizações Extraterrestres», *in* J. S. Chklovski, *Universo-Vida-Razão*, Moscovo, 1973, p. 331 (em russo).

compreender que o estabelecimento de contacto com possíveis civilizações desse tipo choca com enormes dificuldades devido às gigantescas distâncias.

Podemos, portanto, partir do princípio de que a natureza, no seu movimento eterno, que no seu conjunto pode ser visto como um infinito ciclo de ciclos, produz continuamente, em sectores com estados de equilíbrio relativo, uma grande variedade qualitativa que vai até aos seres vivos pensantes.

2. 2. Dialéctica da natureza

2. 2.1. Na natureza tudo acontece dialecticamente

Conforme constatámos, a natureza existe apenas em eterno movimento e desenvolvimento. Engels escreveu «que na natureza, na confusão das inúmeras transformações, se impõem as mesmas leis dialécticas do movimento que também na história dominam a aparente casualidade dos acontecimentos; as mesmas leis que, formando igualmente o fio que perpassa a história do desenvolvimento do pensamento humano, vêm gradualmente à consciência dos homens pensantes» [9].

Há filósofos burgueses que afirmam que na natureza não haveria qualquer dialéctica objectiva, que a dialéctica surgiria apenas na interacção com um sujeito. Eles são de opinião de que os homens é que, pela sua acção, pelo seu pensamento ordenador, trariam ao universo as relações dialécticas. Ora, a verdade é que na natureza tudo acontece dialecticamente, independentemente de termos disso conhecimento ou não, de entrarmos, ou não, em interacção com a natureza. A natureza existe antes do homem. E, antes do aparecimento da sociedade, quem é que, como sujeito,

[9] Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, p. 11.

iria apreender espiritual e praticamente a natureza? Nem mesmo o argumento de uma possível visita feita por civilizações extraterrestres altera seja o que for à questão.

A natureza não é de forma nenhuma uma massa amorfa servindo aos homens apenas como matéria-prima e objecto de trabalho. No seu processo de desenvolvimento dialéctico, ela produz estruturas cada vez mais complexas da matéria, capazes de interacções cada vez mais diferenciadas e que ganham uma independência cada vez maior em relação ao seu meio ambiente. Neste desenvolvimento surgem, assim, não só conexões e formas dialécticas sempre novas da interacção dialéctica mas também se verificam, como resultado de transformações quantitativas, saltos dialécticos para novas qualidades; e este movimento e desenvolvimento são impulsionados pelas contradições internas, pela «luta» dos contrários.

2. 2.2. Desenvolvimento cósmico

Na natureza inorgânica, o desenvolvimento abrange, por um lado, o aparecimento dos **elementos químicos** a partir de partículas elementares e a formação das **estrelas** e **galáxias**. Aqui, os processos microfísicos e a formação dos maiores corpos celestes estão indissoluvelmente ligados entre si, pois, no processo de transformação de energia que tem lugar no interior das estrelas, verifica-se a síntese dos núcleos atómicos e dos elementos químicos. As estrelas formam-se, provavelmente, pela concentração de nuvens de gases e poeiras no espaço interestelar. Esta concentração ocorre, sobretudo, devido à acção da gravitação, isto é, à atracção entre a massa de todas as partículas de matéria. Ela leva ao aumento da massa, da pressão e da temperatura das nuvens de gases cósmicos, subindo a temperatura até alguns milhões de graus. Através desta transformação quantitativa surge uma nova qualidade: é que, a uma determinada temperatura, os núcleos atómicos podem entrar em acção recíproca directa entre si, podendo desse modo iniciar-se um processo de **fusão nuclear**. Os núcleos dos átomos de hidrogénio fundem-se e dão origem a núcleos de átomos de hélio, libertando nesse processo enormes quantidades de energia que irradiam do centro do Sol e que, atravessando-o, alcançam o espaço cósmico sob a forma de radiação (luz). Com a

fusão nuclear surgiu uma estrela, um Sol, a partir da nuvem de gases e poeiras interestelares. Num processo de desenvolvimento cósmico que demorou milhares de milhões de anos houve transformações quantitativas que conduziram à passagem a uma nova qualidade. Conforme mostram as modernas descobertas da astronomia, esses processos de formação das estrelas no universo infinito ocorrem continuamente.

A estrela passa então a existir num estado de equilíbrio relativo, enquanto a pressão dos gases e da radiação proveniente do interior da estrela corresponder à pressão da gravitação de fora para dentro. A forma de existência relativamente estável de uma estrela está assim condicionada pela **contradição dialéctica entre**, por um lado, **a gravitação e**, por outro, **a pressão dos gases e da radiação**. É neste estado que se encontra o nosso Sol já há vários milhares de milhões de anos e, conforme hoje sabemos, continuará ainda por muitos milhares de milhões de anos neste estado relativamente estável, pois as suas reservas de hidrogénio chegam, por meio da fusão nuclear e da transformação em hélio, para uma libertação de energia suficientemente grande para tal. No diagrama da p. 65 está representado o desenvolvimento de uma estrela do tamanho do nosso Sol.

A formação do sistema planetário e, portanto, também da nossa Terra, está indissoluvelmente ligada ao aparecimento do Sol. Se é certo que actualmente continua a haver muitas questões ainda não resolvidas acerca do aparecimento do sistema planetário, já se sabe, no entanto, que ele surgiu por um processo natural relacionado com o Sol. Provavelmente, os planetas, planetóides e os restantes pequenos corpos celestes do nosso sistema solar surgiram a partir de uma enorme nebulosidade solar que cercava o Sol primitivo e que rodava juntamente com ele. Por meio da condensação de partículas de matéria em forma de gases e poeiras formaram-se primeiramente corpos de menores dimensões que então, por meio de colisões, fusão e adesão, se transformaram finalmente nos grandes planetas. Em consequência disso, os planetas surgiram provavelmente por via fria. Só a condensação e a contracção é que levaram ao seu aquecimento, à fusão e, por consequência, à diferenciação magmática em diversas camadas.

A Terra é um dos planetas do sistema solar e tem muitas coisas em comum com os restantes planetas. Tal como eles, a Terra passou, desde o seu aparecimento há cerca de seis milhares de milhões de anos, por um significativo desenvolvimento, que levou a transformações qualitativas. Estas são sobretudo visíveis na

camada exterior da Terra, na crosta terrestre. A superfície da Terra era inicialmente marcada essencialmente pela interacção com a matéria interestelar, que, no ainda jovem sistema solar, existia em maior densidade. Deram-se numerosas colisões com pequenos corpos interplanetários, que semearam de crateras a superfície da Terra. Esta é a imagem que ainda hoje apresentam os restantes planetas semelhantes à Terra (Vénus, Marte), ao passo que as crateras terrestres foram em grande medida derrubadas e aplanadas devido a numerosos processos naturais. No entanto, também ainda hoje encontramos sobre a Terra suficientes vestígios disso. No decurso do desenvolvimento geológico, a crosta terrestre transformou-se substancialmente. A deslocação das grandes placas da crosta terrestre umas contras outras levou ao enrugamento, à formação de montanhas, as quais foram de novo parcialmente derrubadas devido a outros deslocamentos. A acção da água, do vento, do gelo, levou à decomposição dos minerais da superfície terrestre, e os produtos da decomposição formaram depósitos a partir dos quais se produziram minerais de sedimentação.

O aquecimento e a fusão do interior da Terra tiveram como consequência a fuga de gases e a formação, a partir deles, de uma atmosfera e de uma hidrosfera. Nesse meio puderam formar-se, graças também à acção de energia resultante de descargas eléctricas, muitas ligações químicas, o que, por sua vez, criou as condições necessárias à transição do movimento químico para o movimento biológico, ao aparecimento da vida. A vida produziu uma poderosa transformação qualitativa de toda a superfície terrestre. Com os seres vivos vegetais e animais a cobrirem a parte sólida da sua superfície, a Terra modificou totalmente o seu aspecto, cobrindo-se com uma capa vegetal verde. Surgiram os grandes ciclos naturais do intercâmbio de matéria e de energia. O aparecimento da vida transformou também a composição da atmosfera, o que se tornou de importância fundamental para a continuação do desenvolvimento de seres vivos superiores. Através da fotossíntese por parte das plantas que contêm clorofila, produz-se oxigénio livre directamente para a atmosfera. Isto permitiu a formação na atmosfera de uma camada de ozono, que protege a superfície terrestre da radiação ultravioleta do Sol, radiação que aniquilaria toda a vida superior. Deste modo, a transformação quantitativa na composição química da atmosfera significou a passagem para uma nova qualidade.

O nosso gráfico da p. 110 mostra a história da Terra numa escala de 12 horas.



• 2.3. Vida e evolução biológica

? • Como surgiu a vida?

Poderá ela ser de facto explicada a partir do desenvolvimento natural da matéria ou para isso teremos de supor a acção de forças sobrenaturais?

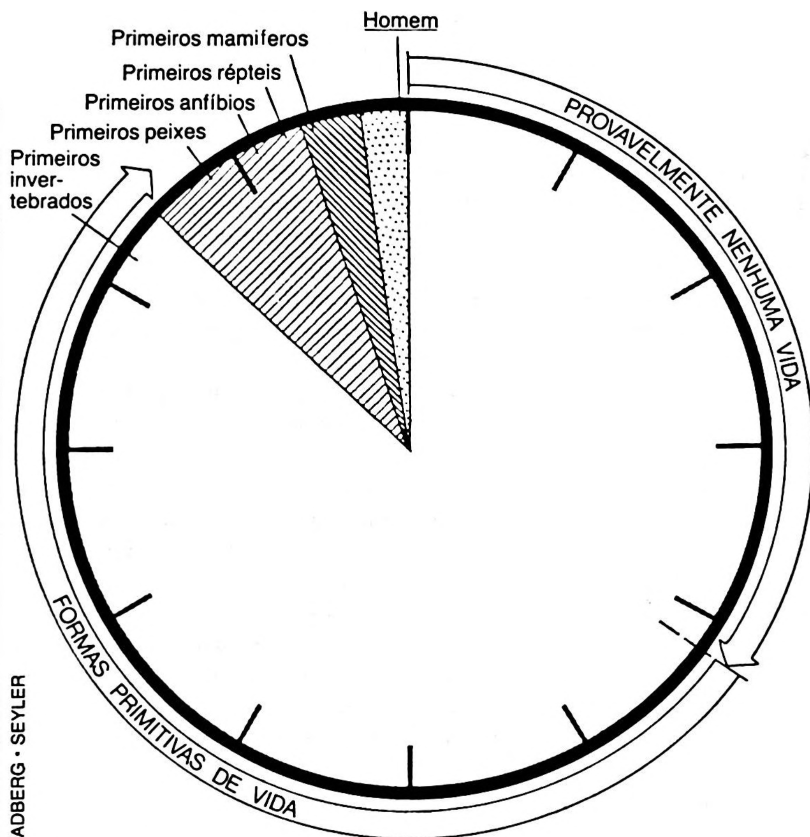
! • *A hipótese fundamentada pelo bioquímico soviético Alexandr Opárine acerca do aparecimento da vida parte, tal como as hipóteses posteriormente desenvolvidas por John Scott Haldane, John Desmond Bernal, Gerhard Schramm, Manfred Eigen e outros, do princípio de que nas águas do «mar primitivo» se terão formado ligações orgânicas a partir de ligações inorgânicas. O investigador americano Stanley L. Miller foi o primeiro a conseguir, em 1953, com base na teoria de Opárine, obter aminoácidos, isto é, importantes componentes das albuminas, a partir de uma mistura de amoníaco, metano e vapor de água e por meio de descargas eléctricas, fazendo experiências em condições como as que durante muito tempo existiram na Terra.*

Se é certo que actualmente ainda não estão esclarecidas todas as questões acerca do aparecimento de matéria viva a partir de matéria inanimada, a verdade é que para a ciência é conhecimento inconstestável que se tratou de um processo de desenvolvimento natural. O aparecimento da vida é um salto qualitativo do máximo significado no desenvolvimento da natureza.

Os vestígios mais antigos de vida sobre a Terra têm mais de três mil milhões de anos. Se partirmos do princípio de que o nosso sistema solar, e, com ele, a Terra, surgiu há cerca de 6 mil milhões de anos, então foram precisos mais de 2,5 mil milhões de anos até o desenvolvimento químico da matéria ter criado as condições necessárias à transição para as formas mais simples de vida. Foram precisos mais três mil milhões de anos até se produzirem organismos pluricelulares a partir de organismos de uma célula só. No entanto, nesta fase do desenvolvimento da vida, formaram-se muito provavelmente os mecanismos fundamentais de regulação biológica que estão na base do metabolismo, da divisão celu-

Capítulos da História da Terra

Neste relógio, a história da Terra foi encurtada para um período de 12 horas. A 4 horas de Terra sem vida seguem-se 7 horas de desenvolvimento de formas primitivas de vida. O homem aparece apenas alguns segundos antes das 12 horas!



Pré-câmbrico – Idade Primitiva da Terra
Paleozóico – Antiguidade da Terra
Mesozóico – Idade Média da Terra
Cenozóico – Idade Moderna da Terra

lar, da reprodução, da hereditariedade e do processamento das informações em todos os seres vivos superiores. Desde os primeiros organismos pluricelulares até ao ser vivo mais desenvolvido, o homem, decorreram então apenas 700 milhões de anos. Vemos aqui que os processos de desenvolvimento da natureza se aceleram nas formas superiores de movimento da matéria.

A vida modificou radicalmente a superfície terrestre: cobriu-a de uma capa de vegetação cerrada, levou à formação de minerais carboníferos na crosta terrestre, alterou a composição química da atmosfera e povoou a terra firme, a água e o ar com um mundo animal formado por muitas espécies, dando finalmente origem ao homem. O desenvolvimento da natureza viva levou à formação da parte da superfície terrestre habitada por organismos, a biosfera.

? Mas afinal o que é, de facto, a vida?

! *Engels já há cerca de 100 anos escreveu que* «**a vida é o modo de existência dos corpos albuminosos,** *e este modo de existência consiste essencialmente na auto-renovação constante dos componentes químicos desses corpos*» [10].

Ao mesmo tempo, porém, ele chamou a atenção para o facto de a composição química dos corpos albuminosos não ser ainda suficientemente conhecida e de ser igualmente necessária a presença de outras ligações químicas para provocar diferenciações particulares destes fenómenos vitais. Engels apontou deste modo à investigação das ciências da natureza o caminho para prosseguir a análise da vida. Numa época em que a maioria dos biólogos ou acreditava ainda numa «força vital» imaterial ou simplesmente evitava a questão da origem da vida, Engels elaborou uma teoria filosófica que se confirmou integralmente e que deu à investigação uma orientação correcta. Mais ainda, ele predisse desde logo que a química conseguiria produzir artificialmente albumina.

Hoje já a investigação biológica esclareceu a estrutura das substâncias albuminosas e, desse modo, o papel dos ácidos nucleicos em especial. Ao nível molecular, ela descobriu os mecanismos bioquímicos da síntese das albuminas e da hereditariedade, alcançando assim um nível de conhecimentos que permite explicar tam-

---

[10] Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, p. 75.

bém o processo evolutivo dos seres vivos na sua dialéctica regida por leis.

Conforme se ensina na biologia, verificou-se que existe uma inter-relação dialéctica entre albuminas e ácidos nucleicos: nos genes, que são formados por ADN (ácido desoxiribonucleico), está acumulada a informação hereditária, codificada segundo uma determinada sequência das quatro bases citosina, guanina, adenina e timina. Para sintetizarem correctamente as albuminas, as células necessitam das informações contidas nos genes. Esta informação é transportada para as células por meio de diversos ácidos ribonucleicos (ARN), os quais são por sua vez sintetizados segundo o padrão dos ADN, processando-se então nas células a síntese das albuminas, de acordo com a informação transmitida.

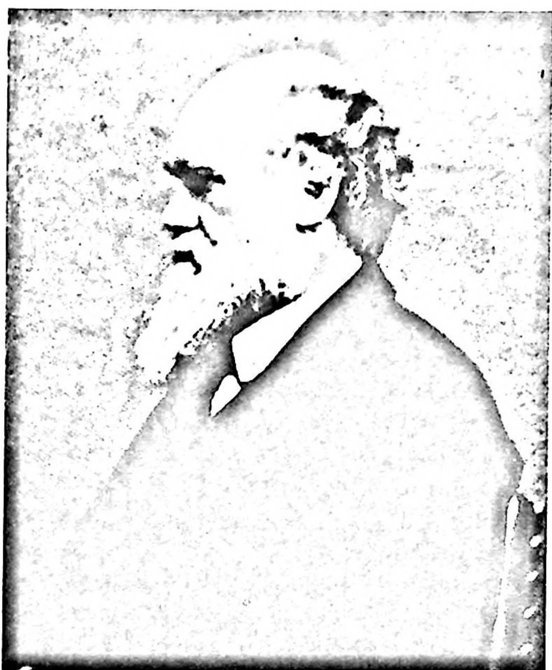
Pôde deste modo explicar-se o mecanismo da transmissão hereditária das propriedades de um organismo para os seus descendentes, o que forneceu igualmente a chave para a solução de um problema há muito discutido na biologia, pois permitiu explicar cientificamente o processo de evolução dos organismos. O fundamento para isto tinha sido dado por Charles Darwin (1809-1882) na sua teoria científica sobre a descendência. Lénine observou a este respeito que «Darwin pôs fim à concepção de que as espécies animais e vegetais são desligadas, acidentais, ''criadas por Deus'' e imutáveis» [11].

Por meio de um enorme material factual, ele provou que as espécies vegetais e animais que hoje existem são o resultado de um longo processo de desenvolvimento, de que elas surgiram a partir de formas menos desenvolvidas e que, por consequência, estão aparentadas entre si. Esta descoberta teve uma grande importância no que respeita à visão do mundo, pois com ela foi retirado o principal fundamento à crença religiosa acerca da criação.

A moderna teoria evolucionista darwiniana, partindo entre outras coisas dos resultados da genética molecular, investigou o carácter de submissão a leis e os mecanismos determinantes do processo de evolução biológica. Ao fazê-lo, destacou-se de forma impressionante o carácter objectivo-dialéctico deste processo. O processo evolutivo ocorre primeiramente entre as populações que têm de se adaptar ao seu meio ambiente. A adaptação dos organismos à transformação das condições do meio ambiente, não pode, no entanto — conforme sabemos hoje — ocorrer através de

---

[11] V. I. Lénine, *Que São os «Amigos do Povo» e como Lutam contra os Sociais-Democratas?*, *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 1, p. 139 (em russo).



Charles Darwin

uma transmissão hereditária directa das propriedades adquiridas. Ela tem lugar num complexo processo dialéctico em que a mutação e a recombinação das características a transmitir, por um lado, e a selecção natural sob a influência determinante das condições ambientais, por outro, são os factores decisivos. A contradição dialéctica existente em cada organismo entre a constância e a variabilidade, a contradição externa entre uma população (conjunto de organismos) e as suas condições ambientais, bem como as contradições no interior da população, são as forças motrizes que levam à evolução das espécies, passando igualmente pelo mecanismo contraditório da mutação e da selecção. Nesse processo surgem novas qualidades, depois de no interior de uma população terem ocorrido transformações quantitativas que, num determinado ponto, passam a novos estados qualitativos. O aparecimento e evolução das espécies vegetais e animais é, assim, um processo natural para cuja explicação não é necessário nenhum criador divino, nenhuma força imaterial sobrenatural. No seu processo de movimento e desenvolvimento, a natureza produziu toda a diversidade dos seres vivos, segundo as leis específicas da forma biológica do movimento da matéria.

No que respeita às plantas e aos animais, isto é hoje geralmente conhecido. Mas levanta-se então a questão do aparecimento do homem, da antropogénese. Não é o homem, afinal, um ser superior, que se destaca de forma particular do desenvolvimento natural? Poderá o aparecimento do homem ser explicado a partir de antepassados animais e a partir da acção das leis da natureza, do mesmo modo que a formação de novas espécies animais?

2. 3. Da natureza à sociedade

2. 3.1. O aparecimento do homem

? De onde vem o homem?

! *O aparecimento do homem, a antropogénese, está indissoluvelmente ligado ao aparecimento da sociedade humana, a sociogénese. Este processo de desenvolvimento inicia-se no interior da forma biológica do movimento da matéria, atravessa então um «campo de transição animal-homem», quer dizer, um estádio de transição biológico-social, e completa-se já no interior da* **forma social do movimento** *da matéria, a forma qualitativamente nova que se vai formando. É certo que o aparecimento do homem é um processo natural para cuja explicação não são necessárias quaisquer forças «sobrenaturais», mas ele só em parte é que é um processo natural, pois está desde logo indissoluvelmente ligado ao aparecimento da sociedade e, desse modo, torna-se também num processo social.*

A partir do conjunto de factos que tinha trabalhado na sua teoria da descendência, já Darwin chegou à conclusão de «que o homem e os restantes mamíferos são descendentes de um antepassado comum» [12].

---

[12] C. Darwin, *A Descendência do Homem e a Selecção Sexual*, Leipzig, 1952, p. 604 (em alemão).

Stammbaum des Menschen

Taf. XII

Menschen

Gorilla

Orang

Schimpanse

Gibbon

Anthropoiden

Fledermäuse

Hufthiere

Affen

Nagethiere

Faulthiere

Raubthiere

Walfische

Halbaffen

Beutelthiere

Ursäuger (Promammalia)

Schnabelthiere

Säugethiere (Mammalia)

Vögel (Aves)

Knochenfische (Teleostei)

Molchfische (Protoptera)

Schildkröten

Reptilien

Schmelzfische (Ganoides)

Amphibien

Crocodile

Eidechsen

Lurchfische (Dipneusta)

Petromyzon

Urfische (Selachii)

Schlangen

Kieferlose (Cyclostoma)

Myxine

Schädellose (Acrania)

Amphioxus

Wirbelthiere (Vertebrata)

Insecten

Ascidien

Crustaceen

Chordonier

Gliederthiere (Arthropoda)

Mantelthiere (Tunicata)

Sternthiere (Echinoderma)

Ringelwürmer (Annelida)

Weichwürmer (Scolecida)

Weichthiere (Mollusca)

Nesselthiere (Acalephae)

Pflanzenthiere (Zoophyta)

Würmer (Vermes)

Schwämme (Spongiae)

Gastraeaden

Wirbellose Darmthiere (Metazoa evertebrata)

Eithiere (Ovularia)

Infusionsthiere (Infusoria)

Planaeaden

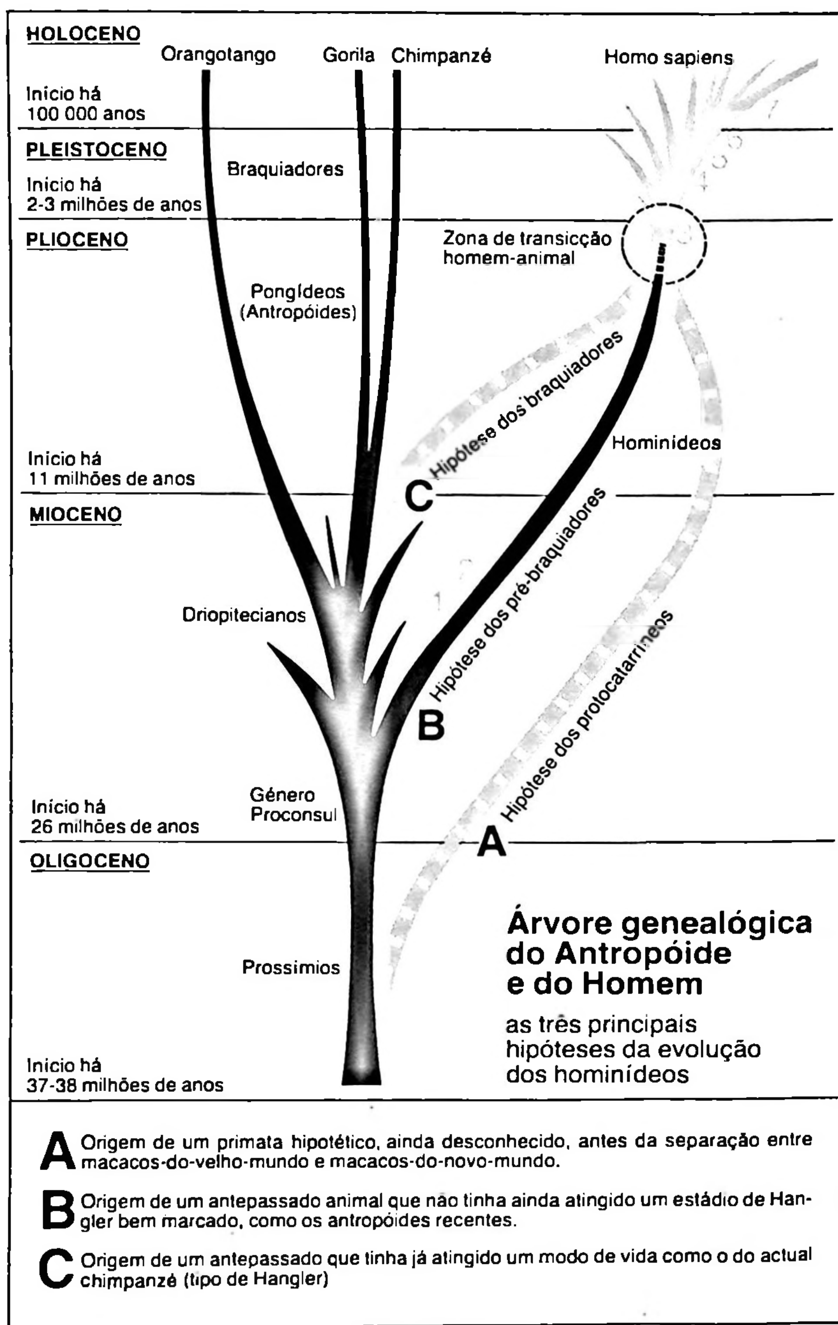
Synamoebien

Amoeben

Moneren

Urthiere (Protozoa)

E. Haeckel del.



Árvore genealógica do Antropóide e do Homem

as três principais hipóteses da evolução dos hominídeos

A Origem de um primata hipotético, ainda desconhecido, antes da separação entre macacos-do-velho-mundo e macacos-do-novo-mundo.

B Origem de um antepassado animal que não tinha ainda atingido um estádio de Hangler bem marcado, como os antropóides recentes.

C Origem de um antepassado que tinha já atingido um modo de vida como o do actual chimpanzé (tipo de Hangler)

As figuras das pp. 115 e 116 mostram a árvore genealógica do homem, segundo a concepção de Ernst Haeckel (1834-1919) e segundo uma concepção moderna. Actualmente, a ciência dispõe já de uma rica base factual que permite reconstruir em grande medida o processo evolutivo do animal até ao homem [13]. De acordo com isso, a história do homem remonta até há cerca de 30 milhões de anos. Neste período, o desenvolvimento dos primatas dividiu-se em duas linhas: uma conduziu aos antropóides actuais, a outra conduziu ao homem. Os números de 1 a 7 indicados na árvore genealógica dos símios e do homem da p. 116 mostram a posição dos macacos e homens representados na figura das pp. 118 e 119.

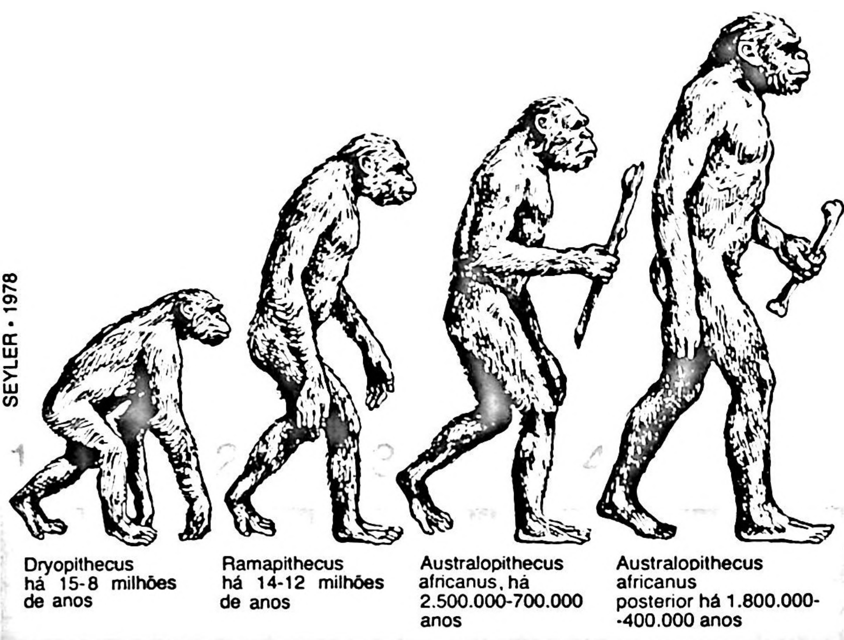
Uma transformação essencial do meio ambiente levou a que, por meio de mecanismos de evolução biológica de mutação e de selecção, se formassem, num longo processo evolutivo ocorrido entre os antepassados animais do homem, propriedades e capacidades como a postura bípede (capacidade de andar sobre duas pernas), maior mobilidade das mãos, sobretudo devida à oponibilidade dos polegares, e um cérebro maior como instrumento de regulação de movimentos complexos. Surgiram desse modo importantes premissas biológicas para a hominização.

Os últimos Australopitecos, e em especial o *Homo habilis*, são considerados como os precursores imediatos do homem. Viveram num período entre há cerca de 1,8 milhões e 400 000 anos e utilizavam já regularmente instrumentos primitivos. Viviam em hordas no interior das quais surgiram já determinados elementos de uma divisão do trabalho e de comportamento social. No decurso de uma longa evolução, surgiu do *Australopitecos* o *Homo erectus*, que pode designar-se como **homem primitivo**. Ele existiu, conforme mostram os achados, em muitas formas, na Europa, África do Norte, África Oriental, China e Sudeste asiático, desde há cerca de 800 000 até há 250 000 anos. Os instrumentos de pedra por eles utilizados mostram uma grande variedade e diversas fases de desenvolvimento. A maior conquista do *Homo erectus* foi a utilização do fogo, isto é, ele tinha já posto ao seu serviço uma importante força da natureza.

Há cerca de 250 000 anos iniciou-se um estádio superior do desenvolvimento do homem. Ele foi encontrado na maioria dos países da Europa, na África, Ásia Central, Ásia Menor, China e

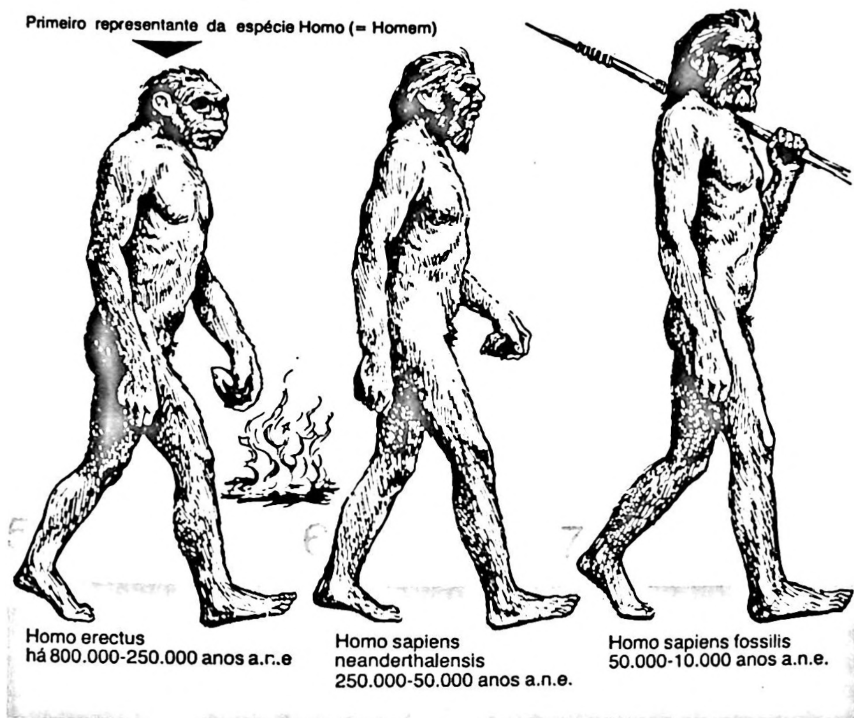
---

[13] Ver G. Heberer, *A Origem do Homem. O Nosso Estado Actual de Conhecimento*, Jena, 1972 (em alemão).



Sudeste asiático e designado por homem de Neanderthal, de acordo com o primeiro lugar em que foi descoberto. O homem de Neanderthal tem já muitos traços comuns com o homem de hoje e é designado por **homem antigo**. Foi dele que, num longo processo evolutivo, há cerca de 50 000 anos descendeu o **homem actual**, o *Homo sapiens*, cuja primeira forma, o *Homo sapiens fossilis*, está representada na figura da p. 119.

A hominização é o processo da mudança gradual de um ser vivo ainda animal que vai passando a ser um ser vivo qualitativamente novo. A figura das pp. 118 e 119 dá-nos uma ideia disso. A nova qualidade do homem surgiu como resultado de numerosas transformações quantitativas que levaram finalmente à mudança qualitativa, isto é, ao aparecimento da sociedade e da forma social do movimento da matéria. Esta mudança qualitativa determinante ultrapassa a forma biológica do movimento da matéria. O social deixa de poder explicar-se apenas a partir das leis biológicas. Passaram aí a actuar forças motrizes qualitativamente novas, que não existem na evolução biológica.



2 • 3.2. O que distingue o homem do animal?

? • Qual foi o factor determinante que provocou a transição dos antepassados ainda animais do homem para o homem, do biológico para o social?

! • *Foi sem dúvida o* **trabalho**.
Acerca do papel do trabalho neste processo, Engels escreveu o seguinte: «Ele é a primeira condição fundamental de toda a vida humana e num grau tal que, em certo sentido, temos de dizer que ele criou o próprio homem.» [14] De que forma conseguiu o

[14] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 444.

trabalho provocar o avanço qualitativo dos antepassados animais do homem e, desse modo, o aparecimento da sociedade humana? Não foi necessário que já antes disso se formasse o **pensamento**, uma vez que o trabalho é uma actividade consciente em que se concretizam objectivos já visados em pensamento? Este argumento é actualmente usado, em especial, por filósofos religioso-idealistas. Eles reconhecem os indiscutíveis resultados da moderna paleontologia e antropologia, os quais provam o papel do trabalho na antropogénese. Porém, afirmam eles então, o trabalho apenas seria possível através do pensamento, e o pensamento não se poderia explicar de forma natural. O pensamento teria sido concedido ao homem em formação por um ser superior, e só então esse homem teria conseguido, através do trabalho, evoluir para homem. Qual é a realidade?

! *O trabalho, que inicialmente era ainda instintivo e com características animais, transformou-se, no decorrer de um longo processo de desenvolvimento, no trabalho humano consciente. Nesse processo surgiram também,* **na base da actividade laboral que se desenvolvia**, *o pensamento humano e a linguagem humana.*

A crescente utilização da mão e a sua transformação no órgão de trabalho mais importante tiveram efeitos significativos no prosseguimento da formação do cérebro humano. Foi sobretudo devido à influência do trabalho que surgiram as novas regiões do córtex cerebral, nas quais está localizada a regulação dos movimentos complexos da mão e dos movimentos do órgão da fala. Helvétius tinha totalmente razão ao supor que as mãos do homem eram uma das causas da sua capacidade intelectual, só que não podia ainda fundamentar esta relação.

«Primeiro, o trabalho; depois, e a par dele, a linguagem — são estas as duas forças motrizes mais essenciais sob cuja influência o cérebro de um macaco se transformou gradualmente num cérebro de homem, que, apesar de todas as semelhanças, é muito maior e mais perfeito» [15], *escreveu Engels.*

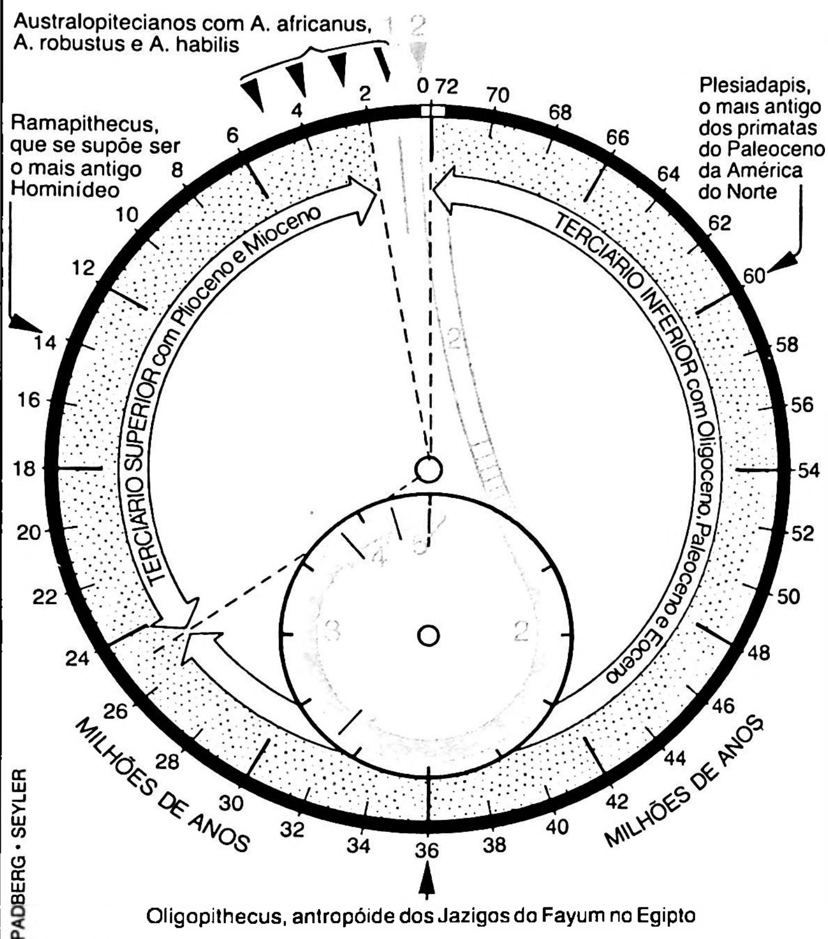
À medida que o trabalho se desenvolvia e diferenciava mais, os homens em formação uniram-se, pois estavam mais dependentes uns dos outros. No colectivo de trabalho, o entendimento recíproco era necessário para permitir uma actuação conjunta organizada e para transmitir experiências. «Em resumo, aqueles que se

---

[15] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 447.

Capítulos da história da humanidade

As 12 horas deste relógio correspondem ao decurso de todo o período terciário, com a duração de 72 milhões de anos.



1 Paleolítico Inferior, com Homo erectus
2 Paleolítico Médio, com Homo sapiens neanderthalensis
3 Paleolítico Superior, com Homo sapiens fossilis (sociedade primitiva)
4 Mesolítico e Neolítico, ponto culminante e começo da decomposição da sociedade primitiva
5 Sociedades de classes e transição para a sociedade sem classes

estavam a tornar homens chegaram a um ponto em que **tinham algo a dizer** uns aos outros. A necessidade criou o seu órgão: a laringe não desenvolvida do macaco modificou-se de forma lenta mas segura, passando através de cada modulação, para uma modulação sempre superior, e os órgãos da boca aprenderam gradualmente a pronunciar uma letra articulada após outra.» [16]

! *A transição do trabalho instintivo do homem em formação para a actividade laboral colectiva foi também o passo decisivo que levou à formação do* **comportamento consciente** *e* **da consciência** *como um estádio qualitativamente novo da actividade psíquica*. Na interacção do trabalho colectivo com o cérebro, com o pensamento que surgia e com a linguagem, que a ele estava ligada, modelou-se gradualmente, num longo processo de desenvolvimento, a consciência do homem em formação. Trataremos o aparecimento da consciência e do pensamento humanos com mais profundidade nas pp. 222 a 228. Aqui pretendemos apenas deixar claro que a actividade laboral é a força motriz determinante para o aparecimento do homem com todas as suas características qualitativamente novas e, assim, também a força motriz decisiva para a formação de relações sociais.

2. 3.3. No berço da sociedade humana

Nas hordas dos antepassados ainda animais do homem começaram por formar-se elementos de relações sociais, tais como a ajuda recíproca, a acção conjunta organizada do colectivo na divisão do trabalho, a distribuição do produto comum da caça, do produto do trabalho comum, etc. Mais tarde, a actividade laboral, os instrumentos produzidos e as relações dentro da horda adquiriram um carácter social cada vez mais marcado, pois desligavam-se da actividade biológica vital imediata. Isto era sobretudo possível porque os homens foram aperfeiçoando os seus instrumentos, isto é, as forças produtivas. Estas foram-se pouco a pouco tornando na base técnico-material determinante das relações sociais. Desse modo, a **forma biológica do movimento** da matéria passou para uma nova qualidade, a **forma social desse movimento**. A partir

[16] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, pp. 446-447.



O homem — senhor de um novo mundo
Mural de José Renau

das hordas primitivas formou-se gradualmente a sociedade primitiva, e a partir do *Homo erectus* surgiu o tipo actual de homem, o *Homo sapiens*. Segundo o estado actual dos conhecimentos, esta transição da horda humana primitiva para a **sociedade primitiva** processou-se muito provavelmente há cerca de 125 000 anos. Desde essa época podemos falar de sociedade humana. Para a sua integral formação foi, no entanto, ainda necessário um período de tempo bastante longo, que durou possivelmente até há cerca de 30 000 anos. Veja-se a este respeito a nossa figura da p. 121.

Este brevíssimo panorama sobre o processo dialéctico de desenvolvimento da natureza torna clara a forma natural como surgem as formas qualitativamente diferentes do movimento da matéria e os sistemas naturais que lhes correspondem. Mostra também como, pela acção das contradições internas e externas, o movimento e o desenvolvimento são impulsionados e como as transformações quantitativas passam a qualitativas e surgem qualidades superiores. Com o homem e a sociedade surge, a partir do desenvolvimento natural, uma nova qualidade que ultrapassa a natureza. A sociedade humana tem agora a natureza diante de si, e na luta entre a sociedade e a natureza desenvolve-se a forma social do movimento da matéria, a história humana. É disso que trata o próximo capítulo.

3. A concepção materialista da história

3. 1. Concepção da história e visão do mundo

Aprendemos que a história da sociedade humana não é apenas uma cadeia infinita de acontecimentos isolados mas sim um desenvolvimento de estádios inferiores para estádios superiores. Por que é que isto é assim?

Por que motivo é que, para além do trabalho quotidiano e esforçado de gerações, da produção de bens de necessidade vital, da construção de edifícios, das descobertas e invenções da ciência e da técnica, mas para além também das guerras e revoluções, se impõe gradualmente um progresso social? E que entendemos, de facto, por progresso?

Por que motivo se verifica uma determinada relação entre o modo de produção e o modo de vida dos homens numa determinada época, entre o carácter do trabalho, as formas de propriedade e os costumes, concepções morais e ordem estatal dominantes nessa época?

O curso da história humana apresenta-se-nos como um imenso campo de acções e formas de comportamento humanas, como

exercício e prova das capacidades e paixões humanas: coragem e cobardia, amor e ódio, abnegação e infâmia, lealdade e traição. Por que é que os homens, em diversas circunstâncias, em diversas situações, agem de forma tão diferente e, muitas vezes, inexplicável, e por que é que, por outro lado, se podem constatar aspectos curiosamente idênticos, repetições de determinados interesses, ideias, acções e lutas em condições totalmente diferentes geograficamente, entre povos totalmente diferentes e em épocas totalmente diversas? O que é que conduz à acção humana? O que é que muitas vezes empurra os homens a actuar contra os seus próprios interesses? Quais são as forças motrizes das transformações históricas?

Sabemos já também que o processo histórico se caracteriza pela acção de leis. Mas por que é então que a história apresenta um quadro tão diverso, com lutas vitoriosas e com sangrentas derrotas? Por que motivo falham tantas acções bem pensadas e empreendidas a partir dos mais nobres motivos? Por que é que as inúmeras esperanças e desejos, justificados e fundamentados, os projectos de um mundo melhor ou até de objectivos anti-humanos acabaram por ter destinos tão diferentes? Por que é que a história mundial se apresenta repetidamente como uma peça na qual os diversos actores e partes actuaram com intenções bem fundamentadas, mas no fim aconteceu algo que nenhum tinha imaginado ou esperado e muito menos tentado? E será uma lei o facto de, durante milhares e milhares de anos, minorias dominantes terem podido apropriar-se dos frutos do trabalho esforçado e abnegado de milhões? Terá isto de ser sempre assim?

Do estudo da política e sobretudo pela nossa participação na vida política, sabemos que existe uma relação entre a história, o presente e o futuro. Como surge esta relação? Como é que a partir da história podemos tirar ensinamentos para o presente?

As questões deste tipo e outras semelhantes são questões que têm a ver com a visão do mundo. Elas são tão antigas como a própria história. Em todas as épocas, sobretudo durante os períodos de grandes transformações da história da humanidade, surgiram pensadores colocando a questão do sentido ou do objectivo não só de acontecimentos históricos isolados ou dos processos que se iam desenrolando diante dos olhos de toda a gente mas também colocando a questão da história como um todo, da inserção da acção humana nas situações históricas, da origem e do destino do homem. Todos os grandes filósofos da época moderna colocaram a si próprios estas questões.

Immanuel Kant, por exemplo, publicou em 1784 um pequeno escrito que veio a tornar-se muito famoso: *Ideia de Uma História Universal com Propósito Universal*. Nesta obra, ele levava a meditar sobre se, por trás das inúmeras intenções e acções isoladas dos homens, «complicadas e sem regras», contradizendo-se frequentemente entre si, não se poderia reconhecer um «desenvolvimento contínuo, embora lento, das possibilidades iniciais» da espécie humana. E dizia que, em consequência disso, os homens, «sem o notarem», sem o saberem, trabalham na concretização de propósitos que lhes são desconhecidos. Deste modo, Kant não se dava por satisfeito em descrever a história como uma sequência de acções humanas, e procurava uma orientação geral, um sentido geral e os resultados gerais dessas inúmeras acções isoladas.

Também **Johann Gottfried Herder** (1744-1803) supunha a existência de uma «lei principal» da história por trás da «teia de aranha», por trás dos inúmeros fenómenos e acontecimentos da vida da sociedade, e via essa lei no desenvolvimento gradual da humanidade.

Para **Georg Wilhelm Friedrich Hegel**, a história não era uma coincidência arbitrária de acontecimentos isolados mas sim a concretização da liberdade humana.

Outros pensadores conceberam a história como a concretização de ideias e planos divinos ou explicavam-na como sendo um ciclo eterno em que se repetem continuamente o aparecimento, o desenvolvimento e a inevitável derrocada de culturas.

A todos estes e a muitos outros esforços semelhantes é comum o facto de considerarem a história não tanto como uma soma de acontecimentos e processos isolados, mas mais de procurarem uma **concepção universal** da história, uma **imagem geral** da história que permita ver todos os fenómenos isolados numa determinada **relação**, ligá-los entre si num determinado **processo geral**.

Poderia então perguntar-se para que servem afinal tais considerações. Não terá muito mais sentido contentarmo-nos com a descrição daquilo que sucedeu na história? A isto poderia começar por se responder que um tratamento da história que se pretenda científico não pode deixar de parte a questão das inter-relações e leis gerais. Sem esta premissa dificilmente se poderia imaginar uma descrição sistemática e cientificamente fundamentada dos acontecimentos históricos. E não se poderia responder nem à questão das causas dos processos históricos concretos nem à da sua explicação.

! *Trata-se, no entanto, de muito mais. As questões postas à história de um ponto de vista da visão do mundo foram sempre um meio de os homens tomarem consciência da sua própria posição no mundo. Nessas questões é abordada a relação de cada geração de homens com o seu passado, presente e futuro.*

Como a história surge sempre mediante a acção humana, os homens tentaram sempre, por meio de reflexões sobre ela, penetrar no carácter, no sentido, no conteúdo da sua própria acção. Foi precisamente por meio de questões gerais como as mencionadas que conseguiram estabelecer uma ponte entre a acção passada e a presente. Sem se interrogarem os acontecimentos passados acerca do seu sentido geral, do seu significado geral para a vida humana, para a felicidade e para o progresso, seria absolutamente impossível uma conclusão actual a partir desses fenómenos. Ora, a verdade é que cada situação, cada tarefa que se coloca diante dos homens difere, em inúmeras particularidades, de situações e tarefas semelhantes do passado. Assim, é necessário destacar delas os traços que permanecem, isto é, gerais, e que são comparáveis, para se poder aprender com a história.

! *Por trás da questão do sentido da história está sempre a questão do sentido da vida humana, por trás da questão das leis gerais da história está sempre a das condições e possibilidades da acção humana. É nisso que consiste a relação indissociável entre a concepção da história e a visão do mundo e a sua importância para a política e a moral.*

Se a história for um eterno ciclo ou seguir o plano imutável de uma providência sobrenatural, que sentido tem então defender o progresso social? Se, pelo contrário, a história for concebida, por exemplo, como um melhoramento e aperfeiçoamento das aptidões e possibilidades da espécie humana, então, abre-se a perspectiva racional de dar um contributo para que isso aconteça. Foi, **portanto, a própria história que levantou as questões** que, pela sua natureza, não podem ser respondidas apenas com a referência a acontecimentos históricos isolados.

Depois de lhe ter sido concedido o grau de Doutor em Filosofia, **Friedrich Schiller** (1759-1805) proferiu na Universidade de Jena, no dia 26 de Maio de 1789, um discurso académico no qual interpelou quem o estava a ouvir: «Não há entre todos vós ninguém a quem a história não tenha algo de importante a dizer; todas as vias ainda tão diferentes do vosso destino futuro se ligam algures com ela; mas há **um** destino que todos vós partilhais uns com os outros da mesma forma, que é o que trouxestes para o mundo: o


Friedrich Schiller

de vos formardes como homens. E é precisamente para o homem que a história fala.» Para este fim, ele coloca à reflexão filosófica sobre a história a missão seguinte: «De toda a soma destes acontecimentos, o historiador universal destaca que tiveram sobre a configuração actual do mundo e a situação da geração que agora vive uma influência essencial, irrefutável e fácil de seguir.» [1]

O facto de as questões da história, de um ponto de vista da visão do mundo, estarem sempre numa certa relação com as tarefas e missões actuais e de os homens procurarem sempre na história a chave para a compreensão do seu presente torna-se sobretudo claro pela circunstância de o **domínio das reflexões quanto à visão do mundo representar sempre e em toda a parte um campo de luta intelectual violenta e irreconciliável.** As concepções da história são sempre uma componente da luta ideológica de classes, indissoluvelmente ligadas às posições fundamentais quanto à visão do mundo das respectivas classes, expressão dos seus interesses e

[1] Friedrich Schiller, *Was heisst und zu welchem Ende studiert man Universalgeschichte?* [*Que Significa e com Que Fim Se Estuda História Universal?*], *Gesammelte Werke* [*Obras Completas*], vol. 6, Berlim, 1954, pp. 513-514, 526 (em alemão).

reivindicações, sentimentos e expectativas. O levantar de tais questões, e a procura de respostas para tais problemas, processam-se sempre a partir do ponto de vista de uma classe, quer o pensador que estejamos a considerar tenha disso consciência quer não.

Isto aplica-se também, e particularmente, ao presente. Nas concepções filosóficas da história, nunca foi travada uma luta tão intensa, encarniçada e irreconciliável como hoje entre o progresso e a reacção, entre as concepções do mundo das classes que se defrontam. Não é de admirar. Quanto mais profundas são as modificações que caracterizam um período histórico tanto mais numerosas e prementes são as questões acerca da origem e do destino da história, acerca das direcções e perspectivas da luta, acerca do alcance histórico da acção do dia-a-dia.

! *Na época actual, não é só a transição de um regime social para outro, a substituição de uma dominação de classe por outra, que está na ordem do dia. Na ordem do dia está também a completa eliminação da exploração do homem pelo homem, a liquidação de males e enfermidades que caracterizaram não só esta ou aquela época ou formação social mas também, em parte, o conviver humano desde há milénios.*

Por isso a **classe operária não necessita** apenas de uma orientação de visão do mundo com vista à transformação prática da sociedade; ela precisa de **apreender** incondicionalmente as **leis do movimento histórico capazes de explicar tanto as condições de existência da classe operária — classe fundamental explorada no capitalismo — como a perspectiva histórica de grande alcance futuro da luta por uma nova sociedade**. A partir de uma análise ampla e científica da história humana até então, Marx, Engels e Lénine fundamentaram a necessidade e a inevitabilidade da revolução socialista e o facto de a sua vitória estar regida por leis.

Foi precisamente com a elaboração da concepção materialista da história e da revelação do segredo da exploração capitalista que o socialismo se tornou numa ciência [2].

Por isso, as gerações que hoje vivem necessitam também, e muito particularmente, da perspectiva histórica para verem as leis e tendências dos acontecimentos profundos, que muitas vezes à superfície são difíceis de penetrar. O carácter desta época e o curso do processo revolucionário mundial implicam que na Terra as

---

[2] Ver Friedrich Engels, *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft*, MEW, vol. 19, p. 209. [Ver: Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Edições «Avante!», Lisboa, 3.ª edição, 1981, p. 78.]

mais diversas formações e situações históricas não só existam umas ao lado das outras simultaneamente e, em parte, em imediata vizinhança geográfica, como também formem um forte contraste entre si. Em nenhuma época o progresso histórico mundial se realizou em formas e etapas tão diversas. Por isso, não basta conhecer bem a história para se decidir correctamente acerca de questões do imediato e para vencer problemas práticos. Só quando entendermos as exigências actuais da nossa luta no seu quadro histórico, quando as soubermos relacionar com as leis do desenvolvimento histórico, é que adquiriremos a firme e inabalável convicção da justeza da nossa via e a capacidade de orientação independente na sociedade e na história.

Na selecção de alguns problemas fundamentais da concepção materialista da história guiamo-nos por uma observação de Lénine que uma vez caracterizou com as palavras seguintes a preocupação fundamental e o teor mais importante deste aspecto da visão do mundo da classe operária:

«Os homens são os artífices da sua própria história, mas, que causas determinam os móbiles dos homens e, mais precisamente, das massas humanas? Qual é a causa dos conflitos de ideias e aspirações contraditórias? Que representa o conjunto destes conflitos na massa das sociedades humanas? Quais são as condições objectivas da produção da vida material nas quais se baseia toda a actividade histórica dos homens? Qual é a lei que preside ao desenvolvimento destas condições? Marx fez incidir a sua atenção sobre todos estes problemas e traçou o caminho para o estudo científico da história concebida como um processo único regido por leis, apesar da sua prodigiosa variedade de aspectos e de todas as suas contradições.» [3]

No centro das nossas considerações devem estar as questões seguintes:

?

- Em que consiste o materialismo
da concepção marxista-leninista da história?
Que entendemos por leis na história,
como podemos fundamentá-las e em que consiste o seu significado
para a acção consciente da classe operária
e de cada pessoa individualmente?

---

[3] V. I. Lénine, *Karl Marx*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 12.

3. 2. Processos naturais e desenvolvimento histórico

Queremos começar por retomar as ideias que foram desenvolvidas no segundo capítulo. As considerações acerca da relação entre a natureza e a sociedade representaram um caminho importante do pensamento humano na sua aproximação gradual da ideia de que a história é regida por leis. Por outro lado, precisamente esta questão desempenhou um importante papel quando Marx e Engels elaboraram o ponto de vista materialista na concepção da história.

Como se deve isto entender? Já antes de Marx e Engels tinha havido filósofos, cientistas e historiadores que tocaram a questão da causa de na história da sociedade humana surgirem continuamente determinados processos, de se poderem constatar aspectos regulares e uniformes. Ao fazê-lo, tinham verificado que o homem é um ser da natureza. Não poderão, porém, explicar-se as regularidades constatadas nos modos de comportamento humano a partir da natureza do homem, a partir do seu temperamento inato, a partir do carácter e da predisposição de quem dominava, a partir das necessidades naturais de cada homem? Esta suposição era natural, pois esses traços do homem mostram uma certa estabilidade e, portanto, poderiam perfeitamente provocar comportamentos semelhantes, reacções do mesmo tipo em circunstâncias diferentes. Como o homem, na sua constituição física e psíquica, está sujeito a determinadas relações e dependências, comprovadas pelas ciências da natureza, as leis da natureza poderiam, pois, ser também a causa dos traços homogéneos que surgem na história. Outras tentativas semelhantes visavam detectar no ambiente natural do homem, na abundância ou na falta de determinadas riquezas naturais, na situação geográfica, no clima, a explicação para particularidades da situação política de determinados países ou dos hábitos e costumes das pessoas em questão.

Outros cientistas defenderam um ponto de vista oposto, sendo de opinião que o homem se distingue fundamentalmente de todos os outros seres da natureza. Seria dotado de razão e agiria com consciência e de livre vontade. Ao seu comportamento não poderia, por isso, ser aplicada a medida das leis da natureza. A acção humana dependeria de causas e factores totalmente diferentes. A sociedade e a história seriam um domínio independente da natureza, sujeito apenas à mudança das intenções e acções humanas.

! *Sabemos já que o materialismo dialéctico, ao contrário dos dois pontos de vista aqui apresentados, concebe a relação entre a natureza e a sociedade como uma contradição dialéctica. Natureza e sociedade formam uma unidade, estão em íntima ligação, pois a sociedade humana desenvolveu-se a partir da natureza.* (Ver pp. 119 a 122.)

Esta realidade há muito comprovada pela ciência refuta toda e qualquer suposição de uma criação do homem e da sociedade a partir de nada e efectuada por uma qualquer força. No entanto, natureza e sociedade formam também uma unidade, na medida em que a existência humana, a vida social, o desenvolvimento da sociedade assentam sempre em bases naturais. Homem e sociedade estão não só numa conexão genética, histórica, com a natureza exterior, mas estão também pelo facto de constituírem uma componente inseparável do mundo material como um todo. A actividade vital humana assenta em leis naturais, de acordo com as investigações da biologia e de outras ciências da natureza.

Marx e Engels começam uma das suas mais importantes obras sobre a filosofia da história, A Ideologia Alemã, *com as palavras seguintes: «A primeira premissa de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro facto a constatar é, portanto, a organização física destes indivíduos e a relação que por isso existe com o resto da natureza.»* [4]

Mas natureza e sociedade também se diferenciam entre si. Elas constituem uma contradição, na medida em que sociedade e história representam uma forma particular, qualitativamente nova, do movimento da matéria. O animal utiliza a natureza, mantém a vida e desenvolve-se **adaptando**-se à natureza e às suas transformações. O homem **transforma** a natureza para poder apropriar-se dela, para a pôr ao seu serviço. Ele domina-a. Esta condicionante recíproca e, ao mesmo tempo, oposição na relação entre natureza e sociedade é por nós designada como unidade dialéctica.

! *Esta unidade dialéctica entre sociedade e natureza revela-se, antes de mais, no trabalho. Por meio do seu trabalho, o homem consegue os meios necessários à conservação da sua existência, transforma a natureza consoante os seus objectivos.*

---

[4] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die deutsche Ideologie* [*A Ideologia Alemã*] MEW, vol. 3, pp. 20-21. [Ver: Karl Marx / Friedrich Engels, *Obras Completas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 8.]

No trabalho das gerações de homens que se vão sucedendo desenvolvem-se simultaneamente a realidade e meio ambiente particulares do homem: a vida social, o meio social, uma «segunda natureza». No trabalho transforma-se também a natureza do próprio homem, desenvolvendo-se no processo histórico as suas aptidões, capacidades, forças essenciais, a consciência humana. Por outro lado, porém, o trabalho liga o homem à natureza.

«O trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e natureza, um processo no qual o homem, pela sua própria acção, medeia, regula e controla a sua troca material com a natureza. Perante a matéria da natureza, ele próprio surge como um poder da natureza. As forças da natureza que fazem parte da sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, são por ele postas em movimento para se apropriar da matéria da natureza numa forma utilizável para a sua própria vida.» [5]

Como abordaram Marx e Engels este problema? Eles não se limitaram nem à constatação das diferenças entre natureza e sociedade nem à descrição daquilo que natureza e sociedade têm de comum entre si. Não trataram a natureza e a sociedade como dois domínios isolados um do outro, antes dirigiram a sua atenção para a acção recíproca de ambas, para a **transformação da natureza pelo homem**. Foi precisamente no processo em que o homem transforma a natureza que Marx e Engels descobriram a acção recíproca dialéctica entre natureza e sociedade.

! *No trabalho, no confronto material, prático, do homem com a natureza, expressam-se tanto a* **diferença** *como a* **conexão** *entre natureza e sociedade: o homem* **não é** *um ser natural como os restantes; ele pode agir conscientemente. O homem* **é** *um ser natural; ele necessita da natureza para a manutenção da sua existência; ele retira da natureza todos os meios para a manutenção da vida; para existir, ele tem de se confrontar com a natureza.*

Em que se distingue esta concepção de explicações anteriores? Marx e Engels não reduziram, por um lado, o comportamento humano ou os processos históricos apenas à acção das forças e leis da natureza, **nem**, por outro lado, **deixaram de considerar** as reais **influências da natureza sobre o homem**, a dependência da sociedade em relação à natureza, as diversas acções recíprocas entre natureza e história.

---

[5] Karl Marx, *Das Kapital. Erster Band* [*O Capital. Primeiro Volume*], MEW, vol. 23, p. 192.

Antes de prosseguirmos com estas ideias, queríamos deixar bem clara a grande **importância ideológica deste ponto de partida da concepção materialista da história**. Por detrás das tentativas dos pensadores mencionados no início do capítulo no sentido de descobrirem leis da sociedade por referência a semelhanças com processos naturais estava o propósito de assestarem um golpe contra a concepção religiosa do mundo que dominou toda a Idade Média. Isto, por sua vez, constituiu um pressuposto intelectual indispensável para liquidar na prática o domínio feudal por meio da revolução burguesa. Toda e qualquer explicação da história que fizesse remontar o desenvolvimento do homem e da história a poderes e forças sobrenaturais, que atribuísse a inalterabilidade das situações à impotência do homem diante de deus ou do destino, teria de ser afastada, declarando-se como ponto de partida **da acção humana** as capacidades reais, próprias, terrestres e cientificamente verificáveis do homem, os seus interesses, necessidades, aptidões e impulsos. E, na verdade, destas interpretações do acontecer histórico resultou um efeito considerável. Elas contribuíram para fazer retroceder a superstição, a paralisia intelectual e a subjugação do pensamento humano pela religião e pela Igreja.

Elas não conseguiram, no entanto, resolver o verdadeiro problema. Quer se explique a história pela acção de forças do outro mundo quer pela natureza biológica do homem ou pela natureza exterior que o rodeia, em nenhum dos casos a história é explicada a partir das suas próprias forças motrizes e leis internas. A infindável, profunda e, por vezes, extremamente rápida modificação e transformação das situações sociais, das concepções políticas, das ideias, hábitos e costumes humanos, não puderam ser explicados a partir de um factor que, em relação a isso, é estável, como a natureza física e biológica do homem, uma vez que esta última apenas se tinha transformado muito pouco em períodos de tempo comparáveis.

Foi precisamente neste ponto que Marx e Engels deram um novo e determinante passo, voltando a sua atenção para o **modo particular como o homem se confronta com a natureza**. Analisaram a **produção material, as suas diferentes formas históricas de manifestação e estádios de desenvolvimento** e cada um dos seus elementos. Conseguiram desse modo explicar tanto a **transformação da natureza pelo homem** como também a **transformação histórica da própria vida social**. O trabalho, o seu carácter, a forma como é realizado, forneceram-lhes a chave para a compreensão do tipo específico de relações, acções recíprocas e pro-

cessos que dominam o desenvolvimento **do homem e da sociedade**. E descobriram a relação material fundamental da história humana que causa e **determina a acção do homem** e que, ao mesmo tempo, **resulta dessa acção**.

! *Tinham assim explicado a história humana a partir das suas próprias leis de movimento.*

A integração da história e da sociedade numa visão materialista do mundo, porém, não era apenas uma ideia genial, um contributo imorredouro para o pensamento humano. Marx e Engels criaram deste modo um pressuposto intelectual absolutamente decisivo para a classe operária poder descobrir e concretizar a sua missão histórica: **eles orientaram o pensamento da classe operária para as relações sociais, para a prática social. Não é na natureza humana nem num enigmático destino que se têm de procurar as causas dos fenómenos e males sociais, não é deles que se pode esperar uma modificação ou remédio. É necessário transformar revolucionariamente as relações sociais. A análise das leis do desenvolvimento social explica as situações existentes e o seu aparecimento e desvenda as forças motrizes e a classe que determinam a continuação do seu desenvolvimento.**

3. 3. Modo de produção e formação social

«Na produção social da sua vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superstrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.» [6] Não

---

[6] Karl Marx, *Zur Kritik der Politischen Ökonomie. Vorwort* [*Para a Crítica da Economia Política. Prefácio*], MEW, vol. 13, pp. 8-9. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa--Moscovo, 1982, t. I, pp. 530-531.]

é rara nem injustamente que estas frases são designadas como um resumo genial do pensamento básico da concepção materialista da história. Vale a pena meditar profundamente sobre elas.

Numa análise exterior, Marx começa simplesmente por enumerar os elementos essenciais da vida social (ver pp. 138-139).

Estes elementos fundamentais da vida social apresentam-se naturalmente **de forma muito diversa em condições diferentes de desenvolvimento histórico**. As forças produtivas empregues nos primeiros estádios do desenvolvimento histórico da humanidade (toscos instrumentos de madeira ou de pedra, métodos primitivos de produzir o fogo, recipientes de barro feitos apenas com a mão) são tão profundamente diferentes da actual construção de máquinas, de uma fábrica de produtos químicos ou então da técnica nuclear ou da microelectrónica que parece problemático reunir sob um conceito comum ambos os tipos de forças produtivas. E, no entanto, isto não apenas tem sentido como também é possível e necessário, pois a verdade é que em ambos os casos se trata da utilização pelo homem de determinados meios com vista a transformar a natureza de forma tal que esta satisfaça determinadas necessidades e que ele, graças a esses meios, amplie e enriqueça as suas próprias capacidades — igualmente transformáveis através do tempo — para produzir valores de uso. Temos ainda de levar em consideração que **a ampliação e enriquecimento das capacidades e forças humanas devidos a esses meios produzidos pelo homem aumenta várias vezes as capacidades e forças físicas do próprio homem**. A dimensão e o ritmo das transformações sofridas por aqueles meios de trabalho produzidos artificialmente desde a formação do *Homo sapiens* (ver p. 118) ultrapassa significativamente as transformações da força física do homem ocorridas no mesmo período. Pensemos, por exemplo, no poderoso aumento das possibilidades de domínio da natureza graças aos instrumentos ópticos e outros instrumentos científicos com os quais se pode actualmente explorar o universo ou processos atómicos, em comparação com as possibilidades na base de um telescópio ou de um simples microscópio. No período decorrido entre a descoberta daqueles meios ópticos auxiliares simples e a dos aparelhos modernos, o olho humano não se modificou. É evidente que o mesmo se aplica quando se compara o desenvolvimento dos meios técnicos com o desenvolvimento dos meios físicos de locomoção, de transporte de objectos pesados.

Assim, se quisermos medir ou comparar entre si, em épocas diferentes e sob condições diferentes, o grau das possibilidades e

Elementos essenciais da vida social

Relações de produção	Forças produtivas
relações sociais que os homens estabelecem entre si na produção e reprodução da sua vida material, em virtude de a produção se realizar sempre de modo social, na acção conjunta de muitas pessoas; abrangem a propriedade (por exemplo, privada ou social) dos meios de produção, bem como a troca e a repartição das actividades necessárias ou dos bens produzidos (as relações de repartição da sociedade capitalista, por exemplo, expressam-se no facto de os operários receberem salário e os capitalistas lucro) **"base real"**	todas as forças que são necessárias para produzir bens materiais para a satisfação de necessidades humanas: forças físicas e intelectuais do próprio homem, forças e materiais da natureza, quer na forma não trabalhada de matérias-primas, energia hidráulica e semelhantes, quer na forma já trabalhada de meios de produção (portanto, máquinas, instrumentos, aparelhos, técnica, aplicação de conhecimentos científicos), mas também a direcção da produção, a sua tecnologia e organização. Forças produtivas e relações de produção existem conjuntamente em indissolúvel unidade.

Relações de produção e forças produtivas formam, em conjunto, o modo de produção.

Superstrutura jurídica e política	Formas de consciência social	Processo de vida social
todo o pluriforme sistema do Estado e seus órgãos: órgãos legislativos e administrativos, exército, polícia, justiça, partidos políticos e outras organizações sociais, instituições culturais tais como o sistema educativo, imprensa, rádio e televisão, instituições artísticas, igreja ou outras instituições de acção religiosa e outras mais.	as ideias, concepções, convicções, teorias sobre a vida social, ideologias, normas jurídicas, regras e mandamentos morais, concepções e expressões artísticas, a religião, a visão do mundo; estas formas de consciência social estão em estreita acção recíproca com a "superstrutura jurídica e política".	organização das pessoas nos mais diversos agrupamentos sociais, sobretudo e em primeira linha, naturalmente, em classes, mas também em determinados colectivos, em população urbana e rural, em profissões ou outras sectores de actividade, em famílias ou outras unidades sociais assentes numa ascendência e origem comuns ou no parentesco.

capacidades de o homem influir sobre a natureza e a transformar de acordo com os seus objectivos, temos **antes de mais de levar em consideração os meios de trabalho por ele utilizados.** «*Para se ajuizar acerca de formações sociais económicas desaparecidas, as relíquias de meios de trabalho são tão importantes como a reconstrução de relíquias ósseas para o conhecimento da organização de géneros animais desaparecidos.*» [7]

As forças produtivas desempenham por isso um papel decisivo no desenvolvimento da sociedade humana. É daí também que resulta a importância extraordinariamente grande que o aumento da produtividade tem para aproveitar e assinalar as vantagens e forças motrizes da nova sociedade. Lénine já em 1919 sublinhou esta descoberta fundamental da concepção materialista da história com as seguintes palavras: «*A produtividade do trabalho é, em última análise, o mais importante, o principal para a vitória do novo regime social. O capitalismo criou uma produtividade do trabalho nunca vista sob o feudalismo. O capitalismo pode ser definitivamente vencido e será definitivamente vencido porque o socialismo cria uma nova produtividade do trabalho muitíssimo mais elevada. É uma tarefa muito difícil e muito longa, mas* já começou, *e isso é o principal.*» [8]

3. • 3.1. As relações entre forças produtivas e relações de produção

Naturalmente que se vai transformando também o conteúdo dos outros conceitos usados por Marx. Alguns dos conceitos referidos (Estado, classes, religião) existem apenas durante determinados períodos históricos.

A enumeração dos elementos fundamentais da vida social — embora muito importante — não é ainda, porém, o determinante no curso dos pensamentos de Marx no trecho atrás citado. Muito mais importante é o facto de esses conceitos serem usados por Marx **numa determinada ligação entre si**, de serem **colocados numa**

---

[7] Karl Marx, *Das Kapital. Erster Band* [*O Capital. Primeiro Volume*], MEW, vol. 23, p. 194.

[8] V. I. Lénine, *Uma Grande Iniciativa*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1979, t.3, p. 155.

determinada conexão que reflecte a conexão real dos fenómenos da vida social.

! *Determinadas relações de produção e, em consequência delas, a existência de determinadas classes, correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O modo das relações sociais nas quais os homens produzem, o predomínio da propriedade social ou da propriedade privada dos meios de produção dependem do modo e do carácter das forças produtivas com que os homens produzem.*

A história ensina-nos as formas de manifestação concretas de que esta dependência se revestiu nos diferentes estádios de desenvolvimento da humanidade. O modo de fabrico e de manejo dos instrumentos de produção na **sociedade primitiva** não pressupunha ainda qualquer divisão diferenciada do trabalho, nenhuma produção social com múltipla articulação. Ela obrigava, no entanto, os homens a viverem juntos, em hordas, para sobreviverem. Com os instrumentos de caça primitivos, a caça grossa só podia ser abatida pela acção conjunta de um grupo de homens.

O maior desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento de uma divisão social do trabalho e o aumento gradual da produtividade do trabalho humano (sobreproduto) conduziram então a uma articulação social cada vez mais diferenciada, que se expressou numa distribuição desigual dos bens produzidos entre os homens, na formação da propriedade privada, no aparecimento de dependências entre os homens, na submissão de uns em relação aos outros e, finalmente, na divisão da sociedade em classes. A **escravatura** foi uma relação de produção social necessária. O empreendimento de grandes projectos de produção, como construções ou obras de irrigação, apenas com o trabalho manual e com o total desinteresse dos produtores imediatos (uma vez que para estes não resultava qualquer benefício do sobreproduto) pressupunha o trabalho conjunto de grandes massas de trabalhadores, que eram assim mantidas pela força.

O modo do trabalho camponês na Idade Média produziu também, por sua vez, outras formas de relações sociais recíprocas: a propriedade de terras do **senhor feudal** e a exploração da mesma pelos camponeses, que tinham de entregar aos senhores feudais a maior parte do sobreproduto obtido.

São muito diversas as formas como se constituiu historicamente e se manifestou o **trabalho assalariado capitalista**, a exploração da classe operária pela burguesia. Ele assenta, por um lado, na propriedade dos meios de produção pelo capitalista e, por

outro, em produtores que dispõem apenas da sua própria força de trabalho. Esta relação de produção correspondeu também a um determinado estádio de desenvolvimento das forças produtivas, que se expressou sobretudo na grande indústria e que se caracterizou por um sistema multiplamente diferenciado de divisões sociais do trabalho, por uma especialização muito avançada do trabalho humano e pela cooperação de grandes grupos de operários à escala de grandes empreendimentos. *«O moinho manual dá origem a uma sociedade com senhores feudais, o moinho a vapor a uma sociedade com capitalistas industriais.»* [9]

A dependência entre determinadas forças produtivas e determinadas relações de produção continua a ser válida na actualidade. Em consequência da caça ao lucro pela burguesia verificou-se no capitalismo um desenvolvimento extraordinariamente rápido das forças produtivas. A divisão do trabalho e a especialização que acabamos de referir ganharam um carácter cada vez mais vasto. Meios de produção cada vez mais poderosos e quantidades cada vez maiores de mercadorias pressupunham, para o seu fabrico, cada vez mais produtores e unidades económicas cada vez maiores, que se encontram em dependências e relações recíprocas diversas, não só no quadro de uma empresa, de um ramo da indústria, de um consórcio, mas também com outros sectores da economia, muitas vezes mesmo a nível internacional. Camadas sempre novas da população são integradas no processo de produção capitalista. **O trabalho humano adquiriu, portanto, em alto grau, carácter social**. No entanto, mantiveram-se simultaneamente as mesmas formas de propriedade dos meios de produção e de apropriação dos produtos fabricados, formas que têm, tal como antes, carácter privado. A exploração capitalista não só continua a existir como se agudiza continuamente. **O carácter social da produção e a apropriação privada estão entre si numa contradição que se agudiza constantemente**. Forças produtivas e relações de produção já não correspondem umas às outras. Como sabemos, essa é a fonte de numerosos conflitos e contradições. O número crescente de desempregados nos chamados países capitalistas altamente desenvolvidos como a RFA, a França, a Itália, os EUA e o Japão é uma das manifestações destas contradições e conflitos. A dependência entre forças produtivas e relações de produção manifesta-se, portanto, também no facto de a vida social

---

[9] Karl Marx, *Das Elend der Philosophie* [*A Miséria da Filosofia*], MEW, vol. 4, p. 130.

ficar marcada por funestas contradições quando estes dois aspectos fundamentais da produção material já não correspondem um ao outro. É sempre isto que acontece quando se coloca historicamente na ordem do dia a transição para um novo modo de produção mais progressivo.

Por outro lado, os Estados socialistas, que historicamente existem apenas há pouco tempo, fornecem a prova irrefutável **de que a propriedade social dos meios de produção corresponde realmente ao tipo de relações sociais de produção que oferece às forças produtivas modernas campo para se continuarem a desenvolver** e que ajuda o progresso histórico a manifestar-se.

Portanto, em todas estas conexões, entre determinadas relações de produção e determinadas forças produtivas o que importa é a circunstância de esta dependência, esta «correspondência», se **formar com «necessidade». Todas as vezes e em toda a parte em que determinadas forças produtivas** sejam postas em movimento, a forma da acção social comum dos homens caracteriza-se por **relações de produção correspondentes** a essas forças produtivas.

Marx escreve depois que os homens entram nessas relações «independentemente da sua vontade». Ele quer com isso dizer que se trata de relações que surgem na interacção prática de uns homens com os outros durante o trabalho **sem que isso chegue à consciência dos homens**. O modo, a natureza, o carácter das relações de produção (portanto, ou relações socialistas, caracterizadas pela cooperação, ou capitalistas, caracterizadas pela exploração) resultam «necessariamente» do modo das forças produtivas em questão. O modo das relações de produção predominantes numa determinada sociedade não depende, pois, de as pessoas quererem ou não ter precisamente essas relações de produção, de elas lhes agradarem ou não. É certo que o trabalho é realizado conscientemente, pois os homens propõem-se produzir um artigo bem determinado, um objecto bem determinado. No entanto, as relações sociais que surgem precisamente nessa acção não dependem, em regra, da intenção consciente dos homens. **É isto o que queremos dizer quando afirmamos que as relações de produção existem objectivamente, independentemente da vontade do homem, do sujeito.**

Nas frases que constituíram o ponto de partida das nossas considerações, Marx não constata apenas a dependência entre forças produtivas e relações de produção. Ele sublinha que o conjunto destas relações de produção, isto é, as formas de propriedade dos

meios de produção existentes num determinado período e correspondendo a um determinado estádio de desenvolvimento das forças produtivas, bem como as formas de troca e de distribuição dos bens produzidos, constitui a «base real» sobre a qual se ergue uma «superstrutura jurídica e política». As relações de produção são relações sociais entre os homens.

Nestas relações, os homens ocupam uma determinada posição. Eles são ou escravos ou senhor de escravos, servos da gleba ou senhor feudal, operários ou capitalistas. As posições dos homens nestas relações são, portanto, substancialmente distintas umas das outras. Elas são de importância determinante não só para o comportamento dos grupos humanos ou classes em questão durante o trabalho imediato mas também para a sua situação vital, para as suas condições de existência, os seus rendimentos, o seu papel na sociedade.

Das relações de produção resultam, antes de mais, determinados interesses. É evidente que os interesses sociais fundamentais dos explorados estão em agudíssimo conflito com os dos exploradores. Marx escreveu que o valor criado pela classe operária é o único fundo, ou seja, a única quantidade de dinheiro e mercadorias que se pode dividir em salário e lucro: «Uma vez que o capitalista e o operário apenas têm para dividir este valor limitado, [...] quanto mais um recebe menos outro receberá e vice-versa [...] Se os salários baixam, os lucros subirão; e, se os salários sobem, os lucros baixarão.» [10] Se as possibilidades de ganhar consciência destes interesses e de agir de acordo com eles estivessem igualmente distribuídas entre opressores e oprimidos, em breve a existência do regime em questão chegaria ao fim. Os que dominam economicamente, os proprietários dos meios de produção, tentam, por isso, tudo para manter esse regime. Como dispõem de meios materiais, criam para si, na sociedade, os órgãos correspondentes de direcção e controlo, um governo, autoridades, forças armadas, um aparelho coercivo para poderem reprimir as acções dos explorados. Para tornar conscientes os interesses comuns e permitir uma actuação unitária no interesse conjunto, formam-se porta-vozes, oradores, ideólogos, que põem no papel as concepções essenciais da classe respectiva e as expressam na forma de ideias, princípios, ideais, padrões de valores e juízos artísticos. Acrescentam-se-lhes ainda juristas que condensam em regras obrigatórias os interesses

---

[10] Karl Marx, *Lohn, Preis und Profit* [*Salário, Preço e Lucro*], MEW, vol. 16, p. 140.

e concepções em questão. Tudo isto choca com a resistência das classes e camadas exploradas e oprimidas, as quais, naturalmente, dispõem de possibilidades materiais muito mais diminutas para dar expressão aos seus interesses e agir de acordo com eles.

Em resumo, o carácter das relações de produção encontra-se expresso na vida social, política, cultural e espiritual da respectiva sociedade. É das classes, dos seus interesses e das relações entre as classes que dependem as ideias e instituições que numa sociedade dominam ou que nessa sociedade são oprimidas, perseguidas e reprimidas.

! **Façamos um resumo**. *Partindo da importância fundamental da produção e reprodução (renovação e repetição constantes do processo produtivo com manutenção ou alargamento da quantidade da força produtiva aplicada) da vida material para a sociedade humana, Marx e Engels descobriram que as relações de produção eram as relações sociais de cujo carácter depende em última instância o carácter de todas as outras relações sociais. O modo de produção é, portanto, de importância fundamental para a vida social.* **Em primeiro lugar**, ele é a actividade vital humana fundamental; **sem ele, a sociedade morreria**, os homens não teriam meios para manter a sua vida física. Esta **função geral** é a mesma nos diferentes estádios do desenvolvimento social.

Em segundo lugar, ele é de importância fundamental no sentido de que é **do modo concreto** de produção **que depende a forma do conjunto da vida social**. O modo de produzir é bastante **diferente** nas diversas fases do desenvolvimento social. Marx e Engels sublinharam eles próprios a conexão e a diferença entre estes dois pontos de vista. «Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim, de uma forma determinada da actividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com *o que* produzem e também com o *como* produzem.» [11]

! *O materialismo histórico designa esta conexão global da vida social, que, em última instância, radica num determinado estádio de desenvolvimento das forças produtivas, por* **for-**

---

[11] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die deutsche Ideologie* [*A Ideologia Alemã*], MEW, vol. 3, p. 21; *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t.1, p. 9.

Conexão e diferença entre formação social e modo de produção

Formação social	Modo de produção
modo de produção determinante	forças produtivas num determinado estádio de desenvolvimento
restos de antigos modos de produção	
formas embrionárias de novos modos de produção	relações de produção com o carácter correspondente
bem como as relações sociais e ideias que lhes pertencem	

mação económica e social. Conhecemos as formações económicas e sociais da sociedade primitiva, do escravismo, do feudalismo, do capitalismo e do comunismo.

A grande **importância quanto à visão do mundo** desta descoberta consiste, antes de mais, no facto de só nesta base ser possível **julgar qualitativamente** situações sociais e históricas, **comparar** entre si, segundo padrões e critérios objectivos, a natureza e as **particularidades da vida social em países diferentes** e destacar o que têm de comum e o que os distingue.

A grandeza da contribuição teórica que está ligada à elaboração e fundamentação desta ideia pode ser medida pelo facto de que todos os sociólogos pré-marxistas ou não marxistas até ao presente só chegaram, na melhor das hipóteses, até ao ponto de distinguirem as sociedades segundo características e factores de segunda ordem, escolhidos mais ou menos arbitrariamente, fossem eles as condições geográficas, a natureza da cultura, hábitos e costumes predominantes, particularidades nacionais, uma chamada alma popular, diferenças do temperamento humano ou das tendências de desenvolvimento da técnica. Outros ideólogos burgueses continuam ainda hoje a contentar-se em falar pura e simplesmente da «sociedade», evitando de todo, portanto, distinções qualitativas.

Isto implica simultaneamente que a teoria marxista-leninista da formação económica e social não é importante apenas para o sociólogo, para a comparação e determinação de situações sociais passadas. Vejamos as designações inventadas e utilizadas por teóricos burgueses para caracterizar a vida social actual:

- «sociedade industrial» ou «sociedade pós-industrial» (em virtude de sociedades anteriores serem principalmente agrárias);
- «sociedade de serviços» (em virtude de aumentar o número de trabalhadores dos chamados sectores de serviços);
- «sociedade do desperdício» (em virtude de, por influência da moderna produção maciça e da manipulação capitalista, as necessidades dos homens se modificarem mais rapidamente do que antes, de se reduzir o período de duração de numerosos bens de consumo e de crescerem as lixeiras);
- «sociedade tecnotrónica» ou «sociedade cibernética» (em virtude de a electrónica e as máquinas de controlo automático desempenharem um importante papel na revolução científica e técnica;
- «sociedade dos gestores (*managers*)» (em virtude de aumentar substancialmente o número e o papel do pessoal de direcção, por influência da crescente socialização da produção).

Estas designações **abrangem** determinados **fenómenos isolados** da sociedade capitalista actual. Todas elas servem, porém, em primeiro lugar, para **negar a determinação socioeconómica** decisiva dessas sociedades como capitalistas, como assentes na exploração capitalista. Todas elas servem para apagar o carácter da nossa época como época de transição do capitalismo para o socialismo. Pretende-se mascarar a direcção do processo social na nossa época e evitar que os trabalhadores se voltem para as frentes principais da luta de classes no presente. Vale a pena, a propósito, reflectir sobre o motivo pelo qual os ideólogos da burguesia de facto tanto gostam de ver afastada do mundo a palavra «capitalismo» como designação da sociedade que defendem, ao passo que ainda nenhum socialista evitou chamar socialismo ao regime por si defendido.

De forma semelhante, e para darmos um exemplo, há ideólogos e políticos imperialistas da RFA que se esforçam há anos por negar o carácter capitalista da RFA e o carácter socialista da RDA, palrando em inúmeras variações acerca de uma «nação alemã» única. Ora, de facto, no processo da revolução socialista, e com a formação da sociedade socialista na RDA, alteraram-se qualitativamente os fundamentos, conteúdo e formas da vida nacional. Com a conquista do Poder, a classe operária criou a premissa para

a construção da nação socialista, cujos traços essenciais são marcados pela classe operária. Verificou-se um processo regular de delimitação da RDA socialista em relação à RFA capitalista em todos os sectores da vida social.

! *A teoria marxista-leninista da formação económica e social ajuda, portanto, a ver em conexão os muitos fenómenos e processos sociais isolados que constituem a vida social de um determinado país. Assim, podemos pôr à prova uma situação social pelas relações de propriedade e de Poder que a determinam e pelas perspectivas que ela tem. Pode a partir daí deduzir-se a atitude pessoal que se toma em relação a ela, se a defendemos ou a rejeitamos, se nos identificamos com ela ou tomamos o partido daqueles que escolheram como objectivo a luta pela sua liquidação.*

3. 4. Forças motrizes da vida material da sociedade

Que a vida social está sujeita a uma transformação e desenvolvimento contínuos é evidente. Novos bens de consumo chegam ao mercado; constroem-se casas e fábricas; surgem obras de arte; as cidades alargam-se; fazem-se descobertas; os povos escolhem para si um novo regime estatal em resultado de uma revolução. Entretanto colocam-se as questões seguintes:

? De que tipo são as transformações?
Resultam delas influências sensíveis sobre o desenvolvimento social ou causam apenas uma modificação momentânea?
Representam elas um real contributo para o progresso histórico?
Ampliam elas a experiência, os horizontes da humanidade ou a sua eficácia fica limitada a um círculo reduzido de uma pequena comunidade?
Qual é, de facto, a causa principal de tais transformações na vida social?
Será inerente ao homem um impulso no sentido de procurar constantemente o novo?
Ser-lhe-ão a iniciativa, o espírito inventivo e a criatividade concedidos por um poder superior?

Conhecemos numerosas provas de que a transição da humanidade para uma nova formação social **se inicia** com **transformações na vida material**, no modo de produção. Pode-se provar, com base em factos, que todas as transformações sociais de importância foram precedidas de determinadas modificações fundamentais dos meios de trabalho, dos instrumentos de produção, da técnica e de novos conhecimentos e experiências no processo de trabalho. Estes produziram novas formas de conviver social dos homens, as quais então, por sua vez, causaram mudanças marcantes na vida de povos e países inteiros.

?

Poderia então perguntar-se: uma tal sequência temporal
de certas transformações tem de significar
que há uma conexão necessária entre elas?
E ainda: o que é que provoca então estas transformações
na técnica de produção? E: será inerente à técnica
um impulso interior no sentido de uma renovação constante?

3. 4.1. O papel das forças produtivas

Consideremos mais de perto as modificações da vida material, ponto de partida de importantes transformações sociais de carácter fundamental.

A sociedade primitiva desapareceu quando, com a transição para a agricultura e para a criação de animais, surgiu um sobreproduto permanente, quando as divisões sociais do trabalho, a libertação de cada vez mais pessoas da produção imediata e a sua ocupação com carácter mais ou menos exclusivo em tarefas de direcção e organização da produção ou no trabalho intelectual se tornaram um pressuposto para a continuação do desenvolvimento das forças produtivas. Tudo isto assentava, porém, na concentração do sobreproduto nas mãos de algumas pessoas e, por isso, na formação da propriedade privada de determinados meios de produção.

O escravismo desapareceu quando a continuação do desenvolvimento das forças produtivas exigia um produtor que tivesse um certo interesse na produção, produtor que permitiu o emprego

ou o desenvolvimento de meios de trabalho mais diferenciados, coisa que, no trabalho escravo, não podia ou apenas em âmbito reduzido se podia verificar.

A sociedade feudal foi eliminada quando a melhoria e aperfeiçoamento da técnica de produção o alargamento da produção e a obtenção de mais produtos colocavam como pressuposto a concentração de meios de produção e de forças produtivas em grandes centros de produção, sob um comando único, o que era impedido pela dependência pessoal dos camponeses, pela sua ligação à terra e pelas restrições das corporações, que limitavam os artesãos.

O capitalismo encontra-se em declínio desde que a propriedade privada capitalista dos meios de produção se transformou num obstáculo à continuação do desenvolvimento das forças produtivas. As relações de produção capitalistas actuavam desde o final da Idade Média como poderosa alavanca para o aperfeiçoamento e revolucionamento das forças produtivas e para o alargamento da produção, com vista à obtenção de cada vez mais lucros. Desde que o capitalismo entrou na sua fase monopolista, especialmente desde o começo da crise geral desta sociedade (que se iniciou com a Revolução de Outubro de 1917), esta propriedade privada dos meios de produção encontra-se num profundo e fatal conflito com a socialização do trabalho humano e da produção, processo que é constantemente impulsionado por essa mesma forma de propriedade.

Que se passou em todos estes casos? Por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas levou repetidamente a uma situação tal que as antigas **relações de produção tiveram de ser substituídas por outras novas**, historicamente mais progressistas, se não se queria que parasse o desenvolvimento da produção. *«Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superstrutura.»* [12]

---

[12] Karl Marx, *Zur Kritik der Politischen Ökonomie. Vorwort* [*Para a Crítica da Economia Política. Prefácio*], MEW, vol. 13, p. 9; Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 531.

3. • 4.2. O papel das relações de produção

Se nos interrogarmos, **por outro lado**, sobre aquilo que **o desenvolvimento das próprias forças produtivas** provocou, depara-se-nos antes de mais o **papel das relações de produção**.

! • *Marx designou as relações de produção como «forma de desenvolvimento» das forças produtivas. As relações de produção desempenham um papel extremamente activo no desenvolvimento das forças produtivas.* Elas impulsionam o desenvolvimento destas, por exemplo, pelo facto de despertarem **entre os produtores** um forte **interesse** pelo fabrico de mais produtos, pela obtenção de receitas financeiras mais elevadas, e de os levarem deste modo a um aumento da produtividade do trabalho ou a um alargamento da produção.

Esta afirmação tem de ser precisada. Na sociedade de classes antagónicas quem é que, afinal, produzia? Quem beneficiava do aumento do sobreproduto? Aqueles que dele se apropriavam. Mas estes eram, antes de mais, os proprietários dos meios de produção. E não eram eles, em regra, os produtores imediatos. «Todas as formas superiores da produção avançaram, porém, no sentido da divisão da população em classes diferentes e, desse modo, para a oposição entre classes dominantes e oprimidas; com isto, porém, o interesse da classe dominante tornou-se o elemento impulsionador da produção, na medida em que esta não se limitava àquilo de que os oprimidos estritamente necessitavam para viver. Isto foi levado a cabo da forma mais completa no modo de produção capitalista actualmente dominante na Europa ocidental.» [13]

Só após a eliminação revolucionária do capitalismo, só com o aparecimento e o desenvolvimento da propriedade social dos meios de produção é que o aumento e o alargamento da produção e o aperfeiçoamento das forças produtivas são do interesse de toda a sociedade, sem restrições, e beneficiam simultaneamente todos os produtores. As relações de produção socialistas permitem **a concordância** fundamental **entre os interesses sociais e pessoais.** Resultados acrescidos na produção elevam o rendimento nacional, a base material para uma cada vez melhor satisfação das necessi-

---

[13] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, pp. 454-455.

dades dos cidadãos. A mais importante fonte de rendimentos de cada trabalhador, os seus rendimentos do trabalho, depende daquilo que ele pessoalmente realiza na produção.

3. 4.3. As necessidades serão uma força motriz?

Para a transformação ou aceleração do conjunto da produção e, desse modo, para o desenvolvimento das forças produtivas, naturalmente que as **necessidades** das pessoas são da máxima importância. Toda e qualquer produção contribui para a satisfação de certas necessidades. A satisfação de necessidades por meio de determinados valores de uso provoca novas necessidades: necessidades de mais e de novos bens de consumo ou necessidades de mais e de novos meios de produção.

No entanto, se uma determinada necessidade realmente origina ou não transformações na produção material ou se realmente conduz ou não ao aperfeiçoamento das forças produtivas, é algo que depende das relações de produção. Para se tornarem uma verdadeira força motriz da produção, as necessidades têm de se subordinar aos objectivos de produção dominantes num modo de produção — resultantes das relações de produção — e de lhes corresponder.

No capitalismo, as necessidades têm, por exemplo, de prometer aos detentores dos meios de produção não só um alargamento da produção e o fabrico de mais produtos mas também mais lucros, se se quiser que sejam consideradas na produção.

Também neste aspecto o quotidiano imperialista oferece um quadro com as mais crassas contradições. Por um lado, só se pode ter lucros quando não apenas os preços são constantemente aumentados como também simultaneamente um aumento constante das necessidades dos compradores garante a venda dos bens produzidos. Uma massa de mercadorias considerável e em mudança ininterrupta, a publicidade sofisticada e o incitamento de desejos existentes ou criados artificialmente velam para que se verifique de facto um aumento desenfreado das necessidades e para que, juntamente com uma constante subida dos preços, esse aumento empurre os trabalhadores para uma produção acrescida, para o esgotamento completo das forças e dos nervos e para a destruição im-

piedosa da sua saúde. Por outro lado, nos países capitalistas altamente desenvolvidos continuam por satisfazer prementes necessidades sociais e individuais (educação, saúde, descanso). Uma parte das capacidades produtivas existentes não é utilizada em virtude de os preços demasiado elevados — e não, por exemplo, a inexistência de necessidades — fazerem aparecer a venda como um risco. São eliminados bens já produzidos, a expensas do Estado. Para os preços se manterem elevados, foram, por exemplo, destruídas no Outono de 1977 dezenas de milhares de toneladas de fruta e legumes nos países da CEE.

! *As relações de produção influenciam assim em forte medida a relação real que existe entre o desenvolvimento das necessidades e o desenvolvimento da produção material. Elas desempenham o papel de mediador entre o desenvolvimento das necessidades e o desenvolvimento da produção.*

3. 4.4. Os diferentes elementos das forças produtivas

! *Se quisermos responder à questão das causas ou forças motrizes do desenvolvimento das forças produtivas, temos, portanto, de levar em consideração determinadas contradições entre os diferentes aspectos, elementos e factores das próprias forças produtivas.* Instrumentos de produção, processos tecnológicos, conhecimentos científicos, fontes de energia, processos de obtenção de matérias-primas — seja a partir da natureza seja por via artificial —, processos de trabalho em diversos ramos da indústria ou na indústria e na agricultura, nenhum destes ou outros elementos das forças produtivas são fenómenos fixos, imóveis, imutáveis. Cada um deles desenvolve-se sob a influência dos mais diversos factores — e não apenas económicos. Em regra, esses desenvolvimentos de elementos isolados das forças produtivas não se verificam ao mesmo tempo nem de modo uniforme. O desenvolvimento do conhecimento científico pode preceder a possibilidade da sua aplicação tecnológica. O desenvolvimento do nível de qualificação de certos grupos de trabalhadores pode ficar atrás da necessidade de introduzir determinados novos métodos de produção. Novos desenvolvimentos num ramo produtivo podem tornar

necessárias, a nível regional, consideráveis modificações mesmo em outros ramos, tal como acontece actualmente, por exemplo, com a electrotécnica e electrónica. O desenvolvimento do conjunto das forças produtivas resulta, portanto, na sua composição, do desenvolvimento contraditório desses processos isolados.

! *As contradições entre o diferente desenvolvimento de diversos elementos das forças produtivas são uma importante força motriz do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas.*

Em relação com isto fala-se também de uma «lógica interna» do desenvolvimento das forças produtivas. Seria verdadeiramente um erro grave estabelecer uma separação entre esta «lógica interna» das forças produtivas, como força motriz do seu desenvolvimento, e a influência das relações de produção. Também as exigências técnicas, tecnológicas, científicas ou organizativas do desenvolvimento das forças produtivas levantam constantemente problemas económicos, exigem decisões sobre o emprego de pessoas na produção, trazem consigo mudanças e transformações na situação de vida das pessoas, etc., isto é, tocam os interesses de classes ou de outros grupos de trabalhadores e estão, assim, sujeitas à influência das relações de produção.

! *Generalizando, podemos afirmar que o* **desenvolvimento da produção como um todo** *é sempre* **impulsionado** *pela acção recíproca contraditória entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das relações de produção.*

No entanto, **nem um desenvolvimento das forças produtivas nem qualquer desenvolvimento das relações de produção é pensável sem a actividade humana**. A descoberta de novos instrumentos de produção, a introdução de novos processos, a construção de novas máquinas ou edifícios, uma transformação da tecnologia e da organização do trabalho existentes, a distribuição dos produtos ou a transformação revolucionária de determinadas relações de propriedade — tudo isto é actividade humana.

Mas, **actividade humana é sempre**, em maior ou menor grau, **actividade consciente**. Isto aplica-se também, e até de um modo especial, ao trabalho humano. Karl Marx caracterizou o papel da consciência humana no trabalho recorrendo a uma comparação famosa: «*Uma aranha executa operações que se assemelham às do tecelão e uma abelha, com a construção das suas células de cera, envergonha muito arquitecto humano. No entanto, aquilo que desde o início distingue o pior arquitecto da melhor abelha é o facto de ele já ter construído a célula na cabeça antes de a construir em cera. No final do processo de trabalho verifi-*

ca-se um resultado que, no seu início, existia já na representação do operário, portanto, já idealmente.» [14]

Se observarmos um processo de trabalho isolado, se o dividirmos em cada um dos seus elementos e fases, podemos de facto dizer que a consciência humana, como intenção determinada, como colocação de um objectivo, precede a acção, o movimento dos órgãos físicos do homem e o movimento dos meios de produção, e mesmo que ela é uma condição indispensável para isso.

Mas não cairemos, deste modo, na representação idealista do papel originário da consciência, das ideias, na história? O que nos importa para já é explicar as forças motrizes do desenvolvimento da vida material da sociedade, que designámos como a base das transformações históricas em todos os outros domínios da sociedade. Ora se esta, por seu lado, tiver de se reportar a factores espirituais, não terão então razão os defensores da visão idealista do mundo?

3.4.5. A «força produtiva» homem

Analisemos também esta questão. A especificidade da actividade humana neste domínio da vida social, o **trabalho**, consiste no facto de que este **produz valores de uso materiais**. Isto distingue o trabalho humano no processo de produção de todas as outras actividades humanas: a acção política, a direcção de determinados processos, a actividade artística, científica ou qualquer outra. No quadro que estamos a considerar agora só nos interessa o resultado, a função desta actividade para a vida humana. Todas as outras funções estão subordinadas a este resultado, à produção de um valor de uso material. E nem a percentagem crescente — considerada historicamente — de elementos intelectuais no processo de trabalho altera o facto de que este é uma acção recíproca material do homem com a natureza.

No processo de trabalho prova-se a grande importância, a acção transformadora da consciência humana, mas mostram-se também os seus fundamentos, a sua **dependência** de processos

---

[14] Karl Marx, *Das Kapital. Erster Band* [*O Capital. Primeiro Volume*], MEW, vol. 23, p. 193.

materiais. Vamos explicar isto por meio de um raciocínio simples. Como é que os homens conseguem construir uma máquina nova ou introduzir melhoramentos numa antiga? Em regra, pelo facto de a máquina antiga, que se encontra em funcionamento, apresentar quaisquer insuficiências. O que é que leva os homens à constatação de tais insuficiências? Pode ser a necessidade ou o desejo de um aumento da produção; o desejo do comprador de obter uma qualidade adicional do produto; a necessidade de tornar o trabalho mais fácil; em resumo, uma certa necessidade prática. O que é que permite ao homem fazer o necessário aperfeiçoamento? É o facto de aquilo que existe obrigar, de certo modo, a pensar mais. O papel da consciência humana neste processo consiste, em última instância, em expressar-se numa melhoria do efeito prático, numa transformação material do objecto e, portanto, num outro objecto material. E, tal como cada inovação tem como premissa um objecto criado anteriormente por outra pessoa, assim também o resultado desta inovação será por seu lado para outros homens objecto de reflexão, de transformação.

A produção social desenvolve-se precisamente pelo facto de a actividade consciente dos homens no trabalho **ter um objecto material e nele proceder a transformações materiais e de o objecto material assim transformado servir à geração humana seguinte como base da sua actividade**.

Cada nova geração prossegue a sua actividade usando, em novas circunstâncias, com novas exigências e capacidades, os objectos deixados pela geração anterior. Ela opera deste modo um aperfeiçoamento histórico. «A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, em circunstâncias completamente mudadas, a actividade transmitida, e por outro lado modifica as velhas circunstâncias com uma actividade completamente mudada.» [15]

O desenvolvimento das forças produtivas é, como vemos, a sequência milenar de transformações novas dos meios de produção. Foi desta forma que gerações de homens desenvolveram as suas próprias forças e capacidades. Nem uma só destas transformações se teria verificado sem a actividade criadora do homem. A

---

[15] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die deutsche Ideologie* [*A Ideologia Alemã*], MEW, vol. 3, p. 45. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 29.]

direcção geral, a sequência deste desenvolvimento nunca depende, porém, do arbitrário, de quaisquer ideias repentinas ou desejos dos homens, mas sim dos pressupostos e possibilidades materiais de cada caso. Estas possibilidades marcam sempre, simultaneamente, as condições e as tarefas do seu próprio aperfeiçoamento pelo homem. A máquina a vapor só pôde ser desenvolvida depois de se ter descoberto como fundir o ferro e de se ter inventado tanto a bomba como a roda. A época da electricidade não pôde seguir-se imediatamente ao período em que se utilizava a energia hidráulica. Foi necessário um estádio intermédio, uma vez que as descobertas electroquímicas com base nas quais se comprovou pela primeira vez a corrente eléctrica não teriam podido fazer-se sem a utilização do carvão, o aproveitamento do vapor de água e o desenvolvimento da metalurgia. A produção de máquinas e cabos que permitissem a acumulação e transmissão da corrente numa base rendível estava também dependente da indústria de máquinas movidas a vapor.

É necessário sublinhar que o aperfeiçoamento das forças produtivas não é apenas directamente condicionado pela «herança material» das gerações precedentes sob a forma de máquinas, edifícios, instalações, processos de produção, etc. Também o **lado subjectivo** de cada aperfeiçoamento (horizontes, desejos e necessidades, capacidade inventiva do homem, conhecimentos científicos de que se dispõe, riqueza dos métodos de pensamento com que a geração em questão ou os seus representantes individualmente abordam a herança material recebida) é um pressuposto do desenvolvimento das forças produtivas. Ele representa em cada estádio do desenvolvimento histórico a **experiência humana acumulada**. Esta experiência acumulada não precisa de ser feita de novo por cada geração e muito menos por cada indivíduo — que assim não tem de começar no ponto zero. Aliás, isso não seria possível. As capacidades e património que a humanidade recebe através da sociedade ultrapassam, completam, enriquecem e multiplicam simultaneamente, deste modo, as capacidades e património de cada homem individualmente.

O materialismo histórico parte do carácter material do processo metabólico entre homem e natureza. Por isso consegue explicar de forma materialista os fundamentos e forças motrizes decisivos do processo histórico e avaliar correctamente o papel do homem, da sua criatividade consciente neste processo. «*É desnecessário acrescentar que os homens não são livres árbitros das* suas forças produtivas — *as quais são a base de toda a sua história — pois*

toda a força produtiva é uma força adquirida, o produto de uma actividade anterior. Assim, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está circunscrita pelas condições em que os homens se encontram situados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social que existe antes deles, que eles não criam, que é o produto da geração anterior. Pelo simples facto de que toda a geração posterior encontra forças produtivas adquiridas pela geração anterior, que lhe servem como matéria-prima de nova produção, forma-se uma conexão na história dos homens, forma-se uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade quanto as forças produtivas dos homens, e, por consequência, as suas relações sociais, tiverem crescido.» [16]

3. 5. Quais são as leis da vida social?

? Os marxistas estão convictos da vitória da sua causa. De onde lhes vem esta convicção?

! **Primeiro.** *A revolução socialista é o resultado inevitável da luta de classes da classe operária. As causas desta luta de classes actuam, porém, enquanto houver uma sociedade capitalista com as suas numerosas contradições e conflitos.* Estas contradições são formas de manifestação da **contradição fundamental** deste modo de produção, a contradição **entre a produção social e a apropriação capitalista privada.** E estas contradições não só continuam a existir, apesar de a burguesia ter feito todo o possível por aplaná-las, alisá-las, abafá-las ou eliminá-las, mas também se agravaram e agudizaram, tendo surgido novas contradições ao lado das que já actuavam há muito tempo. Elas já não caracterizam apenas a vida dos países clássicos do capitalismo mas também penetraram, com o modo de produção capitalista, em

---

[16] Marx, Carta a Pavel V. Annenkov, 28 de Dezembro de 1846, MEW, vol. 27, pp. 452-453. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t.1, pp. 545-546.]

numerosas regiões da Terra que na época de Marx e Engels não tinham ainda sido tocadas pelas «bênçãos» da civilização capitalista. O aumento contínuo, há já dezenas de anos, de acções grevistas e a crescente influência de massas de numerosos partidos comunistas em países capitalistas — para só citar estes dois factos — provam também que o efeito das contradições do capitalismo é o mesmo que no século XIX: a luta de classes da classe operária aumenta. A burguesia imperialista tem de se defender cada vez em mais frentes contra a luta de classes da classe operária.

! **Segundo.** *O curso da história mundial forneceu a prova prática da correcção das previsões de Marx, Engels e Lénine acerca da inevitabilidade da revolução socialista.* A Grande Revolução Socialista de Outubro triunfou. Desde então, como resultado de outras revoluções socialistas surgiu todo um sistema socialista mundial. Esta prova tem tanto mais peso quanto é certo que as condições geográficas, nacionais, históricas, temporais e sociais concretas desses países apresentavam diferenças extraordinariamente grandes. Independentemente disso, porém, a revolução socialista apresentou, em toda a parte onde venceu, determinados traços fundamentais gerais. Em toda a parte ela trouxe uma solução prática precisamente para os problemas por causa dos quais Marx a tinha designado como resultado inevitável da sociedade capitalista. E isto apesar de a vitória da nova sociedade nesses países esbarrar com a mais encarniçada resistência da burguesia internacional e de cada passo para a consolidação do novo regime ter de ser arrancado ao imperialismo. Quando os marxistas designam, portanto, a revolução socialista e a **vitória do socialismo** como **uma lei**, querem dizer o seguinte:

1.º — A revolução socialista resulta com necessidade de certas condições: **as relações de produção capitalistas**. Estas empurram a acção dos homens para uma determinada direcção: os capitalistas para a caça de cada vez mais lucro e, desse modo, para o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, para a multiplicação dos conflitos e para o crescimento da classe operária; e a classe operária para a luta contra a exploração e opressão crescentes, contra o poder do capital. Estas contradições agudizam-se e empurram necessariamente para uma solução, para a eliminação das relações de produção capitalistas.

2.º — As condições actuam independentemente de os agentes o desejarem e quererem ou não. Elas actuam **objectivamente**. Naturalmente que as condições económicas não exercem a sua in-

fluência independentemente da vontade dos operários. Uma greve, uma sessão de solidariedade, uma manifestação, só se realizam quando os operários se decidem por essa acção, quando os mais experimentados, os mais conscientes das suas fileiras falam com os hesitantes e os que estão na expectativa e lutam contra as reservas, o comodismo, a falta de confiança total nas próprias forças e, sobretudo, contra as insinuações do inimigo de classe. É que a verdadeira causa do conflito não está nos desejos ou ideias das pessoas mas na sua situação económica. O facto de o pensamento e acção da classe operária serem influenciados precisamente desta forma pelas condições económicas do regime capitalista não se explica partindo da própria consciência mas sim das relações económicas.

3.º — A conexão que apresentámos não ocorre uma vez apenas, antes se **repete**. De todas as vezes e em toda a parte onde existam ou se desenvolvam relações de produção capitalistas, elas têm como consequência aquelas contradições e a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Isto não significa que as contradições se expressem constantemente com igual intensidade, sob formas iguais e com igual violência e o mesmo carácter directo.

4.º — Aquelas condições exercem um efeito tão poderoso e determinante sobre a acção humana precisamente porque dizem respeito à actividade vital fundamental e **essencial** do homem, a produção material. Não são condições de segunda ordem, não essenciais, mas sim as condições que tocam e põem em movimento a acção dos homens no que respeita aos seus interesses materiais e económicos, aos seus interesses de classe. Também a luta, de classes política e ideológica se desenvolve, em última instância, pela satisfação dos interesses económicos, pela eliminação ou pela defesa dos fundamentos económicos do regime capitalista.

5.º — Do facto de a **revolução socialista ser uma conexão entre condições e resultados da acção humana, da luta de classes**, resulta muito naturalmente que essa conexão não se produz automaticamente. A luta de classes da classe operária choca com a resistência da burguesia dominante da forma mais diversa. A burguesia dispõe de consideráveis meios económicos e ideológicos e de uma longa experiência como classe exploradora. Às relações de produção capitalistas é inerente não só a tendência para a união dos operários, para despertar neles a compreensão da inconciliabilidade da luta de classes e a sua disposição para a luta, mas também a tendência para a divisão, para a «concorrência entre os próprios

operários»[17], quer como indivíduos quer como membros de diferentes destacamentos nacionais da classe operária. A união tem de se impor na luta contra a divisão.

A vitória da revolução socialista tem, portanto, de ser conquistada pela luta. As conexões do processo histórico que lhe estão na base impõem-se como **exigências** que a classe operária tem de conhecer e concretizar conscientemente.

! *Por lei do desenvolvimento social entendemos conexões objectivas entre fenómenos sociais que têm um carácter necessário, geral e essencial. Estas conexões são o resultado da actividade humana, determinam esta actividade e são produzidas sempre de novo pela actividade humana.*

Mas na história humana há naturalmente leis do tipo mais diverso. Nas conexões, dependências e acções recíprocas, atrás descritas, entre **forças produtivas e relações de produção** não será difícil reconhecermos **leis**. Iremos considerar a **luta de classes** como um **fenómeno regido por leis do processo histórico** em determinadas condições. Para já pretendemos considerar mais algumas leis, que já conhecemos do estudo da história.

As **revoluções burguesas** do século XVII em Inglaterra e do século XVIII em França foram acontecimentos regidos por leis. Independentemente de todas as diferenças condicionadas por razões nacionais, históricas, pela tradição ou por outra forma, o desenvolvimento das forças produtivas e de determinados elementos das relações de produção capitalistas tinha necessariamente produzido, em ambos os países, esforços por parte da burguesia no sentido de maior riqueza, do alargamento da produção, da exploração de mais força de trabalho. Estes esforços só podiam ser correspondidos por meio da liquidação das relações feudais, da passagem do poder político para as mãos da burguesia. Isto ia, naturalmente, contra os interesses e o comportamento prático da aristocracia feudal dominante. O conflito resultante da acção de cada uma destas duas classes sobre a outra, um conflito que necessariamente se agravava e agudizava (uma vez que estava excluída qualquer conciliação desses interesses opostos) só podia resolver-se por uma revolução.

---

[17] Ver Karl Marx/Friedrich Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei* [*Manifesto do Partido Comunista*], MEW, vol. 4, p. 471. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. I, p. 115.]

Entre as **leis gerais da revolução socialista e da construção do socialismo** contam-se as seguintes:

- direcção dos trabalhadores pela classe operária e pelo seu partido marxista-leninista,
- estabelecimento do Poder da classe operária,
- ditadura do proletariado, sob esta ou aquela forma,
- eliminação da propriedade capitalista e estabelecimento da propriedade socialista dos principais meios de produção,
- revolução socialista no domínio da ideologia e da cultura,
- luta pela pureza do marxismo-leninismo contra toda e qualquer manifestação de oportunismo de direita ou de «esquerda».

Todas as experiências do movimento operário internacional mostram que a revolução socialista choca em todos os campos da vida social com a encarniçada resistência da burguesia derrubada. Independentemente de todas as diferenças de época, das características nacionais ou geográficas, dos motivos e pontos de partida concretos da revolução, das tradições do país em questão e das condições internacionais, a dominação económica, política e ideológica da burguesia nos diversos sectores da vida social provoca efeitos que têm de ser eliminados pela classe operária e seus aliados para deixarem espaço livre ao desenvolvimento das relações socialistas. Nestas leis gerais da revolução socialista expressam-se, portanto, **ligações essenciais e necessárias** entre condições (formas de manifestação ou consequências do regime capitalista) e **exigências** ou acções da classe operária. Elas assentam na generalização das experiências de dezenas de anos de sacrifícios da luta da classe operária.

Podemos também analisar as leis económicas do socialismo: a **lei económica** fundamental **do socialismo**, a lei do desenvolvimento harmonioso e planificado da economia nacional, a lei da distribuição segundo o rendimento do trabalho ou a lei do crescimento contínuo da produtividade do trabalho. A lei económica fundamental expressa a conexão entre a essência do modo de produção socialista e a direcção principal do desenvolvimento da economia. Ela diz que, com base na propriedade social socialista dos meios de produção, o objectivo da produção consiste em satisfazer cada vez melhor as crescentes necessidades materiais e culturais dos trabalhadores. O meio principal para alcançar esse objectivo é o desenvolvimento e aperfeiçoamento constantes da produção, na base de uma ciência e técnica avançadas, bem como o aumento constante da produtividade do trabalho. Nesta lei expressa-se uma **conexão necessária** entre a **condição** socioeconómica fundamental

do desenvolvimento económico socialista (a propriedade social dos meios de produção) e as **exigências** gerais e mais importantes **da actividade humana** no desenvolvimento da produção socialista (tendo esta actividade de estar submetida ao objectivo de satisfazer cada vez melhor as necessidades dos trabalhadores e visando o aumento constante da produtividade do trabalho). O objectivo da produção socialista resulta com necessidade da essência das relações de produção socialistas. Alcançar esse objectivo pressupõe um aumento constante da produtividade do trabalho.

3 • 5.1. Para que serve conhecer as leis sociais?

? • Por que é que a concepção marxista-leninista
do desenvolvimento social regido por leis
tem uma importância tão extraordinariamente grande
para o comportamento consciente
de uma pessoa na sociedade,
para a sua orientação pessoal?

Ela fornece uma fundamentação segura, científica, à **convicção da necessidade do progresso histórico**. Para além de todos os desvios e dificuldades, para além dos períodos frequentemente longos de estagnação aparente ou real no passado, na história humana, impõe-se, em última instância, o desenvolvimento do inferior para o superior, para um domínio cada vez maior do homem sobre a natureza, para a eliminação definitiva da exploração, da opressão e da servidão, isto é, para cada vez mais liberdade. Isto resulta de leis objectivas do movimento da vida material dos homens e da sua capacidade ou necessidade de agir, no fim de contas, de acordo com as exigências destas leis.

Vivemos na época da história mundial em que se verifica a transição do capitalismo para o socialismo. Esta transição já se realizou numa parte considerável do mundo. A parte restante do mundo está desde há dezenas de anos a ser abalada por violentas lutas de classe que — independentemente de todas as diferenças de intensidade e de continuidade, bem como dos objectivos imediatos das forças e movimentos sociais que as travam — se orientam no

sentido da eliminação do último regime de exploração. Isto ocorre devido à circunstância de o socialismo ser o resultado inevitável da acção de leis produzidas pela sociedade capitalista. Esta convicção, fortalecida cientificamente, fornece à luta de todos os homens progressistas do presente, especialmente à dos comunistas, orientação, resistência, tenacidade, firmeza.

! *A concepção marxista-leninista do desenvolvimento social regido por leis dá à* **acção** *do homem isolado* **direcção e conteúdo**, *facilita uma orientação autónoma na imensa diversidade dos fenómenos e acontecimentos singulares, a partir dos quais se compõe o quadro da história em cada momento do devir.* Ela permite abarcar e considerar as condições que têm de ser levadas em conta quando se pretende que a acção de um homem, a actividade de um colectivo ou de um povo, sejam coroadas de êxito e não que falhem. Ela confere sentido e conteúdo, assim como estimula, a acção pessoal, a luta esforçada dos trabalhadores. Ela ajuda a ultrapassar a indiferença e a letargia que por vezes resultam da sensação de impotência, da aparente impossibilidade de cada um em exercer uma influência visível no curso das coisas.

! *Ela é um fundamento indispensável da* **unidade de vontade e acção** *de todos os que colocaram a si próprios como objectivo a concretização dos ideais e interesses da classe operária.* A unidade de vontade e acção da classe operária na luta contra a exploração capitalista e pela construção da sociedade socialista pressupõe uma certa unidade entre as concepções das pessoas que participam nessa luta no que respeita à natureza do mundo, às conexões, processos e estruturas fundamentais da sociedade e da história. A concepção da vida social regida por leis desempenha, a este respeito, um papel-chave. Partindo dos conhecimentos fundamentais da visão materialista do mundo que aprendemos (o da realidade objectiva do mundo exterior, o da cognoscibilidade da realidade objectiva e outros), ela permite estabelecer conclusões quanto ao conhecimento e à transformação da sociedade. Ela permite, na vida social, uma orientação no sentido do essencial, das conexões decisivas. Ela permite evitar o subjectivismo e a arbitrariedade, a unilateralidade e a absolutização no conhecimento e apreciação dos processos sociais. Ela fundamenta, sobretudo, **a necessidade da luta organizada pelo socialismo.**

! *Ela fornece, deste modo, a* **fundamentação no plano da visão do mundo para o papel crescente** *da direcção e condução unitária dessa luta por parte do* **partido marxista-leninista** *da classe operária. Por isso, ela é também da máxima im-*

portância para a decisão pessoal de adesão a esta luta unitária e organizada, para a decisão de cada um multiplicar as suas forças integrando-se conscientemente na força da classe.

3 • 5.2. As leis e os seus adversários

Por todos estes motivos é compreensível que haja muitíssimos ideólogos burgueses que há dezenas e dezenas de anos prosseguem uma campanha contra a concepção marxista-leninista do desenvolvimento da sociedade regido por leis. De uma forma ou de outra, a sua argumentação assenta na afirmação de que lei e acção humana se excluem reciprocamente. A acção humana seria única, sem igual, imprevisível e irrepetível. Assim, a história da sociedade humana não poderia ser dominada por leis.

? • Partindo desta suposição desenvolvem-se sobretudo duas argumentações. Uns perguntam o seguinte: se a história se desenrola segundo leis (e é isto que afirmam os marxistas), então, por que é que os marxistas se esforçam tanto em prol do socialismo? Se o socialismo ocorre em virtude de leis do mesmo modo que um eclipse da Lua, por que é então necessária tanta luta e tanto esforço para o fazer chegar?

Os marxistas estariam, portanto, a contradizer-se ao designarem, por um lado, que o socialismo está submetido a leis e ao organizarem, por outro, a luta pela sua consecussão. Atribui-se, assim, aos marxistas um modo de pensar que é designado por **fatalismo** (segundo a palavra latina *fatum*, destino).

Outros dizem que na história não há lei nenhuma. Que aquilo que os marxistas designam por lei são apenas invenções muito elaboradas, criações da inteligência humana que visam facilitar a ordenação da grande quantidade de acontecimentos históricos. Dizem que, objectivamente, fora da consciência humana, não existem leis na história; que elas apenas existem na cabeça do homem, subjectivamente, sendo daí transpostas para a história. Este modo de pensar pode também designar-se por **subjectivismo**.

Estes dois modos de pensar têm consequências consideráveis para a acção humana. Se os fatalistas têm razão, se as leis da história se verificam do mesmo modo que o movimento dos astros, então o homem não precisa de agir, podendo aguardar simplesmente a marcha dos acontecimentos. Se os subjectivistas é que têm razão, então não há na história quaisquer pontos de referência seguros para uma actuação com sentido e prometedora de êxito, agindo cada um como quiser, conforme as ideias que tiver e lhe parecer bem. Neste caso, o caos e a arbitrariedade dominariam a história. Por isso, se chama também a esta concepção **voluntarismo** (de *voluntas*, a palavra latina que designa vontade).

De todas as considerações precedentes resulta que todas estas concepções apresentam falsamente a concepção marxista-leninista de lei e reproduzem de forma distorcida o processo histórico real. É simplesmente uma inverdade supor que a concepção marxista-leninista de lei não atribui qualquer lugar nem qualquer importância à acção humana. (As leis da história e da sociedade são conexões produzidas pela acção humana.) A ideia de que as leis são processos místicos que abrem caminho através da história para além e independentemente da acção humana nada tem de comum com a verdadeira concepção do materialismo histórico. O facto de as leis sociais agirem independentemente de os homens desejarem ou não a sua existência e actuação, de as quererem ou não, é outra questão, é uma circunstância que o materialismo histórico explicou e fundamentou suficientemente. O mesmo acontece com a afirmação de que as leis só existiriam na imaginação humana ou seriam um seu produto. Mostrámos que as leis da história são conexões da própria realidade objectiva. Os homens podem adquirir dessas conexões uma ideia que corresponda em maior ou menor grau à própria realidade objectiva, quer como pressentimento, sensação, impressão, quer como conhecimento cientificamente seguro.

A concepção do dominar de um destino, por exemplo, supõe que o êxito ou o insucesso da acção humana não dependem apenas dos próprios desejos e da vontade, mas, sim, de condições que existem fora do homem.

! *Cabe uma importância extraordinariamente grande à formulação científica de conhecimentos seguros acerca de conexões e processos da realidade regidos por leis. O que não se pode é confundir a lei formulada na ciência com o processo regido por leis da própria realidade. O processo objectivo é o fundamento para o pensamento humano poder descobrir e formular leis.*

Temos ainda de chamar a atenção para dois outros erros ligados às concepções burguesas atrás esboçadas para, ao mesmo tempo, explicarmos melhor a concepção marxista-leninista de lei.

Antes de mais, a primeira argumentação parte implicitamente do princípio de que não haveria quaisquer diferenças entre leis da natureza e leis do desenvolvimento social. Que isto nada tem a ver com a concepção do marxismo é uma questão que pode ser ilustrada de imediato com uma observação de Friedrich Engels do ano de 1888: «*Mas a história do desenvolvimento da sociedade prova agora ser, num ponto, essencialmente diferente da da natureza. Na natureza — se não levarmos em consideração a retroacção do homem sobre ela — há apenas agentes cegos e inconscientes actuando uns sobre os outros e em cujo jogo recíproco se impõe a lei universal. De tudo aquilo que acontece, nada — nem os inúmeros aparentes acasos que se deixam ver à superfície nem os resultados definitivos que comprovam a regularidade dentro desses acasos — acontece como fim querido e consciente. Em contrapartida, na história da sociedade os agentes são todos eles pessoas dotadas de consciência, agindo reflectidamente ou com paixão, visando determinados fins; nada acontece sem intenção consciente, sem objectivo desejado. Mas esta diferença, por mais importante que seja para a investigação histórica, nomeadamente de épocas e acontecimentos isolados, nada pode modificar ao facto de o curso da história ser dominado por leis universais internas.*» [18]

3. 5.3. Leis da natureza e leis sociais

A concepção materialista da história não parte, portanto, de forma nenhuma, de uma equiparação entre leis da natureza e leis da sociedade, antes destaca cuidadosamente **tanto a unidade como também a diferença** entre estes dois tipos de leis.

---

[18] Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*], MEW, vol. 21, p. 296.

?
• O que é que as leis da natureza e as leis sociais têm de comum e o que é que as diferencia?

!
• *Comum às leis da natureza e às leis da sociedade é a propriedade de existirem objectivamente, independentemente de isso agradar às pessoas ou não.* Tanto as leis da natureza como as da sociedade têm, portanto, de ser conhecidas pelas pessoas que agem, e cuidadosamente consideradas e aproveitadas nos seus efeitos.

!
• *As leis da natureza diferenciam-se das da sociedade pelo facto de se imporem sem que a acção humana nelas participe.* Não é isso que acontece com as leis da sociedade. Por isso, a **forma** como os homens utilizam as leis da natureza é também diferente da forma como utilizam as leis sociais. O homem utiliza as leis da natureza criando artificialmente condições que submetem a acção das leis da natureza a objectivos humanos. Numa central hidroeléctrica, o homem aproveita a água, isto é, a lei da gravidade, sem que a acção humana intervenha na acção da própria lei da natureza.

O homem tira proveito das leis da sociedade na medida em que oriente a **sua acção, que está contida na própria lei**, numa direcção que corresponda às exigências da lei em questão.

Por isso, as leis da natureza e as leis da sociedade **diferenciam-se** também pelo tempo de existência das condições do seu agir. A lei da gravidade não existe apenas desde que o homem constrói centrais hidroeléctricas para aproveitar a acção dessa lei. O mesmo se aplica a todas as leis da natureza. A condição geral de existência de leis sociais é a sociedade, que, como é sabido, existe apenas há substancialmente menos tempo do que todas as formas de movimento da matéria no âmbito da natureza. Há, no entanto, também leis especiais da sociedade que existem apenas durante uma certa ou algumas formações económicas e sociais. Mas, afinal, como é que tantos pensadores burgueses não reconhecem qualquer conexão entre acção humana e lei, entre acontecimentos históricos isolados e processos regidos por leis, e espalham a opinião de que não existiriam quaisquer leis da sociedade?

Aproveitar conscientemente leis sociais pressupõe, em primeiro lugar, que se tenha delas um **conhecimento exacto** e que, em segundo lugar, exista a **possibilidade de orientar e organizar unitariamente a acção de grandes grupos de pessoas** de acordo com as exigências conhecidas dessas leis.

Nas condições da sociedade de classes antagónicas, tanto uma coisa como outra chocam com obstáculos consideráveis. Por isso, só com os pensadores da classe operária se chegou a uma concepção cientificamente fundamentada da marcha regida por leis da história. Uma orientação espiritual e prática unitária, ocorrendo à escala de toda uma sociedade ou economia nacional, por parte das pessoas no sentido de uma acção comum segundo leis conhecidas pressupõe que os interesses, esforços, intenções e actos das pessoas não se dispersem nem se isolem uns dos outros por fronteiras e barreiras materiais, económicas. Mas uma dessas barreiras é a propriedade privada dos meios de produção. Ela gera necessariamente no proprietário dos meios de produção, seja este um pequeno camponês ou um capitalista monopolista, uma actuação que se orienta exclusivamente pelos seus próprios interesses. Os seus interesses visam a obtenção de um elevado lucro para si próprio, sem atender, sem levar em consideração e, mesmo, sem saber, quais as consequências que essa actuação, que a decisão correspondente, têm para o desenvolvimento social como um todo ou para outros produtores, para outros ramos da indústria, para outros grupos da população.

Por outras palavras: as leis económicas da produção mercantil capitalista actuam sem que cada produtor de mercadorias tenha consciência disso. Na sua acção, eles próprios concretizam essas leis sem o saberem, orientando-se meramente segundo os efeitos úteis mais próximos, imediatos, das medidas ou acções respectivas: obter, por exemplo, um lucro mais elevado, vender mais mercadorias da sua produção. Mas, na realidade, eles participam numa densa rede de dependências recíprocas — ligações entre produtor e comprador, entre o produtor e o seu fornecedor, entre produtores de meios de produção e produtores de meios de consumo, entre produtores de produtos industriais e de produtos agrícolas, etc. Elas desencadeiam uma série de efeitos sociais — e estão igualmente elas próprias submetidas a inúmeros efeitos, não coordenados nem sincronizados entre si, de inúmeros produtores. As leis económicas impõem-se nas costas dos produtores, de forma espontânea.

É agora também compreensível que à superfície de uma tal sociedade reinem a arbitrariedade e a anarquia, que o acaso e acontecimentos isolados, pouco ou nada em conexão com outros processos, determinem o quadro e que as verdadeiras causas dos processos sociais se mantenham escondidas. **É precisamente esta situação que pensadores burgueses declaram ser a única situa-**

ção **imaginável**, deduzindo-se daí a teoria de que não haveria quaisquer leis gerais da sociedade.

A concepção materialista da história, em contrapartida, não nega a existência de acontecimentos e factores isolados, casuais, irrepetíveis, na história. No entanto, na acção do que é isolado ela mostra o aspecto geral, faz remontar o casual ao necessário, descobrindo por detrás e dentro dos inúmeros acontecimentos isolados a acção das leis.

Onde reina a propriedade social dos meios de produção e foi construído o Poder da classe operária, existe não só **a possibilidade** mas também **a necessidade de aproveitar conscientemente as leis já conhecidas da vida social e do processo histórico**. Os planos e objectivos económicos e sociais dos Estados socialistas partem das leis conhecidas. Em vez de um pensamento rigidamente limitado, orientado exclusivamente para a vantagem imediata de pessoas ou grupos isolados como alavanca e força motriz dos processos económicos, surge a concordância de interesses sociais, colectivos e pessoais, surge uma orientação para a vantagem própria, mas que não esquece os interesses da sociedade.

É claro que **nada** disto se concretiza **por si próprio**, como consequência automática da propriedade social dos meios de produção.

! *Investigação científica cuidadosa e contínua das condições já alcançadas para a acção das leis económicas objectivas e consideração exacta, sóbria e realista dos resultados da investigação na elaboração dos planos; rigorosa organização das muitas actividades, interdependentes de diversas formas, de todos os trabalhadores e colectivos e, finalmente, trabalho disciplinado, responsável e criador para cumprimento das tarefas que se colocam, o qual depende de que cada um tenha consciência do sentido dos esforços comuns — o que também requer um trabalho ideológico correspondente — tudo isto é indispensável para que o desenvolvimento social se processe em consonância com as leis objectivas do processo histórico.*

3. 6. História e luta de classes

«Os homens sempre foram em política vítimas ingénuas do engano dos outros e do próprio e continuarão a sê-lo enquanto não aprenderem a descobrir por trás de todas as frases, declarações e

promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os **interesses** *de uma ou de outra classe.»* [19] Estas palavras são hoje tão actuais como em 1913, quando Lénine as escreveu. Elas chamam a atenção para a grande importância da teoria da luta de classes para a visão do mundo da classe operária. E exprimem o enorme passo em frente representado pela fundamentação e elaboração da teoria marxista-leninista da luta de classes na história do pensamento humano, na procura de uma resposta segura, científica, à questão da essência e conteúdo da história.

Será que antes de Marx e Engels ninguém dera pelo facto de que as lutas históricas giram em torno das reivindicações, de determinados agrupamentos sociais, que o sentido de muitos acontecimentos históricos se esclarece quando se procuram os interesses das pessoas ou partidos actuantes, participantes do seu aparecimento e marcha, que o resultado da luta depende sempre do lado em que esteve concentrado o maior poder económico?

3. 6.1. O que são classes?

O próprio Marx escreveu uma vez que, muito antes dele, historiadores burgueses tinham apresentado o desenvolvimento histórico da luta das classes e que economistas burgueses tinham traçado a respectiva anatomia económica. O que ele descobriu de novo foi, antes de mais, a prova de «que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção*» [20].

Não houve classes desde sempre. Elas são um fenómeno histórico, temporário e transitório. Como a história nos mostra, elas surgiram quando a produtividade do trabalho humano foi suficientemente grande para gerar um sobreproduto constante. Em conexão com isso formou-se a propriedade privada, e os possuidores dos meios de produção passaram a apropriar-se do sobreproduto

[19] V. I. Lénine, *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 38.

[20] Marx, Carta a Joseph Weydemeyer, 5 de Março de 1852, MEW, vol. 28, p. 508. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 555.]

gerado pelos produtores imediatos, a explorá-los. Assim, surgiu a sociedade de classes sob a forma do escravismo e da sua contradição entre escravistas e escravos, e também assim a contradição entre senhores feudais e camponeses deles dependentes caracterizou o feudalismo, como a contradição entre proletários e capitalistas caracteriza o capitalismo.

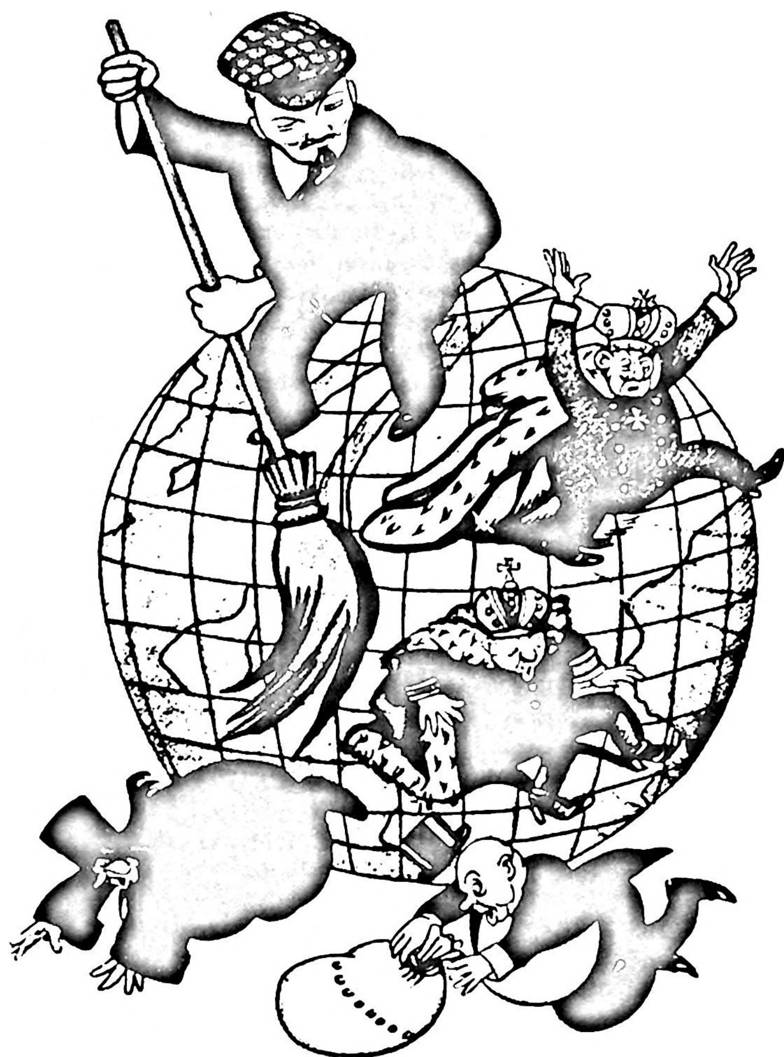
Generalizando a situação económica, as condições materiais de existência destas diversas classes surgidas no decurso da história humana, o marxismo-leninismo conseguiu determinar a essência das **classes** sociais, as suas **características mais importantes**.

! *Classes são grandes grupos de pessoas que se distinguem principalmente pelo facto de possuírem ou não meios de produção. Os possuidores dos meios de produção exploram aqueles que não possuem quaisquer meios de produção.*

Isto origina que a contradição entre exploradores e explorados seja inconciliável, antagónica. Outras características das classes antagónicas derivadas desta característica fundamental são *o seu diferente papel na organização social do trabalho* (se têm uma função dirigente e dominante ou executante, se têm ou não de se submeter às ordens dos detentores dos meios de produção) e *a forma diferente como recebem a sua parte da riqueza social* (como salário do trabalho ou como lucro) e *a grandeza dessa parte.*

A *luta de classes* é, portanto, um *fenómeno regido por leis.* As classes não foram inventadas pelos marxistas ou outros revolucionários para atiçarem conflitos na sociedade e minarem um dado regime. As classes são antes um resultado necessário de determinadas condições económicas. Enquanto a posição económica dos homens for de forma a permitir que uma minoria se aproprie gratuitamente dos resultados da maioria trabalhadora, é inevitável a divisão da sociedade em classes e os homens pertencerão às classes de exploradores ou de explorados típicas da sociedade em questão, quer queiram quer não.

A luta de classes decorre, por vezes, segundo formas agudas, abertas; outras vezes, segundo formas menos agudas, mais encobertas. Na vida económica, em conflitos salariais, etc., ela verifica-se de uma forma diferente da da política, como, por exemplo, na luta eleitoral ou em acções de massas contra a política armamentista dos monopólios, para impedir ou condenar acções bélicas da burguesia imperialista. Ela apresenta na vida cultural formas diversas das das relações internacionais entre Estados socialistas e imperialistas. As contradições de classe podem manter-se, por



Тов. Ленин ОЧИЩАЕТ землю от нечисти.

O camarada Lénine limpa a Terra de lixo.

meio de concessões económicas dos exploradores, durante certos períodos dentro de limites toleráveis pelo regime em questão. A compreensão por parte dos explorados dos seus verdadeiros interesses, a sua determinação para a luta, a sua confiança nas próprias forças, podem ser ludibriadas pela mentira, por manipulações ideológicas, por campanhas difamatórias anticomunistas, por se espalharem ilusões e medo durante um certo período, sendo desviadas para formas que as tornam inócuas para os exploradores dominantes. Os exploradores conseguiram por mais de uma vez limitar as possibilidades de os explorados se defenderem e se levantarem para a luta ou reprimir totalmente essa luta pelo terror e pela violência. **O que nunca se conseguiu, no entanto, foi fazer desaparecer nem as oposições de classe existentes nem a própria luta de classes.** Os ideólogos burgueses anunciaram inúmeras vezes o desaparecimento da divisão de classes entre burguesia e proletariado e, desse modo, o falhanço definitivo da teoria marxista-leninista da luta de classes. Mas, de todas as vezes, eles ficaram chocados, após um certo tempo, com a greve seguinte, com a acção de luta seguinte da classe operária, com a crise seguinte da sua dominação. A vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro e o aparecimento do sistema socialista mundial forneceram a prova prática irrefutável de que é correcta a ideia de que a luta de classes é regida por leis.

3. 6.2. Que papel desempenha a luta de classes na história da sociedade humana?

Primeiro: *enquanto existirem classes antagónicas, é a relação das diferentes classes entre si, a transformação e desenvolvimento das suas ligações e interesses recíprocos que fornece a chave para a compreensão de todas as outras ligações, fenómenos e processos sociais que constituem o quadro de uma determinada sociedade.*

Escolhamos apenas as mais importantes, que já conhecemos do estudo da história. Num regime de exploração ou numa sociedade de classes antagónicas, o **Estado** é, pela sua essência, o instrumento de Poder da classe dominante. O conteúdo principal da actividade dos diversos órgãos e instituições do poder do Estado é



O capitalista: "Livra! 11 anos, e agora é que o rapaz vai crescer a sério!"
Caricatura de Alfred Beier-Red, 1928

a opressão e a subjugação das classes exploradas, a manutenção e defesa do regime existente ou a conquista e pilhagem de outros povos. A **política** ou o **sistema político de uma sociedade** é o conjunto das relações, acções e organizações nas quais se concentra a luta das principais classes pela influência no Estado ou pelo Poder. Os partidos políticos existem para fazerem valer nessa luta os interesses das diferentes classes ou de grupos isolados dessas classes. Também as **guerras** são uma forma da luta de classes, um meio de impor pela violência interesses de classe.

Para orientar a acção sobretudo da maioria dominada da população no sentido de tanto quanto possível se fazer tudo o que é necessário para a manutenção ou aperfeiçoamento da ordem exis-

tente e se evitar tudo o que a ameace, a classe dominante arranja um sistema de leis jurídicas, regulamentos, decretos e outras normas de conduta. Pelo seu cumprimento vela um aparelho que cresce continuamente. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels consideraram o **direito** como a vontade das classes dominantes elevada ao nível de lei.

As classes exprimem também os seus interesses na filosofia, na arte, nas concepções morais, nas teorias sociais e nas religiões, isto é, as classes desenvolvem **a sua ideologia**, e as ideologias das classes exploradoras cumprem em regra a sua função de classe ao tentarem, precisamente, encobrir quer a existência de classes e da luta de classes quer mesmo a sua própria tarefa de, consciente ou inconscientemente, exprimirem e defenderem interesses de classes.

! *As relações e a luta entre classes perpassam, assim, todos os domínios da vida social. Portanto, são sobretudo elas que têm de ser analisadas quando se trata de compreender uma determinada sociedade ou ainda um determinado passo da história, quando se apreciam determinados períodos históricos em que ocorrem importantes modificações e transformações sociais.* Partindo destes princípios orientadores da visão do mundo, científica, da classe operária, a teoria marxista-leninista determina o conteúdo principal da época actual da história mundial como transição da humanidade do capitalismo para o socialismo.

Segundo: *a luta de classes é uma importante força motriz da história humana.*

O facto de «todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais» [21], *foi designado por Friedrich Engels como a grande lei do movimento da história.* Pela luta de classes, a acção humana adquire efeito e significado históricos. Se as intenções e acções de homens isolados, ou de grupos de homens, exercem ou não uma influência duradoura sobre a marcha do desenvolvimento social, se provocam uma transformação das circunstâncias ou se não têm significado, é algo que

---

[21] Friedrich Engels, *Vorrede zur 3. Auflage (1885) «Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte» von K. Marx* [*Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de «O 18 de Brumário de Louis Bonaparte» de K. Marx*], MEW, vol. 8, p. 562. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 416.]

depende, em primeira linha, do facto de conferirem ou não expressão aos interesses e anseios de forças de classe reais ou aos planos ambiciosos, aos desejos ilusórios de um punhado de aventureiros.

Isto não se relaciona apenas com o facto de uma pessoa isolada ter sempre mais possibilidades quando age em consonância com outras, antes resulta, sobretudo, do facto de as tendências do desenvolvimento material, económico, da vida social tomarem antes de tudo o mais, como interesses de classe, uma forma social. Quando uma transformação decisiva das forças produtivas — por exemplo, a introdução da máquina a vapor — exige transformações correspondentes nas relações de produção, isso vem a exprimir-se nas reivindicações da classe que emprega os novos meios de produção.

Todas as transformações históricas foram precedidas pelo aparecimento de novos interesses que de forma mais ou menos rápida e mais ou menos directa entraram em conflito com os interesses existentes. O que nesses conflitos se reflectia era sempre, em última instância, uma transformação da vida económica. As novas tendências económicas, historicamente superiores, que se desenvolviam e amadureciam, necessitavam de uma força social para se imporem às tendências já antiquadas — mas que, de imediato, continuavam poderosas e predominantes — e para se poderem desenvolver sem entraves.

! *Esta conexão necessária entre desenvolvimento económico e luta de classes adquire a sua expressão mais visível nas revoluções sociais. Nas revoluções sociais decide-se o resultado da luta entre progresso e reacção. As revoluções sociais são inevitáveis enquanto existirem classes exploradoras que se oponham à luta das classes que encarnam o desenvolvimento histórico superior das forças produtivas e das relações de produção. Lénine escreveu que «a socialização do trabalho — que avança cada vez mais rapidamente sob múltiplas formas e que, no meio século decorrido depois da morte de Marx, se manifesta sobretudo pela extensão da grande indústria, dos cartéis, dos sindicatos, dos* trusts *capitalistas e também pelo aumento imenso das desproporções e do poderio do capital financeiro —, eis a principal base material para o advento inelutável do socialismo. O motor intelectual e moral, o agente físico desta transformação, é o proletariado, educado pelo próprio capitalismo.»* [22]

---

[22] V. I. Lénine, *Karl Marx*, in *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t. 1, p. 22.

Em consequência da vitória da revolução socialista altera-se naturalmente, no fundamental, a estrutura de classes da sociedade em questão e o papel da luta de classes no processo histórico. Por exemplo, a estrutura social da sociedade socialista na República Democrática Alemã não se distingue apenas pelo facto de a exploração ter sido eliminada, de já não existirem a burguesia e os grandes proprietários fundiários e de a contradição entre classes antagónicas ter sido substituída, como força motriz do processo histórico, pela convergência, no essencial, dos interesses sociais. O que é sobretudo importante é que o Estado socialista, a ditadura do proletariado, está ao serviço da classe operária como instrumento principal de realização do seu papel dirigente no desenvolvimento social, assim como para «dirigir e organizar a acção dos trabalhadores de modo a que o sentido do socialismo — fazer tudo pelo bem-estar do povo — possa concretizar-se de forma cada vez mais perfeita» [23].

Ao investigar a luta de classes no decurso da história humana, Marx fez uma outra descoberta decisiva: «A luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado» *e esta ditadura constitui «a transição para a* superação de todas as classes *e para uma* sociedade sem classes» [24].

A classe operária, a classe dos camponeses das cooperativas e os intelectuais estão ligados entre si por características comuns nos aspectos socioeconómico, político e ideológico, verificando-se entre eles ainda um processo de aproximação. Com base no seu lugar na grande produção moderna e nas suas tarefas históricas, cabe à classe operária o papel dirigente neste processo. Concretizando a igualdade de direitos de todos os cidadãos, pondo em prática e garantindo o direito igual ao trabalho, a salário igual para trabalho igual, à educação, à participação na vida cultural, aos tempos livres e descanso, à protecção da saúde e da força do trabalho, à assistência da sociedade na velhice e na invalidez, à habitação, a sociedade socialista realizou em poucas décadas uma viragem histórica fundamental.

A superação definitiva das classes e a construção da sociedade sem classes são, seguramente, uma obra difícil e longa. Entre cada classe e camada da sociedade socialista existem ainda dife-

---

[23] Kurt Hager, *Der IX. Parteitag und die Gesellschaftswissenschaften* [*O IX Congresso (do PSUA) e as Ciências Sociais*], Berlim, 1976, p. 45.

[24] Marx, Carta a Joseph Weydemeyer, 5 de Março de 1852, MEW, vol. 28, p. 508. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 555.]

renças substanciais nas condições de vida e de trabalho, no modo de vida, nas suas necessidades e interesses.

Tal como descobriram as condições económico-materiais do aparecimento de classes na história da humanidade, assim também Marx e Engels previram e caracterizaram os pressupostos fundamentais da superação das classes: **antes de mais, a produtividade do trabalho humano precisa de ter atingido um nível tal que**

- seja possível aos homens realizar «a sua troca material com a natureza [...] com o menor dispêndio de energia e nas condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana» [25];
- o trabalho para bem da sociedade deixe de ser apenas um meio para viver e passe, em vez disso, a primeira necessidade vital e que cada trabalhador aplique as suas capacidades com o benefício máximo para o povo;
- que reine o princípio «de cada um segundo as suas capacidades — a cada um segundo as suas necessidades»;
- o tempo de trabalho possa ser substancialmente encurtado;
- nem a produção directa nem as actividades que estão ao serviço do desenvolvimento superior de todas as capacidades e possibilidades sociais ou da apropriação espiritual omnilateral do mundo e do desenvolvimento pessoal do homem sejam ocupação exclusiva de grupos especiais de homens [26]. Lénine sublinhou que para a superação completa das classes era necessário não só derrubar os grandes proprietários fundiários e capitalistas e suprimir toda a propriedade privada dos meios de produção, mas também acabar tanto com a diferença entre cidade e campo, como com a diferença entre trabalho manual e intelectual e que para tal se necessitava sobretudo de «um gigantesco passo em frente no desenvolvimento das forças produtivas» [27].

Este programa materialista-histórico real e concreto tem uma grande importância quanto à visão do mundo por dois motivos. Por um lado, não foram poucos, no decurso da história humana, os esforços e tentativas no sentido de fazer desaparecer de forma

---

[25] Karl Marx, *Das Kapital. Dritter Band* [*O Capital. Terceiro Volume*], MEW, vol. 25, p. 828.

[26] Ver Friedrich Engels, *Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft* [*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*], MEW, vol. 19, pp. 224-226. [Ver: *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Edições «Avante!», Lisboa, 1981, 3.ª edição, pp. 96-100.]

[27] V. I. Lénine, *Uma Grande Iniciativa*, in *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1979, t. 3, p. 150.

mais ou menos radical os males, injustiças e taras ligados à divisão da sociedade em classes. A reivindicação de igualdade foi a palavra de ordem de muitos movimentos revolucionários mesmo antes do aparecimento do movimento operário. As concepções igualitárias estiveram presentes em quase todas as numerosas utopias acerca de um futuro melhor para a humanidade. Todas elas falharam.

Por outro lado, não foram poucos os críticos de «esquerda» do socialismo real que exigiram dos partidos marxistas-leninistas que proclamassem imediatamente após a conquista do poder político a sociedade sem classes e a igualdade absoluta. O carácter irrealista — e, por isso, aventureirista e perigoso — de tal concepção resulta das **condições objectivas**, atrás esboçadas, para a construção de uma sociedade sem classes, as quais se não podem fazer desaparecer do mundo por decreto. Aos adversários do marxismo-leninismo é necessário também nesta questão responder com Marx: «Elas [as pessoas] têm de, no curso do seu desenvolvimento, *produzir* elas próprias primeiro as *condições materiais* de uma nova sociedade, e nenhum esforço da opinião ou da vontade as pode libertar deste destino.» [28]

Para a compreensão da realidade actual dos países socialistas, a teoria marxista-leninista das classes é, no entanto, da maior importância não só no aspecto de mostrar a continuação da linha do seu desenvolvimento em direcção a um futuro comunista sem classes como também por chamar a atenção para o facto de o desenvolvimento interno dos países socialistas estar integrado nas lutas de classes da nossa época.

A continuação da existência e a agudização das oposições antagónicas de classes numa parte considerável do mundo fazem-se notar de forma significativa e muito variada não só na «grande política» mas também, igualmente, no dia-a-dia da vida dos países socialistas. Assim, diz-se, por exemplo, no Programa do Partido Socialista Unificado da Alemanha: «A revolução socialista vitoriosa na República Democrática Alemã realizou-se em ligação indissociável com o processo revolucionário mundial.» [29] Cada «novo reforço da nossa república significa simultaneamente um reforço da comunidade de Estados socialistas e de todo o mo-

---

[28] Karl Marx, *Die moralisierende Kritik und die kritisierende Moral* [*A Crítica Moralizante e a Moral Criticante*], MEW, vol. 4, p. 339.

[29] Programa do Partido Socialista Unificado da Alemanha, p. 7 (em alemão).

vimento revolucionário mundial»[30]. E, no processo revolucionário mundial da nossa época, cabe aos países do socialismo o papel decisivo.

O Estado da RDA liga-se de formas diversas ao desenvolvimento da luta de classes entre classe operária e burguesia. A RDA é o resultado da luta da classe operária alemã e da classe operária internacional. Surgiu como consequência das catástrofes em que a política aventureirista da grande burguesia imperialista precipitou o povo alemão, realizando depois a divisão da Alemanha para manter o seu domínio sobre pelo menos uma parte do território que lhe restava. A RDA desenvolveu-se e consolidou-se em dura luta contra um dos mais experientes e poderosos destacamentos da burguesia internacional, que tudo tentou e continua a tentar para impedir, travar, perturbar, o novo desenvolvimento na parte da antiga Alemanha que escapou para sempre ao âmbito do seu poder. A este respeito nada se modificou, nem mesmo depois de esse destacamento se ver obrigado, graças à alteração da correlação de forças em favor do socialismo, a aceitar perante o direito internacional a existência de um Estado alemão socialista. Os meios e métodos com que ele pratica a luta de classes no sentido mais intrínseco e mais ilimitado da palavra contra o poder de Estado organizado da classe operária — e não apenas em território alemão — vão desde a corrida aos armamentos militares freneticamente forçada, passando por um revanchismo mais ou menos encoberto, mas também totalmente às claras, pelas piores calúnias e difamações das realizações dos trabalhadores, por constantes campanhas anticomunistas contra o partido marxista-leninista da classe operária e o poder de Estado socialista e pela discriminação de cidadãos da RDA, até tentativas permanentes de chantagem económica e de ingerência política em assuntos internos da RDA, até à espionagem e à diversão.

! *Ter em atenção que cada passo em frente, cada aumento da produtividade do trabalho, novas realizações científicas, culturais ou sociais não são nunca apenas de importância prática imediata para uma melhor satisfação das necessidades, mas servem também para o reforço do poder da classe operária — é, portanto, uma das conclusões mais importantes da teoria marxista-leninista sobre a luta de classes.*

---

[30] Programa do Partido Socialista Unificado da Alemanha, p. 95 (em alemão).

3. 7. Personalidade e sociedade

?

• Se na história tudo decorre segundo leis objectivas,
em que consiste então, afinal, a liberdade do homem?
Será que a técnica moderna altamente desenvolvida
e a organização da produção que ela exige
não limitam ainda mais a liberdade humana?
Se o homem é um ser social — como os marxistas dizem —
não significará isso que ele desaparece no colectivo,
que todas as pessoas têm as mesmas ideias acerca do bem e do mal,
do belo e do feio?
Como é que, nas mesmas circunstâncias sociais,
pessoas diferentes se desenvolvem e se comportam
de formas tão diferentes?
A revolução socialista teria vencido em Cuba se não existisse
Fidel Castro? E como teria decorrido a Revolução de Outubro
em 1917 sem Lénine?

Estas questões e outras semelhantes colocam-se frequentemente quando se discute a relação entre personalidade e sociedade.

Cada um tem de elaborar por si próprio as respostas a essas questões. Respostas gerais não conseguem satisfazer ninguém. E nem todos chegarão sempre a uma só e mesma resposta. Por isso, queremos de seguida apresentar os conhecimentos da filosofia marxista-leninista que deveriam ser levados em consideração quando se elabora uma resposta ao nível da nossa época, resposta que toma como ponto de partida aquilo que os homens desde há muito tempo têm pensado na procura de soluções para estes problemas.

3. 7.1. O que é que caracteriza o homem?

Para começar, temos de nos entender acerca de que tipo são as relações entre cada pessoa e a sociedade. Não é raro a posição marxista acerca desta questão ser caracterizada com a afirmação

de que o homem é um ser social. A esse respeito cita-se Marx: «*Mas a essência humana não é uma abstracção inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.*» [31] Qual é o significado disto?

Como indivíduos, isto é, como seres individuais, as pessoas diferenciam-se à primeira vista por inúmeras propriedades: tamanho, cor dos cabelos, cor dos olhos, certas capacidades mais marcadas, constituição física, inclinações, interesses, tipo de actividades que exercem, condições de vida e de trabalho com ela relacionadas, habitação, relações familiares, etc. Estas diferenças e outras semelhantes saltam à vista quando comparamos entre si pessoas que vivem mais ou menos na mesma altura num determinado país, numa determinada formação económica e social.

Se fizermos, no entanto, uma abordagem diversa e não compararmos entre si quaisquer pessoas da nossa época, confrontando-as em vez disso, em pensamento, com as que viveram numa época totalmente diversa, numa formação social totalmente diferente, então a questão toma outro aspecto. Para isso é necessário recordarmos aquilo que no estudo da história aprendemos acerca do modo de vida das pessoas na sociedade primitiva, na Antiguidade Oriental ou sobre os servos da gleba e os nobres da Idade Média, sobre a classe operária do século XIX ou sobre os representantes da burguesia monopolista dominante na actualidade.

Numa consideração deste tipo desaparecem forçosamente todas as diferenças que saltavam à vista na primeira comparação. Em vez disso, aparecem em primeiro plano características comuns que distinguem as pessoas daquelas que viveram numa época diferente. Quais são essas características comuns? São, por exemplo, determinadas capacidades de conquistar à natureza os meios de subsistência; uma certa forma de cooperar na luta contra a natureza; a forma de habitação e de vestuário; determinadas sensações de gosto artístico; determinadas concepções morais ou hábitos de vida; determinados modos de pensar científicos e conhecimentos, determinados meios de relacionamento, etc.

! *Trata-se, portanto, de características sociais comuns que denotam um determinado grau de maturidade alcançado historicamente no que respeita ao modo de trabalho e de vida, um determinado desenvolvimento da cultura material e espiritual.*

---

[31] Karl Marx, *Thesen über Feuerbach* [*Teses sobre Feuerbach*], MEW, vol. 3, p. 6. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 2.]

Naturalmente que todas estas características comuns estão também sujeitas a uma transformação constante, e naturalmente que se trata de características comuns sociais que se exprimem em muitas e diferentes formas de manifestação. Apesar de tudo, no curso da história humana podem constatar-se determinadas etapas em que estas características do modo de vida humana apresentam uma determinada unidade e homogeneidade.

Nestas características trata-se, por um lado, das que realmente se manifestam como qualidades, capacidades e possibilidades sociais de pessoas e ainda de relações entre as pessoas com essas capacidades e de instituições como, por exemplo, o Estado, que dão forma a essas relações. Por outro lado, no entanto, não podemos deixar de levar em consideração objectos que existem exteriormente ao homem sob a forma de meios materiais e nos quais se encarnam as capacidades relativas às pessoas de uma certa época, que os utilizavam e neles se afirmavam na prática. E isto à escala social, não como aplicação das capacidades e habilidades de um indivíduo mas como objectivação das capacidades, qualidades e relações alcançadas pela humanidade e, de certo modo, generalizadas, médias, na época em questão.

Estes dois tipos de características estão indissoluvelmente ligados e, ao mesmo tempo, distinguem-se entre si.

! *Não se podem determinar as capacidades sociais de cada geração de homens sem levar em consideração a respectiva expressão material-objectiva, as forças produtivas, edifícios, obras de arte, etc., e as relações de produção. Estas últimas são expressão de actividades, capacidades, conhecimentos, etc., dos homens. Mas é precisamente isto que Marx entende por «relações sociais», cujo conjunto (*ensemble*) é a essência do homem e que na realidade não é «uma abstracção inerente a cada indivíduo» mas, sim, o estádio de desenvolvimento da humanidade que se pode comprovar no concreto.*

3. 7.2. A unidade entre homem e sociedade

A primeira coisa, portanto, que é necessário compreender, se quisermos entender-nos acerca do homem, é a circunstância de homem e sociedade formarem uma unidade dialéctica. Eles

representam uma unidade na medida em que o homem não é independente da sociedade e a sociedade não existe fora do homem. A sociedade não se constitui pelo facto de os homens combinarem entre si formar uma sociedade mas sim pelo facto de só de uma forma social, não isolados uns dos outros, eles poderem actuar na prática, utilizar forças produtivas bem determinadas, desenvolver a partir dessa actividade comum relações de produção bem determinadas, etc. Na produção social material e, com base nela, no conjunto de todas as relações sociais expressa-se esta unidade original entre homem e sociedade. «Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indirectamente a sua própria vida material [...] Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.» [32]

! *Nesta medida, aquilo que caracteriza o homem,* **a sua essência,** *não é nada mais do que o conjunto das relações sociais.*

Não podemos, por esse motivo, responder de modo diferente à questão da essência do homem numa dada época e à da essência da sociedade na época correspondente. Se quisermos dizer que tipo de homens eram, teremos de remeter para estas suas relações sociais. E, se quisermos dizer que tipo de sociedade era, teremos de mostrar de que forma e em que condições esses homens trabalhavam. «Se o homem é, por natureza, social, então ele só na sociedade desenvolve a sua verdadeira natureza, e teremos de medir o poder da sua natureza não pelo poder do indivíduo isolado mas pelo poder da sociedade.» [33]

! *Temos de uma vez mais sublinhar que o homem é um ser social, independentemente de ele ter ou não consciência disso.*

Todo o homem nasce dentro de uma sociedade num determinado estádio de desenvolvimento. Através do sistema de ensino dessa sociedade, da família, do meio ambiente, ele adquire esse estado de desenvolvimento das capacidades e forças humanas e não precisa de as descobrir e desenvolver por si próprio de novo. Acrescente que a descoberta desta unidade entre sociedade e homem foi um feito genial. Enquanto homem e sociedade foram considerados isoladamente um do outro, não se conseguiu explicar nem o que é o homem nem o que é a sociedade.

---

[32] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die deutsche Ideologie* [*A Ideologia Alemã*], MEW, vol. 3, p. 21. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, pp. 8-9.]

[33] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die heilige Familie* [*A Sagrada Família*], MEW, vol. 2, p. 138.

Como a sociedade era considerada **independentemente do homem e da sua actividade**, não se conseguia explicar por que motivo os homens, no período dado, viviam precisamente em tal forma de sociedade e não noutra. **Como o homem** era considerado **independentemente da sociedade**, não se conseguia explicar por que motivo ele, no período dado, agia e pensava assim e não de outra maneira. A ideia, desenvolvida por Marx, da unidade entre homem e sociedade foi uma conclusão necessária a partir da visão básica da concepção materialista da história de que a produção material é, face a todas as outras actividades e relações sociais, o originário e o determinante.

3. 7.3. Diferenças entre homem e sociedade

Mas homem e sociedade também não são uma só coisa, não formam uma identidade. Não constituem uma unidade sem diferenças.

! *Sociedade e homem diferenciam-se entre si na medida em que qualquer sociedade é constituída por um grande número de pessoas que não só não são iguais umas às outras nas características comuns mencionadas como também, simultaneamente, se diferenciam umas das outras como indivíduos em inúmeras propriedades e características. Vista assim, a sociedade existe fora e independentemente de cada indivíduo isoladamente.* Foi este, pois, o ponto de partida das nossas considerações. Se nos interrogarmos agora sobre onde estará a causa de, em qualquer época que escolhemos, os homens se diferenciarem uns dos outros, como indivíduos, em tantos aspectos, não faremos mal em começar por voltar a nossa atenção mais uma vez para a sociedade respectiva. Que significa afinal determinar a «essência humana» de uma dada época? Um historiador do ano 3500 diria provavelmente, por exemplo, que a essência dos homens que viveram durante a segunda metade do século XX na região que vai da Europa Central ao oceano Pacífico e das costas do mar Báltico ou do mar Polar setentrional e o grau 40 de latitude Norte se expressava no facto de, tomando por base a produção industrial, viverem numa sociedade socialista. Esta sociedade caracterizava-se por elevadas

exigências materiais e culturais dos seus habitantes, que ela satisfazia na base da distribuição segundo o trabalho. Reinavam relações de amizade e imbuídas do espírito de comunidade entre as classes, camadas, nações, povos, gerações e indivíduos que nelas viviam. E esse historiador constataria sem qualquer dúvida que na mesma época, em outras partes da Terra, a essência humana se exprimia de uma forma muito diferente desta.

Mas quantas diferenças esconde em si esta essência do homem assim caracterizada, nesta época, por exemplo! A grande produção industrial é constituída por numerosos ramos da indústria, cuja natureza e essência se altera em parte consideravelmente em poucas décadas. Ela é constituída por um grande número de tipos de actividade ou profissões individuais, realiza-se com a ajuda de máquinas e aparelhos, cujas diferenças e gradações em época nenhuma se podem abarcar completamente. Cada nação dá à sociedade socialista uma forma que depende não só das leis gerais que lhes são comuns mas também de tradições e experiências históricas bem determinadas, que se manifestam, entre outras coisas, na sua cultura, nos seus hábitos e usos. Nesta época, o modo de vida socialista na cidade distingue-se ainda fortemente do do campo, etc.

É compreensível que desta grande variedade aqui esboçada em linhas muito gerais resulte uma inesgotável diversidade de condições individuais de vida. Os indivíduos agem, com base não só na sua constituição natural, no seu desenvolvimento pessoal específico, na sua experiência e nas suas condições ambientais, mas também com base nas suas capacidades, inclinações ou interesses particulares, numa mesma sociedade de modo muito diferente, vivendo-a de modo totalmente diferente. Tudo isto em conjunto constitui a base social e individual respectiva, a partir da qual cada pessoa individualmente assimila à sua maneira a realidade social, adquire, processa e utiliza a experiência e realizações da humanidade de acordo com as suas capacidades e possibilidades e, fazendo-o, se desenvolve de forma criadora a si próprio e à sociedade.

Assimilando, de facto, à sua maneira, com as suas possibilidades, a parte de conquistas e valores que encontra como herança de gerações precedentes ou como resultado da acção dos seus contemporâneos e — partindo daí — agindo ela própria, cada pessoa individualmente contribui para um novo e superior desenvolvimento da sociedade como um todo. O desenvolvimento individual da pessoa seria incompreensível se se pretendesse reduzi-lo à sua es-

sência social historicamente determinada em cada caso, e a história não se compreenderia se a olhássemos independentemente da diversidade e particularidade individual das pessoas que lhe dão forma tanto no seu trabalho quotidiano como em feitos destacados.

«**A história** *não faz* **nada** [...] *É, sim,* **o homem**, *o homem real, vivo, que* [...] *tudo faz, possui e luta;* [...] *"a história"* [...] **nada** *é senão a actividade do homem que persegue os seus objectivos.*» [34]

Com estas palavras, Marx e Engels exprimiram a sua convicção acerca do papel activo e criador do homem na história e fundamentaram a teoria do papel decisivo das massas populares, cuja acção através de todas as formações económicas da sociedade e épocas históricas podemos seguir no estudo da história.

3. 7.4. Pode uma personalidade importante influenciar o curso da história?

A este respeito, digamos algumas palavras quanto ao papel dos «grandes homens» na história.

? • Que influência têm personalidades destacadas no curso dos acontecimentos e processos históricos?

Tenhamos presente, por exemplo, a grande importância de Fidel Castro para a marcha da revolução socialista em Cuba:

- as relações sociais em Cuba sob a ditadura de Batista impeliam para uma transformação revolucionária;
- as camadas populares, que já não podiam nem queriam viver nessa situação, ofereciam resistência. Os seus representantes mais conscientes desenvolveram ideias e planos e, na luta, adquiriram experiência para o derrube da ditadura;
- a direcção que as transformações necessárias teria de seguir

---

[34] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die heilige Familie* [*A Sagrada Família*], MEW, vol. 2, p. 98.

— libertação nacional da opressão imperialista norte-americana, libertação social em relação aos exploradores internos e transição para a revolução socialista — estava objectivamente determinada pelas relações socioeconómicas;

- o facto de a revolução ter tido uma marcha vitoriosa, de as lutas terem corrido precisamente dessa maneira e de nenhuma outra e de, após a conquista do Poder pelos homens do Movimento 26 de Julho, ser levada a cabo precisamente uma tal política, voltada para transformações socialistas, depende em grande medida das capacidades de uma personalidade como Fidel Castro. A acção de Fidel Castro foi bem-sucedida por ele conhecer com particular clareza as exigências internacionais e nacionais do desenvolvimento social, por ele — juntamente com o colectivo dos seus companheiros de luta — ter extraído da experiência da sua própria via revolucionária e da experiência dos outros países socialistas as correspondentes conclusões;
- Fidel Castro poderia ter sido morto nos combates e o grupo reunido à sua volta aniquilado. O regime de Batista poderia ter feito uma política que não tivesse conduzido, por exemplo, a um tal agravamento e agudização dos conflitos. A tentativa de invasão da Baía dos Porcos por parte dos contra-revolucionários organizados e armados pela CIA poderia ter produzido, se fosse preparada mais a fundo e tivesse um apoio mais maciço dos EUA, os resultados esperados pelos seus autores. Tudo isto teria sido possível. Não teria, no entanto, feito desaparecer as contradições existentes em Cuba nem a necessidade objectiva de uma transformação das relações sociais. A revolução teria tido um curso diferente. Só talvez mais tarde tivesse sido conduzida à vitória. Mas as massas populares revolucionárias acabam seguramente por produzir as suas personalidades dirigentes.

«Quando as condições objectivas para a revolução estão criadas, certos factores subjectivos podem desempenhar então um papel importante nos acontecimentos. Isso aconteceu no nosso país. Isto não constitui um mérito particular dos homens que elaboraram uma estratégia revolucionária que por fim resultou vitoriosa. Eles receberam a valiosa experiência das nossas lutas no terreno militar e político; puderam inspirar-se nas heróicas guerras pela nossa independência, rico caudal de tradições de combate e amor à liberdade na alma do povo, e nutrir-se do pensamento político que guiou a revolução de 95 e da doutrina revolucionária que anima a luta social libertadora dos tempos modernos, que tornaram possível conceber a acção sobre estes sólidos pilares: o povo, a

experiência histórica, os ensinamentos de Martí, os princípios do marxismo-leninismo e uma apreciação correcta do que, nas condições peculiares de Cuba, podia e devia fazer-se naquele momento.»[35]

! *Isto é, a contribuição de personalidades importantes para o curso do acontecer histórico em nada modifica as leis objectivas da história. O papel de homens destacados consiste precisamente em compreenderem estas leis de forma mais clara e mais rápida do que outros e em ajudar a levá-las à prática.*

O seu aparecimento, o seu desenvolvimento, a sua capacidade de, em consequência das suas propriedades pessoais particulares, tomarem as decisões necessárias, tornam-se possíveis e forçosas precisamente através de situações históricas nas quais as contradições da sociedade se agudizam. *«Aqui passamos a tratar dos chamados grandes homens», escreveu Friedrich Engels ao responder a uma questão acerca das leis e do acaso na história. «O facto de um homem desses e precisamente esse surgir nesse determinado período nesse país dado é, naturalmente, puro acaso. Mas, se ele desaparecer, há uma procura de substituição, e essa substituição encontra-se, bem ou mal, mas a longo prazo encontra-se. O facto de Napoleão ser precisamente esse corso, o ditador militar que a república francesa, esgotada pela sua própria guerra, tornou necessário, foi um acaso; mas que, na falta de um Napoleão, um outro teria preenchido o lugar, isso está comprovado pelo facto de, cada vez que ele foi necessário, se ter logo encontrado o homem: César, Augusto, Cromwell, etc.»*[36]

As nossas considerações acerca das características comuns e das diferenças entre homens e grupos humanos necessitam agora ainda de um complemento importante. **Na sociedade de classes antagónicas**, a situação social de grupos de pessoas e indivíduos diversos **caracteriza-se não só** pelas **diferenças** apontadas **mas também por profundas oposições**. As características socioeconómicas, indicadas no capítulo anterior, das pessoas como membros de classes diferentes distinguem-se entre si de forma totalmente diversa das que distinguem — digamos — as particularidades sociais no que respeita à situação na vida de pessoas que traba-

[35] Fidel Castro, *Relatório do Comité Central do Partido Comunista de Cuba ao I Congresso*, 17 e 18 de Dezembro de 1975, Edições «Avante!», Lisboa, 1976, p. 26.

[36] Carta de Engels a W. Borgius, 25 de Janeiro de 1894, MEW, vol. 39, pp. 206-207.

lham em profissões diferentes, que moram num **meio urbano ou rural** ou que pertencem mesmo a diferentes **povos e nações**. Naturalmente que estes dois tipos de diferenças sociais não existem independentemente um do outro. Eles interpenetram-se ao longo da dominação secular do regime de exploração. Em especial as diferenças entre cidade e campo bem como as diferenças entre trabalho físico e intelectual, sob a influência da divisão de classes, transformam-se em oposições sociais.

No entanto, temos de distinguir entre as **diferenças sociais** que são expressão imediata de **classes antagónicas** e aquelas que resultam do **carácter diferenciado, multiforme e rico de conteúdo** que é de certo modo normal nas sociedades humanas desenvolvidas. Os antagonismos de classe são eliminados com a liquidação do regime de exploração. No processo de construção da sociedade socialista, as diferenças sociais começam por perder o seu carácter antagónico e vão sendo depois gradualmente eliminadas num longo processo histórico. Isto aplica-se, sobretudo, a diferenças como as que existem entre cidade e campo e entre trabalho predominantemente físico e intelectual.

Outras diferenças, como as que existem entre actividades diversas, entre as particularidades nacionais ou geográficas nas condições de vida ou outras semelhantes, modificar-se-ão, tomarão uma nova forma e, na base de uma unidade de posição social das pessoas, de uma unidade de visão do mundo e de moral, deixarão de ser fonte de injustiças sociais e mesmo de tensões. Mais do que isso, na base da igualdade económica, social e política característica da futura sociedade sem classes, quando a produtividade do trabalho e a satisfação das necessidades tiverem alcançado um elevado nível, tais diferenças e, particularmente, as diferenças entre as capacidades e interesses dos indivíduos, representarão um enriquecimento da vida social.

Neste contexto, também o problema das «grandes personalidades» já atrás abordado se coloca de uma forma nova. No passado, a sua acção era de um modo ou de outro marcada pelo facto de a maioria dos membros de toda a sociedade não poder, em virtude da sua posição de oprimida, sobressair como indivíduo em feitos destacados, únicos. Isto não significa que das suas fileiras não tenham saído quaisquer grandes personalidades, pois foi o contrário que aconteceu. Só que, em regra, tiveram de, fosse de que forma fosse, graças a condições e situações bem determinadas, elevar-se acima das condições de existência e de vida dos restantes, desfazendo-se delas, quebrando-as.

! *O socialismo e o comunismo não reduzem em caso nenhum a importância de realizações e feitos destacados.*

• No entanto, tornam consideravelmente mais amplas e maiores, **em primeiro lugar**, as possibilidades e premissas de todos os indivíduos realizarem algo de «acima da média», na medida em que abrem basicamente a cada pessoa tomada individualmente o acesso à educação, à actividade criadora e à cultura.

Em segundo lugar, aumentarão as premissas sociais, criadas por um colectivo cada vez maior, para realizações de destaque. Recordemos apenas os grandes colectivos que elaboram as premissas técnico-materiais e científicas para o lançamento de uma nave espacial, que então é ocupada por um único ou por poucos homens. Com isso, o trabalho de cada um não fica diminuído. A dependência recíproca e a interacção consciente entre colectivo e trabalho individual reforçar-se-ão.

Socialismo e comunismo aumentam por isso, **em terceiro lugar**, a responsabilidade de cada um em desenvolver integralmente as próprias forças e em colocá-las sem limites à disposição com vista ao aperfeiçoamento e enriquecimento da vida social da comunidade. Continua a crescer também a responsabilidade por que o seu trabalho seja seguro, qualificado e disciplinado, pois depende dele a acção de inúmeros outros e, em última instância, o funcionamento de toda a sociedade. A compreensão disto torna-se num motivo pessoal para realizar grandes resultados, para dar um sentido à vida e para obter satisfação. O comodismo, a indiferença, o descuido em relação às capacidades próprias e às possibilidades de dar um contributo pleno de sentido para a causa comum serão possivelmente um dia considerados crimes semelhantes ao roubo da propriedade socialista hoje.

Quarto. A base e premissa de toda a realização e desenvolvimento pessoal do socialismo é aquele novo carácter das relações interpessoais que está tão enraizado nas relações de produção socialistas como na solidariedade revolucionária do proletariado em luta contra a exploração e opressão capitalistas. A solidez com que este novo sentido de comunidade está enraizado nas atitudes e comportamentos de inúmeras pessoas é frequentemente registada logo após algumas décadas de existência do socialismo, mesmo por parte de observadores mal-intencionados ou inimigos dos Estados socialistas: cooperação numa base de camaradagem, ajuda recíproca, confiança e respeito pela dignidade do homem, honradez e sinceridade, responsabilidade perante a sociedade e a comunidade, em suma, colectivismo.

Marx e Engels logo em 1845 previram também este desenvolvimento de forma muito precisa: «Dentro da sociedade comunista, a única em que o desenvolvimento original e livre dos indivíduos não é nenhuma frase, ele está condicionado precisamente pela conexão dos indivíduos, uma conexão que consiste, em parte, nos pressupostos económicos e, por outra parte, na necessária solidariedade do livre desenvolvimento de todos e, finalmente, no modo universal de actividade dos indivíduos na base das forças produtivas existentes. Trata-se aqui, portanto, de indivíduos num determinado estádio de desenvolvimento histórico e de forma nenhuma de indivíduos ao acaso, mesmo não considerando a necessária revolução comunista, que é ela própria uma condição comum do seu livre desenvolvimento.» [37]

3. 8. Socialismo e liberdade

«Liberdade ou socialismo?» era, por exemplo, o que dizia a palavra de ordem da CDU/CSU, principal partido do capital monopolista da RFA, na campanha eleitoral para o *Bundestag* [Parlamento federal — *N. do T.*] do ano de 1976. Ela inseria-se não só naturalmente no agravamento da propaganda anticomunista desde o início dos anos 70 mas também nas tradições, que já vêm de há décadas, da grande burguesia alemã, que sempre desempenhou um papel de destaque na divulgação de mentiras anticomunistas. E o argumento principal foi sempre o de que o comunismo significa o fim da liberdade. É certo que este partido do grande capital oeste-alemão não venceu a sua luta eleitoral no ano de 1976, mas uma grande parte da população da RFA foi enganada por esta palavra de ordem. E não é também segredo nenhum que frequentemente visitantes de países socialistas provenientes dos países capitalistas mostram não só um desconhecimento total acerca da realidade do socialismo, como deixam também mais ou menos claramente a entender que nove décimos dos seus juízos errados e preconceitos catastróficos acerca desta nova sociedade resultam da concepção básica de que haveria de facto «mais liberdade no Ocidente».

---

[37] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die deutsche Ideologie* [*A Ideologia Alemã*], MEW, vol. 3, pp. 424-425.

3. 8.1. Que entende o marxismo-leninismo por liberdade?

?. Ocorrem duas perguntas: Por que é que a palavra de ordem aqui citada é profundamente falsa?
Por que é que há tantas pessoas que são enganadas por ela?

Para suscitarmos algumas reflexões sobre estas duas perguntas, queremos começar por apresentar em poucas palavras o que o marxismo-leninismo entende por liberdade.

!. *Antes de mais: a liberdade é uma relação real, prática. A liberdade não se verifica pelo facto de se poder pensar ou dizer seja o que for, mas pelo facto de se dominar os processos naturais e as conexões sociais.* Quando podemos designar como livre uma relação real, prática, uma dada situação social? *Deixemos falar Friedrich Engels: «A liberdade não está na sonhada independência em relação às leis naturais, mas sim no conhecimento dessas leis e na possibilidade que desse modo nos é dada de as fazermos actuar de forma planificada para determinados fins* [...] *A liberdade consiste portanto no domínio sobre nós próprios e sobre a natureza exterior fundamentado no conhecimento das necessidades naturais.»* [38] É necessário entrarmos a fundo nestas frases.

Comecemos por salientar que Engels designa por livre uma situação na qual as pessoas não estão impotentes perante o seu meio ambiente, antes exercem um domínio. Domínio sobre quê e em que sentido? «Sobre nós próprios e sobre a natureza exterior.» Comecemos por esta. O que significa domínio sobre a natureza exterior é-nos dito por Engels na frase citada em primeiro lugar, quando fala da possibilidade de fazer as leis da natureza «actuar de forma planificada para determinados fins», o que pressupõe ter-se descoberto essas leis da natureza. É precisamente isto que acontece no trabalho humano. Para que o homem transforme no trabalho objectos naturais de forma a poder utilizá-los na forma de alimen-

[38] Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, p. 106.

tos ou usá-los na forma de meios de produção para a continuação do trabalho, ele tem de conhecer as propriedades não só dos objectos trabalhados (como, por exemplo, das matérias-primas) mas também dos meios com os quais ele intervém na natureza, seja uma pedra lascada ou um celerador de partículas. Ele tem de saber qual a estrutura que estes objectos e meios apresentam, quais as forças que neles actuam, para beneficiar dessas propriedades conhecidas dos objectos naturais na sua própria actividade, fazendo-as agir de acordo com as suas intenções, objectivos, fins. Quanto melhor ele as conhecer, com tanta mais exactidão ele saberá o que acontece quando pretender operar esta ou aquela correcção, esta ou aquela combinação nos objectos encontrados ou recebidos, tanto maior será a possibilidade de os usar de forma planificada, de pôr de parte efeitos imprevistos, com tanto maior exactidão o resultado atingido corresponderá ao fim alvejado, tanto maior será o domínio do homem sobre a natureza exterior e, desse modo, a sua liberdade.

O domínio e a liberdade face à natureza exterior não existem, portanto, quando os homens, apesar de terem um conhecimento perfeito acerca de determinados processos naturais, não têm, porém, qualquer possibilidade de empregar tal conhecimento na sua luta prática com a natureza. Domínio e liberdade também não existem quando uma pessoa, digamos, coloca a si própria o objectivo de voar para a Lua quando o estádio da ciência e da técnica mais não chegam do que, na melhor das hipóteses, para construir uma máquina a vapor.

3. 8.2. A liberdade e o capitalismo

Vejamos, porém, o caso seguinte. Suponhamos que num determinado país se atingiu um grau extraordinariamente elevado de penetração científica nas conexões e leis da natureza. As pessoas produzem com uma técnica altamente desenvolvida uma enorme quantidade de mercadorias. Estas mercadorias não pertencem, porém, àqueles que as produzem mas sim a um determinado grupo de pessoas, não muitas. Este apropria-se da maioria da riqueza produzida, embora represente apenas uma minoria da sociedade. E não só faz isto como também utiliza os meios de que se apropriou contra os interesses daqueles que os produziram. Com o fim, por

exemplo, de perpetuar essa situação ou ainda de a introduzir pela força onde ela anteriormente nunca tinha existido.

A resposta está à vista. O domínio sobre a natureza (a liberdade, portanto) liga-se, para a maioria da população desse país, a uma posição de opressão, impotência e falta de liberdade na sociedade, com a sua submissão ao domínio de outras pessoas. E é fácil de compreender que essa posição caracterizada pela falta de liberdade não se modifica absolutamente nada pelo facto de as pessoas em questão, seja por que motivos for, se sentirem livres, crerem que são livres, acharem que são livres. Nem mesmo pelo facto de estarem bem no que respeita a terem comida com abundância, uma casa em condições, poderem vestir bem ou ainda disporem para utilização pessoal de determinadas conquistas científico-técnicas que lhes permitem produzir para outros uma enorme quantidade de mercadorias. Tudo isto torna a sua situação suportável, transmitindo-lhes a consciência de viverem normalmente, mas isso não altera minimamente o facto de em determinado aspecto, aliás muito importante (como o desemprego), não serem de forma alguma livres.

! *Engels salienta que não se trata apenas de domínio sobre a natureza mas também de* **domínio sobre nós próprios**, *nomeadamente sobre as* **relações sociais**, *a que nós próprios damos forma, que resultam da nossa própria acção, e que não se trata apenas de* **ser necessário descobrir e dominar** *as leis naturais mas também* **as leis do desenvolvimento social,** *para que as relações reais entre as pessoas possam ser designadas como livres.*

Façamos para já um resumo antes de, a partir do que foi exposto, deduzirmos algumas outras características da concepção marxista-leninista da liberdade.

! **Primeiro.** *Um ponto de partida indispensável da nossa concepção de liberdade é o de que a liberdade representa uma* relação prática, domínio real sobre o ambiente natural e social do homem. Assim, a questão sobre se determinadas pessoas vivem ou não em liberdade não pode ser respondida começando-se por levar em consideração se essas pessoas se crêem ou sentem livres, devendo-se sim considerar a forma das relações da sua vida real (e, aliás, não apenas as relações pessoais imediatas mas também as relações do conjunto da sociedade em que elas vivem).

! **Segundo.** *Engels caracteriza tanto* **as características** *como* **os pressupostos da liberdade.** *Existe liberdade quando as pessoas vivem e actuam em consonância com as leis do seu ambiente e da sua própria existência.*

O pressuposto disso é conhecer essas leis e agir de acordo com esse conhecimento, desenvolver representações de objectivos fundamentadas no conhecimento das conexões e alcançar de facto esses objectivos, não apenas ter intenções mas também concretizá-las, levar em conta as presumíveis consequências da acção. Não existe, portanto, liberdade quando uma pessoa ou um grupo de pessoas colocam a si próprios uns objectivos quaisquer, quando agem de forma puramente arbitrária ou se lembram de coisas loucas. Uma actuação deste tipo parece ser livre porque a ideia que lhe está na base surgiu, aparentemente, sem influência externa, sem obrigação ou imposição. O que é que resta, porém, de uma tal liberdade se faltam todas as condições para concretizar o objectivo pensado? Quando fazem um juízo sobre se uma acção é livre ou não, os marxistas consideram sempre os resultados práticos dessa acção.

! *Daquilo que expusemos resultam duas importantes conclusões para a determinação marxista-leninista de liberdade: a liberdade é um produto histórico e, enquanto houver contradições de classes, terá carácter de classe.*

A liberdade é «necessariamente um produto do desenvolvimento histórico», prossegue, por isso, Engels, na passagem citada. Como a liberdade é sempre concreta, ela desenvolve-se e é distinta nos diferentes estádios do desenvolvimento histórico. O conjunto da história humana processa-se numa direcção em que se alarga gradualmente o espaço da liberdade e em que se torna cada vez mais rico o conteúdo da liberdade individual e social. A razão para tal resulta facilmente do carácter dos meios e premissas do domínio sobre o ambiente. Estes meios (forças produtivas e relações de produção, grau de conhecimento científico, carácter organizado das relações sociais) desenvolvem-se eles próprios, historicamente, para uma fase superior.

Se, com base nos nossos conhecimentos históricos, tentarmos imaginar a forma deste desenvolvimento histórico gradual da liberdade em cada estádio da história, deparamos com conflitos grosseiros. Um deles já nós mencionámos. **O alargamento do domínio sobre a natureza pode** (pelo menos para uma parte da sociedade) **estar associado a uma paragem ou mesmo a um retrocesso no que respeita ao domínio sobre as relações sociais.** Se é correcto constatar que, no fundo, cada progresso no desenvolvimento das forças produtivas, no aperfeiçoamento dos meios com os quais o homem intervém na natureza, é, objectivamente, um progresso na liberdade, representando para o conjunto da hu-

manidade um passo no sentido do alargamento do domínio sobre a natureza, é igualmente correcto constatar que na história, até aos nossos dias, isso não representou de modo nenhum uma nova liberdade para todos os membros da sociedade. Aquele novo desenvolvimento das forças produtivas que, no final da sociedade primitiva, trouxe consigo uma melhoria verdadeiramente revolucionária dos métodos de produção e um aumento semelhante da produtividade do trabalho e, portanto, uma libertação de forças naturais até então não dominadas, foi precisamente esse desenvolvimento das forças produtivas que teve entre as suas consequências a escravatura, isto é, a mais brutal servidão.

No processo da revolução científico-técnica, também a microelectrónica não trouxe consigo apenas um aumento igualmente revolucionário, em certo sentido, da produtividade do trabalho e da produção de artigos que podem tornar a vida humana e social mais interessante e mais rica de uma forma impressionante, nem tornou apenas o próprio trabalho sensivelmente mais leve. Tal como outras conquistas da revolução científico-técnica tomadas isoladamente, a microelectrónica foi precisamente designada, no entanto, nos países altamente desenvolvidos do capital, como «fúria do progresso»: sob o domínio da burguesia, ela aumenta necessariamente o número dos desempregados e torna possíveis métodos científico-técnicos ainda mais perfeitos para defesa desse domínio anacrónico.

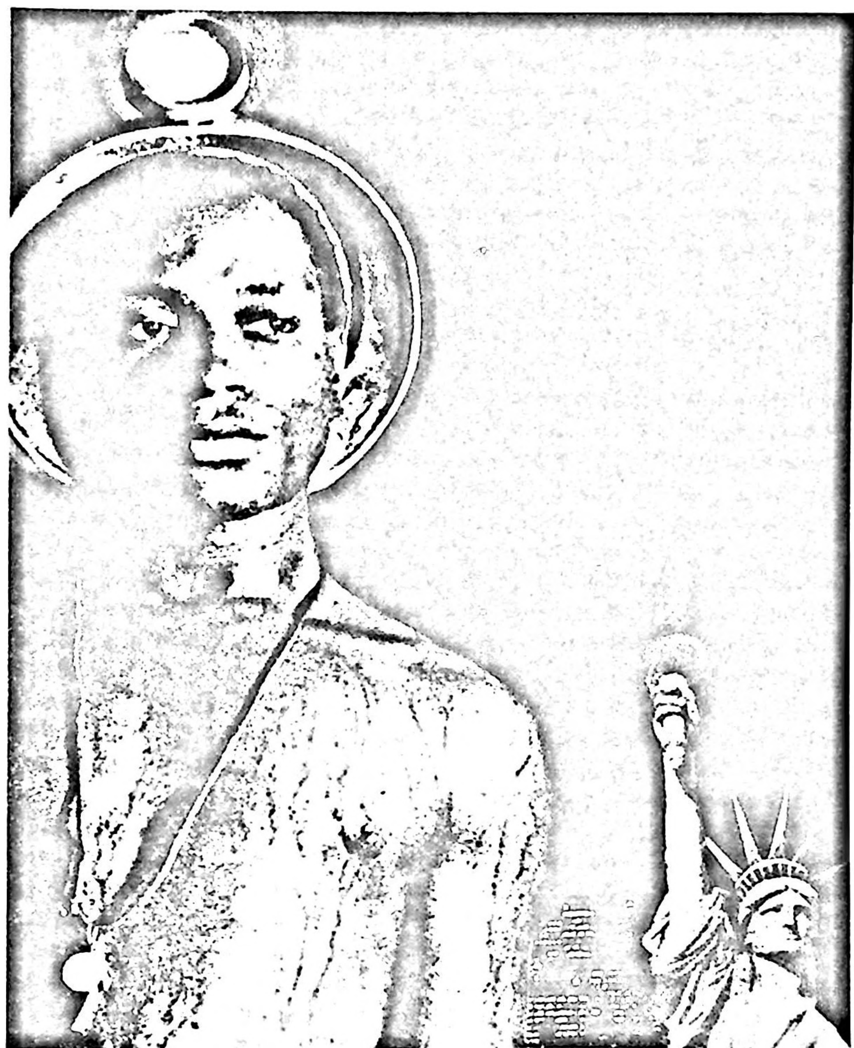
Temos assim já caracterizada a segunda contradição grosseira no desenvolvimento histórico da liberdade: durante um período milenar da história humana, **a liberdade realiza-se** através da **oposição entre dominação e opressão**, entre dominação e exploração.

«*Como o fundamento da civilização é a exploração de uma classe por outra classe, todo o seu desenvolvimento se move numa contradição permanente. Cada progresso da produção é simultaneamente um retrocesso na situação da classe oprimida, isto é, a grande maioria. Todo o benefício para uns é necessariamente um mal para os outros, cada nova libertação de uma classe é uma nova opressão para outra classe.*» [39]

A importância revolucionária de mais este ensinamento da visão marxista-leninista do mundo para a luta da classe operária e

---

[39] Friedrich Engels, *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats* [*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*], MEW, vol. 21, p. 171.



Klaus Georg: "Não, obrigado. Nós alumiamos o nosso próprio caminho".
Esta fotomontagem podia ser vista na 8.ª Exposição de Arte da RDA em Dresden.

também para a orientação de cada pessoa na rede frequentemente complexa dos acontecimentos históricos fica patente.

! *Enquanto existirem classes antagónicas, pura e simplesmente não há liberdade, não há liberdade em geral para todos e para cada um, mas apenas liberdade para esta ou para aquela classe. Liberdade para uma delas, para a classe dominante, significa simultânea e necessariamente falta de liberdade para a outra, a classe dominada. Assim, quando se fala de liberdade, é sempre necessário colocar a questão: referes-te à liberdade de quem? Ao serviço de que classe está a liberdade de que falas? De que te queres libertar, para que serve a liberdade que reivindicas?*

Há a acrescentar que, além do proletariado, nenhuma classe conseguiu apresentar a liberdade por si reivindicada ou defendida como aquilo que essa liberdade de facto era, como liberdade da classe em questão. Deveria a jovem burguesia, revolucionária, ter travado a sua luta pela liquidação do domínio feudal sob palavras de ordem como «Liberdade para a exploração da classe operária», «Liberdade para a subjugação e pilhagem de povos que até agora viveram em liberdade», «Liberdade para a guerra e a destruição para podermos alargar a zona dos nossos domínios à custa de território alheio», «Liberdade para uma vida de luxo para uns e de desemprego e miséria para os outros»? Não, e apenas porque ninguém os teria seguido para uma luta à sombra de tais bandeiras.

Até aos dias de hoje a burguesia não pode reconhecer e expressar abertamente este carácter de classe e este conteúdo de classe da sua liberdade. Ela estaria a minar os fundamentos espirituais do seu domínio. Por isso ela se serviu e se serve da fama da «Liberdade pura e simples», «Liberdade para a humanidade», etc. De resto, os representantes da luta antifeudal da burguesia eram eles próprios prisioneiros da ilusão de trazerem a liberdade a toda a humanidade. Eles próprios desconheciam os antagonismos sociais, as faltas de liberdade e as desigualdades que o ansiado domínio traria consigo. Por aí se vê que uma classe exploradora dominante não é ela própria livre num aspecto decisivo, que é o facto de ela só num âmbito muito limitado conseguir descobrir e dominar as leis do desenvolvimento social.

3.8.3. A classe operária e a liberdade

É diferente o que se passa com a classe operária. Ao tomar o Poder, ela não constrói um novo regime explorador, antes elimina toda a exploração. Os seus interesses de classe fazem simultaneamente valer os interesses fundamentais de todos os trabalhadores. Ela é a classe que consegue levar todos os trabalhadores a compreender os seus interesses e que lhes pode abrir o caminho para a concretização prática desses interesses. A classe operária pode, por isso, falar abertamente acerca do conteúdo de classe da liberdade pela qual luta. Ela é a primeira classe que na sua luta não começa por espalhar a ilusão de libertar toda a humanidade. Pelo contrário, ela esclarece que essa libertação significa a liquidação da liberdade de explorar. A classe operária começa desde logo por chamar a atenção para o facto de a libertação da exploração só ser possível mediante o domínio da classe operária sobre os exploradores, derrubados e já sem Poder, e sobre os seus sequazes. «*E à supressão desta relação* [de exploração capitalista — *N. do A.*] *chama a burguesia supressão da personalidade e da liberdade! E com razão. Trata-se certamente da supressão da personalidade burguesa, da autonomia burguesa e da liberdade burguesa.*» [40]

Resulta daí a **conexão real** existente entre o **socialismo e a liberdade**. A revolução socialista traz consigo, no que respeita à realização da liberdade, um avanço que deixa de longe na sombra todos os avanços deste tipo até aqui verificados. Começa aqui, como Friedrich Engels disse certa vez, o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade [41].

---

[40] Karl Marx/Friedrich Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei* [*Manifesto do Partido Comunista*], MEW, vol. 4, p. 476. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 120.]

[41] Ver Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, p. 264.

3.8.4. O que significa o socialismo para o progresso da liberdade?

Em primeiro lugar, o poder da classe operária, a eliminação da propriedade capitalista dos meios de produção e da exploração, permitem que **pela primeira vez os interesses dos trabalhadores, os interesses da maioria, os interesses do povo se tornem fundamento e conteúdo da política**.

Seja em que campo for da vida social, na economia, nas relações sociais, na cultura, na ciência e educação, na garantia da segurança e da defesa militar — a política do partido da classe operária e do Estado socialista tem como finalidade suprema o bem-estar do povo.

Mais do que isso, a política do partido e do Estado no socialismo está voltada precisamente no sentido de criar as condições sociais que permitam às amplas massas do povo agirem constantemente de forma criadora. Esta é simultaneamente a via pela qual cada vez mais trabalhadores se tornam conscientes dos seus interesses fundamentais e desse modo desenvolvem a sua personalidade, obtêm eles próprios mais liberdade e ao mesmo tempo constroem as condições para um novo desenvolvimento da liberdade. Esta liberdade de o povo construir ele próprio a sua vida e, desse modo, o curso da história, necessita de uma actividade consciente, responsável e criadora na produção socialista, a participação na direcção e planificação das questões sociais, a aplicação da riqueza social no interesse do povo, necessita de realizações culturais, bem como da consolidação, no que respeita a outros povos e nações, de relações caracterizadas pelas ideias da paz e do humanismo, da igualdade de direitos e do respeito mútuo.

Em segundo lugar, para cada cidadão dos países socialistas isto traduz-se, no imediato, no facto de ele ter **o direito**, garantido constitucionalmente, de «desenvolver as suas capacidades em toda a amplitude, bem como de desenvolver sem restrições, por livre decisão, as suas energias para bem da sociedade e para seu próprio benefício na comunidade socialista. Ele realiza desse modo a liberdade e a dignidade da sua personalidade» [42]. E não apenas isso. Todos os esforços da sociedade se voltam no sentido de criar para cada um as condições sociais para a concretização na prática

[42] *Constituição da República Democrática Alemã*, artigo 19 (em alemão).

deste direito humano fundamental. Ele tem todas as possibilidades de obter a formação necessária para dominar intelectualmente as situações naturais e sociais do seu ambiente, para dar à sua vida um sentido digno do homem, para se colocar a si próprio objectivos tais e tomar decisões tais que estejam à altura da nossa época e dêem um contributo para a consolidação e construção da sociedade socialista. Dessas condições faz ainda parte o facto de cada um ter possibilidade de exercer uma actividade que é do seu interesse e do interesse de toda a sociedade e de cujos resultados ninguém se pode apropriar para seu enriquecimento exclusivo ou para uma utilização contra os interesses da sociedade ou de cada indivíduo.

Em terceiro lugar, o próprio Friedrich Engels associava ao previsto salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade, antes do mais, a seguinte ideia: «*As leis do seu próprio agir social, que até aqui se lhes contrapunham como leis naturais estranhas, que os dominavam, passarão então a ser aplicadas pelos homens com total conhecimento de causa, sendo assim dominadas* [...] *Só a partir daí os homens farão eles próprios a sua história com plena consciência, só a partir daí as causas sociais por eles postas em movimento terão também de forma predominante e em medida sempre crescente os efeitos por eles queridos.*» [43] São muitos os aspectos em que estas palavras são extraordinariamente dignas de nota. Elas expressam de forma bem marcada o novo estádio histórico da liberdade. O salto do reino da necessidade para o reino da liberdade não significa que a acção humana já não precise de contar com necessidades, com leis objectivas. O que é decisivamente novo é o facto de a necessidade poder ser conhecida e conscientemente aproveitada à escala de toda a sociedade. Passa a partir de então a ser possível orientar a acção de todos os membros da sociedade de tal modo que sejam levadas em consideração, aproveitadas e concretizadas as exigências objectivas dessas leis. Esta é, aliás, a premissa indispensável para se atingirem também na acção social os «efeitos queridos», para se preverem os efeitos sociais da acção individual e da acção colectiva e para se não ser surpreendido por eles.

Isto significa concretamente **dirigir** e **planificar** o desenvolvimento social, **organizar** a actividade dos trabalhadores, para que tudo o que é necessário ocorra no tempo devido e se evite o que é supérfluo. Na **sociedade socialista, a orientação, planificação e organização não estão em contradição com a liberda-**

---

[43] Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, p. 264.

de, antes são um meio **indispensável para que a sociedade e o homem tenham um domínio «sobre si próprios e sobre a natureza exterior»**. O grau e o âmbito do carácter organizado das relações sociais, especialmente da confrontação comunitária com a natureza, não dependem do critério ou do livre arbítrio dos homens. Sabemos já que o trabalho humano e as forças produtivas se desenvolveram através das diversas formações económicas da sociedade e dos diversos períodos históricos numa direcção bem determinada: a socialização da produção aumentou de uma forma cada vez mais intensa, e a socialização constitui, por sua vez, a base para um entrelaçamento cada vez mais estreito dos diversos sectores da vida social em cada etapa do desenvolvimento. (Ver p. 142.)

Esta tendência imparável do desenvolvimento da história humana exige obrigatoriamente **organização, coordenação e regulação do conjunto do desenvolvimento social**, como pressuposto indispensável para a liberdade social e individual. Nos países capitalistas altamente desenvolvidos, a vida está, para a grande maioria das pessoas, cheia de insegurança, angústia existencial e preocupação pelo amanhã de uma forma ameaçadoramente crescente. Isto resulta essencialmente da circunstância de as organizações e instituições dominantes na sociedade capitalista, sobretudo o Estado, com todas as suas instituições, serem organizações da classe dominante e estarem ao serviço da defesa dos interesses da minoria dominante. As numerosas tentativas de planificação e regulação pelo capitalismo monopolista de Estado não estão voltadas para os interesses do conjunto da sociedade, da maioria trabalhadora, mas, sim, para os interesses dos grandes monopólios. Elas não aparecem por uma vontade social colectiva, mas, sim, pela ambição dos grupos monopolistas mais poderosos de garantirem ou ampliarem o seu próprio poder contra a concorrência. Por esse motivo, elas não conseguem fazer desaparecer a contradição que radica nos fundamentos económicos deste regime.

Quando, pelo contrário, a vida pessoal e social nos países socialistas se caracteriza pela segurança, pela confiança no futuro próximo e longínquo e peló optimismo, isso acontece, sobretudo, graças à possibilidade, firmemente enraizada nos fundamentos económicos do regime socialista, de construir o futuro de uma forma planificada, organizada e humanista, graças ao facto de cada um poder sentir os resultados de construir planificadamente a sociedade socialista avançada com crescente liberdade pessoal.

Mantém-se a questão de por que é que, apesar destas realida-

des, aqui e ali ainda se acredita na mentira anticomunista mencionada a princípio.

! **Em primeiro lugar**, *o sistema de dominação imperialista dispõe ainda de certas possibilidades económicas para, em relação a muitas pessoas, não só fazer calar questões e dúvidas existentes como também para as levar a uma aceitação acrítica da ideologia deste sistema.*

Acrescenta-se a isso que não são poucos os cidadãos de países capitalistas que vivem na ilusão de que as crescentes ameaças e limitações da liberdade não os afectariam a eles, mas sim a outros, aos de esquerda ou «terroristas». Essas ameaças e limitações verificam-se em sectores como a política e a ideologia, com os quais eles, de qualquer modo, já não se preocupam. E tanto mais assim acontece quanto é certo que o regresso ao «privado», ao «enterrar da cabeça na areia», é não só diariamente recomendado com o recurso a um emprego de meios de comunicação social que esmagam o indivíduo como também organizado e manipulado por todos os meios disponíveis.

! **Em segundo lugar**, *há no dia-a-dia da vida dos países capitalistas uma série de fenómenos e de processos que produzem a ilusão de liberdade.*

A fundamental falta de liberdade do operário por ser explorado, a desigualdade social e económica entre o proprietário dos meios de produção e aquele que só possui e pode vender a sua força de trabalho, é parcialmente coberta pelo facto de ambos irem, de tempos a tempos, às urnas eleitorais e de cada um deles poder, dispondo ambos apenas de um voto, participar na decisão de qual o partido que, tendo mais votos, sai das eleições como vencedor e, assim, fica representado com os respectivos deputados no parlamento. O poder dos que dominam é mascarado pelo facto de aos dominados ser por vezes concedida a possibilidade de exprimirem determinadas críticas ou protestos. Que nem umas nem outros, nem ainda outros métodos, em nada modificam a dominação real, é algo tão comprovado pela história e pela actualidade como o facto de essa dominação ser frequentemente completada pela violência aberta, pela intimidação e pelo terror e por, quando os interesses dos trabalhadores realmente chegam a impor-se para além das medidas suportáveis pelos que dominam, esses métodos antes permitidos serem simplesmente ilegalizados.

! **Em terceiro lugar**, *temos de levar em consideração que, com a transição da sociedade para o socialismo, se transforma fundamentalmente não só o conteúdo real da liberdade*

como também as ideias das pessoas acerca do que se deve entender por liberdade.

Liberdade e ordem, liberdade e disciplina, liberdade e organização, liberdade e trabalho, liberdade e colectivo deixam de estar numa oposição intransponível entre si, depois de o Poder passar para as mãos dos trabalhadores. Isto não é logo evidente, à primeira vista, para pessoas que foram educadas e cresceram noutro entendimento da liberdade. «[...] não disputeis connosco enquanto medirdes pelas vossas representações burguesas de liberdade, de cultura, de direito, etc., a abolição da propriedade burguesa» [44]. É, sem dúvida, uma contradição real do desenvolvimento histórico o facto de muitos cidadãos de países capitalistas, sobretudo aqueles que são mais ou menos alheios ao movimento operário e às suas ideias, serem colocados, durante visitas a países socialistas, na situação de terem de ver a liberdade socialista através das lentes da representação burguesa de liberdade. Mas os padrões e critérios da liberdade no socialismo não podem ser entendidos senão através da própria participação prática nas lutas da classe operária e de todas as pessoas amantes da paz que vivem na nossa época, ou mesmo através da participação na construção e na formação dessa nova sociedade.

Encurtar e facilitar esse caminho através do esclarecimento paciente do que é a sociedade socialista a todos aqueles que se esforçam seriamente por compreender, ajudá-los a libertarem-se do veneno paralisante do anticomunismo, é uma tarefa e compromisso humanistas.

3. 9. Ideologia e posição de classe

«A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de produção tradicionais; não admira que no curso do seu desenvolvimento se rompa de maneira radical com as ideias tradicionais.» [45]

---

[44] Karl Marx/Friedrich Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei* [*Manifesto do Partido Comunista*], MEW, vol. 4, p. 477. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 121.]

[45] *Ibidem*, p. 481. [Ver: *ibidem*, p. 124.]

A revolução socialista na RDA, por exemplo, fornece constantemente novas provas da justeza desta previsão. A formação, fundação, curso e desenvolvimento do poder operário-camponês estiveram e estão inseridos numa luta encarniçada e inconciliável entre a ideologia socialista e a burguesa. Cada passo dado na transformação democrática-antifascista e socialista da vida económica, social, política e cultural chocou com a tenaz resistência das forças reaccionárias. O que não mentiram, inventaram e profetizaram os representantes da reacção imperialista para difamarem o poder da classe operária, para lançarem a confusão, a insegurança, a desconfiança e a inimizade e, desse modo, prepararem o clima espiritual para a eliminação do regime historicamente novo, do regime socialista!

Quando, através da reforma agrária democrática, a terra foi dada àqueles que a trabalham, gritaram que isso significava uma intervenção ilegal num direito secular. Quando o princípio «Aquilo que as mãos do povo criam deve pertencer ao povo» se tornou realidade por meio da criação de empresas de propriedade do povo na indústria e da transição para a economia planificada socialista, eles profetizaram o começo inevitável do caos económico, da ruína e da fome. Quando a emulação socialista refutou a sua afirmação de que a eliminação da propriedade privada dos meios de produção significava a morte de toda e qualquer iniciativa, capacidade criadora e alegria no trabalho, insultaram os primeiros activistas e inovadores chamando-lhes traidores da classe operária e tolos que agiam contra os seus próprios interesses. Quando a RDA foi fundada, em 1949, prediziam que ela «mal viveria, e muito menos sobreviveria» ao ano de 1950 (*Ruhrnachrichten* [*Notícias do Ruhr*] no Outono de 1949).

Os ideólogos da burguesia, classe condenada pela história ao desaparecimento, reagiram de modo semelhante a cada novo passo na consolidação do novo regime até ao presente. E aquilo que se vive na RDA, foi e é vivido pela classe operária na Grande Revolução Socialista de Outubro, na construção do socialismo nos outros países europeus irmãos, no Vietname, em Cuba, onde quer que a classe operária edifique o seu poder.

O que é que permitiu a Marx e a Engels predizer este conjunto de características essenciais da revolução socialista? Já sabemos do estudo da história que, na história passada da humanidade, importantes movimentos e transformações sociais foram também acompanhados de consideráveis conflitos espirituais e que também no passado as classes exploradoras dominantes se defenderam não

só pela força e pela corrupção mas também igualmente com todos os meios de submissão espiritual de que dispunham, sempre que o seu regime estava ameaçado.

3. 9.1. Um socialista precisa de uma ideologia socialista?

A revolução proletária distingue-se de todas as revoluções precedentes pelo facto de não substituir uma forma histórica de exploração por outra, antes eliminando completamente e de uma vez para sempre a exploração do homem pelo homem. O conteúdo e o objectivo da missão histórica da classe operária consistem em construir a sociedade sem classes. Isto fundamenta-se nas leis do movimento da vida económica da sociedade. O desenvolvimento das forças produtivas técnicas, os meios de produção, e da ciência, etc., no quadro do modo de produção capitalista provoca um grau tão elevado de socialização da produção que a liquidação da propriedade privada, isto é, a transição para a propriedade social dos meios de produção, se torna necessária, sendo precisamente aquela «ruptura mais radical com as relações de produção tradicionais» de que Marx e Engels falam na citação atrás feita.

Isto tem duas consequências para a forma da transformação espiritual: **por um lado**, a luta espiritual processa-se de um modo particularmente violento e intenso, sendo especialmente profunda e radical a ruptura nas ideias, concepções, convicções e posições. Apesar de todas as contradições entre escravistas, senhores feudais e capitalistas — todos eles foram exploradores, todos eles tinham a defender uma dominação de exploração contra uma classe explorada. Todos eles tinham — precisamente porque representavam uma minoria exploradora — de disfarçar os seus interesses, intenções e ambições reais e de reprimir as forças e movimentos progressistas invocando um «poder superior», um «princípio divino» ou o «bem comum». Portanto, por mais que as épocas de transformações revolucionárias, a mudança das formações económicas da sociedade, fossem acompanhadas de lutas e abalos espirituais, a verdade é que cada nova classe exploradora conseguiu utilizar, até um determinado grau, o arsenal ideológico da antecessora.

Mais ainda, ela teve de se esforçar por manter a ruptura na vida espiritual, a derrocada das ideias, em limites tais que, o protesto, o ajuste de contas, o desmascaramento do verdadeiro carácter do regime a derrubar, não conduzissem ao enterramento do próprio novo regime. «Mas fosse qual fosse a forma assumida, a exploração de uma parte da sociedade pela outra é um facto comum a todos os séculos passados. Não é de admirar, por isso, que a consciência social de todos os séculos, a despeito de toda a multiplicidade e diversidade, se mova em certas formas comuns [...].» [46]

Entre a burguesia e a classe operária não há, pelo contrário, semelhantes concordâncias. As armas ideológicas da burguesia bem como as de todas as outras classes exploradoras não podem ser postas ao serviço da classe operária na sua missão histórica. Têm de ser postas de lado. E a resistência espiritual da burguesia contra a revolução socialista é muito mais encarniçada do que a de todas as classes exploradoras precedentes contra o regime novo, em cada caso, precisamente porque ela se vê perante um movimento cujo objectivo declarado é aniquilar os fundamentos de toda e qualquer exploração. Em consequência disso, a classe operária tem não só de quebrar o domínio ideológico da burguesia mas também de eliminar os funestos vestígios que a milenar divisão em classes antagónicas deixou atrás de si no conjunto da consciência social.

Por outro lado, os objectivos históricos da classe operária, que são de uma espécie completamente diferente, implicam que a classe operária expresse os seus interesses de uma forma totalmente diversa da de outras classes. É precisamente a circunstância de a classe operária ser a primeira e única classe que, por razões objectivas, está destinada a construir a sociedade sem classes que lhe permite ser a primeira e única classe a pôr a descoberto o carácter de classe de todas as formas de dominação e ideologias precedentes e a expor abertamente os seus próprios interesses, objectivos e intenções.

A ideologia de uma classe exploradora tem sempre o propósito de esconder o carácter de classe das ideias, princípios e concepções que proclama. Por isso, ela deriva essas ideias de exigências eternas, da razão humana ou da natureza humana, de valores e

---

[46] Karl Marx/Friedrich Engels, *Manifest der Kommunistischen Partei* [*Manifesto do Partido Comunista*], MEW, vol. 4, p. 480. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 124.]

hábitos imutáveis, da necessidade de manter a ordem, ou do outro mundo; por isso, ela transforma as ideias num reino autónomo de substancialidades espirituais. Pelo contrário, só a classe operária foi capaz de exprimir e de fazer valer os seus interesses como interesses de classe e de fundamentar a sua ideologia a partir das condições materiais de existência e da sua própria posição como classe, a partir das exigências da sua própria luta.

Pretendemos ilustrar esta oposição e o modo contraposto como actuam a ideologia burguesa e a socialista com algumas questões da luta ideológica actual.

O centro de rotação e o eixo do modo de produção capitalista é a exploração da classe operária pela burguesia. Esta relação económica fundamental determina a posição de ambas as classes e as relações de uma com a outra. Será que a humanidade deve esta descoberta à burguesia? Muito pelo contrário! Esta faz precisamente tudo para mascarar essa realidade fundamental, dizendo por exemplo: «Capital e trabalho, empresário e trabalhador encontram-se numa relação de parceiros sociais»; «Eles não podem prescindir um do outro.» E, quando a classe operária é obrigada a lutar por aumentos salariais por meio de uma greve, a burguesia não se defende com o argumento de que mais salário significaria menos lucro e diminuiria desse modo os interesses da burguesia exploradora, mas, sim, com a afirmação de que «os interesses da economia» estariam em perigo. Os interesses da burguesia são, assim, sem mais rodeios, declarados como interesses da economia. A classe operária, pelo contrário, chama as coisas pelo seu nome: a exploração implica que os interesses da burguesia sejam opostos aos da classe operária. Mais salário significa menos lucro e só pode, por isso, ser conseguido na luta. Falar de interesses «da economia» perante estas oposições de interesses antagónicos é enganar conscientemente.

Ou ainda: o fundamento da exploração capitalista é a propriedade privada capitalista dos meios de produção. Portanto, a ideologia burguesa tem de pensar na justificação da propriedade privada como pilar do modo de produção capitalista. Será que ela o faz, exprimindo a verdade dos factos? De modo nenhum. Em defesa da propriedade privada, os seus representantes apresentam, por exemplo, o argumento de que ela já não desempenha qualquer papel, uma vez que o poder de decisão teria há muito passado dos senhores monopolistas para os empregados, os *managers*. No entanto, nunca se ouviu nenhum desses ideólogos tirar, a partir dessa afirmação, a conclusão de declarar como nula a propriedade da

burguesia monopolista. Ou então atribuem à propriedade privada a qualidade de ser a única fonte imaginável de liberdade, criatividade, iniciativa, espírito empreendedor, de tal modo que a eliminação da propriedade privada significaria o início de uma falta geral de ideias, da falta de liberdade e do tédio. De novo nada se diz acerca de qual é a liberdade, a iniciativa e o espírito empreendedor que a propriedade privada estimula, se é a do proprietário ou a do não proprietário, se é a do empresário ou a do desempregado.

Um outro exemplo. Karl Marx desvendou há mais de um século a essência das crises económicas capitalistas. Lénine revelou o carácter do imperialismo e outros pensadores da classe operária analisaram em todos os aspectos, depois da Grande Revolução Socialista de Outubro, o aparecimento e desenvolvimento da crise geral do capitalismo. Ora, não se pode dizer que os representantes actuais da ideologia imperialista desmintam pura e simplesmente a profunda crise da realidade social em que vivem. Muito pelo contrário, eles excedem-se de tempos a tempos, precisamente, na apresentação de todos os fenómenos possíveis da crise do seu próprio regime. Apresentam com cores sombrias as crises do crescimento económico, das estruturas da economia, das finanças, das moedas, dos partidos políticos e ainda da educação, dos valores espirituais, das ideias, da cultura. Será que a ideologia imperialista produz, na sequência disso, um quadro adequado da realidade, pelo menos, no que toca a estes aspectos? Na medida em que se trate de fenómenos superficiais da vida social, que não neguem o caminho seguido, certamente. Simultaneamente, porém, estas esconjurações das crises servem, precisamente, para impedir que se tirem conclusões práticas sobre a forma de eliminar as causas fundamentais da crise. Na medida em que, nomeadamente, certos efeitos do desenvolvimento em crise desta sociedade são reconhecidos, mas ao mesmo tempo apresentados como se fossem não a crise do capitalismo, mas a crise pura e simplesmente da sociedade, a crise *da* humanidade, *da* técnica, *da* relação entre o homem e a natureza ou seja do que for, deixa de se precisar de procurar as suas origens na dominação de classe imperialista. Mais ainda, as pessoas são levadas a aceitar sem resistência medidas com as quais aqueles que dominam descarregam o peso das crises sobre os ombros dos trabalhadores e a desistir da luta de classes para a liquidação do poder da burguesia.

A fundamental função de classe da ideologia imperialista mostra-se sobretudo e totalmente a descoberto no anticomunismo. A posição dominante no interior do anticomunismo, por sua vez, é

ocupada desde 1917 pela difamação da sociedade nova. Tivemos já ocasião de admirar a perspicácia com que os ideólogos imperialistas reagiram ao aparecimento do Estado alemão socialista. Vamos agora analisar alguns argumentos-tipo da crítica imperialista ao socialismo real como um novo exemplo da forma pela qual a ideologia imperialista faz valer os interesses de classe que lhe estão na base.

A partir de que posição é que a burguesia imperialista produz os seus ataques contra o regime socialista?

Todos dirão que naturalmente a partir da sua própria posição, da posição de classe da burguesia imperialista. Isto é parcialmente correcto, na medida em que a sociedade socialista representa de facto um perigo real para a existência, o domínio, o âmbito de aplicação, desses interesses. Os comunistas nunca o ocultaram. Como é, no entanto, que se mostra a posição da burguesia imperialista nesta questão? Ela diz que o socialismo significa o fim *da* liberdade, a supressão *dos* direitos humanos e *da* democracia, a repressão *da* personalidade, *do* indivíduo, *do* espírito, *da* opinião própria, etc. Não é, portanto, em seu próprio nome que a ideologia imperialista critica o socialismo, mas sim, pura e simplesmente, em nome do homem ou da humanidade. Recentemente, lembraram-se mesmo de criticar o socialismo em nome do próprio socialismo, em nome dos «ideais socialistas». Se observarmos mais exactamente as concepções e ideais de que aí falam, desmascaram-se claramente como sendo exactamente aquelas liberdades e direitos gerais e abstractos que já vimos serem burgueses.

Explicámos já nos capítulos anteriores por que motivo não pode haver liberdades e direitos para todas as pessoas enquanto a vida social for determinada por oposições de classes antagónicas. Aqui, trata-se apenas de constatar que também nesta frente — de importância vital para ela — de defesa do ultrapassado sistema imperialista a ideologia imperialista é obrigada a operar sob falsa bandeira. Ela não pode lutar contra o socialismo nem em nome dos verdadeiros interesses de classe da burguesia, nem em nome do regime capitalista. Se ela exprimisse os seus verdadeiros interesses, revelaria o real carácter do seu sistema de dominação, e isso constituiria uma auto-acusação aniquiladora: eternização da exploração capitalista e do sistema de lucros, força e violência para impor os interesses do lucro contra o próprio povo e outros povos, manutenção da desigualdade económica, social, política e cultural entre exploradores e explorados, preterição e desvantagem das mulheres e dos jovens, discriminação de outros povos, racis-

mo, chauvinismo, imoralidade e criminalidade. Nada disso são palavras de ordem que tenham perspectivas de êxito na disputa com as ideias, princípios e conquistas do socialismo real: liquidação da exploração, igualdade de direitos entre os povos, gerações e sexos, segurança das perspectivas pessoais numa actividade com sentido.

No que respeita ao nosso assunto, o que importa é antes de mais o seguinte: trata-se em ambos os casos de frutos, resultados e efeitos do domínio da vida social por uma classe.

O verdadeiro conteúdo da ideologia imperialista é negar o real carácter de classe da dominação capitalista, e os seus meios mais importantes são a deturpação e a falsificação do desenvolvimento histórico, especialmente, o facto de o socialismo estar fundado em leis. **A apresentação aberta, com tomada de partido, dos interesses e objectivos da classe operária**, a revelação das leis fundamentais do movimento da história, a fundamentação do carácter de submissão a leis da vitória do socialismo **determinam a eficácia da ideologia socialista.** «A doutrina de Marx é omnipotente porque é exacta.» [47]

! *A importância decisiva da ideologia socialista na nossa época consiste, portanto, no facto de ela nos armar intelectualmente para descobrirmos e refutarmos a ideologia burguesa em todas as suas numerosas manifestações e no facto de ela nos ensinar a partirmos da posição de classe da classe operária quando nos orientamos na vida social e quando julgamos ou analisamos os variados acontecimentos da nossa época, assim como quando tomamos decisões pessoais.*

3. 9.2. A posição de classe da classe operária no socialismo

Se, por isso, nos perguntarmos, para terminar, o que significa assumir a posição de classe da classe operária na construção da so-

---

[47] V. I. Lénine, *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1977, t.I, p. 35.

ciedade socialista avançada e na criação de premissas fundamentais para a transição gradual para o comunismo, há, para já, que levar em consideração o seguinte: a vida social transforma-se continuamente e expressa-se numa variedade de fenómenos extremamente grande. A carreira, o ambiente imediato, a experiência, problemas e tarefas de cada um são pluriformes. Estar-se-ia a não entender, no fundamental, o sentido e as possibilidades da ideologia socialista se se esperasse dela soluções já prontas para todas as situações. A ideologia socialista dá sobretudo boas provas de si na prática pelo facto de ser uma **base universal para os conhecimentos pessoais, para a elaboração autónoma da experiência própria quanto à visão do mundo**. Ela transmite-nos experiências já existentes que devemos levar em consideração quando tomamos decisões, mas não pode em caso nenhum substituir as nossas próprias decisões.

? Que significa hoje nos países socialistas defender a posição de classe da classe operária?

! **Primeiro**, *ocupar e defender na prática a posição de classe da classe operária significa, antes de mais, dar um contributo pessoal para o reforço geral do poder da classe operária.* As possibilidades concretas de o fazer variam desde bons resultados no ensino e actividades sociais na escola até à determinação de defender este Estado de armas na mão, passando por um trabalho disciplinado, criador, diligente na produção, solicitude activa nas relações interpessoais, repúdio sem compromissos, de acordo com a dignidade e o orgulho de cidadão de um Estado socialista, de todos os ataques ao seu Estado por parte da ideologia burguesa.

Segundo, o aparecimento, a prosperidade e a perspectiva segura deste Estado está firmemente enraizada no processo revolucionário mundial.

! *Por isso, da posição de classe de cada cidadão faz também parte o seu contributo para a concretização da missão histórica da classe operária em todo o mundo, significando isto também a sua amizade para com os outros países da comunidade de Estados socialistas, bem como a sua solidariedade com todos os trabalhadores que lutam pela sua libertação.*

Terceiro, os interesses da classe operária não são uma grandeza imutável para todo o sempre. Os interesses fundamentais e os objectivos históricos valem, naturalmente, para um longo período

Página do caderno de V.I. Lénine *O Marxismo acerca do Estado*, com citações do *Manifesto do Partido Comunista*.

histórico. Para os concretizar na luta de classes são sempre necessárias, porém, em cada etapa e em cada capítulo da luta, novas análises, conclusões e a colocação de tarefas concretas. A transformação destes interesses e objectivos gerais em tarefas concretas é o conteúdo da actividade do partido marxista-leninista da classe operária. O programa do partido e as resoluções do partido marxista-leninista generalizam as experiências do conjunto da classe operária.

! *A atitude em relação ao partido da classe operária é por isso também um sinal seguro da posição de classe.*

Quarto, a moral desempenha um papel extremamente importante no comportamento das pessoas umas para com as outras durante o trabalho, na escola, na luta política, mas também nos tempos livres, no dia-a-dia normal. Por moral entendemos o **conjunto de normas, valores e princípios éticos pelos quais as pessoas se guiam no seu comportamento em relação às outras e em relação aos fenómenos sociais**. Depois de tudo o que aprendemos até aqui acerca dos conexões do desenvolvimento social, é claro que a moral é sempre a moral de uma determinada classe. Tal como a concepção de liberdade, também as concepções de comportamento moral têm carácter de classe.

As questões sobre o que é bom e o que é mau, sobre em que consistem o dever e a responsabilidade, a honra e a consciência, são questões da moral. E, quando se discutem estas questões, quando se pretende julgar moralmente uma determinada acção, quando se tem de decidir se ela é justa e honrosa ou reprovável, conhecer os interesses, objectivos e ideais da classe operária desempenha um papel significativo. A moral socialista é uma das partes constitutivas da ideologia socialista mais importantes.

Por um lado, a ideologia socialista fornece os critérios e padrões fundamentais gerais para o que é bom ou mau, moral ou imoral, os valores morais com os quais nos identificamos e aqueles que rejeitamos.

No seu discurso no III Congresso de Toda a Rússia da União Comunista da Juventude da Rússia no dia 2 de Outubro de 1920, Lénine disse o seguinte: «Nós rejeitamos toda essa ética, tomada de conceitos extra-humanos, fora das classes. Dizemos que isso é enganar, iludir e embrutecer a inteligência dos operários e camponeses no interesse dos latifundiários e capitalistas.

«Dizemos que a nossa ética está por completo subordinada

aos interesses da luta de classe do proletariado. [...] *Dizemos: a ética é aquilo que serve a destruição da antiga sociedade exploradora e a união de todos os trabalhadore em torno do proletariado, criador da nova sociedade dos comunistas.»* [48]

Naturalmente que a conexão objectiva entre o que fazemos ou deixamos de fazer diariamente e a grande obra de construção da nova sociedade nem sempre é abarcável de um modo simples. Nem sempre temos ideia dos efeitos que terá para a causa da classe operária uma determinada decisão, a participação numa dada acção ou uma determinada opinião que defendamos. O papel das ideias que exprimem os interesses da classe operária, o papel da ideologia, consiste precisamente em transmitir-nos os conhecimentos acerca do que é socialmente necessário, acerca das consequências sociais da nossa acção, e em permitir-nos **integrar o quotidiano, o individual, na conexão do desenvolvimento conjunto.**

O conteúdo histórico do interesse de classe da classe operária produz, **por outro lado**, as **novas visões, normas e regras de comportamento morais** decisivas **que servem à realização da sua missão histórica**:

! *Organização e disciplina na realização conjunta dos objectivos a si própria colocados; patriotismo socialista e internacionalismo proletário; trabalho consciente, criador, responsável, voltado para as exigências económicas e políticas do reforço do poder dos operários e camponeses; esforço no sentido de impor combativamente o novo, o melhor; espírito colectivo socialista, colaboração numa base de camaradagem e ajuda mútua socialista. A luta da classe operária e os novos princípios morais desenvolvidos nessa luta representam um contributo decisivo para o progresso moral. Uma vida de acordo com estas normas é expressão da posição de classe.*

Quinto, tínhamos tomado como ponto de partida que o objectivo histórico fundamental e o interesse de maior alcance futuro por parte da classe operária consistem em edificar a sociedade sem classes. O papel da classe operária como força principal do progresso histórico na nossa época encontra aí a sua expressão decisiva. Isto significa, ao mesmo tempo, que os interesses da classe operária não são de modo nenhum interesses particulares egoístas de um grupo isolado. **Na luta da classe operária cumprem-se as**

---

[48] V. I. Lénine, *As Tarefas das Uniões da Juventude*, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1979, t. 3, pp. 392 e 393.

esperanças, ideais, anseios e esforços da milenar luta das massas populares contra a exploração, a opressão e a privação de direitos, por uma vida melhor, digna do homem.

A luta implica que na moral da classe operária estejam elevadas a um nível superior as regras simples, elementares, da convivência humana bem como todas as valiosas experiências, qualidades e virtudes morais que a humanidade produziu: solicitude, modéstia, respeito pela dignidade do homem, honradez, amor à verdade, coragem e espírito de sacrifício, abnegação.

Depois de liquidada a exploração, na medida em que desapareçam as oposições de classe e mais tarde, também, as diferenças de classe, reforça-se a eficácia de todos estes princípios e regras na vida social. Eles começam por libertar-se das imposições e desfigurações causadas por princípios desumanos que resultam inevitavelmente do domínio de oposições de classes antagónicas, da submissão de todas as relações sociais à caça ao lucro: egoísmo, avidez, falta de consideração, inveja e avareza, falta de dignidade, desconfiança, intolerância, cinismo. Deixa sobretudo de ser possível que valiosas qualidades e esforços humanos sejam colocados ao serviço de interesses anti-humanos, tal como aconteceu inúmeras vezes na história humana e está ainda actualmente na ordem do dia na área dominada pelo imperialismo. E, finalmente, as normas éticas da classe operária, na medida em que forem determinando e marcando a moral de toda a sociedade, tornar-se-ão no principal instrumento de regulação dos problemas e conflitos humanos.

4. A concepção materialista do pensamento e do conhecimento

O materialismo dialéctico e histórico fornece pela primeira vez na história da filosofia uma explicação unitária, materialista e, simultaneamente, dialéctica da natureza, da sociedade e do pensamento humano. Depois de, nos capítulos precedentes, ter sido desenvolvida nos seus traços fundamentais a concepção materialista da natureza e da sociedade humana, queremos agora ocupar-nos do **pensamento** e do **conhecimento**.

Ao abordarmos as ideias básicas da dialéctica falámos já do facto de as leis gerais do desenvolvimento actuarem tanto na natureza e na sociedade como ainda no pensamento.

? Mas qual é a diferença essencial a natureza e a sociedade, por um lado, e o pensamento, por outro?

! *A natureza e a sociedade constituem o mundo material, a realidade objectiva, que existe fora e independentemente da consciência.* **O pensamento, no entanto, não é de natureza material,** *não é parte dessa realidade objectiva, mas, sim,* **um**

produto do desenvolvimento e uma propriedade da matéria. *O pensamento é uma actividade da consciência e os seus resultados, os pensamentos, são de natureza* **ideal.**

A consciência e o pensamento também são, naturalmente, «reais», são também uma realidade. Mas como, na sua existência, estão sempre ligados a **sujeitos** pensantes, trata-se de uma «realidade subjectiva», diferente da realidade objectiva da matéria, que não depende de nenhum sujeito. Como a consciência e o pensamento são um produto e uma propriedade da matéria, eles não constituem uma realidade autónoma que se possa explicar por si própria. Uma concepção materialista e, simultaneamente, dialéctica da consciência e do pensamento tem, por isso, de explicar como é que estes fenómenos aparecem como produto regido por leis de desenvolvimento da matéria, quais são os seus fundamentos materiais, como funcionam e qual a posição dos produtos da consciência e do pensamento em relação à realidade objectiva. Nas considerações seguintes podemos já apoiar-nos na exposição feita acerca da questão fundamental da filosofia.

4. 1. Fundamentos naturais e sociais do pensamento

4. 1.1. Concepções materialista e idealista do pensamento

A espantosa capacidade do homem a que damos o nome de «pensar» desde sempre ocupou os filósofos de modo especial. O facto de os homens poderem não só ter impressões sensoriais de objectos isolados mas também construir conceitos abstractos de objectos e, com a sua ajuda, «abranger» de uma só vez a quantidade que quiserem de objectos do mesmo tipo, o facto de poderem «operar» em pensamento com esses conceitos e colocar em inter-relação

quaisquer objectos e propriedades, o facto de poderem pensar em objectos que já não existem há muito ou que ainda não existem e até mesmo de poderem pensar em objectos e processos que, de modo nenhum, existem na realidade material, mas apenas na fantasia, tudo isso deu muito que pensar aos homens que reflectiram acerca desta maravilhosa capacidade do ser humano. Os filósofos que se dedicaram principalmente a isso empregaram logo, desde os primeiros começos da filosofia, grandes esforços no sentido de compreenderem e de penetrarem no pensamento. Que espécie de capacidade é essa que tão visivelmente diferencia os homens de todos os animais? Será ela de origem sobrenatural e concedida ao homem por poderes superiores, divinos? Que espécie de actividade é o pensamento, como é que ele se distingue da actividade prática sobre objectos materiais e com que órgão pensam as pessoas? O que é que o pensamento consegue realizar? Pode levar-nos ao conhecimento da verdade? Numerosas teorias foram imaginadas e laboradas para responder a estas e outras questões sobre a natureza do pensamento humano. Tal como em todos os problemas filosóficos, houve também a este respeito visões materialistas e idealistas. Elas foram desenvolvidas como parte da respectiva visão filosófica do mundo e entraram em violenta luta entre si.

Muitos filósofos idealistas tentaram apresentar o pensamento humano como um mistério e impedir a sua explicação científica. Quanto mais incompreensível e enigmático o pensamento parece tanto mais fácil era explicá-lo como uma capacidade «sobrenatural» que comprovaria a existência acima do mundo material de um espírito imaterial, um criador divino, uma «ideia absoluta» ou outro ser espiritual superior. De acordo com esta linha básica, a maioria dos filósofos idealistas toma como ponto de partida que o pensamento — tal como o conjunto da consciência — teria origem imaterial: o seu lugar ou órgão seria a «alma», imaterial. Em consonância com a religião, muitos deles afirmaram ainda que esta alma eterna, que só transitoriamente estaria ligada ao corpo humano material, seria criada directamente por deus e teria com ele contacto directo. Quer este «espírito» seja transferido para o corpo humano como «alma» quer seja pensado como espírito situado acima de cada homem, em qualquer dos casos o pensamento humano é reduzido a uma substância imaterial. Desse modo, porém, ele é declarado como fenómeno sobrenatural, como «mistério» que se furta à análise científica. A posição anticientífica do idealismo em nenhum outro lado aparece tão claramente como nesta questão.

Em oposição a isto, os filósofos materialistas esforçaram-se

em todas as épocas por explicar de forma natural o pensamento e toda a consciência humana, sem tornar responsáveis por isso forças imateriais. Naturalmente que também as suas tentativas de explicação eram hipotéticas e, em muitas questões, muito simplificadas, enquanto os conhecimentos das ciências da natureza acerca da função e da estrutura dos órgãos dos sentidos e do sistema nervoso central não forneciam uma base segura para isso. Mas foram sempre tentativas de procurar e encontrar explicações científicas. Apoiados nos conhecimentos da anatomia e da fisiologia, os filósofos materialistas provaram que o pensamento não é outra coisa senão uma actividade especial do cérebro humano. Alcançaram progressos significativos no esclarecimento dos **fundamentos naturais** da consciência e do pensamento. No entanto, os **fundamentos sociais** só puderam ser compreendidos e determinados pelo materialismo dialéctico e histórico. Uma das premissas necessárias para isso foi a explicação materialista da sociedade humana e da sua história.

4. 1.2. Algo sobre a história natural do pensamento

O ponto de partida de todas as reflexões sobre como surgiu o pensamento é o conhecimento de que cada organismo representa o resultado de um longo desenvolvimento em cujo decurso ele se adaptou de forma consequente ao seu meio ambiente. A adaptação às condições do meio ambiente, que estão em constante transformação, são realizadas pelos organismos superiores graças ao seu sistema nervoso. A tarefa do sistema nervoso consiste em garantir a inserção do organismo no meio ambiente. O sistema nervoso é, assim, o coordenador de todas as funções e expressões de vida do organismos e o regulador das suas relações com o meio ambiente. Cada organismo está em interacção dialéctica com o seu meio ambiente, formando com ele uma unidade de contrários. Os organismos têm, pois, a possibilidade de reflectir das mais diversas formas as propriedades do meio ambiente. Desse modo, eles são capazes de reagir de forma apropriada às múltiplas influências do meio ambiente. **A capacidade de reflectir** o meio ambiente foi-se

aperfeiçoando cada vez mais no processo de desenvolvimento dos organismos animais. A sua forma mais primitiva é a **excitabilidade** dos organismos unicelulares e a sua forma suprema é o **pensamento abstracto** dos homens.

No desenvolvimento progressivo da actividade nervosa reflectora do meio ambiente, desde as formas mais simples às mais complexas, distinguem-se claramente **três grandes estádios qualitativos**, que constituem simultaneamente **três sistemas diferentes da actividade nervosa**.

O primeiro sistema é uma função dos segmentos inferiores do sistema nervoso central, da espinal medula e das regiões subcorticais do cérebro. Consiste em propriedades inatas específicas e constantes que são designadas por reflexos não condicionados e que se encontram em todos os organismos que têm um sistema nervoso central. Para funcionarem basta o estímulo que as desencadeia. O circuito nervoso que une um estímulo específico a uma reacção específica está permanentemente ligado. A essência do reflexo **não condicionado** consiste, portanto, numa **ligação nervosa** inata **permanente** nos segmentos inferiores do sistema nervoso central. O reflexo não condicionado possui, portanto, apenas uma muito reduzida variabilidade. Assim, ele apenas fornece ao organismo possibilidades igualmente limitadas de se adaptar às oscilações e à alteração das condições do meio ambiente.

Se, na sua actividade nervosa, os organismos animais superiores estivessem limitados aos seus reflexos não condicionados, mal seriam capazes de viver. Mas, para além dos reflexos não condicionados, eles possuem funções e mecanismos nervosos ainda mais complexos, os reflexos condicionados. Estes formam-se num estádio superior de desenvolvimento na base dos reflexos não condicionados. Surge, portanto, um **segundo sistema da actividade nervosa**, que é no essencial uma função do córtice cerebral, embora também as regiões subcorticais do cérebro participem nele. Estes reflexos condicionados permitem uma adaptação muito mais exacta e diferenciada às transformações do meio ambiente. Na base dos reflexos não condicionados, os animais superiores formam, durante a sua vida, novas ligações nervosas, temporárias. Elas são o **resultado das experiências individuais da vida** do organismo, que com elas adquire a possibilidade de **aprender**. Por meio desta inclusão temporária de novas vias de condução no sistema nervoso central surgem os reflexos condicionados. Estes são desencadeados por estímulos «condicionados». Enquanto os reflexos não condicionados são desencadeados por estímulos biologi-

camente importantes, a mesma reacção pode também ser desencadeada por quaisquer outros fenómenos, mesmo biologicamente irrelevantes, se estes estiverem ligados de uma certa forma ao estímulo não condicionado. Deste modo, todo e qualquer fenómeno do meio ambiente, qualquer estímulo exterior, pode tornar-se para o organismo num **sinal** que lhe anuncia fenómenos de importância vital. O organismo pode então responder logo aos sinais com a reacção que, de outro modo, só ocorre perante a acção do reflexo não condicionado. O exemplo mais conhecido a este respeito é a formação do reflexo condicionado da salivação. Ver a este respeito a nossa figura da p. 225.

De forma semelhante, é possível associar também outros estímulos, que do ponto de vista biológico são totalmente irrelevantes, tais como o tiquetaque de um metrónomo, o som de um gongo, etc., a outras reacções do organismo, por meio de reflexos condicionados. Todo o **amestramento** de animais assenta na formação de reflexos condicionados. É fácil compreender a grande importância biológica que tem o reflexo condicionado. O organismo recebe por seu intermédio a possibilidade de reflectir o meio ambiente de forma muito mais vasta e precisa e de, em consequência disso, se adaptar também com muito maior precisão às condições do meio ambiente, as quais estão em mudança constante. Enquanto os reflexos não condicionados apenas permitem reflectir propriedades de efeito imediato e de importância biológica dos objectos do meio ambiente, com a ajuda dos reflexos condicionados pode reflectir-se o conjunto das propriedades dos objectos, as relações entre objectos e acontecimentos. Isto é um alargamento extraordinário da actividade nervosa, uma vez que, através do princípio da sinalização, ela se enriquece qualitativamente.

Este segundo sistema da actividade nervosa é, simultaneamente, o primeiro sistema de sinais. Ele permite uma ampla orientação no meio ambiente e uma adaptação muito exacta às suas condições. Ele permite reflectir a realidade objectiva não só em estruturas neurofisiológicas materiais mas também em formas psíquicas ideais. Os animais possuem apenas estes dois sistemas de actividade nervosa. No estádio de desenvolvimento do homem surge um **terceiro sistema de actividade nervosa** que apresenta consideráveis particularidades qualitativas. É composto por ligações nervosas temporárias do córtice cerebral humano. Trata-se de ligações nervosas de ordem superior e de estrutura mais complexa que não correspondem a estímulos concretos determinados, antes sendo a sua generalização em palavras, isto é, sinais de todo um

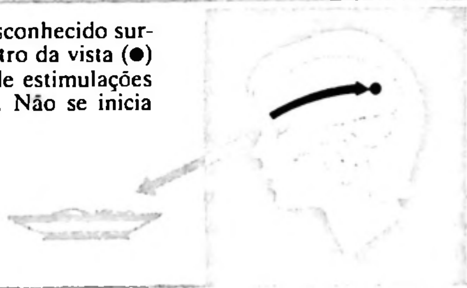
Reflexo não condicionado da salivação (esquema)

Os alimentos levados à língua estimulam as células do gosto e provocam nelas uma excitação. Através dos nervos sensitivos, os impulsos da excitação atingem o respectivo centro de reflexos na parte posterior do cérebro. As excitações são aí processadas. Novos impulsos nervosos levam as glândulas salivares à secreção de saliva. Ao mesmo tempo, o gosto dos alimentos é sentido no córtice (linha escura).



Desenvolvimento de um reflexo de salivação condicionado

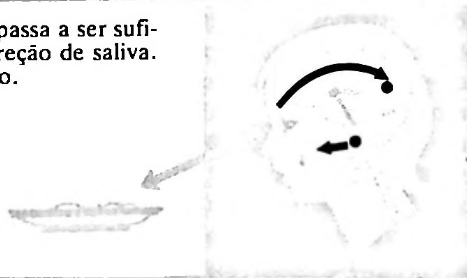
Quando se vê um alimento desconhecido surgem focos de excitação no centro da vista (●) no córtice cerebral por meio de estimulações das células do sentido da luz. Não se inicia qualquer fluxo de saliva.



Se o alimento chega à cavidade bucal, verifica-se a secreção de saliva (reflexo não condicionado). Simultaneamente é registado o gosto do alimento no centro do gosto ( ) situado no córtice cerebral. Com a repetição diversas vezes deste processo estabelece-se uma ligação temporária entre as funções dos dois focos de excitação.



Então, a vista desse alimento passa a ser suficiente para desencadear a secreção de saliva. Surgiu um reflexo condicionado.



grupo desses estímulos e, portanto, sinais de sinais. **Este terceiro sistema da actividade nervosa é, simultaneamente, o segundo sistema de sinais.** Ele só se forma no homem e representa uma adaptação às condições particulares da vida na sociedade. A capacidade de formar ligações nervosas que permitem uma generalização dos sinais primários está intimamente ligada ao aparecimento da linguagem fonética, razão pela qual a **linguagem** desempenha um importante papel na actividade do segundo sistema de sinais. A palavra surge aqui como sinal que anuncia ao homem, que a compreende, determinados objectos, situações, processos, etc., informando-o sobre eles. A particularidade qualitativa da palavra como sinal consiste em ela ser uma generalização de numerosos sinais concretos.

?

• Qual é a importância do segundo sistema de sinais?

!

• *Através do segundo sistema de sinais introduz-se na actividade nervosa um* **grau qualitativamente superior de abstracção e generalização.** *Como o homem pode formar, graças à linguagem, ligações nervosas condicionadas, as quais são generalizações dos sinais originais, ele pode libertar-se da superfície dos objectos perceptível pelos sentidos, compreender relações entre objectos e penetrar na essência desses objectos. O segundo sistema de sinais do homem constitui, pois, a base neurofisiológica do reflexo da realidade objectiva sob a forma mental de conceitos, proposições, teorias, etc.* **Considerado a partir dos seus mecanismos neurofisiológicos, o pensamento humano é uma função do segundo sistema de sinais** *em acção conjunta com os sistemas que lhe são anteriores.*

Com as suas investigações acerca do modo de funcionamento do sistema nervoso central e, especialmente, com a sua teoria dos dois sistemas de sinais, Ivan Pavlov (1849-1936) forneceu importantes bases para a compreensão materialista, científica, da consciência e do pensamento humanos. Com as suas descobertas puderam revelar-se as particularidades dos três grandes estádios da actividade nervosa e, desse modo, também do comportamento humano consciente. Actualmente, os nossos conhecimentos sobre a actividade nervosa humana ampliaram-se e aprofundaram-se consideravelmente, muitas questões estão hoje já em grande medida investigadas e as novas descobertas fazem rápidos progressos.



Ivan Pavlov

Elas levam à conclusão de que os produtos psíquicos — sensação, percepção e também o pensamento — surgem sobre a base material dos processos neurofisiológicos, sendo a forma suprema e mais exacta do reflexo do meio ambiente material. Eles surgem como consequência da acção do mundo exterior material sobre os órgãos dos sentidos e constituem a forma suprema de regulação das relações com o meio ambiente, o comportamento humano consciente. A concepção materialista dialéctica da consciência não identifica, no entanto, os processos psíquicos com os processos neurofisiológicos. Uma tal identificação seria mecanicista, negando a qualidade particular da psique no seu conjunto e do seu estádio supremo de desenvolvimento, a consciência humana.

A particularidade qualitativa do reflexo psíquico consiste em que ele não se processa apenas na forma das estruturas materiais do sistema nervoso mas, sob determinadas condições, também em formas psíquicas ideais, em sensações e percepções, etc. O reflexo psíquico surge, pois, na base dos reflexos condicionados. Ele enriquece-se com o desenvolvimento do córtice cerebral e leva, logo nos animais mais altamente desenvolvidos, a um «pensamento de acção» plástico-associativo. No homem, esse reflexo psíquico,

ideal, na figura do pensar, adquire carácter consciente. Ligadas ao pensamento e à linguagem, também as sensações e percepções humanas adquirem um carácter consciente.

4. 1.3. A qualidade particular da consciência e do pensamento

A consciência é, portanto, o **estádio supremo de desenvolvimento do psíquico**. O aparecimento do psíquico e, mais ainda, da consciência é um salto qualitativo no desenvolvimento da matéria, significa a formação de uma propriedade qualitativamente nova da matéria. Esta nova qualidade não se pode reduzir aos processos neurofisiológicos materiais. É certo que estes são a base material para a formação e funcionamento da psique, da consciência e do pensamento. Para isso não são necessárias quaisquer forças sobrenaturais, uma alma imaterial. Mas eles não são simplesmente idênticos entre si, conforme supõem muitos cientistas. O materialista vulgar Karl Vogt (1817-1895) afirmava, por exemplo, que os pensamentos estariam para o cérebro na mesma relação que a bílis está para o fígado ou a urina para os rins.

Contra uma tal concepção simplificadora, já Engels escreveu o seguinte: «Um dia certamente "reduziremos" o pensamento experimentalmente a movimentos moleculares e químicos no cérebro; mas com isso esgota-se a essência do pensamento?» [1]

Com isto, Engels sublinha a nova qualidade da consciência, que é certo, resulta de processos cerebrais naturais, mas que não pode ser reduzida a eles. A explicação científica não consiste em fazer desaparecer a diferença qualitativa, mas, sim, em esclarecer as condições que levam à formação da nova qualidade.

A explicação científica da consciência tem de mostrar que a actividade nervosa superior do homem contém as condições para o aparecimento da qualidade superior. Mas a consciência, a nova qualidade, ultrapassa a qualidade da actividade nervosa superior,

---

[1] Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 513.

contém propriedades qualitativamente novas. A principal nova qualidade da consciência consiste na capacidade de reflectir a realidade objectiva em imagens ideais. Estas imagens são uma «tradução» do material em ideal. A consciência surge como um produto da actividade nervosa superior material do homem, está — como o conjunto da actividade psíquica — enraizada nos processos neurofisiológicos e é sustentada por eles. Por que é então que não se pode designar a própria consciência como material?

?

Quais são os **traços característicos da consciência**, aqueles em que se expressa a sua nova qualidade?

!

A consciência é o **ser tornado consciente**. *Ela compreende o* **saber dos homens acerca da realidade objectiva**. *As sensações, percepções e representações, que são imagens sensorial-concretas da realidade objectiva, fazem tanto parte dela como o pensamento e as imagens mentais abstractas do mesmo e naturalmente também a memória, a capacidade de memorizar imagens tanto sensoriais como ainda abstractas. A consciência é não só consciência acerca do mundo material mas também sempre* **autoconsciência do sujeito**. *Ela distingue o «Eu» do «Não-Eu», o sujeito do objecto.*

A consciência permite ao homem uma actividade orientada para um fim. Partindo de conhecimentos sobre as propriedades e conexões dos objectos, determinam-se objectivos para a actividade, elaboram-se impulsos para a acção (motivações) e tomam-se decisões voluntárias. Ao mesmo tempo, controlam-se os resultados da actividade e, se necessário, procede-se a correcções, acertos, etc., dos objectivos e das acções. A consciência é, além disso, uma relação complexa do sujeito para com o seu meio ambiente, relação que se exprime em **sentimentos**, em **atitudes** e no **comportamento** perante objectos, processos, pessoas e relações sociais.

?

Mas que se passa então com o pensamento? Pode explicar-se do mesmo modo que a consciência?

! O **pensamento** *é, entre todos os processos da consciência, a* **forma mais elevada e mais complexa da actividade psíquica** *do homem. A sua característica específica consiste no facto de permitir* **reflectir** *a realidade objectiva em* **conceitos abstractos**. Como actividade psíquica, interior, o pensamento pode libertar-se, operando com conceitos, da realidade dada pelos sentidos e avançar para a descoberta de conexões gerais, essenciais, necessárias. Pensamento e linguagem formam uma unidade indissociável. O pensamento só pode funcionar tendo uma linguagem como fundamento, pois as complexas ligações nervosas do segundo sistema de sinais formam a sua base neurofisiológica. O pensamento precisa sempre de palavras como «sinais de sinais». A linguagem é a forma de existência material dos pensamentos. Estes só podem existir, ser percebidos e compreendidos quando se corporizam no material da linguagem, numa série de sons ou em símbolos escritos. Não podem existir simplesmente como ideias «puras». «O "espírito" tem consigo de antemão a maldição de estar "preso" à matéria, a qual nos surge aqui na forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência — a linguagem *é* a consciência real prática que existe também para os outros homens e que, portanto, só assim existe também para mim e a linguagem só nasce, como a consciência, da necessidade, da carência física do intercâmbio com outros homens.» [2]

4. 1.4. As máquinas podem pensar?

Como suprema actividade da consciência, o pensamento está ligado ao cérebro humano. O **cérebro é o órgão do pensamento**; o homem pensa com o cérebro. Ora, na nossa época fala-se frequentemente de que não é só o homem que pode pensar mas também certas máquinas electrónicas. Sim, e pode mesmo ler-se que cérebros electrónicos, artificiais, ou máquinas de pensar cibernéticas,

---

[2] Karl Marx/Friedrich Engels, *Die deutsche Ideologie* [*A Ideologia Alemã*], MEW, vol. 3, p. 30. [Ver: Marx/Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 22.]

ultrapassariam de longe a capacidade do homem, pois poderiam pensar muito mais depressa e com muito maior precisão. Na literatura científica há a este respeito uma acesa disputa entre defensores e adversários da tese do pensamento das máquinas.

?

• Haverá realmente máquinas pensantes? Ou, perguntando de outro modo, o homem já conseguiu ultrapassar a natureza e criar um dispositivo técnico capaz de realizar mais do que o cérebro, a matéria mais altamente desenvolvida?

Seja como for, sabemos que o cérebro humano, com a sua complexa estrutura e a sua enorme capacidade de realização, é o produto de um desenvolvimento e adaptação às condições do meio ambiente, com a duração de milhares de milhões de anos.

O pensamento é uma actividade que está igualmente sujeita a determinadas leis. O conhecimento destas leis permite-nos formalizar e reproduzir em modelos as operações do pensamento. As possibilidades técnicas da electrónica e da cibernética permitem-nos hoje também concretizar tais modelos técnicos. As máquinas de cálculo electrónico ou «máquinas de pensar» podem executar uma série de operações formalizadas substancialmente mais depressa e com mais exactidão do que o homem; isto diz respeito a todas as operações de cálculo. Essas máquinas podem também dominar todos os elementos formalizáveis das operações do pensamento. Podem executar todas as operações lógicas, traduzir de uma língua para outra, podem jogar xadrez e muitas coisas mais. Seria ousado traçar uma fronteira de princípio até à qual seria possível de futuro uma modelação formalizada do pensamento. Isso seria o mesmo que afirmar que há um limite absoluto para o conhecimento! É de admitir que ainda são formalizáveis substancialmente mais operações do pensamento do que aquilo que hoje sabemos ou sequer imaginamos!

É um facto que as máquinas electrónicas cumprirão as tarefas mencionadas e resolverão muitas outras. No entanto, o que é que estas máquinas fazem de facto quando «pensam»? Será que produzem conteúdos ideais, pensamentos, que associam estes às mais diversas ideias, que formam novos conceitos e teorias? Elas operam exclusivamente com símbolos e, nomeadamente, segundo programas formalizados. É possível que elas descubram e ordenem símbolos por si próprias e mesmo que modifiquem o seu progra-

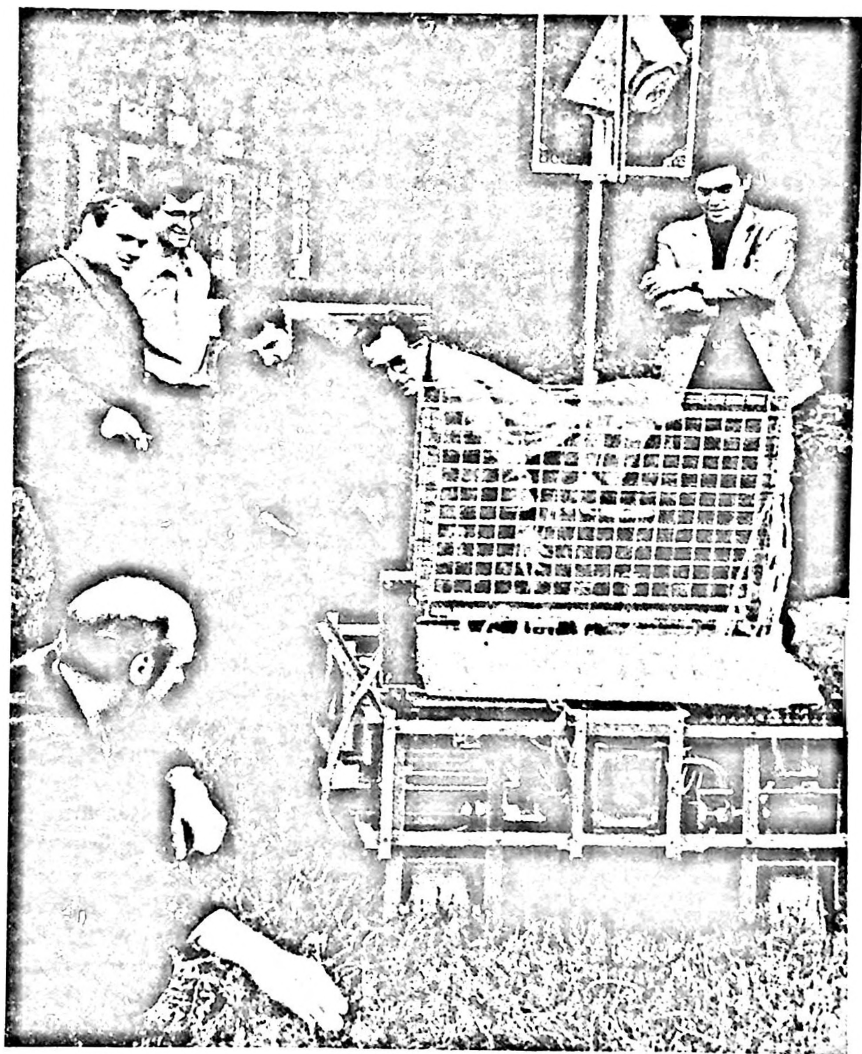
ma, que memorizem e voltem a utilizar resultados intermédios, e assim por diante. Mas, ao fazê-lo, elas não produzem conteúdos ideais e também não ordenam tais conteúdos aos símbolos. Quem faz isto é o homem que programa a máquina: ele é que fixou, com a formalização, os conteúdos ideais dos símbolos e, no final, também só ele é que sabe quais os conteúdos ideais que tem de atribuir aos símbolos resultantes das operações.

! *Se agora tivermos de decidir se a máquina realmente pensa ou não, estaremos numa situação difícil: se simplesmente o contestarmos, estaremos a negar que estas máquinas podem realizar partes essenciais dos processos de pensamento — nomeadamente os processos formalizáveis. Se simplesmente afirmarmos que elas pensam, então não estaremos a notar que o pensamento humano é um processo criador complexo que não se pode reduzir às operações formalizáveis e que tem fundamentos sociais para além dos naturais. Na verdade, estas máquinas realizam, do ponto de vista técnico, um certo tipo de operações do pensamento, nomeadamente as formalizáveis. Como executam essas operações segundo as intenções e programas do homem e, aliás, de forma mais rápida e precisa do que ele, elas significam um reforço enorme do pensamento humano.*

A nossa figura da p. 233 mostra um computador moderno.

4. 1.5. Fundamentos sociais do pensamento

As premissas e fundamentos naturais da consciência e do pensamento humanos surgiram no decurso de uma longa evolução biológica. Os órgãos dos sentidos, o sistema nervoso central, a actividade nervosa inferior e superior e, finalmente, a actividade psíquica dos animais superiores, foram-se formando e aperfeiçoando gradualmente num desenvolvimento que durou milhares de milhões de anos. Com base no desenvolvimento do seu sistema nervoso central e na actividade reflexa condicionada do mesmo, os animais superiores são não só capazes de reflectir o meio ambiente material em percepções sensoriais mas podem também, no âmbito do reflexo sensorial, produzir já certas acções inteligentes. Engels



O conhecido cirurgião cardiologista soviético Nikolai Amossov ocupa-se também com a modelização de processos mentais. Um grupo de trabalho desenvolveu sob a sua orientação, no Instituto de Cibernética de Kíev, um robot de transporte cujas reacções a circunstâncias exteriores não foram condicionadas por um programa nele previamente introduzido.
Essas reacções surgiram na sequência de condições exteriores e podem ser designadas por modelos de reacções psíquicas.

chamou a atenção para o facto de existir uma grande semelhança entre essas acções inteligentes dos animais e as do homem [3]. Esta semelhança explica-se a partir do desenvolvimento filogenético do sistema nervoso central e das suas funções. Entre os animais mais evoluídos, os primatas, encontramos já a capacidade de um pensamento integrado em processos de actuação variáveis com as situações. Isto é, sem dúvida, um pré-estádio directo do pensamento humano. No entanto, como mostraram inequivocamente todas as experiências com antropóides, estes não podem atingir o estádio qualitativamente superior do pensamento, o pensamento conceptual que abstrai e generaliza, que se pode libertar da situação concreta e do decurso da acção prática.

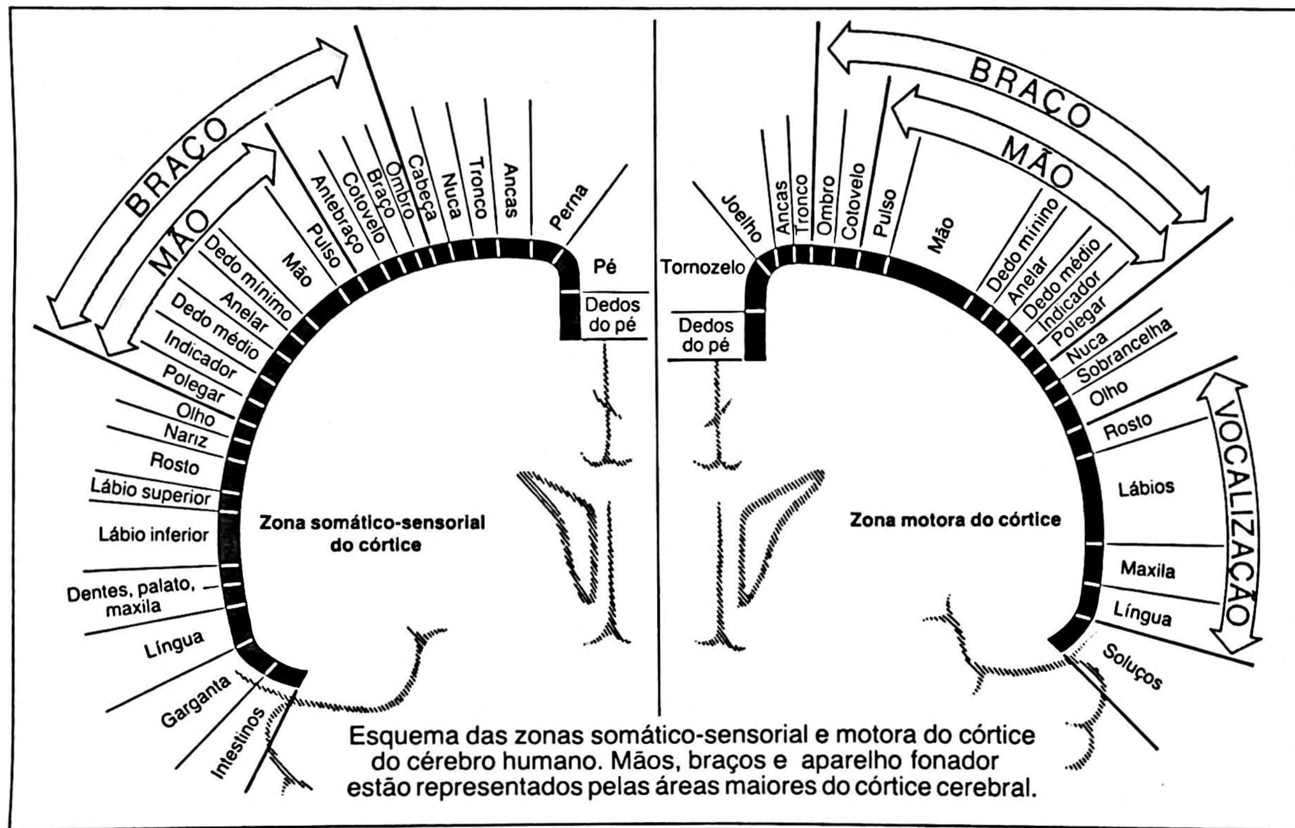
? Como se chegou à formação do pensamento humano?

! *O desenvolvimento biológico não pôde provocar um novo progresso da actividade nervosa superior porque o estado já alcançado pela actividade reflectora nos primatas chegava completamente para a regulação do comportamento e das relações com o meio ambiente. Só novas necessidades, que exigiam um reflexo diferenciado e uma regulação ainda mais exacta do comportamento e das relações com o meio ambiente, conseguiram provocar um desenvolvimento qualitativamente superior da actividade nervosa e da psique. A* **força motriz** *deste desenvolvimento superior foi o* **trabalho social** *que começava a aparecer no homem que então se formava. A consciência, a linguagem e o pensamento conceptual formaram-se por meio do impulso da actividade laboral social. Assim, elas são já um resultado do* **processo de vida social dos homens**. *A premissa mais importante para o aparecimento da consciência e do pensamento a partir dos estádios biológicos anteriores, que já encontramos entre os primatas, foi o fabrico de instrumentos.*

Ora, nós sabemos, no entanto, a partir da investigação do comportamento, que já os animais utilizam também instrumentos. Os antropóides fabricam mesmo determinados instrumentos para resolver uma tarefa concreta. Mas não conservam os instrumentos

---

[3] Ver Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 491.



Esquema das zonas somático-sensorial e motora do córtice do cérebro humano. Mãos, braços e aparelho fonador estão representados pelas áreas maiores do córtice cerebral.

antes criados para os utilizarem de novo, e também não aperfeiçoam continuamente um instrumento para o tornarem ainda mais utilizável. O uso e fabrico de instrumentos tem entre os animais um carácter casual e acessório, não sendo determinante da sua actividade vital. No homem, isso é diferente.

! *Na sequência de radicais mudanças climatéricas e geográficas, os homens em formação viram-se obrigados a passar ao uso constante de instrumentos. Isto levou à formação gradual de relações colectivas de trabalho, de relações sociais e das formas de comportamento correspondentes. A necessidade de entendimento produziu gradualmente a linguagem.*

As operações de trabalho constantemente repetidas estavam ligadas a instrumentos bem determinados. Estes foram transmitidos de geração para geração e, com eles, a experiência acumulada, que, por seu lado, levou ao aperfeiçoamento dos instrumentos. A execução do trabalho contribuiu substancialmente para o desenvolvimento da mão: esta tornou-se não só um instrumento de preensão cada vez mais hábil, próprio para operações cada vez mais diferenciadas, mas transformou-se também, como órgão sensível do tacto, num instrumento de conhecimento.

«Assim, a mão é não só o órgão do trabalho **mas também o seu produto.**» [4] A formação completa da mão humana e das suas funções diferenciadas teve grande influência no desenvolvimento do cérebro humano, especialmente do córtice cerebral: ela provocou um aumento significativo dos centros sensoriais e motores. A neurologia moderna constatou que cada parte do exterior do corpo humano está «representada» por regiões correspondentes do córtice cerebral. O tamanho dessas zonas do córtice não corresponde de forma nenhuma ao tamanho das partes do corpo respectivas. Se imaginarmos a representação de todo o corpo humano no córtice cerebral com a forma de uma pessoa, esta terá uma figura curiosa: um corpo diminuto com grandes extremidades, sendo as mãos particularmente gigantescas, uma cabeça muito grande com uma língua enorme e uma laringe desproporcionadamente grande. Daqui conclui-se que as funções das mãos e as funções do aparelho da linguagem tiveram a maior influência no desenvolvimento do cérebro humano. A nossa figura da p. 235 evidencia também estes factos. Isto significa que o cérebro humano com os seus produtos específicos, que o **pensamento e a linguagem estão condiciona-**

---

[4] Ver Friedrich Engels, *Dialektik der Natur* [*Dialéctica da Natureza*], MEW, vol. 20, p. 445.

dos socialmente. Eles só acabaram de se formar e de se desenvolver de forma especificamente humana sob a influência determinante da actividade laboral.

! *A actividade laboral colectiva exigiu o desenvolvimento da consciência e do pensamento abstracto. Como, no processo de trabalho, as diversas actividades foram divididas por diferentes membros do colectivo, cada um tinha de executar trabalhos que só indirectamente estavam associados ao objectivo desejado, a procura e produção de alimentos. Para poder participar no trabalho colectivo, cada indivíduo tinha de compreender a conexão da sua própria actividade com o processo conjunto e com o seu resultado, isto é, ele tinha de entender conexões que não eram imediatamente visíveis. O processo de trabalho colectivo fomentou o comportamento consciente, consolidou os primeiros elementos de compreensão consciente de conexões abstractas e, juntamente com a linguagem, levou a que o pensamento abstracto, conceptual, fosse gradualmente surgindo a partir do pensamento situacional, plástico-concreto, prático e ligado aos objectos próprios dos antepassados do homem.*

Desde o aparecimento da sociedade humana, a consciência e o pensamento registaram um forte desenvolvimento. Na base da actividade laboral social, que se ia tornando mais variada — caça, criação de animais, agricultura, fiação, tecelagem, trabalho de metais, olaria, construção de casas e urbanização, construção de navios e navegação, etc. —, surgiram também diversas necessidades e impulsos no sentido de um maior aperfeiçoamento e diferenciação da actividade da consciência. Num determinado estádio de desenvolvimento da sociedade, em conexão com a formação de classes e a dominação de classe, chegou-se à divisão entre trabalho manual e intelectual. Isto criou novas possibilidades para o desenvolvimento diferenciado da consciência social e do pensamento humano. O resultado mais importante desta divisão social do trabalho foi o facto de passar a haver um grupo especializado de homens que se ocupava predominantemente com o conhecimento e o seu desenvolvimento e de ter começado uma actividade sistemática de conhecimento.

4. 2. O conhecer como reflexo da realidade objectiva na consciência humana

4. 2.1. Diversos tipos de reflexo

A consciência, especialmente o pensamento, torna o homem capaz de reflectir sob diversas formas e de processar intelectualmente o mundo material, tanto a natureza como a sociedade. Os resultados desta «apropriação intelectual» do mundo, o saber, a arte, a moral, a religião, etc., servem para modelar e regular conscientemente as suas relações com o meio ambiente natural e entre si. Em que consiste, sob este aspecto, a diferença qualitativa entre animal e homem?

É que os animais **adaptam-se** ao seu meio ambiente, ao passo que os homens **transformam o meio ambiente em conformidade a fins**, de acordo com as suas necessidades: modificam objectos encontrados, criam novos objectos a partir de substâncias naturais, colocam as forças e processos da natureza ao seu serviço e põem-nas a actuar segundo a sua vontade em máquinas, instalações técnicas, centrais de energia, etc. Mas, tudo isto só se torna possível na medida em que os homens adquirirem conhecimentos seguros acerca das propriedades e leis dos objectos naturais e das forças da natureza. O crescente domínio dos homens sobre a natureza torna-se, portanto, possível, em primeiro lugar, através do conhecimento.

? O que é «conhecer»? Em que consiste
a essência desta actividade especial do homem,
que se realiza por meio da consciência?

Conhecer é, pela sua essência, reflectir o mundo objectivo na consciência humana.

Este reflexo é uma propriedade geral da matéria que existe em diferentes estádios de desenvolvimento. Nas pp. 222-224 tínhamo-nos já ocupado da capacidade de os organismos animais

reflectirem o seu meio ambiente. Poder-se-á concluir daí que conhecimento e reflexo são idênticos, que todo o reflexo conduz também a conhecimentos? É evidente que não podemos equiparar reflexo e conhecimento. É certo que todo o conhecimento é um reflexo mas nem todo o reflexo é conhecimento.

! **O conhecimento é um tipo de reflexo que só surge no estádio de desenvolvimento da sociedade humana.** *Ele pressupõe já a consciência humana desenvolvida com a capacidade de pensamento conceptual, que abstrai e generaliza.*

Poderemos, em consequência disso, dizer que conhecer é reflectir o mundo na consciência humana? A consciência humana pode reflectir o mundo de formas muito diferentes: na forma da ciência, da arte, das concepções morais, da religião. **Todas estas formas de consciência sociais são um reflexo do mundo objectivo.** Evidentemente que é necessário determinar as particularidades do conhecimento para o podermos distinguir de outros tipos de reflexo consciente.

4. 2.2. O que distingue o conhecimento

? De que modo se diferencia o conhecimento de outras formas de reflexo?

! *Conhecer é um tipo especial de reflexo consciente do mundo objectivo na consciência social que se distingue por* **traços** *característicos. Em que consistem eles?* **Conhecer é a apropriação teórica do mundo objectivo,** *isto é, um reflexo que se orienta pelas propriedades essenciais, as estruturas universais e as leis do mundo objectivo. A sua finalidade é adquirir imagens mentais, tanto quanto possível exactas, acerca dessas propriedades, estruturas e leis e processar essas imagens sob a forma de conceitos, princípios, fórmulas, hipóteses, teorias, etc., elaborando-os num* **modelo mental** *de sectores da natureza e da sociedade. As imagens adequadas das propriedades, estruturas e leis*

essenciais do mundo objectivo, **os conhecimentos.** *servem aos homens como fundamento teórico da sua actividade orientada para um fim. Eles permitem-lhes aproveitar e utilizar na prática essas propriedades, estruturas e leis com o fim de transformarem e controlarem de forma planificada os processos da natureza e da sociedade.*

Há outros tipos de reflexo consciente do mundo objectivo que se distinguem do conhecimento, embora neles os conhecimentos também desempenhem o seu papel. **O reflexo artístico**, por exemplo, pretende apresentar traços do mundo conformes a leis — especialmente processos da vida social e modos de comportamento humanos — em imagens artísticas particulares, exemplares, de forma tal que nelas se exprima uma determinada atitude, uma posição, uma apreciação dos processos e pessoas apresentados. É evidente que no reflexo artístico a individualidade do artista e sua atitude e «estilo» pessoal desempenham um importante papel. Naturalmente que as obras de arte contêm também conhecimentos, e a arte, em absoluto, também tem uma função de mediadora de conhecimentos. No entanto, ela é um tipo específico de reflexo consciente que não se pode identificar com o conhecimento.

Se quisermos utilizar tecnologicamente na produção determinadas forças e processos naturais, necessitamos para isso, como fundamento teórico, dos correspondentes conhecimentos exactos da física, química, ciências técnicas, etc. E estes só podem ser por nós obtidos a partir do reflexo teórico, do conhecimento das leis físicas, químicas e técnicas das ciências da natureza e das ciências técnicas. Não os podemos obter a partir das melhores representações artísticas, romances, contos, dramas, pinturas, peças de música, etc., embora a partir destas obras de arte se possa adquirir também determinados conhecimentos sobre situações sociais, comportamentos humanos, conflitos, modos de pensar, etc. É certo que com isto se explica de uma forma apenas elementar a diferença entre conhecimento e reflexo artístico. No entanto, esperamos que isto sirva de estímulo para se reflectir mais sobre o assunto.

Também a **religião**, como forma da consciência social, é um reflexo de conexões do mundo objectivo, sendo, de resto, um reflexo fantástico-invertido. Apesar de nelas se falar mais do céu e de seres «sobrenaturais», todas as religiões têm um conteúdo muito terreno, uma vez que aquilo que na consciência religiosa assume tais formas fantásticas são forças da natureza e forças sociais não controladas que dominam os homens. É claro que o reflexo religioso do mundo se distingue, por princípio, do reflexo teórico,

do conhecimento. E, no entanto, também a religião contém certos conhecimentos, que em épocas anteriores, quando o conhecimento científico não estava ainda desenvolvido, desempenharam um papel útil.

Vemos, pois, que há diferentes tipos de reflexo consciente do mundo objectivo pelo homem, que se distinguem uns dos outros em alguns aspectos. O conhecimento é um tipo específico de reflexo que nos permite criar **imagens ideais da realidade objectiva** que são uma **reprodução relativamente exacta das propriedades, estruturas e leis essenciais** de domínios da **natureza** e da **sociedade** na forma de **conceitos, proposições** e **teorias científicas**.

4. 2.3. O conhecimento como processamento de informações

? Como tem lugar o conhecimento, enquanto processo de reflexo?
De que forma é que as informações acerca da realidade objectiva chegam à consciência humana?

Esta pergunta está intimamente ligada à questão fundamental da filosofia e é respondida pelos filósofos materialistas de forma diferente da dos idealistas. A área especial da filosofia que se ocupa da resposta a essa pergunta chama-se teoria do conhecimento. As teorias do conhecimento idealistas partem predominantemente do princípio de que o conhecimento se desenrola exclusivamente na consciência do homem. Pelo contrário, o materialismo, em todas as suas formas, defende a concepção de que o **conhecimento é um processo de interacção do sujeito que conhece com os objectos do mundo material**. O reflexo pressupõe que o sujeito entra numa inter-relação activa com o objecto, que recebe informações da realidade objectiva e as trabalha.

! *A ligação imediata da consciência ao mundo material é produzida pelos* **órgãos dos sentidos**. *São eles que recebem a* **informação primária a partir do mundo exterior**, *a transformam e a encaminham como estímulo nervoso.*

Os órgãos dos sentidos humanos adquiriram a forma adequada aos seus fins durante toda a pré-história biológica do homem e tomaram o seu modo de funcionamento especificamente humano sob a influência determinante do trabalho social. O estudo dos órgãos dos sentidos e da actividade nervosa superior confirmou que os órgãos dos sentidos ligam a nossa consciência directamente com o mundo exterior. Eles são receptores, recebem os estímulos do meio ambiente, os quais são então processados nos analisadores (dos quais fazem parte os receptores e ainda as vias nervosas para o cérebro e partes do córtice cerebral).

Para compreender o processo de reflexo é então importante saber por que forma ocorre a **recepção e processamento da informação primária através dos receptores**. Cada receptor reage apenas a **estímulos** bem determinados ou **adequados**. Assim, por exemplo, o olho humano reage apenas a ondas electromagnéticas com um comprimento de onda entre 380 e 760 nm. Esta é a faixa da luz visível, enquanto nenhum dos outros comprimentos de onda do espectro das ondas electromagnéticas provoca quaisquer impressões visuais. São estímulos inadequados.

Através da sua interacção activa com o mundo exterior material, os receptores do homem recebem uma enorme quantidade de informações. Estas fluem constantemente para os receptores, mas só uma parte diminuta delas atinge o centro do sistema nervoso. Isto não significa que a informação se perca, apenas acontecendo que, durante o seu processamento, ela é muito consideravelmente reduzida, de certa maneira «concentrada».

! *Os* **receptores transformam** *a informação recebida como sinais estranhos ao sistema em sinais próprios do sistema. Dizemos que os codificam. Para tal, todos os receptores utilizam a mesma* **chave de código**: *todos eles utilizam como sinais os* **impulsos electroquímicos nervosos** *e utilizam como* **código** *a* **modulação de frequência**.

Os receptores são, portanto, transformadores de informações que codificam, num tipo unitário de sinais dos impulsos electroquímicos nervosos de frequência modulada, todas as informações provenientes do mundo exterior, independentemente de estas existirem na forma de sinais ópticos, acústicos ou outros. Esta **unificação de todas as informações** dos diferentes receptores é uma

condição necessária para que possam surgir imagens ideais unitárias.

Como se faz a continuação do processamento da informação no sistema nervoso central humano? Investigações intensivas ampliaram rapidamente nos últimos tempos os nossos conhecimentos acerca dos complexos processos que conduzem ao aparecimento das imagens ideais na consciência. Mas neste campo muita coisa continua ainda por esclarecer e as ideias acerca destes processos são em parte ainda hipóteses.

! *Pela acção conjunta dos diferentes níveis do sistema nervoso central, a informação, reprocessada em cada nível, alcança finalmente o córtice cerebral. Por meio da formação de complexas cadeias de reflexos nos campos de projecção dos analisadores produzem-se as ligações condicionadas, que possuem um lado psíquico, ideal, e em cuja base surgem ao mesmo tempo as percepções e se formam os conceitos. Percepções e conceitos estão, deste modo, ligados à realidade objectiva. Como imagens de propriedades, objectos, ligações da realidade objectiva, elas têm a sua* **origem no mundo material** *e não na consciência.* **O seu conteúdo é objectivo**, *pois não é mais do que a informação acerca da realidade objectiva processada pelos órgãos dos sentidos e pela actividade nervosa e psíquica. Isto conduz-nos à fundamentada conclusão de que* **os nossos conhecimentos são objectivos**, *isto é, correspondem aos objectos reflectidos. Esta correspondência deve ser entendida como aproximada e não como correspondência absoluta.*

4. 3. Dialéctica do processo de conhecimento

4. 3.1. Também no conhecimento tudo acontece de forma dialéctica

Os homens conhecem o mundo objectivo num longo processo de conhecimento que percorre um desenvolvimento histórico. Tal como na natureza e na sociedade também no conhecimento tudo

acontece de forma dialéctica! E, tal como na natureza e na sociedade, também no processo de conhecimento a dialéctica surge em manifestações particulares, que exigem uma análise especial. É disso que se ocupa a **teoria do conhecimento**, que, na filosofia marxista-leninista, forma uma unidade com a dialéctica.

? Como é que a dialéctica do conhecimento se diferencia da dialéctica da natureza e da sociedade?

! *Ela apresenta uma particularidade importante: o pensamento pode conhecer as leis da dialéctica e aplicá-las conscientemente. Ele pode elaborar* **o modo dialéctico de pensar** *e utilizar* **o método dialéctico de pensar** *como instrumento do conhecimento.*

Já tínhamos desenvolvido este ponto de vista no primeiro capítulo, nas pp. 82-83, quando se falou do método dialéctico.

Porém, tal como o desenvolvimento na natureza e na sociedade, o processo de conhecimento humano decorre objectivamente de forma dialéctica, independentemente de os homens conhecerem a dialéctica e a utilizarem conscientemente como método. Como se apresenta isto? O conhecimento é um processo histórico que se desenvolve do não-saber para o saber, do saber para um saber cada vez mais exacto, mais pormenorizado e mais vasto. Este processo de desenvolvimento caracteriza-se, tal como o desenvolvimento na natureza e na sociedade, por **contradições dialécticas**. «O conhecimento é a eterna, infinita aproximação do pensamento ao objecto. O *reflexo* da natureza no pensamento do homem deve ser compreendido não de forma "morta", não de forma "abstracta", **não sem movimento**, não sem contradições, mas num eterno **processo** de movimento, de aparecimento de contradições e da sua solução.» [5] Isto aplica-se ao processo do conhecimento por cada pessoa individualmente bem como ao processo do conhecimento pela sociedade. Os dois constituem uma unidade dialéctica. No processo do conhecimento surgem continuamente contradições dialécticas que se movem e desenvolvem, se resolvem e se colocam de novo a um nível superior.

O processo do conhecimento humano é uma componente ne-

---

[5] V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica»*, *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 177 (em russo).

cessária do processo da vida social. Este provoca também o processo do conhecimento, em cada estádio do desenvolvimento, e os seus resultados — os conhecimentos — constituem uma premissa necessária do estádio superior da vida social. Desta interacção dialéctica entre o processo de vida social e o processo do conhecimento resulta constantemente uma **contradição entre, por um lado, a prática que transforma activamente a natureza e a sociedade e, por outro lado, o conhecimento**. Uma e outro formam oposições, que permanecem em conflito, e que se condicionam reciprocamente e ao mesmo tempo se excluem. A prática social actual da sociedade socialista pressupõe, por exemplo, um elevado grau de desenvolvimento do conhecimento científico nas ciências da natureza, nas ciências sociais e nas ciências técnicas bem como ainda na filosofia marxista-leninista. Os conhecimentos são utilizados e aproveitados para dirigir e planificar o desenvolvimento da sociedade socialista como um todo bem como o dos seus diferentes sectores, para desenvolver as forças produtivas, a técnica e a tecnologia, para ampliar a cultura e, desse modo, o domínio dos homens sobre a natureza. Nesta medida, prática e conhecimento formam uma unidade de contrários. Mas entre eles desenvolve-se também, simultaneamente, um conflito, uma «luta», pois o progresso da prática social provoca necessidades práticas que não podem ser satisfeitas com o estado actual dos conhecimentos.

As necessidades práticas e os problemas da obtenção de energia, por exemplo, não podem ser resolvidos com o estado actual dos conhecimentos. As reservas de carvão e petróleo são limitadas, mas os nossos conhecimentos sobre a forma de utilizar de modo prático a quase inesgotável energia solar são insuficientes. Também os nossos conhecimentos acerca das possibilidades de utilizar a fusão nuclear como fonte de energia ainda não são suficientes para dominarmos esta força da natureza.

Nos países socialistas a construção da sociedade socialista processa-se na base teórica do marxismo-leninismo. Com o progresso da sociedade socialista surgiram, porém, numerosos problemas práticos para os quais não há ainda respostas teóricas elaboradas. Por isso, tornou-se necessário elaborar uma teoria da sociedade socialista avançada para resolver esta contradição entre a prática social e o estado dos conhecimentos existentes. Pode mostrar-se com muitos exemplos que, na realidade, surgem constantemente novas contradições entre a prática e o conhecimento. Essas contradições movem-se e são resolvidas por meio de um novo desenvolvimento da prática e do conhecimento e surgem depois

novamente a um nível superior. A lei fundamental geral da dialéctica, a lei da unidade e «luta» dos contrários, actua, portanto, também, no domínio do pensamento e do conhecimento.

O mesmo se pode dizer da lei da passagem de transformações quantitativas a novos estados qualitativos e da lei da negação da negação.

4. 3.2. Conhecimento e prática social

Tendo entendido o processo do conhecimento como componente necessária do processo de vida social, o materialismo dialéctico e histórico conseguiu descobrir as suas leis determinantes e os seus resultados. Ele ultrapassou a separação entre conhecer e conhecimentos, por um lado, e a prática social, por outro, que é característica de toda a filosofia antes de Marx e Engels bem como da filosofia burguesa actual.

«O ponto de vista da vida, da prática, deve ser o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria do conhecimento» [6], escreveu Lénine. A interligação recíproca e a acção recíproca dialécticas entre a prática e o conhecimento são a chave para compreender a dialéctica do processo do conhecimento.

? Mas o que é a **prática**?

! *Prática é a* **actividade social, material-objectiva, dos homens orientada para transformar**, *de forma consciente e orientada para um fim*, **o meio ambiente natural e social** *de acordo com os objectivos dos homens. A forma fundamental da prática é* **o trabalho na produção**. *Uma forma importante da prática é a* **actividade sociopolítica**. *Outras formas da prática são os aspectos das actividades científica, técnica e artística, directamente orientadas para a transformação da realidade.*

---

6 V. I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 107.

? Qual é então a relação entre prática e conhecimento?

! **Primeiro,** *a prática social é* **o fundamento determinante do processo do conhecimento.**

A partir de cada estádio de desenvolvimento da prática social, especialmente do da produção e do da técnica, resultam para o conhecimento problemas e tarefas, que têm de ser resolvidos para que se possam vencer as tarefas práticas. Toda a história da ciência e da técnica mostra isto de uma forma muito clara. «Tenha a sociedade uma necessidade técnica, e isso ajudará a ciência mais do que dez universidades.» [7]

Hoje, a situação não é diferente. Por exemplo, nos países socialistas, os impulsos decisivos para o progresso do conhecimento resultam das tarefas práticas que há para resolver com vista a edificar a sociedade socialista avançada, a levar a cabo a revolução científico-técnica de uma forma socialista e a construir a base técnico-material do comunismo. A prática social determina a direcção em que se desenvolve o processo do conhecimento e determina também quais os domínios do mundo objectivo que se tornam objecto do conhecer.

! **Segundo,** *a prática social determina* **os objectivos do conhecimento.** *Do estádio de desenvolvimento da prática dependem em grande medida as possibilidades de aplicação dos conhecimentos. Na sociedade de classes é a classe dominante em cada época que determina como, em benefício de quem e no interesse de quem os conhecimentos são utilizados.* Na sociedade socialista, os conhecimentos científicos são usados com o objectivo de garantir a todos os trabalhadores uma vida em paz e segurança, com um elevado nível de vida material e cultural e de criar condições cada vez melhores para o desenvolvimento tão universal quanto possível da personalidade.

! **Terceiro,** *a prática social é* **a principal força motriz do processo do conhecimento,** *uma vez que, na relação de contradição dialéctica entre a prática e o conhecimento, ela é o aspecto determinante em última instância.*

---

[7] Carta de Engels a W. Borgius, 25 de Janeiro de 1894, MEW, vol. 39, p. 205.

4. 3.3. Processo do conhecimento individual e social

Tínhamos verificado que o cérebro é o órgão do pensamento. Resulta daí que o processo do conhecimento está sempre ligado a pessoas individuais, a indivíduos, pois não existe um órgão de pensar colectivo.

?

• Será, pois, o processo do conhecimento um processo individual na cabeça de cada um?

Era precisamente assim que a filosofia pré-marxista tinha considerado o problema do conhecimento, chegando desse modo a uma representação abstracta e a-histórica do conhecimento. Mas, na realidade, no processo do conhecimento, tal como no processo do trabalho, não há nenhum Robinson que, entregue apenas a si próprio, produza conhecimentos.

!

• *O conhecimento é sempre actividade social, pois é realizado por homens que pertencem a uma determinada sociedade e a uma classe, cujo conjunto de conhecimentos é um produto da sociedade e da sua história e que, no processo do conhecimento, agem em conjunto com outros homens. Por isso,* **o processo do conhecimento** *tem* **sempre carácter social**, *independentemente de se tratar do processo do conhecimento de um indivíduo ou de um colectivo ou de uma classe ou ainda de toda a sociedade. O materialismo dialéctico e histórico destaca claramente que o conhecimento humano se desenvolve na interacção dialéctica dos* **processos de conhecimento individual e social**.

Como todo o conhecimento está ligado a indivíduos e à sua actividade cognitiva, o processo do conhecimento individual constitui, de certo modo, o gérmen de todo o conhecimento. Por processo de conhecimento individual entendemos a aquisição e produção de conhecimentos acerca do mundo pelo indivíduo. Porém, os indivíduos não actuam, mesmo no conhecer, de forma isolada. Tal como a sociedade resulta da acção conjunta dos indivíduos e das suas relações recíprocas, assim também **o processo de conhecimento social** resulta da combinação dos processos de conhecimento individuais e das suas relações recíprocas.

Os processos de conhecimento individual e social estão em interacção dialéctica por diversas formas. Cada processo de conhecimento individual é uma parte, um elemento, de um processo de conhecimento social e, inversamente, cada processo de conhecimento social consiste em processos de conhecimento individuais e nas suas relações. Assim como um sistema não é simplesmente a soma dos seus elementos, mas antes constitui uma nova qualidade, também o processo de conhecimento social possui, como totalidade, propriedades qualitativamente novas que não aparecem no processo de conhecimento individual.

Cada processo de conhecimento individual é necessariamente limitado, unilateral e imperfeito, pois depende do saber, da experiência, das possibilidades de conhecimento, etc., do indivíduo em questão. Em contrapartida, o processo de conhecimento social não está limitado por essas barreiras, pois estas são superadas por meio da cooperação e da divisão do trabalho, por meio do intercâmbio e da combinação das actividades cognitivas e dos conhecimentos. O processo de conhecimento social apenas é limitado historicamente pelas condições da época, pelo estádio de desenvolvimento das forças produtivas e do conjunto da prática social. Mas ele é capaz de um desenvolvimento sem limites. O pensamento humano só é soberano como processo de conhecimento social: «Temos aqui de novo a mesma contradição [...] entre o carácter do pensamento humano, representado necessariamente como absoluto, e a sua realidade em pessoas singulares pensando apenas de forma limitada, contradição que só se pode resolver no progresso infinito, na sequência das gerações de homens, que para nós, pelo menos de um ponto de vista prático, é infinita. Neste sentido, o pensamento humano é tão soberano como não soberano e a sua capacidade de conhecimento tão ilimitada como limitada. Soberano e ilimitado por disposição, por vocação, por possibilidade, pelo objectivo histórico final; não soberano e limitado pela realização singular e pela realidade de cada momento.» [8]

Os processos de conhecimento individual e social pressupõem-se reciprocamente e condicionam-se mutuamente: o processo de conhecimento individual consiste, numa parte significativa, em assimilar o saber já existente no conhecimento social. Hoje, os indivíduos adquirem o saber social sobretudo na escola, na formação profissional, nos institutos médios e superiores. Deste modo, eles obtêm a condição necessária para poderem participar activa-

---

[8] Friedrich Engels, *Anti-Dühring*, MEW, vol. 20, pp. 80-81.

mente no processo de conhecimento social. Portanto, os processos de conhecimento individuais nem sequer seriam possíveis sem o processo de conhecimento social e os seus resultados. Mas, inversamente, o processo de conhecimento social não pode realizar-se senão através da actividade cognitiva dos indivíduos, através de processos de conhecimento individuais. Os resultados dos processos de conhecimento individuais que produzem novo saber entram no conhecimento social global e tornam-se, assim, numa premissa da continuação do desenvolvimento do conhecimento. A contradição dialéctica entre a fraqueza e imperfeição do pensamento e do conhecimento individuais e o poder e ilimitada capacidade de desenvolvimento do pensamento e conhecimento sociais é, deste modo, continuamente resolvida e colocada de novo a um nível superior.

Destes factos resulta, para cada um de nós, a conclusão de não podermos dar-nos por satisfeitos com o saber adquirido na escola. Os rápidos progressos do processo de conhecimento social na nossa época, precisamente, obrigam-nos a uma reciclagem permanente e à aquisição de novos conhecimentos. Se não o fizermos, então, da contradição entre o nosso saber individual e o saber social resultará um profundo abismo que, a curto prazo, mesmo com o máximo esforço só muito dificilmente ou de modo nenhum poderá ser já ultrapassado.

4. 3.4. A relação dialéctica entre experiência dos sentidos e pensamento



Qual a conexão entre experiência dos sentidos e pensamento?

Lénine caracterizou da forma seguinte a origem e desenvolvimento do conhecimento: «Da intuição viva para o pensamento abstracto

e dele para a prática — *eis o caminho dialéctico do conhecimento da* **verdade**, *do conhecimento da realidade objectiva.*» [9]

Se considerarmos o processo de conhecimento social e o sistema do saber, vemos que, em última instância, todo o conhecimento remonta à intuição sensível, à experiência dos sentidos. Mas esta experiência, na forma de sensações e percepções, não significa ainda nenhum conhecimento: só quando o pensamento conceptual emergente na base da actividade laboral social criou a possibilidade de, através da abstracção e da generalização, representar em conceitos relações essenciais, necessárias e gerais, operar com esses conceitos, acumular e reprocessar o conhecimento neles contido, é que se pôde falar de conhecer e de conhecimentos.

! *Experiência dos sentidos e pensamento teórico são dois elementos necessários do processo do conhecimento que estão em interacção dialéctica entre si. Eles formam uma unidade de contrários que se condicionam e interpenetram mutuamente no processo do conhecimento. A experiência dos sentidos é o acesso directo à realidade objectiva por parte do sujeito que conhece. Sem experiência dos sentidos não pode haver qualquer conhecimento. Ao mesmo tempo, porém, a experiência dos sentidos ainda não é um conhecimento. Só quando o pensamento teórico a ela se une, a penetra e processa é que ela se torna num elemento do conhecimento. Inversamente, o pensamento teórico também não pode obter nenhuns conhecimentos a partir apenas de si próprio sem o material da experiência dos sentidos. Só apoiando-se na experiência dos sentidos é que ele obtém as informações necessárias acerca da realidade objectiva, as quais permitem obter conhecimentos acerca dela.*

? Quais são os resultados da experiência dos sentidos?

! *Como resultado da experiência dos sentidos surgem na consciência humana sensações e percepções. A* **sensação é uma imagem de uma propriedade isolada de um objecto**, *que opera directamente sobre os receptores. A* **percepção** *é uma* **ima-**

[9] V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica»*, *Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, pp. 152-153 (em russo).

gem totalizada de objectos com as suas propriedades e ligações, *que operam directamente sobre os receptores.*

As percepções, no seu conjunto, dão uma imagem intuitiva dos objectos, uma imagem em que estão contidos não só o fenómeno exterior, o único e acidental, mas também as conexões internas, essenciais, gerais e necessárias. Na percepção, aliás, elas não são ainda distintas, de modo que nela **fenómeno** e **essência** constituem uma unidade indiferenciada. As percepções contêm, pois, o material sensorial necessário a partir do qual o pensamento, analisando e sintetizando, abstraindo e generalizando, pode seleccionar e fixar em conceitos, partindo de todas as conexões, aquelas que são essenciais, necessárias, gerais. Esta transição do fenómeno para a essência é, simultaneamente, um **salto qualitativo** dentro da actividade cognitiva, a transição para o pensamento teórico, que abre em princípio novas possibilidades.

? Quais são os resultados do pensamento teórico?

! **Como resultado do pensamento teórico surgem imagens racionais: conceitos, proposições, teorias.** *Estas já não são de natureza sensorial-concreta, mas sim mental-abstracta. Já não estão ligadas ao mundo material de forma directa, mas apenas de forma mediata, através da experiência dos sentidos que nelas é processada.*

Uma vez que nos conceitos, proposições e teorias as ligações essenciais, necessárias e gerais são representadas de uma forma «pura», idealizada, o conhecimento pode, com a sua ajuda, penetrar cada vez mais profundamente na essência dos fenómenos.

«O pensamento subindo do concreto ao abstracto, não se distancia — se for **correcto** [...] — **da** verdade, antes se aproxima dela. A abstracção da **matéria, da lei** da natureza, a abstracção do **valor**, etc., numa palavra, **todas** as abstracções científicas (correctas, sérias, não absurdas) reflectem a natureza de uma forma mais profunda, mais fiel, **mais completa.**» [10]

[10] V. I. Lénine, *Conspecto do Livro de Hegel «Ciência da Lógica», Obras Completas*, 5.ª edição, t. 29, p. 152 (em russo).

4. 4. Verdade e tomada de partido

4. 4.1. Verdade objectiva

? Que entendemos por verdade, do ponto de vista do materialismo dialéctico e histórico?

Na linguagem do dia-a-dia falamos frequentemente de um «verdadeiro homem» ou de «verdadeira felicidade», afirmamos que a «verdadeira natureza» do capitalismo se apresenta na crise, no desemprego e na angústia existencial. Os exemplos poderiam multiplicar-se. Mas que se pretende dizer aqui com o adjectivo «verdadeiro»? Significará ele que se atribui a essa pessoa a qualidade da verdade? A palavra «verdadeiro» tem nestas situações um outro significado: ela quer dizer «real», sendo apenas uma expressão de reforço.

Os objectos e propriedades da realidade objectiva **existem** simplesmente: não podem ser verdadeiros nem falsos. **Verdadeira ou falsa só pode ser a imagem acerca da realidade objectiva na consciência do homem.** Ela é verdadeira se estiver de acordo com a realidade objectiva. A proposição «o ferro é um elemento químico» está de acordo com a realidade objectiva e, em contrapartida, a afirmação «o ferro é uma liga» não está de acordo com ela. A primeira proposição é verdadeira, contém verdade; a segunda proposição é falsa, não contém nenhuma verdade.

! **Verdade** *é a* **concordância da imagem com aquilo que é imaginado.** *Os conhecimentos, isto é, as imagens, são verdadeiros se concordarem com os objectos da realidade de que são imagem.*

Lénine formulou da forma seguinte a questão acerca da verdade: «Existe uma verdade objectiva, isto é, pode haver nas representações humanas um conteúdo [...] que não depende nem do homem nem da humanidade?» [11]

[11] V. I. Lénine, *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 92.

! *Do ponto de vista do materialismo dialéctico e histórico, toda a verdade é necessariamente* **verdade objectiva**, *não sendo possível uma verdade subjectiva. Objectividade da verdade significa que a proposição, teoria, etc., em questão estão de acordo com o objecto do conhecimento respectivo, que são um conhecimento adequado.* Elas são, desse modo, independentes de opiniões, desejos e intenções subjectivas. A verdade objectiva vale para todas as pessoas. Os conhecimentos das ciências da natureza, das ciências sociais e das ciências técnicas valem para todas as pessoas, classes e sociedades.

4. 4.2. Verdade absoluta e relativa

? A verdade é absoluta ou relativa?

O conhecimento objectivo que obtemos no processo do conhecimento nunca é, porém, uma verdade definitiva, concluída, eterna. Uma tal concepção teria de transformar todo o conhecimento num dogma imutável. É que não podemos esquecer que só podemos conhecer nas condições da nossa época, que todo o conhecimento é apenas fragmentário e que a aproximação do nosso conhecimento em relação ao objecto é um processo progressivo. A concordância entre conhecimento e objecto não é uma grandeza fixa, dada de uma vez para sempre: ela pode sempre tornar-se mais adequada. Se tivermos em conta esta conexão, compreenderemos que cada verdade objectiva é, simultaneamente, uma **verdade relativa**.

Ao caracterizarmos a verdade objectiva simultaneamente como verdade relativa estamos a exprimir que o **conhecimento da verdade é um processo** e que cada verdade só dentro de certos limites concorda com o objecto do conhecimento.

! *Cada verdade objectiva é uma verdade relativa e não absoluta. No entanto, entre relativo e absoluto há uma inter-relação dialéctica: no relativo exprime-se também algo de absoluto e todo o absoluto contém também algo de relativo.*

Na medida em que é objectiva, isto é, em que é uma imagem adequada do objecto do conhecimento, a verdade inclui também alguns elementos absolutos, imutáveis. Neste sentido, a verdade relativa é um passo no caminho para a **verdade absoluta**. O conhecimento humano só pode aproximar-se da verdade absoluta através do conhecimento de novas verdades relativas. Mas nunca poderá encontrar uma conclusão definitiva com «a verdade absoluta». *«Um sistema omnicompreensivo e para sempre definitivo do conhecimento da natureza e da história está em contradição com as leis fundamentais do pensar dialéctico; o que, no entanto, de modo nenhum exclui — antes, pelo contrário, inclui — que o conhecimento sistemático de todo o mundo exterior possa fazer progressos gigantescos de geração para geração.»* [12]

4. 4.3. O critério da verdade

Relacionada com o problema da verdade surge a questão de uma pedra-de-toque segura, de um **critério**, que permita descobrir a verdade ou falsidade de proposições e teorias. Muitas propostas foram feitas, mas todas elas se mostraram insuficientes. Como podemos determinar se uma afirmação é verdadeira ou não? René Descartes dizia que clareza e distinção eram já um critério suficiente da verdade. No entanto, têm sido frequentes na história da ciência as teses claras e distintas que mais tarde se vem a verificar estarem erradas.

Como o conhecimento é uma imagem da realidade objectiva na consciência do sujeito, é evidente que o critério da verdade não se pode encontrar dentro da consciência. A verificação da verdade ou falsidade de uma proposição exige necessariamente a comparação do conhecimento com aquilo que é conhecido, ou seja, com a realidade objectiva. Como podemos proceder a tal comparação? Poderíamos fazê-lo tornando a concordância entre conhecimento e objecto conhecido alvo de um processo especial de conhecimento.

---

[12] Friedrich Engels, *Materialen zum «Anti-Dühring»* [*Materiais para o «Anti-Dühring»*], MEW, vol. 20, pp. 608-609.

Este processo exige, por sua vez, a mesma verificação, o seguinte igualmente, etc., isto é, entraríamos numa operação sem fim sem chegar à decisão.

? Como verificamos a verdade?

É evidente que a verdade de proposições e teorias, a concordância entre as nossas imagens e a realidade objectiva, só pode ser verificada num processo que ligue directamente a consciência do sujeito com o mundo dos objectos. Isto, porém, não acontece na consciência, mas sim na **prática social** dos homens.

! *Na prática, na produção material, na actividade política, etc., são aplicados os conhecimentos adquiridos acerca da natureza e da sociedade. Nessa aplicação mostra-se até que ponto eles estão de acordo com a realidade objectiva.*

Quando, na sua aplicação, um conhecimento conduz aos resultados em que antes se contava, isso é uma prova irrefutável de que esse conhecimento é uma imagem verdadeira do objecto ou processo em questão. Sabemos então que essa imagem está, de facto, de acordo com a realidade objectiva. *«O domínio sobre a natureza, que se manifesta na prática da humanidade, é o resultado de um reflexo objectivamente fiel no espírito do homem dos fenómenos e processos da natureza, é a prova de que este reflexo (nos limites daquilo que a prática nos mostra) é uma verdade objectiva, absoluta, eterna.»* [13]

A observação de Lénine acerca dos limites da prática é extraordinariamente importante. O materialismo dialéctico e histórico de modo nenhum absolutiza o critério da prática. Ele observa também que a própria prática se transforma. A prática é um critério absoluto da verdade na medida em que é a última, a definitiva verificação de um conhecimento. Ela prova — no caso de confirmação — a objectividade da verdade. A prática é também, no entanto, um critério relativo da verdade, na medida em que, em primeiro lugar, ela nunca pode verificar todos os casos possíveis de aplicação de um conhecimento e na medida em que, em segundo lugar, ela própria está compreendida num desenvolvimento permanente. Um maior desenvolvimento da prática social abre

---

[13] V. I. Lénine. *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições «Avante!»-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, p. 144.

também novas possibilidades de uma ampla aplicação e verificação dos conhecimentos. Isto conduz, por sua vez, a um aprofundamento e precisão do conhecimento.

? Teremos de verificar, em cada caso, a verdade de um conhecimento através da prática ou existirão também outros critérios de verdade?

! *Há também* **critérios de verdade teóricos** *e a teoria do conhecimento marxista não nega de forma nenhuma a sua importância. Ela apenas torna claro que, em última instância, a sua eficácia e certeza também dependem, por sua vez, do critério da prática.*

Esses critérios são, por exemplo, as leis da lógica formal, como, por exemplo, a lei do terceiro excluído, as leis naturais fundamentais e as constantes da natureza. Cada ciência dispõe dos seus critérios teóricos de verdade particulares. Estes não podem, no entanto, substituir, mas apenas completar, o critério fundamental da prática.

4 • 4.4. Objectividade e tomada de partido no conhecimento

Deparamos frequentemente com a concepção de que a objectividade e tomada de partido se excluem mutuamente e de que só a objectividade conduz ao conhecimento da verdade, ao passo que a tomada de partido, pelo contrário, afastaria da verdade. Para muitos, isto parece evidente, pois vêem na tomada de partido algo de parecido com «preconceito».

? Que entendemos por objectividade e por tomada de partido? Já no primeiro capítulo, na p. 83, tínhamos visto a **objectividade** como princípio da dialéctica materialista.

! *A objectividade consiste na exigência e no esforço para orientar o pensamento rigorosamente pela realidade objectiva, de abarcar os factos objectivos de forma tão exacta quanto possível, sem acrescentos subjectivos, com o propósito de chegar à verdade objectiva.*

O conceito de objectividade é ainda também utilizado numa segunda acepção: falamos de objectividade dos conhecimentos quando nos referimos a conhecimentos que estão de acordo com a realidade objectiva, que são objectivamente verdadeiros. No primeiro caso, a palavra «objectividade» designa um comportamento humano, mas, no segundo, designa uma propriedade dos conhecimentos. Tem de se distinguir rigorosamente uma acepção da outra.

Comecemos pela objectividade como princípio do comportamento humano no conhecimento. É claro que a observação e cumprimento estrito do princípio da objectividade é um importante pressuposto para chegar a conhecimentos verdadeiros. Mas será que a extensão e a precisão da objectividade que se procura no conhecimento dependem apenas da compreensão e da boa vontade das pessoas? Seria ingénuo supô-lo. As pessoas não vivem no vazio mas na sociedade. Elas pertencem a uma determinada classe ou colocam-se na posição de uma classe e deixam-se (seja consciente seja inconscientemente) guiar pelos interesses dessa classe. Dito de outra forma: a natureza social das pessoas, a sua posição dentro da sociedade e das relações de classe, os seus interesses de classe, caracterizam de forma determinante o comportamento, os esforços, a maneira de pensar das pessoas.

! *Os homens abordam todos os problemas do ponto de vista de interesses de classe bem determinados e procuram resolvê-los no espírito desses interesses. Se quisermos caracterizar este comportamento com um conceito científico, então teremos de o designar por* **tomada de partido**. *A tomada de partido é, assim, um fenómeno social, que necessariamente surge e actua enquanto existirem classes. Na sua actuação, comportamento e pensamento todos os homens estão a ela sujeitos, mas o conteúdo da tomada de partido pode ser muito diferente. No presente, as formas fundamentais são a tomada de partido proletária e a tomada de partido burguesa.*

Os ideólogos da burguesia tentam, contudo, negar ou mascarar a sua inevitável tomada de partido. Para isso utilizam, na maioria dos casos, um vocabulário referente ao homem em geral. Pretensamente, nunca falam no interesse da burguesia, mas apenas

sempre em nome da humanidade e do humanismo. Mas esta é simplesmente uma expressão hipócrita da sua tomada de partido burguesa. Pelo contrário, a **tomada de partido proletária** aparece, a este respeito, abertamente. Ela é uma expressão dos objectivos e do papel histórico mundial da classe operária. A classe operária e os seus teóricos, ideólogos e políticos, afirmam de forma directa que, na sua acção, comportamento e pensamento, se guiam pelos interesses da classe operária, não o mascaram. Podemos agora formular da maneira seguinte a questão de que estamos a tratar:

? É possível alguém esforçar-se simultaneamente
pela objectividade no conhecimento e pela tomada de partido?
Podem os dois princípios ser usados ao mesmo tempo
ou excluem-se um ao outro nos seus fundamentos?

A resposta a esta questão não é simples: em certas circunstâncias, os dois princípios estão em conflito; em outras circunstâncias, não só se toleram reciprocamente como formam uma unidade. De que depende isto? Isto depende da classe pela qual se toma partido, do papel histórico da classe em questão, da relação entre os seus interesses e o progresso social. A burguesia procura por todos os meios perpetuar o regime de exploração, há muito ultrapassado historicamente, e impedir a transição para o socialismo. Os seus interesses de classe encontram-se em profunda contradição com o progresso social. Ela não tem qualquer interesse em conhecer as leis fundamentais do desenvolvimento da sociedade e, pelo contrário, esforça-se por todos os meios por impedir, mascarar e desacreditar esse conhecimento objectivo.

! *Tomada de partido burguesa e objectividade excluem-se rigorosamente em todas as questões que toquem os interesses de classe da burguesia.* **Um conhecimento objectivo da sociedade contradiz da forma mais profunda os interesses de classe da burguesia.**

A tomada de partido proletária, pelo contrário, não barra o caminho do conhecimento objectivo nem da objectividade científica. Ela é antes uma condição necessária para um amplo conhecimento objectivo da sociedade e das suas leis.

A que se deve isso? Isso resulta da posição objectiva da classe operária no desenvolvimento social. Sendo historicamente a última classe explorada, a classe operária tem a missão de eliminar a

exploração e opressão do homem pelo homem e de construir a formação social comunista. Os seus interesses de classe estão, assim, inteiramente de acordo com as leis objectivas do desenvolvimento social e com o progresso social. A classe operária está, em consequência disso, interessada num amplo conhecimento objectivo não só da natureza mas também da sociedade. A tomada de partido pelos objectivos da classe operária não impede o conhecimento objectivo, antes o promove. A tomada de partido proletária torna-se um importante pressuposto do conhecimento objectivo: **tomada de partido proletária e objectividade condicionam-se e interpenetram-se mutuamente**. «[...] quanto menos considerações tiver e mais imparcialmente proceder tanto mais a ciência estará em consonância com os interesses e aspirações dos operários» [14].

---

[14] Friedrich Engels, *Ludwig Feuerbach und der Ausgang der klassischen deutschen Philosophie* [*Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica*], MEW, vol. 21, p. 307.

edições Avante!

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO COMUNISMO CIENTÍFICO

1. CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO, **V. G. Afanassiev** — 1.º volume
2. CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO, **V. G. Afanassiev** — 2.º volume
3. CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO, **V. G. Afanassiev** — 3.º volume
4. CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO, **V. G. Afanassiev** — 4.º volume
5. O LENINISMO E A PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO, **Konstantine Zaródov** — 1.º volume
6. O LENINISMO E A PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO, **Konstantine Zaródov** — 2.º volume
7. O LENINISMO E A PASSAGEM DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO, **Konstantine Zaródov** — 3.º volume
8. CURSO ELEMENTAR DE ECONOMIA POLÍTICA, **Lev Leontiev** — 1.º volume
9. CURSO ELEMENTAR DE ECONOMIA POLÍTICA, **Lev Leontiev** — 2.º volume
10. CLASSE OPERÁRIA, PARTIDO E POLÍTICA DE ALIANÇAS, **Vários**
11. A VIA PARA O SOCIALISMO, **Konstantine Zaródov**
12. O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, **V. Zagládine** — 1.º volume
13. O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, **V. Zagládine** — 2.º volume
14. CURSO DE MATERIALISMO DIALÉCTICO E HISTÓRICO, **Vários** — 1.º volume
15. CURSO DE MATERIALISMO DIALÉCTICO E HISTÓRICO, **Vários** — 2.º volume
16. O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, **V. Zagládine** — 3.º volume
17. CURSO DE ECONOMIA POLÍTICA, **G. Kozlov** — 1.º volume
18. CURSO DE ECONOMIA POLÍTICA, **G. Kozlov** — 2.º volume
19. A FILOSOFIA MARXISTA-LENINISTA (Curso Básico), **Erich Hahn e Alfred Kosing**
20. ECONOMIA POLÍTICA (Curso Básico), **Otto Reinhold e Karl-Heinz Stiemerling**